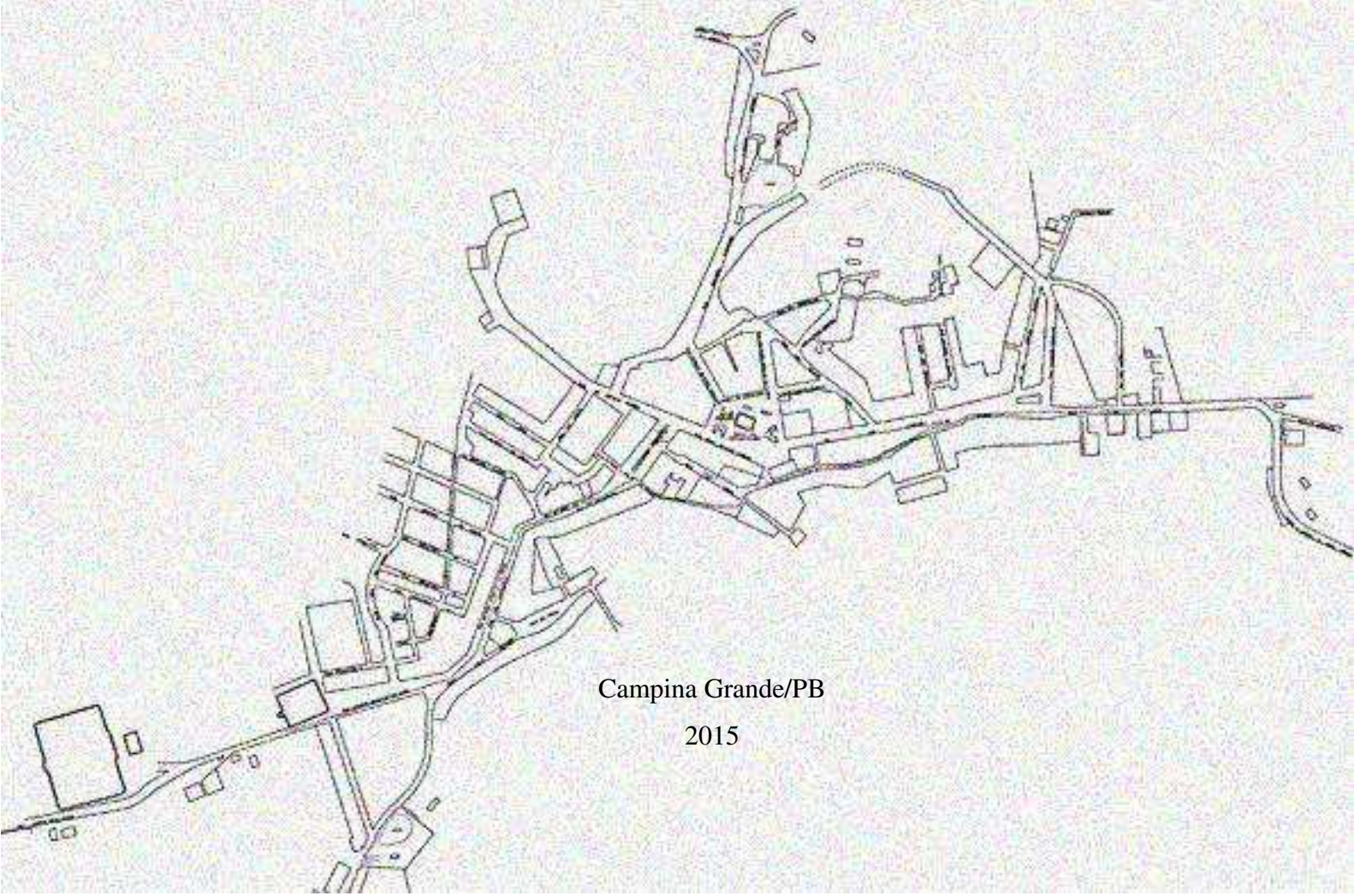




UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE
LINHA DE PESQUISA: CULTURA E CIDADES
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

TATIANE VIEIRA DA SILVA

**A fabricação de uma cidade monumentalizada: memória, identidade e
patrimônio em Umbuzeiro (PB)**



Campina Grande/PB
2015

TATIANE VIEIRA DA SILVA

**A fabricação de uma cidade monumentalizada: memória, identidade e
patrimônio em Umbuzeiro (PB)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História na área de concentração: História, Cultura e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Cultura e Cidades.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ceballos.

Campina Grande/PB

2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S586f Silva, Tatiane Vieira da.
A fabricação de uma cidade monumentalizada : memória, identidade e patrimônio em Umbuzeiro (PB) / Tatiane Vieira da Silva. – Campina Grande, 2015.
255 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2015.

"Orientação: Prof. Dr. Rodrigo Ceballos".
Referências.

1. História - Paraíba. 2. Umbuzeiro. 3. Memória.
4. Identidade. 5. Patrimônio. I. Ceballos, Rodrigo. II. Título.

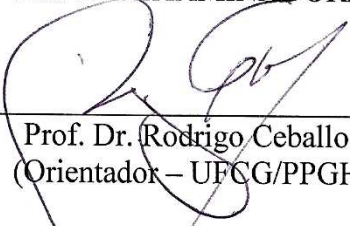
CDU 94(813.3)(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

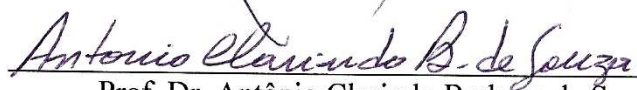
**A fabricação de uma cidade monumentalizada: memória, identidade e
patrimônio em Umbuzeiro (PB)**

Dissertação aprovada em: 11/06/2015.


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Rodrigo Ceballos
(Orientador – UFCG/PPGH)



Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbósa de Souza
(Examinador Interno – UFCG/PPGH)



Prof.ª Dr.ª Ana Rita Uhle
(Examinadora Externa – UFCG/CFP/UACS)

Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto
(Suplente – UFCG/CFP/UACS)

Campina Grande/PB

2015

*A Deus, pelo sopro de vida e ânimo para vencer os obstáculos de
cada dia.*

*Aos meus pais, Maria e Severino, pela educação proporcionada e o
incentivo aos estudos.*

A vovó Naninha (in memoriam), exemplo de mulher guerreira e doce.

A Iury Aguiar, pelo companheirismo, amor e compreensão.

*Ao meu orientador, professor Dr. Rodrigo Ceballos, pelo estímulo e
conhecimento compartilhado.*

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Finalmente cheguei ao momento final dessa trajetória de estudos permeada por dedicação e renúncia, elementos necessários a realização desse sonho. Há tempos ansiava escrever estas linhas. Respiro fundo, agora tenho o coração tomado por uma nostálgica tranquilidade que vem com a consciência de dever cumprido e a certeza de que este trabalho é o resultado daquilo que pude oferecer de melhor. É com muito carinho e respeito que agora expresso meus agradecimentos a todos aqueles que direta ou indiretamente, ao longo desses dois anos, contribuíram para o meu crescimento pessoal e acadêmico.

Agradeço a Deus por cada dia de minha vida, por guiar-me nesse caminho, por me dar forças nos momentos de angústia, por me fortalecer na fé, na perseverança e me dar inspiração para escrever cada palavra dessa dissertação. Sem ele nada disso teria sido possível.

Com todo o meu coração, agradeço a minha família... Aos meus pais, irmãs, sobrinhos e familiares, pela educação e o incentivo proporcionado durante toda a minha vida acadêmica.

Ao meu orientador, professor Dr. Rodrigo Ceballos, por ter me acolhido nessa caminhada, confiando e acreditando em mim. Por todo o incentivo dado e principalmente por compartilhar de seu conhecimento historiográfico. Foi um privilégio lhe ter como orientador, saiba que o admiro muito.

A Iury Aguiar, pelo estímulo, paciência e companheirismo nos vários momentos desta pesquisa. Por ter me acompanhando nos arquivos, nas entrevistas e me apoiar nessa trajetória acadêmica. Você mostrou o que é o verdadeiro amor.

Aos membros da banca examinadora desta dissertação: Dr^a. Ana Rita Uhle, Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza e Dr. Francisco Firmino Sales Neto, por aceitarem o convite, pelas críticas e sugestões oferecidas na qualificação e pelas valiosas contribuições para a concretização deste trabalho. Sem suas observações certamente este trabalho não teria alcançado a discussão historiográfica pertinente.

Agradeço aos professores que ministraram as disciplinas do mestrado: Alarcon Agra, José Benjamim, Gervácio Batista e Severino Cabral. Sou imensamente grata por terem contribuído para minha formação acadêmica, fruto dos seus ensinamentos, dedicação e seriedade.

Aos meus colegas de mestrado por todas as experiências compartilhadas. Especialmente Alana Cavalcanti e Gilmara Tavares, companheiras nas viagens de apresentação dos Simpósios Temáticos pelo Brasil afora. Amigas que ficarão guardadas para sempre em meu coração. Já estou com saudades.

Ao coordenador Iranilson Buriti, por toda atenção e disponibilidade para com os mestrandos, bem como, aos secretários, Arnaldo e Felipe, sempre dispostos a ajudar nos assuntos burocráticos do Programa de Pós-Graduação.

A equipe gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Abílio de Souza Barbosa, Lúcia Duarte, Livramento Sabino e Mariza Barreto, por compreender a importância da realização desse mestrado e ajustar meus horários de aula. Muito obrigada, vocês sabem o quanto a boa formação profissional ajuda na qualidade de ensino proporcionado aos alunos.

Aos colegas de trabalho da Escola Abílio, minha segunda casa. Pelo companheirismo, amizade e sobretudo por entenderem meu silêncio nos momentos em que me afastei do grupo e dos eventos escolares para estudar. Meu agradecimento a Enilda Cabral e Josefa Abreu, grandes incentivadoras na fase em que o sonho do mestrado ainda dependia do projeto de pesquisa.

Aos meus depoentes, por compartilhar comigo suas experiências de vida e pela contribuição na escrita deste trabalho. Em especial, Eduardo Gomes, Eurides Leal e Sueli Bezerra, que não mediram esforços em colaborar com entrevistas e fotografias.

A Josefa Maria, Lúcia Pessoa e todos aqueles que se disponibilizaram a contribuir nessa pesquisa.

A CAPES, pelo indispensável auxílio no financiamento dessa pesquisa.

E finalmente, aos meus amigos: Ediluce, Elaine, Fernanda, Flávia, Germana, Gil, Grasiela, Léo, Sandra, Zinha e Mery (*in memoriam*) dentre outros, que tanto reclamaram por eu me recusar a sair de casa e ir a alguma festa ou viagem. Apesar de sentirem a minha ausência, eu sei que vocês sabem o quanto o mestrado é importante para mim.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização desta dissertação, meu muito obrigada!

Os olhos lêem a vida e o mundo. Definem suas cores, traçam suas forças, dimensionam seus movimentos. Os olhos e o visível. Mas é o coração que percebe o invisível da vida e do mundo. Penetra nos seus mistérios, aprofunda suas tramas, inventa seus sentimentos, descobre a magia talvez absurda, que envolve a aventura humana. O visível e o invisível fazem parte da História, são inseparáveis, se o historiador quiser tentar compreender o significado dos labirintos, construídos pelos homens, não deve fechar os olhos nem tampouco o coração.

Antônio Paulo Rezende

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre o processo de fabricação de uma cidade monumentalizada para Umbuzeiro (PB) durante a primeira metade do século XX até o ano de 2006. Objetivamos analisar as imagens instituidoras dos *filhos ilustres*, os membros da família Pessoa, nos espaços públicos: ruas, prédios, praças e “monumentos intencionais” (RIEGL, 2005). A partir das relações do espaço urbano, do seu patrimônio arquitetônico e por meio do discurso memorialista, hemerográfico e de relatos orais de memória, buscamos compreender como e porque estes “lugares de memória” (NORA, 1993) foram produzidos na cidade. Pretendemos contribuir para a produção historiográfica concernente às cidades paraibanas que possuem elementos memorialísticos materializados nos espaços públicos, elucidativos de sua relação com a história paraibana e com o Brasil.

Palavras-chave: História da Paraíba; Umbuzeiro; Memória; Identidade; Patrimônio.

RÉSUMÉ

Cette recherche traite sur le procès de fabrication d'une cité monumentalizada pour Umbuzeiro (PB) pendant la première moitié du siècle XX jusqu'à l'an de 2006. Nous avons cherché à analyser les images fondateurs des *filles illustres*, les membres de la famille Pessoa, dans les espaces publics: rues, bâtiments, places et "monuments intencionais" (RIEGL, 2005). À partir des relations de l'espace urbain, de son patrimoine architectonique Et par l'intermédiaire du discours memorialista, hemerográfico et de récits orais de mémoire Nous cherchons comprendre comment et parce que ces "lieux de mémoire" (NORA, 1993) ont été produites dans la cité. Nous prétendons contribuer pour la production historiográfica concernente aux villes paraibanas qu'ils possèdent des éléments memorialísticos matérialisés dans les espaces publics elucidativos de sa relation avec l'histoire paraibana et avec le Brésil.

Mots-clés: Histoire de Paraíba; Umbuzeiro; Mémoire; Identité; Patrimoine.

LISTA DE IMAGENS

- IMAGEM 1** - MAPA DO ANTIGO E ATUAL TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE UMBUZEIRO
- IMAGEM 2** - FOTOGRAFIA VIA SATÉLITE COM VISTA PARA A CIDADE DE UMBUZEIRO, DESTACANDO-SE A LINHA DIVISÓRIA ENTRE OS ESTADOS DA PARAÍBA E PERNAMBUCO
- IMAGEM 3** - INAUGURAÇÕES E DESFILE NO CENTENÁRIO DE JOÃO PESSOA EM UMBUZEIRO – 1978
- IMAGEM 4** - MEMORIAL UMBUZEIRO
- IMAGEM 5** - CENTRO ANTIGO DE UMBUZEIRO
- IMAGEM 6** - VISTA ATUAL DO CENTRO ANTIGO DE UMBUZEIRO
- IMAGEM 7** - CROQUI DO CENTRO HISTÓRICO DE UMBUZEIRO COM IMAGENS ATUAIS
- IMAGEM 8** - CASA ONDE NASCEU JOÃO PESSOA (1868) E CASA ONDE NASCEU ASSIS CHATEAUBRIAND (1890)
- IMAGEM 9** - EXEMPLO DE ALGUNS ESTILOS ARQUITETÔNICOS EM UMBUZEIRO - SEGUNDO O IPHAN
- IMAGEM 10** - PANORAMA DA TOPONÍMIA CIDADINA COM OS ESPAÇOS BATIZADOS COM O SOBRENOME PESSOA
- IMAGEM 11** - CASA DA FAMÍLIA PESSOA
- IMAGEM 12** - RUA DR. EPITÁCIO PESSOA
- IMAGEM 13** - BIBLIOTECA MUNICIPAL PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA
- IMAGEM 14** - QUADRO DE EPITÁCIO PESSOA NA BIBLIOTECA
- IMAGEM 15** - INAUGURAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
- IMAGEM 16** - FÓRUM PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA
- IMAGEM 17** - GRUPO ESCOLAR CEL. ANTÔNIO PESSOA
- IMAGEM 18** - EFÍGIE DO CEL. ANTÔNIO PESSOA
- IMAGEM 19** - ESTAÇÃO EXPERIMENTAL JOÃO PESSOA
- IMAGEM 20** - FOTOGRAFIA DA HOMENAGEM FEITA NA ESTAÇÃO DE MONTA JOÃO PESSOA
- IMAGEM 21** - EPITÁCIO PESSOA SOBRINHO E O SEU BUSTO NA ESTAÇÃO EXPERIMENTAL JOÃO PESSOA
- IMAGEM 22** - IGREJA MATRIZ DE UMBUZEIRO

- IMAGEM 23** - ALTAR-MOR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E INSCRIÇÃO
- IMAGEM 24** - ALTAR DE SANTO ANTÔNIO E INSCRIÇÃO
- IMAGEM 25** - ALTAR DE SÃO JOSÉ E INSCRIÇÃO
- IMAGEM 26** - POSTO DE SAÚDE “SINHÁ PESSOA”
- IMAGEM 27** - AVENIDA DR. CARLOS PESSOA
- IMAGEM 28** - DISCURSO NA VARANDA DA CASA ONDE NASCEU JOÃO PESSOA
- IMAGEM 29** - PLACA AFIXADA NA PAREDE DA ENTRADA DA CASA ONDE NASCEU JOÃO PESSOA
- IMAGEM 30** - INAUGURAÇÃO DO “MUSEU CASA DE JOÃO PESSOA”
- IMAGEM 31** - VISITA AO INTERIOR DA CASA DE JOÃO PESSOA
- IMAGEM 32** - MÁSCARA MORTUÁRIA E EFÍGIE DE JOÃO PESSOA
- IMAGEM 33** - VISTA ATUAL DA ESCOLA “MARIA PESSOA CAVALCANTI” E ESCOLA ESTADUAL “PRESIDENTE JOÃO PESSOA”
- IMAGEM 34** - INAUGURAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR MARIA PESSOA CAVALCANTI
- IMAGEM 35** - ASSINATURA DO DECRETO DE CRIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE 2º GRAU “PRESIDENTE JOÃO PESSOA”
- IMAGEM 36** - INTERIOR DO GRUPO ESCOLAR MARIA PESSOA CAVALCANTI
- IMAGEM 37** - BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE UMBUZEIRO E ESTADO DA PARAÍBA
- IMAGEM 38** - CRECHE TEREZINHA LINS PESSOA
- IMAGEM 39** - QUADRO TEREZINHA LINS PESSOA
- IMAGEM 40** - RODOVIA TEREZINHA LINS PESSOA
- IMAGEM 41** - VISTA AÉREA DAS PRAÇAS E BUSTOS DE UMBUZEIRO
- IMAGEM 42** - NAVE CENTRAL DA IGREJA MATRIZ DE UMBUZEIRO
- IMAGEM 43** - INAUGURAÇÃO DO BUSTO DE JOÃO PESSOA
- IMAGEM 44** - INSCRIÇÃO NO BUSTO DE JOÃO PESSOA
- IMAGEM 45** - BUSTO DE JOÃO PESSOA
- IMAGEM 46** - VISTA AÉREA ONDE OBSERVA-SE A POSIÇÃO DO BUSTO DE JOÃO PESSOA (SINALIZADO COM UM CÍRCULO) PERANTE A CASA ONDE NASCEU (SINALIZADA COM UMA SETA).
- IMAGEM 47** - BUSTO DE ANTÔNIO PESSOA TENDO AO FUNDO O GRUPO ESCOLAR DE MESMO NOME
- IMAGEM 48** - VISITA AO MAUSOLÉU DE ANTÔNIO PESSOA (SINALIZADO)

- IMAGEM 49** - MONUMENTO FÚNEBRE A ANTÔNIO PESSOA
- IMAGEM 50** - DETALHE DOS SÍMBOLOS NO MAUSOLÉU DE ANTÔNIO PESSOA
- IMAGEM 51** - VISTA AÉREA DO CEMITÉRIO DE UMBUZEIRO COM ÊNFASE PARA A POSIÇÃO DO TÚMULO DO CEL. ANTÔNIO PESSOA
- IMAGEM 52** - INAUGURAÇÃO DA PRAÇA E BUSTO DE ANTÔNIO PESSOA
- IMAGEM 53** - PRAÇA E BUSTO DE ANTÔNIO PESSOA VISTA DA CALÇADA DO GRUPO
- IMAGEM 54** - VISTA AÉREA DOS BUSTOS COM SETA INDICATIVA DE SUA DIREÇÃO ESPACIAL
- IMAGEM 55** - PRAÇA E BUSTO CARLOS PESSOA FILHO
- IMAGEM 56** - O DESATAR DAS FITAS
- IMAGEM 57** - DISCUSO E BENÇÃO DO BUSTO
- IMAGEM 58** - VISTA DO BUSTO DE PESSOA FILHO PARA QUEM CHEGA A UMBUZEIRO
- IMAGEM 59** - BUSTO DE JOÃO PESSOA COM GRINALDA DE FLORES
- IMAGEM 60** - BUSTO DE CARLOS PESSOA FILHO COM FAIXA
- IMAGEM 61** - VISTA DO BUSTO DO CEL. ANTÔNIO PESSOA EM DIA DE FEIRA LIVRE
- IMAGEM 62** - EPITÁCIO PESSOA
- IMAGEM 63** - SELO COMEMORATIVO DO CENTENÁRIO DE EPITÁCIO PESSOA
- IMAGEM 64** - ANTÔNIO PESSOA
- IMAGEM 65** - JOÃO PESSOA
- IMAGEM 66** - CARLOS PESSOA
- IMAGEM 67** - CARLOS PESSOA FILHO

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - HINOS A EPITÁCIO PESSOA

QUADRO 2 - LISTA DOS ESPAÇOS COM O NOME DOS FILHOS ILUSTRES

QUADRO 3 - PROGRAMAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE MORTE DE JOÃO PESSOA NA
CAPITAL (1931)

QUADRO 4 - AGENDA DOS EVENTOS PARA O ANIVERSÁRIO DE MORTE DE JOÃO
PESSOA EM UMBUZEIRO (1931)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - PERCURSOS E ESCRITAS SOBRE A CIDADE: NAS TESSITURAS DAS MEMÓRIAS UMBUZEIRENSES	34
1.1 Retalhos memorialísticos de Umbuzeiro: um guardião da história local	39
1.2 A construção discursiva de Umbuzeiro como a <i>terra dos Pessoa</i> e berço dos <i>filhos ilustres</i> na obra de Eduardo Gomes.....	46
1.3 Memorial Umbuzeiro: um lugar para recordar.....	62
1.4 Desejos de patrimonialização da cidade.....	68
CAPÍTULO 2 - UMA CIDADE MONUMENTALIZADA DE SOBRENOME PESSOA	87
2.1 A Umbuzeiro dos <i>filhos ilustres</i>: as bricolagens discursivas que construíram a cidade como o berço de homens renomados	92
2.2 A toponímia dos Pessoa nos espaços urbanos.....	98
2.2.1 <i>Um berço esplêndido para filhos ilustres</i>	103
2.2.2 <i>Epitácio e Antônio Pessoa: pioneiros na espacialidade citadina.....</i>	104
2.2.3 <i>Na Estação Experimental também estancam os filhos ilustres.....</i>	113
2.2.4 <i>Uma memória inscrita no espaço da fé</i>	118
2.2.5 <i>Também no espaço da saúde se constroem memórias.....</i>	122
2.2.6 <i>Um centenário para recordar e instituir novos espaços de memória.....</i>	125
2.2.7 <i>O último “lugar de memória”: um preito à “mãe de Umbuzeiro”</i>	137
2.3 Algumas considerações	140
CAPÍTULO 3 - MEMÓRIAS ESCULPIDAS EM BUSTOS: UMA HISTÓRIA DOS “LUGARES MONUMENTAIS” EM UMBUZEIRO	145
3.1 A praça como palco monumental	150
3.2 “A grande comemoração” em memória de João Pessoa	152
3.2.1 <i>“O povo de Umbuzeiro, reconhecido, ao seu Grande e Generoso Conterrâneo”</i>	158
3.2.2 <i>“Chora Umbuzeiro! E’s mãe e o sentimento materno é indefinido!”</i>	165
3.3 Um busto ao Coronel Antônio Pessoa: a memória lapidada em bronze.....	173
3.3.1 <i>A elaboração de uma memória ao coronel por meio dos discursos hemerográficos..</i>	174
3.3.2 <i>“Ao seu grande filho – Coronel Antônio Pessoa – Umbuzeiro agradecido”</i>	181
3.4 “Homenagem do povo de Umbuzeiro a seu eterno e inesquecível líder”: Carlos Pessoa Filho	192

3.5 Entre sacralização e dessacralização dos <i>filhos ilustres</i>: outras (res)significações dos cidadãos	200
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	210
REFERÊNCIAS	216
APÊNDICE A – Epitácio Pessoa	226
APÊNDICE B – Antônio Pessoa.....	233
APÊNDICE C – João Pessoa	239
APÊNDICE D – Carlos Pessoa	245
APÊNDICE E – Carlos Pessoa Filho	250
ANEXO	255

INTRODUÇÃO

A chegada a Umbuzeiro...

Fins do século XVII, Teodósio de Oliveira Ledo, capitão-mor dos Cariris, Piranhas e Piancó, após receber do governador da Paraíba do Norte alguma munição, mantimentos e terço de guerra saiu da atual cidade de Pilar em direção ao sertão dos índios Tapuias. Nessa empreitada, percorrendo o leito do rio Paraíba na direção leste-oeste, deparou-se com uma região montanhosa onde o rio seguia compactado por entre as serras, quase adentrando pela vizinha capitania de Pernambuco. O capitão-mor alcançara a região dorsal da Serra dos Cariris Velhos, hoje, o Agreste Paraibano. Era uma larga região que foi lentamente tomada dos nativos e que décadas mais tarde será denominada de Umbuzeiro, provavelmente pela espécie desta árvore que tomava o local. A região permaneceu imaculada por alguns anos após a conquista.

Há registros de que em 8 de outubro de 1713, durante o governo de João Maia da Gama, o senhor Marcos de Castro Rocha, juntamente com mais três parentes, adquiriram uma área total de doze léguas de terra. Usou a justificativa de que “era descobridor das terras”, as quais “eram devolutas”, e “morador da Capitania”, que “tinha gado cavalariço e vacum”, mas “não tinha terras” e “pretendia fazer benfeitoria”. Mais tarde, juntamente com Antônio Tavares de Castro, o requerente receberia mais seis léguas de terras, concedidas em 1 de julho de 1720¹.

Com estas doações de terras foram alicerçadas as bases para o povoamento do solo onde seria erguida a futura cidade de Umbuzeiro. Dentre os primeiros moradores, temos os nomes de: “José da Silva Pessoa, Gervásio Travassos Sarinho e os “coronéis” Assunção Calafange e Calafange Santiago” (IBGE, 1960, p. 413).

Em âmbito político-territorial, historicamente as terras onde hoje se encontra este município pertenceram inicialmente à capitania de Itamaracá e, em seguida, à Pernambuco. A partir de 1585 foi parte da Capitania da Parahyba do Norte. Após sua divisão municipal, pertenceu respectivamente à Vila Real de São João do Cariri, Vila de Cabaceiras e à Vila de Ingá. Desta última se emancipou em 1890, pelo Decreto nº 15 de 2 de maio, que criou o município de Umbuzeiro, durante o governo provisório do Dr. Venâncio Neiva (TAVARES, 1909, p. 739). A partir de então, o pequeno povoado seria elevado à categoria de Vila e denominado de Vila de Umbuzeiro.

¹ Conferir informações sobre a primeira sesmaria concedida a Marcos de Castro Rocha. Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufpb.br/visualSesmaria.php?numeroCarta=PB%200110> Acesso: 06 ago. 2013. Conferir informações sobre a segunda sesmaria concedida a Marcos de Castro Rocha. Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufpb.br/visualSesmaria.php?numeroCarta=PB%200172> Acesso: 06 ago. 2013.

O momento da instalação da Vila foi noticiado pela Gazeta do Sertão, sob o título de “Ligitimo regozijo Umbuseirense”. Comemorada no dia 12 de junho de 1890, a nova Vila foi “testemunha d’uma festa grande demais para os seus meios, e também modesta, pelo diferente aspecto que imprimia: era a festa de democracia e liberdade”, que foi possível graças às “grandes medidas do imenso governo republicano”. As ruas “embandeiradas e symmetricamente arborizadas”, assim como a “girandola de fogos” anunciavam aquele alegre dia. Por volta de uma hora da tarde reuniu-se a “grande massa de povo, salientando-se os mais prestantes cidadãos de diversos pontos do município” e dos municípios vizinhos, prestigiando o ato de posse dos membros da nova intendência, sendo o seu primeiro o “capitão José Severino da S. Callafange”, certamente membro descendente dos primeiros moradores e poderoso proprietário de terras da região (GAZETA DO SERTÃO, 27 jun. 1890, p. 3)².

Por volta das três horas da tarde foi servido um jantar e às sete horas da noite, “depois de calorosos brindes e discursos”, foi feita uma passeata “que a chuva não conseguiu dispersar”. Assim as pessoas saíram na rua “affrontando a escuridão” com uma “esteira de lanternas”, tendo à sua frente “uma regular orchestra de violinos, flauta e violões”. Em vários pontos da rua foram feitas paradas e proferidos discursos que “eram instantemente interrompidos por innumeros vivas e saudações repetidas”. Um acalorado agradecimento foi feito a Epitácio Pessoa, então secretário do Estado e “filho desta villa, a quem os festejantes foram especialmente render um preito de homenagem, estacionando em frente a casa que lhe serviu de berço”. Encerrando os festejos daquele dia, às 10 horas da noite iniciou-se “uma animada soirée”. Este dia foi o ponto de partida para o “vidente futuro do florescente Umbuseiro” (GAZETA DO SERTÃO, 27 jun. 1890, p. 3).

Ao longo deste trabalho, notar-se-á como este discurso presente no século XIX será reproduzido e ressignificado ao longo do século seguinte, mantendo-se uma cuidadosa e cristalina imagem de uma cidade com liderança regional e até mesmo nacional por meio do nome da família Pessoa.

No tocante ao nome dado a esta vila do século XIX, sua origem reside nos frondosos pés de umbuzeiro, árvore de pequeno porte bastante comum na região. É uma corruptela da palavra tupi-guarani “y-mb-u”, que significava “árvore-que-dá-de-beber” e cientificamente denominada *Spondias tuberosa*³. Por ser abundante nos arredores da vila, serviu de abrigo e

² O teor e registro deste dia fizeram da reportagem uma espécie de “certidão de nascimento” de Umbuzeiro, constantemente reproduzida e reelaborada por uma pequena história local.

³ Sobre a denominação da árvore do umbuzeiro, ver site da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. Disponível em: www.seagri.ba.gov.br/Umbuzeiro.htm Acesso: 02 set. 2013.

alimento aos tropeiros viajantes que por ali passavam frequentemente transportando o algodão proveniente de Campina Grande e região em direção ao mercado de Recife, na vizinha Pernambuco, durante o ciclo algodoeiro paraibano⁴.

Sua imagem fundacional é assim reproduzida:

De um “pouso” de almocreves à sombra de frondoso umbuzeiro, onde se abrigavam esses rudes tropeiros, defendendo-se da canícula sertaneja, em suas horas mais ardentes, também ponto de pernoite e refeição, originou-se a atual cidade de Umbuzeiro. (IBGE, 1960, p. 413)

Houve ainda a tentativa de mudar a designação toponímica para Pio IX, promovida pelo padre José Maria de Ibiapina, conhecido por Frei Ibiapina, mas que não vingou por falta de receptividade da população local⁵.

A Vila de *Umbuzeiro* estava situada no ponto mediano entre Campina Grande e Recife. Assim, entre uma noite e outra, os tropeiros faziam daquele lugar ponto de pouso e pernoite, contribuindo significativamente para o povoamento do lugar, uma vez que a partir de suas estadias, outras atividades puderam ser desenvolvidas, a exemplo daqueles que se encarregavam de hospedar e vender alimento a estes viajantes. Dessa forma, é possível que os primeiros moradores da recém-fundada vila tenham sido atraídos pelas vantagens comerciais com os tropeiros.

Cabe destacar ainda que o município umbuzeirense passou por várias categorias administrativas ao longo dos anos. Após ser elevado à categoria de Vila em 1890, retornou à condição de Povoado em 1892, quando a Sede Municipal foi transferida para a povoação de Barra de Natuba, através do Decreto nº 25 de 19 de maio daquele ano. Pouco tempo mais tarde, já em 1904, perante a catastrófica enchente que assolou a vila da Barra de Natuba, Umbuzeiro retomou a categoria de Sede Municipal pela Lei nº 225, de 19 de novembro do mesmo ano⁶.

Segundo João Lira Tavares (1909), na primeira década do século XX a extensão do município era de 92 quilômetros e 400 metros de Norte a Sul e 30 quilômetros de Leste a Oeste. Sua população consistia em torno de 11.000 mil habitantes, divididos entre dezenove localidades e alguns lugarejos. A população dispunha de vários cursos d’água, riachos,

⁴ O ciclo do algodão na Paraíba durou de forma substancial durante as décadas de 1860 a 1930.

⁵ Essa tentativa de mudar o nome de “Umbuzeiro” para “Pio IX” foi relatada em entrevista realizada com Eduardo Gomes, concedida em 30 de dezembro de 2013. Igualmente, o site do IBGE faz referência a este assunto. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=251700> Acesso: 20 jan. 2014.

⁶ A Lei nº 225 de 19 de novembro de 1904 encontra-se publicada no “Correio Oficial do Estado da Parahyba do Norte” no dia 1 de dezembro de 1904.

cacimbas e açudes. Existiam muitas propriedades rurais e atividade pecuária, sendo o algodão e o café os principais produtos agrícolas. Nos idos de 1920 o município contava com 709 estabelecimentos rurais recenseados⁷.

Em todo o município havia seis feiras semanais. Havia uma Igreja Matriz na Vila, cuja padroeira era Nossa Senhora do Livramento, e existiam mais oito capelas distribuídas pelos povoados. Apenas um trecho da rua principal, denominada de “Epitácio Pessoa”, era calçada. Contava ainda com dois cemitérios e tinha condições sanitárias consideradas boas para a época (TAVARES, 1909).

Ao longo dos anos Umbuzeiro seguiu desenhando novos traçados urbanos. Em discurso proferido na Tribuna da Assembleia Legislativa da Paraíba, em 1907, o padre e então presidente da Paraíba, Monsenhor Walfredo Leal, informava que Umbuzeiro era “incontestavelmente um dos municípios mais florescentes do Estado, onde a municipalidade muito tem feito”. Possuía ruas niveladas, calçadas e arborizadas que lhe propiciavam um “aspecto agradável e bello”. Completando este cenário, a Prefeitura adquiriu um motor “Gazogenio Acetylene, acompanhado do petrecho necessário” e inaugurou a “iluminação publica no meio de appaluso dos habitantes” no dia “13 de maio de 1906”⁸. Com isso se tornou a primeira Vila do interior paraibano a dispor de iluminação pública a acetileno, um considerável avanço para aquele espaço urbano ainda com fisionomia rural. Pelas ruas, de acordo com o padre-presidente, havia 12 lâmpões e a Prefeitura pretendia aumentar o número de bicos⁹.

Certamente a iluminação pública transformou o cotidiano da cidade, alargando o dia, as sociabilidades cidadina e a intensidade do movimento das ruas à noite. De posse desse importante instrumento do conforto, em 30 de março de 1938, durante o Estado Novo, a Vila foi finalmente elevada à categoria de Cidade.

Segundo informações do IBGE (1960, p. 414), nos dados do censo de 1950, o território “primitivo” do município era de 649 quilômetros quadrados e a população total, incluindo os distritos de Aguapaba, Aroeiras, Mata Virgem e Natuba chegava aos 43.004 habitantes, situando-o no “13º lugar entre as 41 comunas paraibanas então existentes”.

Contudo, o município teve sua área reduzida. Suas dimensões físico-territoriais e populacionais diminuíram significativamente para um quarto do total, após os

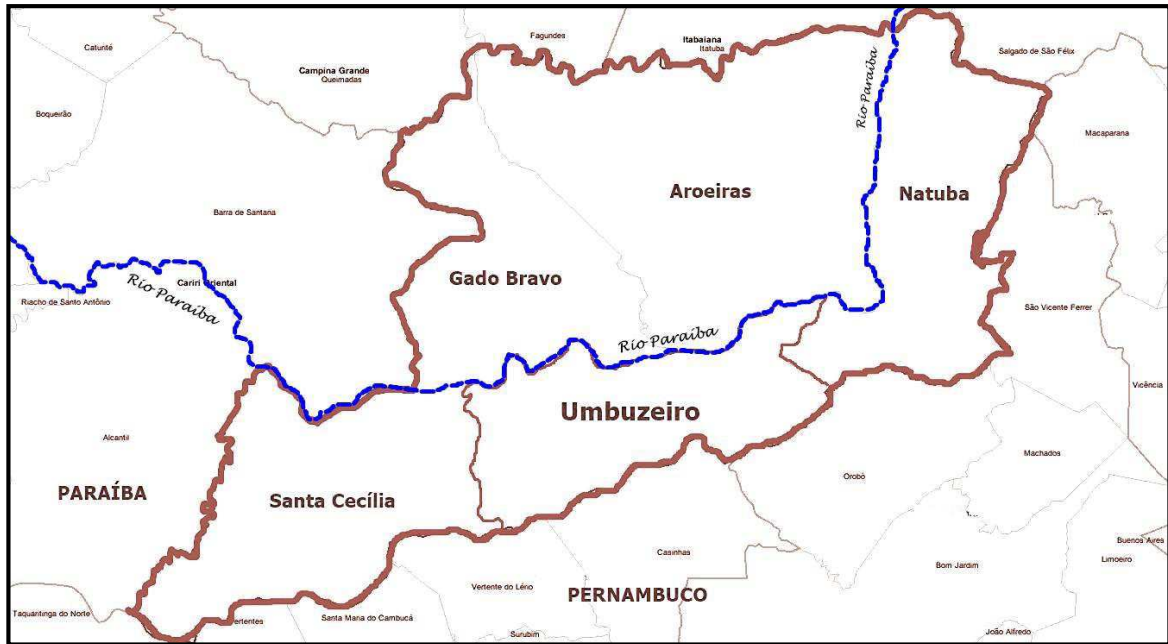
⁷ Conferir, *Recenseamento do Brazil* – Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no Estado da Parahyba, publicado em 1920.

⁸ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado em 1º de setembro de 1907, pelo Presidente Monsenhor Walfredo Leal. p. 35-36. Também conferir informações sobre aspectos da morfologia urbana na Revista *Eu sei Tudo*, Ano 35º, N°1, junho de 1951. p. 2.

⁹ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado em 1º de setembro de 1907, pelo Presidente Monsenhor Walfredo Leal. p. 36.

desmembramentos que deram origem aos municípios de Aroeiras (Lei n° 980 de 02 de dezembro de 1953), Natuba (Lei n° 2.601 de 29 de novembro de 1961) e, por último, Santa Cecília (Lei 6.176 de 13 de dezembro de 1995)¹⁰.

IMAGEM 1 - MAPA DO ANTIGO E ATUAL TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE UMBUZEIRO



Fonte: Acervo pessoal da autora. Mapa gerado pela plataforma Sidra IBGE. Editado pela autora.

Neste mapa temos uma representação gráfica da demarcação do antigo município de Umbuzeiro, correspondendo à área maior. Em destaque, na porção menor, temos seu atual território. Na linha de cor azul, servindo de fronteira para os municípios exibidos, encontra-se o Rio Paraíba, nosso guia inicial nesta viagem, desde o primeiro momento com as entradas de Teodósio de Oliveira Ledo.

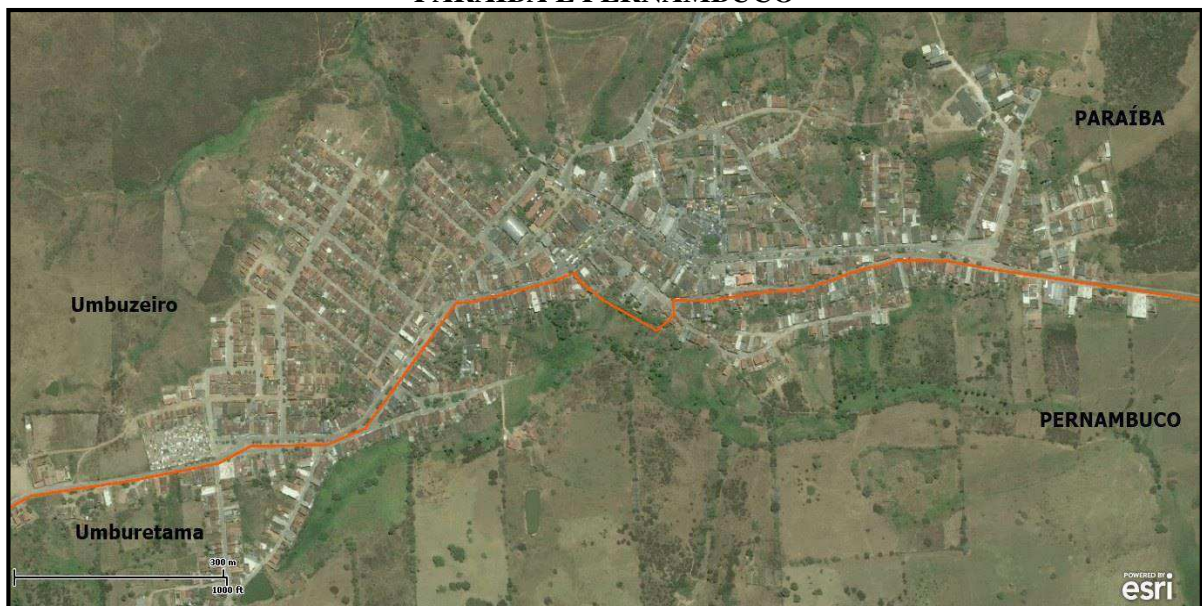
Diante de tal contexto e conforme podemos visualizar no mapa, o município perdeu a grande maioria de suas terras e, conseqüentemente, decaiu seu número populacional. Possui atualmente uma população de 9.298 habitantes, distribuídos numa área de 181.327 km², limitando-se ao Leste com Natuba; ao Oeste com Santa Cecília; ao Norte com Gado Bravo e Aroeiras; e ao Sul com o Estado de Pernambuco, fazendo divisa com os municípios de Orobó,

¹⁰ As leis que criaram os respectivos municípios, encontram-se no banco de dados da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, disponível em: http://alpb1.pb.gov.br:8082/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/7866_texto_integral, http://alpb1.pb.gov.br:8082/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/1978_texto_integral e http://alpb1.pb.gov.br:8082/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/5889_texto_integral Acesso: 26 jan. 2014.

Casinhas e Vertente do Lério. A alteração territorial mais recente foi feita em 2013, pela Lei nº 10.110, que redefiniu os limites municipais¹¹.

Um aspecto bastante inusitado oferece a esta urbe uma condição bastante singular. Por estar localizada na região limítrofe com o estado de Pernambuco, algumas casas encontram-se divididas entre as duas unidades federativas, podendo estar cada cômodo de uma casa num estado diferente, e havendo, inclusive, a possibilidade de a mãe optar pela naturalidade de seus filhos. Essa situação já fez com que houvesse duas feiras num mesmo dia, em estados diversos. Desde 1943 a porção pernambucana, originalmente denominada de Umbuzeiro, passou a ser denominada de Umburetama, sendo distrito do município de Orobó. Vejamos a seguir a delimitação dessa divisa com Pernambuco.

IMAGEM 2 – FOTOGRAFIA VIA SATÉLITE COM VISTA PARA A CIDADE DE UMBUZEIRO, DESTACANDO-SE A LINHA DIVISÓRIA ENTRE OS ESTADOS DA PARAÍBA E PERNAMBUCO



Fonte: Acervo pessoal da autora. Imagem gerada pela plataforma Sidra IBGE. Editada pela autora.

A cidade está a cerca de 199 km da capital paraibana. É um espaço urbano de pequeno porte, um arquétipo da tradicional cidade do interior nordestino. Provavelmente passaria despercebida aos olhares menos atentos, não fosse a beleza da sua arquitetura ainda conservada em algumas residências e espaços públicos, e a nostalgia de suas praças a revelar um cenário indiciário e enigmático que lhe oferecem um sabor especial. Destarte, é por ela que iremos seguir nosso percurso. Traçaremos nosso caminho por entre ruas, praças, prédios e

¹¹ Os dados relativos ao número de habitantes e área territorial foram obtidos no último censo do IBGE em 2010 e a lei que redefina os limites do município está disponível em: http://alpb1.pb.gov.br:8082/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/11141_texto_integral Acesso: 26 jan. 2014.

monumentos, concebidos como espaços de memória àqueles que nela tiveram seu berço e por ela foram transformados em *filhos ilustres*.

Nosso trajeto, nossas escolhas...

Minha serra
"dos Cariris Velhos"
Ouvir tua história
Na voz dos teus filhos
É muito melhor.

No seu céu para sempre ecoará
Um hino de fé, imortal, imortal!
Relembrando Epitácio Pessoa,
João Pessoa e Chateaubriand
Esse trio ideal
Os seus nomes são a glória
de Umbuzeiro, sua terra natal.
(GOMES, 1995, p. 82)

No caminho pelos espaços que integram esta paisagem citadina, neste “lugar saturado de significações acumuladas através do tempo” (BRESCIANNI, 2010, p. 237) encontramos os personagens que nela delinearão seus percursos, vivenciaram experiências e exercitaram sociabilidades. Sentiam a vida acontecer e teciam os fios das diversas histórias que a compõem. Dentre estes, se encontram os chamados *filhos ilustres* de Umbuzeiro. Eles também têm muito a nos contar sobre essa cidade e aqui encontramos nosso pouso. É por detrás das paredes de seus prédios, dos monumentos de suas praças, dos nomes de suas ruas que por ora, vamos ler capítulos da história desta cidade e por extensão, do próprio Estado da Paraíba.

Como indica o Hino de Umbuzeiro, a cidade vive sob a imagem de personagens considerados renomados que nela nasceram e que lhe dão também o título de *berço de filhos ilustres*, sendo seus nomes a glória de Umbuzeiro. Essa condição pode ser facilmente percebida nos espaços da cidade.

Para quem nela chega, vindo de Campina Grande ou Aroeiras, certamente percorreu a Rodovia PB 102 que leva o nome de Rodovia Terezinha Lins Pessoa. Seguindo-se pela estrada de terra ao nosso lado esquerdo, iremos ter com a Estação Experimental João Pessoa e nela seria possível conhecer o busto de Epitácio Pessoa Sobrinho. Retomando em direção a urbe, encontramos do lado direito a Escola Estadual Presidente João Pessoa. A poucos metros desta, encontra-se a casa onde o mesmo nasceu, o berço da família Pessoa.

Seguimos em direção ao centro pela Rua Dr. Epitácio Pessoa e com poucos passos, estamos defronte à Praça João Pessoa onde reside o monumento em sua memória. Aqui damos uma pausa e visualizamos a escola que tem o nome de sua mãe, Maria Pessoa Cavalcanti. Na esquina desta praça, um outro espaço educativo nos chama atenção, é a Biblioteca Municipal Presidente Epitácio Pessoa, que se estende pela rua de mesmo nome. Se seguíssemos até o outro extremo deste logradouro, pela Rua do Livramento, chegaríamos à Creche Terezinha Lins Pessoa.

Resolvemos caminhar em direção ao centro urbano, onde nos deparamos com o casario antigo, o Mercado Municipal e a Igreja Matriz. Aqui localizamos outro importante espaço público da cidade, a Praça Cel. Antônio Pessoa, também guarnecida com um monumento seu. Ao sentarmos num banco qualquer desta praça, uma edificação se faz notar aos nossos olhos, é o prédio do primeiro espaço educativo da cidade, o Grupo Escolar Cel. Antônio Pessoa. Em conjunto, este cenário se configura numa tríade em memória ao coronel, formada pela praça, busto e grupo.

Continuamos nosso percurso pela Avenida Dr. Carlos Pessoa e prontamente detectamos ao nosso lado esquerdo o Posto de Saúde Sinhá Pessoa, o primeiro construído nesta urbe e que foi batizado com o nome de sua mãe, a esposa do coronel. Ainda é possível observar o remanescente do casario antigo, a exemplo do prédio da Prefeitura Municipal. Mais à frente, no final desta avenida, nos deparamos com o mais recente monumento inaugurado na cidade, o busto de Carlos Pessoa Filho, cravado na Praça de mesmo nome. Nesse ponto esta pequena cidade termina, mas, se resolvermos seguir pela Travessa Dr. Carlos Pessoa Filho, ao seu final encontraremos o Fórum Presidente Epitácio Pessoa.

Em um breve passeio pela cidade não é difícil perceber os motivos que a fizeram ser conhecida como o *berço de filhos ilustres* ou a *terra dos Pessoa*. O nome dessa genealogia de tradição política em Umbuzeiro é sobremaneira visível na toponímia e espaços urbanos. Destarte, esse cenário nos suscita uma problemática historiográfica. Afinal, o que dizer acerca de tantos espaços de memória em favor dos Pessoa? Como a cidade se constituiu dessa forma? Quais os discursos que a conceberam como tal? Quando, como e porque estes espaços foram assim nomeados? Quais os interesses ofuscados por detrás da construção destes espaços que fazem de Umbuzeiro uma cidade monumentalizada? E portanto, o que pensam os cidadãos em meio ao debate em torno da preservação desse patrimônio?

Ante estes questionamentos surge o objetivo precípua de nossa pesquisa: investigar o processo de fabricação de Umbuzeiro enquanto cidade monumentalizada, entrelaçando os elementos que lhe atribuem sentidos, lhe conferem importância e corroboram para elaborar e

sedimentar, ou não, uma memória, uma identidade e um patrimônio cidadão. Examinaremos os monumentos e espaços simbólicos representativos de personagens específicos de uma determinada época que transformaram Umbuzeiro em uma cidade monumentalizada; abordaremos as relações pertinentes ao seu espaço, sua história e a história de seus *filhos ilustres*. No apreço de nosso objeto de pesquisa, selecionamos os espaços de memória batizados com o sobrenome Pessoa.

Cabe ressaltar que esta fisionomia cidadina foi percebida no estudo realizado por Genes Ribeiro (2009). Sua proposta é discutir a arquitetura das construções simbólicas que produziram o mito da imagem do Presidente João Pessoa no cenário político-social, após o seu assassinato. Ao tecer comentários sobre como o nascimento e a morte deste político foram (re)apropriados, o autor revisita as comemorações do centenário de seu nascimento, em 1978, e se dirige a cidade que lhe serviu de berço, Umbuzeiro.

Na medida em que examina o evento, o pesquisador analisa os discursos proferidos e apresenta as obras de caráter memorialístico inauguradas na cidade, identificando assim a existência da monumentalização dos Pessoa em Umbuzeiro. Buscando ampliar e aprofundar os estudos levantados tangencialmente por Genes Ribeiro na cidade natal de João Pessoa, analisaremos a existência desses espaços monumentalizados a partir da construção dos sentidos que lhes são atribuídos.

No contexto moderno em que a cidade remodela seu espaço edificado, muitas vezes surge a necessidade de escolher aquilo que deve ou não ser preservado. Nessa seleção, geralmente busca-se considerar aquilo que é “identificado como ponto de ancoragem, marco de reconhecimento e propriedade coletiva”. Portanto, “lugares de memória, políticas de patrimônio, definições de identidades urbanas são algumas das vias temáticas que se abrem com esse campo de estudo” (PESAVENTO, 2003, p. 79). É nessa perspectiva que inserimos o estudo da cidade de Umbuzeiro. Uma abordagem de sua espacialidade a partir da materialidade urbana e dos *filhos ilustres*, personagens urbanos responsáveis por nomear e dar significado aos espaços cidadãos. Neste sentido, buscamos problematizar as formas de apropriação do passado e os usos sociais e/ou políticos desse espaços de memória.

Consoante Neves (2000, p. 112): “É a busca de construção e reconhecimento da identidade que motiva os homens a debruçarem-se sobre o passado em busca dos marcos temporais ou espaciais que se constituem nas referências reais das lembranças”. Nisso reside o desejo de fundar uma história para a cidade, narrando-a sob o prisma dos “heróis” locais e desenhando-os nos espaços públicos. Dessa forma, “os lugares da memória, [...] podem ser considerados esteios da identidade social, monumentos que têm, por assim dizer, a função de

evitar que o presente se transforme em um processo contínuo, desprendido do passado e descomprometido com o futuro”.

Destarte, nosso estudo trata da produção social de uma memória e identidade cidadina. A qual, resultou de interesses, tensões, ressignificações e sobreviveu ao presente através dos vínculos estabelecidos com um passado de glórias para a cidade. Isso porque, como pontua Pesavento (2007b, p. 2).

As identidades, enquanto sensação de pertencimento, são elaborações imaginárias que produzem coesão social e reconhecimento individual. Identidades asseguram e confortam, sendo dotadas de positividade que permite a aceitação e o endosso. Identidades fundamentam-se em dados reais e objetivos, recolhendo traços, hábitos, maneiras de ser e acontecimentos do passado, tal como lugares e momentos. Com tais elementos, a identidade implica na articulação de um sistema de ideias imagens que explica e convence.

Para compormos uma história sobre a cidade de Umbuzeiro, seguiremos pelas sendas da História Cultural, que entre aproximações e distanciamentos com outras ciências, ampliou bastante o leque de objetos possíveis de serem estudados. Através de sua abordagem, a cidade deixou de ser vista apenas pelo âmbito econômico-social e passou a ser problematizada em todos os seus aspectos e vista enquanto problema e objeto de reflexão. Desse modo, conforme assinala Pesavento (2003, p. 77-78):

Não se estudam apenas processos econômicos e sociais que ocorrem na cidade, mas as representações que se constroem na e sobre a cidade. Indo mais além, pode-se dizer que a História Cultural passa a trabalhar com o imaginário urbano, o que implica resgatar discursos e imagens de representação da cidade que incidem sobre espaços, atores e práticas sociais. O imaginário urbano, como todo imaginário, diz respeito a formas de percepção, identificação e atribuição de significados ao mundo, o que implica dizer que trata das representações urbanas.

No contexto dessas várias possibilidades de abordagem urbana se insere a pesquisa aqui apresentada, tendo em vista a possibilidade de tecer a leitura da cidade de Umbuzeiro através de suas memórias e representações. Nesse aspecto, o conceito de “representação” torna-se essencial para se construir a ideia de “como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais” (CHARTIER, 2010, p. 43).

Do mesmo modo, a leitura desta urbe se faz possível, uma vez que, segundo Barros (2012, p. 45), a cidade é um texto que “fala aos seus habitantes e aos seus visitantes através dos nomes próprios que ela abriga: dos nomes de ruas, de edifícios, de monumentos”. De modo que

“seus monumentos e pontos simbólicos falam da vida mental dos que nela habitam e daqueles que a visitam” (BARROS, p. 40-41).

Um dos primeiros autores a se preocupar com as especificidades do monumento foi o historiador da arte vienense Alois Riegl, na obra *O Culto Moderno dos Monumentos*. Para este, o monumento pode ser entendido como “uma obra realizada pela mão humana e criada com o fim específico de manter façanhas ou destinos individuais (ou conjunto destes) sempre vivos e presentes na consciência das gerações vindouras” (RIEGL, 2005, p. 23, tradução nossa), nesse sentido, os nomeia de “monumentos intencionais”.

Riegl estabelece a concepção de “valor” do monumento, considerando que a particularidade dos monumentos intencionais reside em seu valor de rememoração conquanto seja:

El valor rememorativo intencionado tiene desde el principio, esto es, desde que se erige el monumento, el firme propósito de, em certo modo, no permitir que ese momento se convierta nunca en pasado, de que se mantenga siempre presente y vivo em la conciencia de la posteridade. Esta tercera categoría de valores rememorativos constituye, pues, un claro tránsito hacia los valores de contemporaneidade. (RIEGL, 2005, p. 67)¹²

Partindo do pressuposto de que o monumento enquanto artefato intencional tem uma carga valorativa de rememoração, não é difícil perceber que “as lembranças se apoiam nas pedras da cidade [e] [...] a memória escolhe lugares privilegiados de onde retira sua seiva” (BOSI, 2003, p. 71). Desse modo, a construção de um monumento intencional tem o desígnio de tornar uma memória perene e inesquecível.

Para efeitos de um estudo historiográfico, faz-se necessário estabelecer a distinção entre as duas formas de monumento: o monumento e o monumento histórico. Para tanto, utilizaremos a abordagem feita pela historiadora francesa Françoise Choay a partir das obras, *A alegoria do patrimônio* (2006) e *O patrimônio em questão* (2011). Segundo esta, o monumento se trata de um artefato intencional. Em contrapartida, o monumento histórico não é intencional e refere-se a uma construção intelectual posterior à sua edificação. Sendo assim, a categoria adotada neste trabalho é, pois, a de monumento.

Cabe avaliar, ainda, a sua origem etimológica, onde temos do latim *monumentum*, que deriva de *monere* e significa “lembrar”. Assim, tomado em seu sentido mais amplo, Jacques Le

¹² O valor rememorativo intencional, desde o início, isto é, desde que o monumento foi erguido, tem o firme propósito de, em certo modo, não permitir que esse momento se converta em passado, de que se mantenha sempre presente e vivo para a consciência da posteridade. Esta terceira categoria de valores rememorativos constitui, portanto, uma transição clara aos valores contemporâneos. (RIEGL, 2005, p. 67, tradução nossa).

Goff (2003, p. 535) nos indica que o monumento “é tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação”. Por isso ele diz muito de uma sociedade. Para este autor, criar ou cultivar monumentos sugere o interesse de eternizar uma configuração do passado que não é dada em si, mas através de um objeto que foi socialmente fabricado e que busca ressignificações no presente. Nesta acepção, a fabricação de Umbuzeiro enquanto uma cidade historicamente significada a partir de seus monumentos corresponde a uma estratégia de consagrar e perpetuar os filhos da terra, fixando-os na memória cidadina e (a)firmando uma identidade.

Por sua vez, a memória entendida como uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” e que se integra “em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento” (POLLAK, 1989, p. 9) é a pedra angular onde se ancoram os monumentos intencionais. Enquanto suporte monumental, ela pode ser entendida também como um “[...] instrumento de poder, poder pelo domínio da lembrança, da tradição, da sua própria manipulação, de retorno ao passado para servir o presente e o futuro” (TEDESCO, 2004, p. 90).

É nessa perspectiva que percebemos a emergência da constituição de uma identidade que foi sendo esculpida nos bustos da cidade de Umbuzeiro, inserida na dinâmica de uma espécie de cartografia simbólica, a qual revela em suas praças, a monumentalização dos filhos da terra e, conseqüentemente, criando-lhes “lugares de memória”, conforme acepção de Pierre Nora (1993).

Estes espaços de celebração da memória são resultados de uma construção histórica e ganham interesse de acordo com seu valor enquanto referencial simbólico, revelador dos processos sociais, das paixões, dos conflitos, das representações e memórias que ali se solidificaram.

Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações. (NORA, 1993, p. 27)

Essa imagem monumental revelada pelos espaços citadinos através de sua toponímia e dos monumentos em suas praças, corresponde àquilo que Pierre Nora convencionou chamar de “lugar de memória”. Portanto nesta pesquisa concebemos estes espaços como tal, uma vez que podem ser entendidos em três dimensões:

É **material** por seu conteúdo demográfico; **funcional** por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas

simbólico por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número, uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993, p. 22, grifo nosso)

Para Pierre Nora, estes lugares de memória têm uma tríplice definição, podendo ainda ser concebidos de forma coletiva ou individual. Aqui, o discurso memorialístico local, a configuração monumental da cidade e os desejos de preservação da mesma têm embasamento simbólico por intermédio da memória social daqueles que a integram.

A criação dos monumentos do espaço urbano umbuzeirense baseia-se, de modo geral, na recordação de um determinado personagem do passado nascido na cidade, idealizado como “herói”, repleto de atributos formidáveis e que contribuiu para a fundação de uma história para Umbuzeiro. Neste ponto reside a importância destes objetos: estão relacionados com a memória e a afirmação de uma identidade cidadina. Quanto à isso, Sandra Pesavento (2007b, p. 2) assinala que,

[...] a identidade se mostra e se exhibe em ritos e práticas sociais, e se dá a ver, como no caso dos monumentos, feitos para lembrar. E tais marcos, como se pode bem apreciar, têm seu *locus* preferencial de referência nos centros urbanos, núcleo onde tudo começou. A construção de identidades urbanas tem seu acabamento na construção de paisagens, onde o enquadramento do espaço construído com seus elementos referenciais e icônicos e ajusta e se enlaça com o meio natural.

Por conseguinte, os monumentos não devem ser avaliados apenas como objetos estéticos, mas sim enquanto mecanismos simbólicos dotados de um sentido político proposital. Mais do que uma homenagem aparentemente desinteressada, os bustos assentados nas praças umbuzeirenses englobam historicamente um conjunto de ideias e simbolismos que estão atrelados não só ao homenageado e o seu feito, mas também aos valores que ele representou/representa para a cidade. Eles possibilitam a transmissão de uma determinada memória individual e/ou social de uma geração à outra, ao mesmo tempo que lhe serve de suporte. Assim, as praças onde estão assentados não fogem a esta tônica, pois estes

Espaços públicos costumam estar impregnados de memória, o que lhes garante um valor simbólico que extrapola em muito a sua função mais visível. Ruas e praças contêm história não apenas de importância individual, como não cessam de cantar os poetas mas, sobretudo, de valor coletivo. São nesses espaços privilegiados que estão registrados os fatos urbanos que constituem uma cidade. (LEITÃO, 2002, p. 20)

É nesse contexto que almejamos entender as vicissitudes dessa cidade que gira em torno da figura de seus *filhos ilustres* e que por vezes se confunde com os mesmos, na medida em que fundam uma história para a mesma. Assim, estudar e compreender essas nuances permite-nos adentrar nas subjetividades que compõem cada monumento intencional, em sua relação com a cidade: complexa, plural e multifacetada. Segundo Barros (2012, p. 22), “a cidade, seria o maior artefato produzido pelo homem que pode ser integralmente apreendido pelo olhar comum”, e conseqüentemente, passível de pesquisas e interpretações.

Para a realização deste trabalho, optamos inicialmente por trilhar um caminho juntamente com a História Cultural, tomando como ponto de partida o aporte teórico que tem a cidade como objeto de estudo e reflexão. Dialogamos principalmente com os autores que a entendem enquanto espaço onde se desenvolvem sociabilidades e lugar subjetivado simbolicamente pelos monumentos e lugares de memória que a contêm.

Entre as possibilidades ensejadas pelas fontes, desenvolvemos a pesquisa seguindo os rastros das notícias sobre Umbuzeiro, publicadas nos periódicos a que tivemos acesso. Deve-se ter em mente que “historicizar a fonte requer ter conta [...] das condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê”. Bem como, “estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural” (LUCA, 2011, p. 132). Lembrando ainda que, o que se tornou notícia sobre aquela cidade foi também motivado por questões que lhe deram publicidade.

Com o fito de melhor abarcar esse nosso objeto de estudo, cotejamos as fontes hemerográficas com as fotográficas, comparando muitas vezes o que era dito na reportagem e o que estava revelado na imagem. Usamos portanto, o recurso fotográfico como uma das possibilidades para pensarmos o processo de elaboração e construção dos lugares de memória e da fabricação dessa cidade monumentalizada.

Sabemos que a fotografia difere de outras formas de imagem, como a pintura e a escultura, por ser criada objetivamente por um aparelho eletrônico. Contudo, isso não implica dizer que ela é neutra e representa uma verdade. Ela é dotada de uma carga ideológica, mediada pelo olhar proposital daquele que a criou. Por isso, as fotografias não devem ser tomadas como uma fonte inquestionável do passado, mas antes de tudo, como outro documento que carece de reflexão. As fotografias, de acordo com Santaella e Noth (2001, p. 128):

[...] não são meros espelhos mudos e inocentes daquilo que flagram, nem são habitantes de um reino paralelo à realidade. Embora tenham, de fato, um certo

poder de duplicar o real, essa duplicação é geradora de ambiguidades insolúveis. O fato de funcionarem com réplicas não significa que as fotografias deixam de ser partes, habitantes legítimos da realidade mesma que a replicam. Fotografias, assim como quaisquer outros tipos de signos imagéticos ou não, agregam-se à realidade, aumentam sua complexidade e tornam-na mais densa.

Nestes termos, existe uma série de possibilidades para abordar a fotografia, variando desde o “ponto de vista puramente material e técnico”, até o outro lado mais abstrato e filosófico que busca tratá-la “como forma de representação e conhecimento do mundo” (SANTAELLA; NOTH, 2001, p. 115). Esta será a concepção aqui adotada.

Este lugar do real por meio da fotografia torna-se um testemunho do passado, com múltiplas facetas: “uma foto equivale a uma prova incontestável de que determinada coisa aconteceu. A foto pode distorcer, mas sempre existe o pressuposto de que algo existe, ou existiu, e era semelhante ao que está na imagem” (SONTAG, 2004, p. 16). Esta é uma presunção de veracidade, uma verossimilhança, mas que não quer dizer que a fotografia é auto explicável.

Ela se apresenta como sendo “tanto uma pseudopresença quanto uma prova de ausência” (SONTAG, p. 26), pois o ato que foi capturado pela câmera jamais poderá ser repetido da mesma forma ou com os mesmos elementos. Ela captura um momento irrepetível e que se transmuta em fatia de tempo, sendo, por conseguinte eternizado. Mas não podemos deixar de considerar que a imagem congelada de um passado é uma fonte exclusiva do conhecimento histórico, precisando ser analisada em si mesma e em contraponto com outros documentos, tal como nos orienta Boris Kossov (1941).

Em alguns momentos de nossa pesquisa, as fontes impressas não foram suficientes para responder as nossas indagações, especialmente para o objetivo do terceiro capítulo. Assim, partimos para os depoimentos de alguns cidadãos que vivenciaram e experimentaram algum aspecto da relação cidade/monumento. Nesse ponto tomaremos a história oral como um dos procedimentos metodológicos para construir nossas fontes de pesquisa.

Como afirma Delgado (2006), a memória que é a principal fonte da pesquisa oral, estabelece infinitas possibilidades e múltiplas variáveis. Como também: “A História oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado” (ALBERTI, 2011, p. 155).

Destarte, a história oral possibilita repensar e reconstruir o passado sob um olhar atualizado, cuja particularidade “decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 2004, p. 23).

Nesse sentido, a oralidade se faz um método rico para a realização dessa pesquisa contribuindo para a produção do conhecimento histórico, por favorecer a essa multiplicidade de possibilidades de relatos individuais e coletivos durante as entrevistas realizadas. Pois que:

A memória oral, longe da unilateralidade para a qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra a sua maior riqueza. (BOSI, 2003, p. 15)

Cabe acrescentar que neste trabalho optamos por manter as citações com a grafia da época e assim tornar nossa escrita mais fidedigna à fonte. Desse modo, para tecer as tramas no processo de fabricação dessa cidade monumentalizada e adentrarmos no âmago da elaboração de uma memória, uma identidade e um patrimônio cidadão, montamos nosso percurso em três capítulos.

Inicialmente trilhamos nosso percurso através da escrita do memorialista Eduardo Gomes que configurou significados para o passado umbuzeirense, dando-lhe uma história e gestando uma identidade pautada na imagem dos chamados *filhos ilustres* de Umbuzeiro. Através de uma análise historiográfica intencionamos entender como este constrói uma memória para a cidade e se torna o guardião da história local. Ao mesmo tempo, procuramos compreender os caminhos da elaboração dessa memória consubstanciada na criação de um memorial e na construção de um discurso patrimonialista que intenciona preservar e proteger o patrimônio arquitetônico cidadão. E assim, adentramos nos desejos de patrimonialização da cidade e nas tentativas de incorporá-la na ordem do discurso patrimonial, justificadas pela necessidade de delimitar e salvaguardar tal patrimônio.

No segundo capítulo levamos o leitor a conhecer as bricolagens discursivas que construíram a cidade como o berço de homens renomados. Neste ponto problematizamos a univocidade desse discurso que a identifica como *berço dos filhos ilustres* e dessa imagem produzida a seu respeito. Examinaremos como estes personagens foram se articulando e sendo articulados pela toponímia urbana, inscritos na textura material da cidade, por suas ruas, prédios e monumentos. Assim, objetivamos entender o contexto histórico da construção destes lugares de memória que tem em comum o nome da família Pessoa.

Encerrando nosso percurso, buscaremos no terceiro capítulo analisar historicamente a idealização e confecção de três monumentos representativos da imagem dos *filhos ilustres* de Umbuzeiro, a saber, os bustos de João Pessoa, Antônio Pessoa e Carlos Pessoa Filho. Tomando-os como monumentos intencionais, interessa-nos especialmente, compreender o propósito dos sujeitos políticos envolvidos nas suas respectivas construções e a estratégia de afirmação

memorialística da família Pessoa, responsável pela promoção destas homenagens em diferentes contextos históricos. Ao passo que, examinaremos as atuais (res)significações dos cidadãos e suas relações com estes lugares monumentais.

Através dos discursos memorialísticos, hemerográficos e através da conjuntura e configuração de seus “lugares de memória”, pretendemos problematizar uma intensa relação de pertença existente entre os chamados *filhos ilustres* e Umbuzeiro, visando entender como esta foi paulatinamente fabricada e monumentalizada em memória a estes personagens.

Desta forma, considerando que toda história é resultado de uma seleção, de uma composição de recortes, de conteúdos e de interpretações a respeito de determinado tema. Acreditamos que todo esse arcabouço de leitura, análise, investigação, interpretação, reflexão e experiências pessoais, contribuirão de forma significativa para a construção do nosso conhecimento histórico, a feitura de nossa pesquisa e a reflexão acerca desta urbe.

CAPÍTULO 1 - PERCURSOS E ESCRITAS SOBRE A
CIDADE: NAS TESSITURAS DAS MEMÓRIAS
UMBUIZEIRENSES



CAPÍTULO 1 - PERCURSOS E ESCRITAS SOBRE A CIDADE: NAS TESSITURAS DAS MEMÓRIAS UMBUZEIRENSES

A cidade é feita de sonhos e desejos. Sonhos e desejos que, um dia, se tornarão recordações, se incorporarão aos inúmeros labirintos da memória, revelarão as faces escuras do passado ou deixarão que elas permaneçam desconhecidas para sempre. Mas sonhos e desejos que se reinventam e se transformam. Assim é a cidade, a grande moradia dos homens. O nosso olhar percorre suas ruas como se elas fossem “páginas escritas”, querendo adivinhar as histórias que elas escondem, traduzir a língua difícil dos sentimentos que construíram o seu cotidiano, seus tantos símbolos que os homens teimam em decifrar como se eles pudessem ter, apenas, um significado.
Antônio Paulo Rezende

Os anseios por narrar a história das cidades e revelar suas nuances se mostram latentes desde muito tempo, nas variadas civilizações. Pensar e sentir a urbe parecem ser uma carência humana bastante remota, tanto que a tornaram objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento. Ela foi descrita, sonhada e desejada de diversas formas e matizes.

No último século os processos de aceleração urbana e industrial suscitaram a necessidade de se refletir cientificamente sobre a urbe. Tal fato contribuiu para o desenvolvimento da “moderna reflexão sobre a cidade como forma mais específica de organização social” no “século XIX, seja na área da historiografia, seja no campo do pensamento sociológico” (BARROS, 2012, p. 9).

No tocante à Paraíba, percebe-se os primeiros sinais de investigação urbana no início do século XX, e uma das primeiras obras a tratar da cidade foi o livro *Notas sobre a Parahyba*, produzida por Irineo Joffilly, em 1908. Desde então, outros autores também demonstraram interesse pelo tema, a exemplo de João Lyra Tavares em *A Parahyba*, produzido em 1909, seguido de Celso Mariz que publicou dois trabalhos: *Através do Sertão*, em 1910, e *Cidades e Homens*, em 1945.

Com a instalação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), em 1905, surgiram obras que “falam de um lugar social empenhado em construir um passado heroico para a Paraíba”, sendo constituídas por “histórias urbanas que privilegiam os aspectos quantitativos e/ou evolutivos das urbes, não tendo outro compromisso teórico maior” (SILVA, 2013, p. 177).

Noutra perspectiva, um outro saber autorizado a falar sobre as cidades foi elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da divulgação da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, em 1960, e da *Revista Brasileira dos Municípios*, em

1964. Nestes trabalhos, o Instituto realizou um mapeamento das cidades brasileiras mostrando dados estatísticos e o histórico de cada uma delas. Além desses registros “oficiais”, outras formas de falar sobre a urbe foram externalizadas, por exemplo, através dos anuários, jornais, revistas, obras literárias e de memorialistas.

Trava-se de uma abordagem resumida a uma “descrição do crescimento de uma cidade, retrazando a sua evolução desde o passado até o presente, arrolando dados, nomes e fatos, retrazando sua transformação urbanística, dando a ver as mudanças sofridas pela urbe” e, portanto, são obras meramente “informativas” e que “não estabelecem reflexões maiores sobre o fenômeno da urbanização em si” (PESAVENTO, 2007a, p. 12). Contudo, tais produções podem servir de subsídio ao historiador interessado em estudar a cidade.

Porém, nos últimos anos as pesquisas sobre a cidade adentraram o campo historiográfico, tomaram um novo rumo e se distanciaram desses primeiros estudos. Tal mudança resulta dos embates efervescentes nos domínios de Clio, ocorridos no contexto mundial. Foi um período de incertezas, dúvidas e questionamentos acerca dos seus aportes teóricos e epistemológicos. Nesse diapasão, surgiu uma espécie de “crise dos paradigmas” que se propunham a explicar a realidade que, por extensão, ensejou rupturas epistemológicas de modo a questionar os marcos conceituais predominantes na História.

No Brasil, todo esse movimento de tensão na História se deu por volta dos anos de 1980. Até aquele momento, nossa historiografia era marcada timidamente pela escola francesa dos *Annales*, prevalecendo o viés econômico-social e coexistindo as vertentes marxista e positivista paralelamente.

Logo, aqueles modelos de explicação sofreriam um esgotamento, fazendo surgir a necessidade de sua reavaliação e, conseqüentemente, também a sua revalidação. Igualmente, o Marxismo e os *Annales* foram as matrizes de interpretação historiográfica que se tornaram alvo do processo de contestação/revisitação da História naquele momento.

Este debate gerou questionamentos acerca do papel da História e dos historiadores na sociedade contemporânea. Não obstante, toda essa reviravolta nos impérios de Clio, todas aquelas dúvidas conceituais, paradigmáticas e epistemológicas, ou seja, todas as preocupações acerca do estatuto da História e sua escrita, lhe serviram para um revigoramento de amplas proporções. Assim,

Com a revolução epistemológica desencadeada pela Escola dos *Annales*, a partir de 1929, e que tem seu auge nos anos de 1960-1989, com a terceira geração dos *Annales*, as cidades passaram a ser vistas como objetos de pesquisa histórica por comportarem nelas as mais variadas manifestações do espírito e da engenhosidade humanas. (SOUZA, 2010, p. 7).

De acordo com Souza (2010, p. 7), mesmo que antes de 1980 já existissem estudos sobre a urbe, será a partir dos Annales, “com a ampliação dos temas, das fontes das possibilidades de abordagens” que as cidades irão “figurar como este repositório de temas e subtemas de inquirição”.

Neste contexto, verifica-se que a “crise historiográfica” favoreceu de forma positiva para o enriquecimento teórico e epistemológico, abrindo novos caminhos e possibilidades de se fazer História. Após essa tensão e talvez até como resultado disso, surgiu a chamada “Nova História Cultural”, que chegou ao Brasil nos anos de 1990 e propiciou um novo enfoque acerca das cidades.

Para além da extensa produção acadêmica sobre cidades, ressaltamos que:

[...] somente na década de 1980, uma área temática específica sobre *Cidades* ganha definição precisa como linha de pesquisa em programas de pós-graduação na universidade brasileira, dando lugar à formação de grupos de pesquisadores e estimulando os estudos urbanos nos domínios da historiografia. (BRESCIANNI, 2010, p. 243, grifo do autor)

Nesse sentido, salientamos a título de exemplo, a criação da linha de pesquisa “Cultura e Cidades”, cuja responsável foi a professora Maria Stella Brescianni. Desta linha de pesquisa resultou a significativa contribuição dos historiadores paulistas da UNICAMP, que tomaram a urbe como objeto e construto resultante da ação do homem sobre o tempo, possibilitando uma multiplicidade das discussões historiográficas acerca desse tema.

Nesta perspectiva, os novos aportes teóricos e metodológicos foram sendo incorporados à historiografia paraibana, sobretudo após a criação do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG), em 2006. Desde então, os trabalhos provenientes da linha de pesquisa “Cultura e Cidades” vêm contribuindo significativamente para a produção historiográfica sobre cidades paraibanas, bem como de outros estados brasileiros¹³.

De todo modo, há uma significativa variedade de trabalhos acadêmicos que investigam a temática das cidades na Paraíba. Atualmente pode-se perceber novos olhares e perspectivas historiográficas, nos quais podemos identificar algumas pesquisas que envolvem o progresso,

¹³ Diante dessa perspectiva múltipla, a cidade de Campina Grande, por exemplo, foi e continua sendo abordada por vários autores e sob diferentes perspectivas historiográficas. Temos, como exemplo, as seguintes obras: *Disciplina e Espaços: construindo a modernidade em Campina Grande no início do século XX*, de Regina Coelli Gomes Nascimento, de 1997; *Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)*, de Antônio Clarindo Barbosa de Souza, de 2002; *Território de Confrontos: Campina Grande 1920-1945*, de Fábio Gutemberg R. B. de Souza, de 2006; *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*, de Severino Cabral Filho, de 2008.

a modernidade, a saúde, o lazer, o trabalho, os costumes, as tensões sociais ou políticas, etc. Tudo isso demonstra o quanto o tema da cidade é amplo, se abre como um leque, e se permite pesquisar sob várias possibilidades. Quanto à isso, Souza (2010, p. 11) pontua que “os estudos sobre cidades em todo mundo têm se multiplicado e apontado para diferentes aspectos que podem ser visualizados, estudados, interpretados, analisados, explicitados, e supostamente entendidos”, demonstrando a diversidade da reflexão e circulação desses estudos por todo o globo.

Em se tratando da pesquisa acerca das cidades do interior paraibano, temos as produções oriundas da linha de pesquisa “Cultura e Cidades” do PPGH-UFCG. Dentre essas, salientaremos algumas, a título de exemplo. *Cotidiano, cultura e lazer em Pombal: contradições do progresso (1927-1959)* foi uma dissertação defendida em 2009, por Helmara Giccelli Formiga Wanderley. Nesse estudo, a autora se propôs analisar o processo de urbanização ocorrido na cidade de Pombal, a formação de novas sensibilidades e subjetividades e as tensões que marcaram a vida de seus habitantes no referido período. Em 2011, a cidade de Patos foi objeto de pesquisa para Josinaldo Gomes da Silva, com *Imagens do Moderno em Patos-PB: (1934-1958)*. Neste trabalho, o autor buscou recuperar a instalação dos equipamentos modernos na urbe, percebendo as transformações ocorridas a partir de então e as mudanças sofridas no campo do visível e do sensível.

Outro exemplo, já em 2012, é *A “modernização” da cidade rural: espaços de rupturas e permanências da cidade de Alagoa Nova - PB (1920 -1960)*, de Luiz Carlos dos Santos. Sua proposta foi fazer uma análise da referida urbe quando esta passava por um momento de crescimento e experimentação de alguns ícones modernos. Em 2013, Pollyana Cardoso Dantas apresentou *A arte de fiar memórias e tecer narrativas: o viver urbano do operariado areiense (1940-1980)*. Neste trabalho, o intento foi redescobrir a cidade Areia a partir de sua primeira e única fábrica têxtil, buscando compreender como era o trabalho, o cotidiano desses operários e como formularam suas experiências.

No tocante à cidade de Umbuzeiro, percebemos que muito vagarosamente ela foi se tornando objeto de estudo no campo historiográfico. Porém, as pesquisas ainda são muito escassas¹⁴. Embora muitos autores tenham se remetido a Umbuzeiro quando tomaram por

¹⁴ As pesquisas acadêmicas referentes a Umbuzeiro, em nível de graduação, são, em sua maioria, baseadas nos escritos de Eduardo Gomes e geralmente têm pouca divulgação ou repercussão local. Os últimos estudos de que tomamos conhecimento, por exemplo, são os trabalhos de conclusão de curso (TCC) em História. Em 2011, temos: *Nos altares de uma igreja, na sombra de um umbuzeiro, os sermões de um capuchinho: os discursos de Frei Damião na (des)construção da identidade dos católicos na cidade de Umbuzeiro*, onde Luzinete Barbosa da Silva discutiu a influência dos discursos religiosos de Frei Damião nas ocasiões em que visitou esta cidade e a construção de uma identidade católica por parte dos umbuzeirenses. Outro exemplo desse tipo de trabalho foi o artigo de

objeto de estudo a atuação política de João Pessoa e a Revolução de 1930 (AIRES, 2006), ou mesmo a construção simbólica de sua imagem política (RIBEIRO, 2009), a cidade ainda carece de um estudo acadêmico mais específico. Portanto, diante da dificuldade de se fazer uma história desta urbe, nos propomos a realizar um estudo sobre a cidade de Umbuzeiro e ampliar as possibilidades referenciais de sua parca produção historiográfica.

Destarte, a cidade que intencionamos apresentar em nossa pesquisa se insurge a partir de nossas fontes, escolhas metodológicas e aportes teóricos. Ante à multiplicidade de possibilidades de se fazer sua abordagem, nela escolhemos como objeto de estudo os elementos constitutivos de sua identidade: a produção narrativa memorialística, os monumentos citadinos e o patrimônio urbano que a constitui. Igualmente encontramos algumas características semelhantes às demais cidades interioranas e de pequeno porte na Paraíba. As transformações urbanas, assim como os melhoramentos técnicos do conforto que nela foram introduzidos, também foram vivenciados na urbe vizinha, citando o caso análogo da cidade de Aroeiras.

A partir dos estudos referentes a esta, produzidos por Iordan Queiroz Gomes em *Sensibilidades e representações na construção do espaço urbano aroeirense entre sonhos, desejos e práticas (1920-1960)*, em 2012, e por Aparecida Barbosa da Silva, em *Tecendo memórias e vivências: relatos sobre a cidade de Aroeiras – PB (1970-1990)*, no ano de 2014, é possível identificar a semelhança de alguns aspectos quanto ao período e contexto em que, a título de exemplo, ocorreu a chegada da luz elétrica ou do sistema de abastecimento de água. Isso ocorre porque Aroeiras teve uma ligação umbilical com Umbuzeiro por ter sido parte deste município até 1953, quando foi emancipada.

Além disso, assim como Umbuzeiro, a cidade de Aroeiras também sofreu a influência política dos Pessoa, tanto em seu processo de emancipação, quanto no plano da administração municipal. Carlos Pessoa Filho (Apêndice E), a ser minuciado mais à frente neste estudo, atuou como prefeito em ambas as cidades. Mas foi especialmente em Umbuzeiro que as marcas desse poderio político se transmutou nos espaços urbanos e transformou a cidade numa espécie de monumento em favor da memória desta família.

Tomando como base as pesquisas acerca do tema cidade, há que salientar que esta também despertou o interesse dos memorialistas, os quais se preocuparam em dar conta do

Thayse Júlia Rodrigues Avelino, intitulado de *Pessoa e máscaras: poder local, família e tradição*, datado de 2014, no qual evidenciou as práticas políticas do exercício de poder da Família Pessoa em Umbuzeiro e suas implicações sociais e políticas. Além destes, no livro *História dos Municípios Paraibanos*, vol. 2, organizado por Antônio Clarindo Barbosa de Souza, há um capítulo cujo título é *Uma História de... Umbuzeiro*, de autoria de Genes Duarte Ribeiro. O texto é proveniente de um tópico de sua dissertação de mestrado e traz uma breve abordagem acerca da história umbuzeirense, enfatizando seu aspecto monumental e simbólico.

espaço urbano à sua maneira, utilizando pincéis e cores que emolduraram em suas narrativas várias cidades pelo Brasil afora.

Em Umbuzeiro, desde 1995 têm prevalecido as narrativas do memorialista Eduardo Gomes. Elas contribuíram significativamente para a feitura desta cidade enquanto um espaço de memória marcado pela família Pessoa. Seu compêndio discursivo favoreceu e vem favorecendo para a construção da imagem de Umbuzeiro como “a terra dos Pessoa” e, conseqüentemente, para a formação de uma dada identidade umbuzeirense.

1.1 Retalhos memorialísticos de Umbuzeiro: um guardião da história local

De acordo com Breffe (1993, p. 5) “o gênero memorialismo – ou memórias – apareceu pela primeira vez na França medieval, tendo como precursores os cronistas Jean de Joinville (fins do século XIII) – e Jean Frossart (século XIV).” Contudo, a autora identifica que no Brasil este tipo de narrativa começou a se desenvolver por volta do século XX.

No contexto da História das cidades, consideramos que o trabalho do memorialista pode ser encarado como um dos muitos discursos possíveis sobre a urbe. E pode-se ainda ser utilizado pelos historiadores como fonte de pesquisa, desde que passe pelo crivo do devido rigor metodológico de análise das fontes.

Nessa perspectiva, ao abordar a passagem da figura do erudito para a do intelectual, enquanto sujeito do conhecimento historiográfico, Durval Muniz alega que, nesse processo de surgimento e afirmação da ciência histórica e diante da discussão sobre os procedimentos e métodos do historiador profissional, as obras escritas pelos não-historiadores eram relegadas a um segundo plano:

Os novos eruditos passam a considerar uma forma inferior de se fazer história aquela realizada apenas por um aficionado, por um não profissional, por uma pessoa que não se dedicava integralmente a seu ofício, considerado laborioso e que exige uma dedicação de todo o seu tempo. Passa-se a desqualificar aquelas obras de história nascidas do “afã direto, espontâneo, ingênuo de averiguar as coisas antigas dos tempos passados”, que caracterizava o aficionado da história local ou genealógica. Seu contato “devoto com as coisas mortas de ontem” não garante a descoberta da verdade e não permite a inteligibilidade daquele pequeno fragmento de passado que recorta, por não dispor do saber especializado e da erudição necessária para conseguir construir generalizações e fazer julgamentos e valorações que as atitudes humanas do passado deveriam merecer. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2004, p. 58-59)

A busca pela profissionalização do historiador e a institucionalização da pesquisa histórica foram resultados de um longo processo. Em contraposição aos rigores metodológicos historiográficos, a produção memorialística não está marcada pela neutralidade ou objetividade perseguida pelo historiador. Enquanto diletante, o memorialista se dedica ao estudo do passado por curiosidade e, portanto, tem uma postura acrítica e de apego ao tema. É o que sugere a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* ([19--], p. 858) no verbete “memorialismo”, onde define filosoficamente tal atividade como sendo:

A posição de espírito de quem se deleita preferentemente em recordar e entesourar lembranças. É uma espécie de hipermnésia, que desistiu de adquirir, mas se contenta em guardar e evocar, é a visão indirecta só de imagens, já não de sensações. O memorialista tem olhos no *occiput*, só vê o seu caminho depois de percorrido, mas desenhado com recordações; vive na irrealidade, como um místico.

Como pode-se inferir dessa definição, o memorialista é uma espécie de voluntário da história, que escreve a seu bel prazer, registrando aquilo que considera importante a partir de um saber particular, que não é histórico, e de métodos próprios. Sua caminhada é afetuosa e nostálgica. Em sua escrita não existem regras ou procedimentos teórico-metodológicos próprios da historiografia. Portanto, seu trabalho não se prende aos rigores acadêmicos e por isso tem certa liberdade ao escrever.

Falar sobre sua própria cidade parece ter sido uma necessidade social e própria de muitos memorialistas. Segundo Carnielli (2010, p. 45), “o memorialismo urbano existiu especialmente devido às grandes transformações urbanas e da necessidade de firmar, através da criação de lugares de memória, identidades para as cidades”. Ao mesmo tempo em que se torna o guia da cidade, o memorialista também se incube de criar ou disseminar identidades.

Nessa perspectiva, a obra de Eduardo Gomes se apresenta para nós enquanto legitimadora dos *filhos ilustres*, dos lugares de memória criados na cidade, formadora de sua identidade e denunciadora da proteção ao patrimônio histórico e arquitetônico.

Portanto, buscamos neste capítulo introdutório promover a análise dos discursos locais que se fizeram verdade, almejando entender como uma história de Umbuzeiro foi criada pelo pioneiro narrador literário e contribuiu para a criação de uma memória local e para a formação de sua identidade.

O progresso e sua conseqüente transformação urbana são sentidos pelo memorialista que se vale da tradição em seu discurso saudosista, no qual o “conceito de tradição se relaciona com um alerta à consciência nacional para a preservação dos monumentos do passado, da

memória e do patrimônio cultural da cidade” (PESAVENTO, 2002, p. 181). Desta forma, partimos do pressuposto de que Eduardo Gomes, nas leituras que fez sobre a cidade de Umbuzeiro, vivida e experimentada por ele, contribuiu atribuindo significados ao patrimônio histórico local.

Conta-nos Carnielli que toda essa preocupação com o passado e com aquilo que ele nos legou faz parte da dinâmica do memorialista urbano que,

Tem também a incumbência de celebrar e o dever de alertar sobre o que pertence ao passado. Fica claro que, apesar de aceitar as transformações, o que ainda restou deve a todo custo ser preservado. O esquecimento definitivamente não faz parte da retórica do memorialismo urbano. (CARNIELLI, 2010, p. 50)

Nesse sentido, é necessário entender sua trajetória enquanto indivíduo contemporâneo, interessado, atuante e que desempenhou uma forte influência como um sujeito que elaborou e difundiu uma determinada memória para a cidade. Esta ação foi gestada a partir de suas experiências, percepções e sensações particulares. Como também mediante outras formas de viver e sentir a cidade, que lhe foram apresentadas. A fim de descortinar o contexto histórico que possibilitou sua construção discursiva, faz-se necessário trazer à baila alguns questionamentos que se apresentam acerca de sua obra e examinar o lugar de primazia que o discurso saudosista de Eduardo Gomes ocupa em sua terra natal.

Não pretendemos com isso dissecar suas obras, mas sim lançar algumas reflexões sobre a construção de sua narrativa memorialística, buscando perceber a sua investida em construir uma memória para a cidade que, intencionalmente ou não, acabou legitimando uma identidade para a cidade pautada na imagem da família Pessoa.

Simpatizante da História e observador dos acontecimentos e transformações daquela cidade e seu município, Eduardo Gomes dedicou-se a escrever algumas notas sobre a história local. Suas primeiras linhas haviam sido ensaiadas em 1987, quando, por meio da Prefeitura Municipal e ocupando o cargo de Diretor Administrativo, escreveu *Aspectos Gerais do Município de Umbuzeiro*. Este foi o esboço do livro *Umbuzeiro 100 anos: Nossa Terra - Nossa História - Nossa Gente*, posteriormente publicado em 1995, em comemoração ao primeiro centenário de Umbuzeiro, ocorrido cinco anos antes, em 1990.

Ao tomarmos seus registros de historiador diletante e enquanto possibilidade de construção de uma narrativa para Umbuzeiro, devemos levar em consideração o lugar social deste autor. De onde e para quem fala? Certamente precisamos atentar para uma cristalização de saberes com historicidades instituídas em sua escrita para a rememoração de uma cidade.

Eduardo Gomes é um “homem de letras” do interior paraibano, um intelectual que mesmo diante das dificuldades para concluir os estudos conseguiu os diplomas de Administração (Universidade Federal da Paraíba) e de Direito (Universidade Estadual da Paraíba), ambos cursados na cidade de Campina Grande – destino dos poucos umbuzeirenses que tinham condições e recursos para obter formação em nível superior.

Sua atuação na política foi intensa, ocupou os cargos de Secretário Geral, Diretor do Departamento de Administração, Educação e Cultura na Prefeitura Municipal de Umbuzeiro. Isto o fez um homem atuante e participativo da vida pública da cidade. Foi o Agente Chefe do município em vários censos: 1981, 1986 e 1991. Algo que, diante da facilidade que tinha do acesso aos dados dos trabalhos do IBGE, possivelmente o instigou na pesquisa sobre o município e facilitou a escrita sobre sua história. Atualmente é Oficial do Registro Civil em Umburetama¹⁵ e Orobó, ambos situados no Estado de Pernambuco.

Sua obra memorialística *Umbuzeiro 100 anos: Nossa Terra - Nossa História - Nossa Gente* nos servirá de roteiro inicial para podermos apresentar a cidade e pensar a maneira como o autor construiu uma representação sobre Umbuzeiro, atualmente difundida e legitimada em vários discursos locais e regionais. Sua contribuição aqui se dá no sentido de que ele faz os primeiros registros sobre a história local, edificando e cristalizando-a. E, portanto, torna-se relevante perceber em suas obras até que ponto foi um dos responsáveis na elaboração de uma identidade para esta pequena urbe, atrelada à História da Paraíba e do Brasil.

Ante o pouco grau de precisão da temporalidade de alguns registros, acreditamos ainda que ele foi uma espécie de observador e escritor ao mesmo tempo, na tentativa de um “resgate da memória local” e de uma petrificação para monumentalizá-la. Certamente presenciou ou participou de alguns fatos e acontecimentos por ele narrados, registrando também suas próprias experiências, mesmo que filtradas, ou ainda as estórias narradas por outras pessoas.

Além de *Umbuzeiro 100 anos*, escreveu as narrativas: *Umbuzeiro Fatos & Fotos* (2000) e *Umbuzeiro 100 anos de fé* (2002). Todos estes registros foram feitos nos moldes de um escritor dileitante. Eles foram anotados, impressos e colocados à disposição de quem tivesse interesse em conhecer a memória de Umbuzeiro. Tal aspecto dá ao autor um lugar especial na cidade, na medida em que sua literatura memorialística deu-lhe visibilidade e credibilidade ao ponto de as principais indicações a respeito da história de Umbuzeiro comumente remeterem a seu nome. É a Gomes que os umbuzeirenses devem os créditos dos primeiros registros sobre

¹⁵ Umburetama é distrito do Município de Orobó-PE e está na divisa com a cidade de Umbuzeiro. Vide Imagem 2.

sua “história local” – o compilador de uma verdade monumentalizada por diversas falas, escritos, dados estatísticos, fotos e outros registros da cidade.

Cada uma destas obras tem por finalidade, na fala do autor, “resgatar do esquecimento” os fatos que cercaram a história do município, apresentando informações diversas a partir de dados ou aspectos que presenciou ou de que “ouviu falar”. São acontecimentos que selecionou intencionalmente e deu-lhes roupagens contemporâneas. Fatos cristalizadores de verdades que, na maioria das vezes, são pouco debatidos ou reanalisados. Por se tratar de um trabalho fora da academia, também não houve o cuidado em identificar em notas específicas a origem e datas de suas fontes e principais referências históricas.

A primeira obra, *Umbuzeiro 100 anos: Nossa Terra - Nossa História - Nossa Gente*, publicada em 1995, traça o panorama geral do Município desde seus “primórdios” até fins do século XX, elencando uma série de aspectos geográficos, históricos e culturais, trazendo alguns dados e informações sobre a vida administrativa, educação, saúde e particularidades daquela região.

A segunda, *Umbuzeiro Fatos & Fotos*, divulgada em 2000, busca apresentar o lugar a partir de fotos oriundas do acervo do IBGE, de colaboradores e de seu próprio arquivo pessoal. Continuou a traçar basicamente a mesma forma de narrativa de sua primeira obra, retirando uma série de informações diretamente de outros livros, como no caso da apresentação da biografia de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, reproduzida na íntegra do livro *João Pessoa, perfil de um homem público*, de Humberto Mello (1978).

Na sua, até então, última incursão pela escrita, publicou em 2002: *Umbuzeiro 100 anos de fé*, na ocasião da comemoração do centenário da Paróquia de Umbuzeiro. Sua preocupação se voltou para a importância da religião católica, naqueles recantos, como processo civilizador e divulgador da moral e dos bons costumes de um povo, lugar de batismo de grandes líderes nacionais. De acordo com suas possibilidades e escolhas de pesquisa, traçou este cenário de fé apontando documentos relacionados à criação da Paróquia e certidões de batismo de pessoas renomadas que ali nasceram; e faz um levantamento das capelas existentes no município e dos padres que passaram pela Paróquia.

Destes três volumes, apenas o primeiro teve um ligeiro tratamento editorial e passou por um processo de edição e impressão em gráfica, com pequena tiragem de exemplares a cargo e despesa exclusivas do autor, segundo seu próprio relato. Boa parte destes livros foi parar nas prateleiras do então Órgão Municipal de Educação e de lá foram distribuídos para as bibliotecas das escolas umbuzeirenses. Este aspecto nos indica que a obra teve grande alcance na localidade

e foi trabalhada nas escolas públicas, pois paulatinamente seu conteúdo transmitiu-se para as gerações futuras e hoje é concebida como a “história oficial” de Umbuzeiro.

A obra posterior, *Umbuzeiro Fatos & Fotos* (2000) não tem indicação de sua edição ou impressão. É um trabalho de pesquisa monográfico, que se resume a uma encadernação fotocopiada. O último, *Umbuzeiro 100 anos de fé* (2002) foi uma impressão de pequena tiragem em gráfica e assumiu o formato de plaqueta, onde o autor reservou para si todos os direitos. Nenhum deles adquiriu suporte necessário para ser publicado em editora para futura venda.

No tocante à sua narrativa, percebemos que é própria de uma história metódica e basicamente preocupada em mostrar nomes e datas. Nas falas pelas ruas da cidade ou mesmo nas escolas ou na biblioteca de Umbuzeiro, está claro que seu trabalho é relevante para entendermos o processo de construção de uma memória para Umbuzeiro e, portanto, do próprio significado histórico da cidade. Ao entender o caminho percorrido desta produção memorialística e a maneira como ele une os elementos institutivos de uma História da Cidade, percebemos as estratégias discursivas que deram e dão corpo a uma história oficial permeada por um forte caráter político.

Tomaremos especialmente como objeto de uma análise historiográfica o exemplar *Umbuzeiro 100 anos: Nossa Terra - Nossa História - Nossa Gente* (1995). Deste, faremos algumas considerações acerca dos aspectos que consideramos pertinentes para apresentar a história da cidade, bem como dos elementos que revelam as intenções do autor em gravar uma memória e criar uma identidade para a urbe.

A princípio, salientamos que, para compor a obra, Eduardo Gomes fez um levantamento de informações sobre Umbuzeiro, reunindo dados com origens e categorias diversas, tais como os arquivos dos órgãos e repartições públicas da cidade: IBGE, CAGEPA, SAELPA, EMBRAPA, CIDAGRO, EMATER, TELPA, Coletoria Estadual, Correios e Telégrafos, Unidade Municipal de Cadastramento, Prefeitura Municipal de Umbuzeiro-Educação e Cultura, Sindicato, Poder Judiciário e Câmara Municipal¹⁶. Sobre estas informações, o autor apenas nos dá breves notas ao final a obra e não há nenhuma referência a outros livros.

Além destes arquivos, contou com a colaboração de pessoas da comunidade que lhe narraram informações sobre fatos vivenciados ou já transmitidos pela tradição oral, e que possivelmente também forneceram material de seus acervos particulares (como fotos e cartas).

¹⁶ As siglas apresentadas correspondem, respectivamente, a: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Companhia de Água e Esgotos da Paraíba, Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba, Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário da Paraíba, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, Telecomunicações da Paraíba.

Os moradores, por meio das suas narrativas, contribuíram para o resultado do que foi registrado na obra de Gomes, dando-lhe legitimidade na escrita e, portanto, ajudando-o a reforçar na tinta a criação de uma história da/para a cidade.

Eles foram narradores de suas experiências cotidianas, expectativas e aspirações daquilo que sentiram, presenciaram e ouviram dizer sobre Umbuzeiro. Conforme relatava seu cotidiano e a maneira como vivenciava o espaço, cada morador que se dispôs a registrar sua versão sobre a história da cidade enfatizou o seu olhar, dando uma marca pessoal sobre o tema. Elegeram para si a sua história, a qual foi remontada e cuidadosamente selecionada pelo autor, por meio das repetições e pelo lugar social do entrevistado.

A obra também está constituída por uma compilação de livros. Ora foram transcritos, com pequenas alterações no tempo verbal ou mudando a ordem do texto original, ora foram parafraseados, acrescentando-se novas informações. Alguns destes foram identificados por nós e serão aqui apresentados¹⁷.

Por ser, em alguma medida, uma compilação de memórias entrecortadas, a linearidade cronológica não é seguida e, em alguns casos, como esperado por um leitor mais atento, acaba repetindo informações ou até mesmo contradizendo-as. Por vezes o autor se perde com o levantamento de tantos dados ou se confunde temporalmente, recriando algumas datas. Decerto, comete equívocos na tentativa de elaborar uma história global e factual para a cidade, reconstruindo acontecimentos e lugares históricos diante da imprecisão de fontes ou por não querer deixar nenhum momento sem ser datado.

Lembramos mais uma vez que a obra *Umbuzeiro 100 anos: Nossa Terra - Nossa História - Nossa Gente* foi produzida com o intuito de celebrar o centenário da criação do município e vila de Umbuzeiro em 1990, mas só foi concluída cinco anos depois. O momento era oportuno, já que havia a necessidade de conhecer a história daquela cidade e cuidar, por ser uma literatura memorialística, para que não “caísse no esquecimento”. Esta foi uma preocupação externalizada pelo autor em sua nota introdutória:

A história de um povo é extremamente necessária à vida presente. Como podemos discutir o que não conhecemos?
 Conhecer Umbuzeiro, além de gratificante e enobrecedor é essencial para o diagnóstico de nossa realidade moral, social, cultural, política e financeira.
 Nada mais importante para um povo do que conhecer o seu passado, organizar o seu presente e se estruturar para o futuro. A pronta disponibilidade de dados

¹⁷ O “Anuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da República dos Estados Unidos do Brasil” traz diversas informações sobre os distritos, municípios e vilas do país. No seu primeiro volume a nível federal em 1913 encontramos apontamentos sobre Umbuzeiro. É possível que Gomes tenha utilizado esta fonte, assim como outras às quais não tivemos acesso. Pesquisamos os anos de 1913 e 1924. Disponível em: <http://www.bn.br/> Acesso: 26 jun. 2013.

e informações ao alcance dos estudantes, como também, de curiosos da vida de Umbuzeiro, é por demais oportuna, já que é tão difícil pesquisar entre nós, bem como são poucas as fontes de informações. (GOMES, 1995, p. 1)

Ante o exposto, é notório que sua narrativa se remete à ânsia por encontrar a identidade do umbuzeirense resumida em figuras políticas e monumentos esquecidos, cujo resgate do passado traria de volta modelos exemplares de uma história de grandeza.

Respaldando-se nas dificuldades em encontrar fontes para efetuar a pesquisa e na falta de interesse do presente em resgatar seus heróis, Gomes prontificou-se como guardião da memória a iniciar tamanha obra, oferecendo o seu resultado aos estudantes e almejando, assim, que sua narrativa seja abraçada pelas gerações futuras e por aqueles que ainda detêm algum interesse por sua terra.

Apontamos para as proporções que geralmente uma literatura memorialista pode tomar, uma vez que chega ao alcance da população com muita facilidade, fazendo desse tipo de narrativa uma versão “oficial” da história local. É assim que o autor a concebe, cuja caracterização já se encontrava no próprio título. Por outro lado, partindo do pressuposto de que vários exemplares foram parar nas prateleiras das bibliotecas escolares, não é difícil imaginar que a obra tomou grande proporção e aceitação pela comunidade umbuzeirense.

Ao revisitar, na trama de suas lembranças, os espaços urbanos de outrora, Gomes dividiu sua leitura da cidade em quatro fases, por meio de uma perspectiva quantitativa e evolutiva. Ele conta a origem e fundação da cidade, descrevendo seu desenvolvimento político, econômico e social.

Assim, trataremos destes elementos seguindo seu percurso, e penetraremos na alma desta urbe percorrendo-a em seu simbolismo e concretude, ressaltando as construções identitárias e patrimonialistas criadas pelo mesmo, bem como o discurso de transformação de Umbuzeiro na “terra dos Pessoa”, a cidade que gerou *filhos ilustres*.

1.2 A construção discursiva de Umbuzeiro como a *terra dos Pessoa* e berço dos *filhos ilustres* na obra de Eduardo Gomes

Na tentativa de oficializar a história de sua cidade, Gomes elenca, na obra *Umbuzeiro 100 anos: Nossa Terra - Nossa História - Nossa Gente*, os decretos e leis concernentes aos aspectos políticos e traça a trajetória de datas e fatos considerados por ele como os mais importantes. Em seguida, faz um breve resumo dividindo esta história em quatro fases, com os respectivos títulos: 1ª - Ocupação e surgimento da povoação até 1889; 2ª - 1890 a 1940; 3ª -

1941 a 1976; e 4ª - 1977 em diante - contemporânea. Estes períodos foram esquematizados seguindo uma sequência cronológica de décadas. Deste modo, criou um modelo explicativo para apresentar as transformações dos espaços que integram a paisagem urbana e que a fundaram por meio de seu discurso costumeiramente repetido em jornais, *blogs* e trabalhos acadêmicos.

Embora indique que a primeira fase é relativa aos primórdios da origem do município, não elucida sobre os motivos ou fatos que resultaram nesta periodização. Entretanto, observamos que a partir da segunda fase, há uma divisão por datas que coincide substancialmente com os governos de membros da família Pessoa. Os anos terminam e iniciam em um período onde alguém desta genealogia ou algum aliado político estava na gestão do município. Quanto aos Pessoa, verificaremos ao longo deste capítulo sua importância e influência política em Umbuzeiro e no estado paraibano.

Destarte, aqui reside nossa primeira indagação. Ou seja, buscar entender como o autor construiu cronologicamente uma história de Umbuzeiro que, por sua vez, está ligada à própria vida dos Pessoa. Em seguida, avaliar como sua obra interfere diretamente na criação e seleção de espaços memorialísticos e patrimonializados na cidade e a forma como todos estes elementos resultaram na criação de uma identidade para esta urbe.

Em sua narrativa, Gomes reforça que a origem da cidade está ligada ao surgimento do comércio de algodão praticado pelos tropeiros. O percurso que faziam foi se alargando e formou uma estrada ligando estas cidades, hoje asfaltada. Deste modo, o caminho aberto por estes homens foi também o caminho seguido por muitos outros e continua a ser utilizado atualmente, agora como um símbolo do progresso, com seu asfalto e automóveis que encurtam as distâncias e trazem as riquezas.

Igualmente, a árvore que batiza a região, o umbuzeiro, torna-se seu símbolo na medida em que é remetida como responsável por saciar a fome e dar abrigo aos desbravadores e tropeiros que se assentaram e trouxeram o comércio à região. Assim, Gomes sedimenta a origem da cidade com a figura dos tropeiros viajantes.

Quanto aos primeiros moradores de Umbuzeiro, segundo Gomes (1995, p. 18), eram três e todos coronéis: Cel. José da Silva Pessoa, Cel. Manoel D'Assunção Santiago e Cel. José Severino da Silveira Calafange. Entretanto, “as terras onde está edificada a cidade de Umbuzeiro pertencia à sesmaria Marcos de Castro [...], hoje, Fazenda Prosperidade”. Estas terras foram adquiridas nos “fins do século XVIII” por “Anselmo Pereira de Lucena e passou a seu filho Coronel Henrique Pereira de Lucena, e seguida ao seu genro Tenente-Coronel José da Silva Pessoa e seus descendentes em linha reta” (GOMES, 1995, p. 8). De acordo com Linda

Lewin (1993, p. 145), o coronel José da Silva Pessoa obteve tais terras através de herança e dote simultaneamente. Seu enlace matrimonial com Ubaldina Barbosa de Lucena durou menos de um ano portanto, mediante arranjo de sororato, casou-se com outra filha do Coronel Henrique Pereira de Lucena, sua cunhada, Henriqueta Barbosa de Lucena¹⁸. O casal viveu “com os pais dela antes de se estabelecerem num domicílio próprio em 1861. Com a morte do pai de Henriqueta [...] eles migraram para a Paraíba para se estabelecerem permanentemente como donos da Fazenda Prosperidade”. Desta forma,

A propriedade da família Lucena, valiosa tanto por seus canaviais como pelo seu gado, fora legada a Henriqueta como sua parte na herança e como dote. Muito provavelmente, entretanto, parte da propriedade também coube ao coronel José da Silva Pessoa pelo fato de ser o único herdeiro de sua filha (do casamento com Ubaldina, irmã de Henriqueta) que nascera em 1854, vivendo apenas poucos anos. (LEWIN, 1993, p. 145)

Entrava em cena, antes mesmo da “fundação” de Umbuzeiro, a família “Pessoa”. Redes parentais que estarão entrelaçadas à própria identidade da cidade. De acordo com Gomes, esta família seria proprietária de uma grande extensão de terra, localizada onde hoje se encontra a cidade de Umbuzeiro.

A povoação do núcleo deste município ocorreu por meio de doações ou arrendamentos de terras. Famílias se instalaram naquela região onde a cidade viria a nascer. Sendo assim, o autor correlaciona o surgimento e povoamento de Umbuzeiro com a família Pessoa, de modo que nada seria possível sem as benfeitorias desta. Criava-se, portanto, um mito de origem para a cidade.

O Cel. José da Silva Pessoa foi chefe de uma família de tradição política legada aos seus descendentes até os dias de hoje. É descrito por Gomes (2000, p. 13) como o patriarca da cidade e o que ela representa: “homem inteligente, ativo, irrequieto, desde muito moço, quase criança, começou a aparecer na vida pública. Político exaltado, liberal convicto, tomou parte nas lutas eleitorais que então surgiram, extremamente no meio em que vivia”. Faleceu ainda moço, por volta de 1872, deixando cinco filhos: Maria, Miranda (Mirandola), José da Silva Pessoa, Antônio da Silva Pessoa (Apêndice B) e Eptácio da Silva Pessoa (Apêndice A). Os dois últimos, nascidos em Umbuzeiro, se tornariam futuramente homens de grande influência e

¹⁸ Conta-nos Lewin (1993, p.145) que as famílias Pereira de Lucena e os Silva Pessoa “eram militantes ativas do Partido Liberal nos conflitos locais, essa afiliação predispôs os Lucena a empunharem armas contra o governo, em 1848, como rebeldes”. Nesses conflitos, o coronel Henrique Pereira de Lucena se sobressaiu como um dos heróis da Revolução Praieira de 1848. Posteriormente, seu filho batizado com o nome paterno seria agraciado como o título de Barão de Lucena, devido à sua atuação política durante o Império.

notoriedade política. E sua filha Maria seria a mãe de João Pessoa Cavalcanti (Apêndice C), mais tarde consagrado como um mártir paraibano.

Neste ciclo foram construídas as primeiras capelas do município, uma no povoado de Umbuzeiro e as outras nos demais povoados de Mata Virgem, Jardim, Barra de Natuba e Tapuio. Contudo, segundo Gomes (2002, p. 29, grifo nosso), sem surpresas: “há indícios de que **a primeira capela foi erigida com o apoio do Cel. José Pessoa e esposa Henriqueta**, pois as terras onde estava assentada era deles”. Desta forma, resta claro que na obra de Gomes verifica-se a criação do mito fundador de Umbuzeiro, a saber, a família Pessoa, posteriormente enaltecida e glorificada em sua narrativa.

A segunda fase do marco histórico de Umbuzeiro, criada por Gomes, é iniciada com a emancipação ante o município de Ingá e sua elevação à vila, efetivada pelo Decreto nº 15, de 2 de maio de 1890, emanado do Governo do Estado da Parahyba.

Segundo o autor, este desejo por uma maior autonomia nascera anos antes, através dos Pessoa, e assevera que já na “década de 1880, nasciam os primeiros movimentos com ideias emancipatórias de Umbuzeiro” (GOMES, 1995, p. 25). Certamente o povoado já possuía um grupo de homens influentes que almejavam uma maior liberdade de ação político-administrativa. Assim, a tão sonhada emancipação proveio das mãos dos filhos do Cel. José da Silva Pessoa, um dos primeiros moradores daquela região.

Sempre a citar a importância da família gestora de Umbuzeiro, Gomes enfatiza que o “**Dr. Epiácio da Silva Pessoa e seu irmão, o Cel. Antônio da Silva Pessoa, foram os grandes incentivadores de nossa emancipação**”. Para o autor, “Umbuzeiro não podia continuar esquecida e desconhecida do resto do Estado. Era preciso emancipá-la para poder participar da vida política da Província da Parahyba” (1995, p. 25, grifo nosso).

Embora não especifique com clareza a atuação de Antônio Pessoa nessa empreitada, o autor faz questão de afirmar que foi Epiácio Pessoa o responsável pela própria redação do Decreto nº 15, já que, nos idos de 1890, ocupava o cargo de Secretário do Governo da Paraíba. Sendo Venâncio Neiva o Presidente do Estado, era finalmente chegada a “hora propícia para a **concretização dos ideais dos filhos de Umbuzeiro**” (1995, p. 25, grifo nosso). Com isso, o narrador cria e legitima mais um marco fundante para aquele município. Reforça que sua criação apenas se tornou realidade devido à façanha de uma família que se confunde com a própria história local e, como veremos, nacional. Sendo assim, Umbuzeiro nasceu e se emancipou a partir dos desejos dos Pessoa.

A organização político-administrativa do município se efetivou pelo Concelho de Intendência Municipal¹⁹. O primeiro intendente foi José Severino da Silveira Calafange, mas pouco tempo depois, em 1904, Antônio da Silva Pessoa, legitimamente um dos idealizadores da histórica emancipação, tomou o cargo de Presidente do Concelho Municipal e tornou-se o “chefe político de maior prestígio entre as comunas circunvizinhas” (GOMES, 2000, p. 108).

Como não podia deixar de ser, a imagem do Cel. Antônio Pessoa (como era popularmente conhecido) está ligada às transformações urbanas que desejou imprimir em Umbuzeiro. Mas, consoante Gomes (1995, p. 27), “apesar de ter sido planejada no início do século, Umbuzeiro pouco cresceu em relação ao desejo do Cel. Antônio Pessoa”. Este havia projetado uma cidade moderna e idealizada nos moldes arquitetônicos e urbanísticos existentes à época. Por isso, “procurou descentralizar o antigo centro urbano da cidade para o atual pátio do mercado central”. Retirou o centro urbano e a feira da área onde a cidade havia iniciado seu crescimento e os transferiu para uma região mais ampla. Seu intuito era “**torná-la uma das maiores cidades da Paraíba**” (GOMES, 2000, p. 27, grifo nosso).

Embora tenha se empenhado em promover o desenvolvimento local, Gomes (1995, p. 27) lamenta que “infelizmente isso não aconteceu”, pois surgiram muitos obstáculos que acabaram “prejudicando o alargamento urbano da cidade”. Apesar de não explicitar os motivos, ao mesmo tempo em que celebra e elogia as ações (ou intenções) de Antônio Pessoa, o autor termina ressentindo-se pela cidade ter hoje “uma das menores áreas urbanas do Estado”.

Apesar da frustração das ações modernizadoras na cidade, Gomes não deixa de ligar a memória do coronel a uma visão de progresso urbano. Persistente, ele iniciou uma campanha para a construção de uma nova Igreja Matriz, pois a que havia sido fundada em fins do século XIX estava com a estrutura abalada. Diante da impossibilidade de recuperá-la, “alvitrou então ele, com a aprovação geral, nada mais se fizesse na Matriz, sendo preferível cuidar da construção de outra em ponto melhor” (GOMES, 1995, p. 71). O próprio Pessoa escolheu um ponto localizado numa suave colina, na área para onde a cidade crescia e que, coincidentemente, era também o local para o qual havia transferido o centro urbano.

Conforme Gomes (1995, p. 70), “muito ajudou ele àqueles trabalhos, pessoalmente e por meio de amigos”. Era um homem que tudo fazia para ajudar aquela urbe. Durante sua gestão, realizou a construção da Cadeia Pública Municipal, listada entre os melhoramentos urbanos que merecem destaque e que foi “inaugurada a 5 de julho” de 1906, em um prédio

¹⁹ A palavra “concelho” tem sua origem no latim, *concilium*. Se refere a uma subdivisão do distrito administrativo composta de uma ou mais freguesias. Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com> Acesso em 22 mar. 2014.

“caiado e pintado inteiramente”²⁰. Empreendeu esforços para a construção de estradas que ligassem a sede do município outras cidades, no sentido Umbuzeiro – Itabaiana e Umbuzeiro – Limoeiro, “tudo idealizado pelo **nobre umbuzeirense**, entretanto só concretizado, a maioria deles, após a sua morte” (GOMES, 2000, p. 108, grifo nosso).

A representação do Coronel Antônio Pessoa em Umbuzeiro repousou como a de um herói. Uma imagem reproduzida não apenas por uma “visão modernizadora” e de civilidade, mas também como bravo combatente contra o símbolo maior da barbárie que insistia em rodear a região: o cangaceirismo. O Cel. Antônio Pessoa defendeu a sua terra do ataque dos cangaceiros quando “insurgiu-se contra o banditismo de Antônio Silvino, **salvando Umbuzeiro** de suas facínoras artimanhas, não permitindo sua atuação na região” (GOMES, 2000, p. 108, grifo nosso). A fala de Gomes complementa-o como a de um herói de seu tempo.

O memorialista não deixa de relatar o progresso dos meios de comunicação na cidade. Desde 1899 a cidade possuía “Correios e Telégrafos”. Não estava isolada da capital e de Pernambuco, mas as dificuldades encontradas por tais serviços eram grandes e “as correspondências ‘viajavam às costas de animais, via João Pessoa, Ingá, Aroeiras a Umbuzeiro”. Esta rota seria mudada em 1908, quando Epitácio Pessoa criou a “linha pernambucana da agência dos Correios de Umbuzeiro via Limoeiro-Bom Jardim-Umbuzeiro”. No ano seguinte, anunciou-se a “instalação da linha telegráfica de Bom Jardim a Umbuzeiro”, inaugurada em “15 de novembro de 1911, sendo substituída por um aparelho Morse em 1912” (GOMES, 1995, p. 84).

A cidade apresentada pelo memorialista buscava modernizar-se constantemente. Contudo, nela ainda eram intensos e visíveis os marcos rurais, o que demonstrava a lenta transição de um espaço ruralizado para um mundo marcado pela feição e necessidades da vida urbana. Muito embora os ícones do moderno estivessem presentes em sua obra, a cidade ainda mantinha uma fisionomia rural, tanto em seu aspecto visual quanto no que diz respeito a alguns costumes e sociabilidades dos cidadãos. Havia poucas ruas calçadas, iluminação limitada ao centro urbano, casas e prédios insalubres e dispostos sem ordenamento, e um pequeno comércio local.

Seguindo nas trilhas de sua narrativa, encontramos Umbuzeiro se metamorfoseando. Aos poucos, a pequena vila de características rurais ganhou “ares” de progresso e a cidade tomou forma. A sua primeira rua calçada recebeu o nome de “Epitácio Pessoa”. A construção

²⁰ Conferir a Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado em 1º de setembro de 1907, pelo Presidente Monsenhor Walfredo Leal. p. 36.

dos imponentes prédios do Mercado Municipal e do Grupo Escolar “Cel. Antônio Pessoa” atestavam aquelas mudanças. Eram os primeiros marcos do progresso e, em cada um deles, um sinal de reverência aos filhos da terra.

Em 1908, a população era de aproximadamente 11.000 mil habitantes em todo o município. A vila contava com 108 casas e seu primeiro sobrado. Havia apenas quatro estabelecimentos comerciais: “um de fazendas, um de miudezas, um de estivas e outro que explorava muitos ramos de negócios” (GOMES, 1995, p. 19). Alguns prédios públicos como os da Prefeitura, da casa de detenção, do açougue público e do posto de saúde somavam-se a este cenário bucólico que agora era iluminado a acetileno²¹.

Outros empreendimentos viriam a trazer benefícios aos umbuzeirenses e, como demonstra Gomes, seriam o resultado da ação dos Pessoa. É exemplo a criação da “Estação de Monta de Umbuzeiro”, em 1922 – um benefício do então Presidente da República, Eptácio Pessoa. Para dirigi-la, foi nomeado o filho do Cel. Antônio Pessoa e sobrinho do Presidente, o engenheiro agrônomo Eptácio Pessoa Sobrinho, que teve seu trabalho bastante elogiado por nosso memorialista.

No item alusivo às estradas, Gomes expõe que a abertura dos principais caminhos que ligavam Umbuzeiro a outras cidades ocorreu entre os anos de 1919 e 1922, e foi feita por intermédio da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e “conseguidas pelo **saudoso Eptácio Pessoa**” (GOMES, 1995, p. 95, grifo nosso).

Nas obras contra as secas, o presidente umbuzeirense aprovou, pelo Decreto nº 15.249, de 4 de Janeiro de 1922, os estudos referentes ao ramal férreo de Limoeiro em Pernambuco, passando por Bom Jardim, até chegar a Umbuzeiro. Um grande empreendimento em que a extensão da linha férrea proveniente de Recife – Limoeiro seria ampliada com a construção do ramal de Limoeiro – Umbuzeiro. Este era um formidável símbolo do progresso, que certamente deixou os umbuzeirenses ansiosos pela tão desejada chegada do trem.

Tamanha desorganização na implantação da obra impossibilitou a sua conclusão, e os trabalhos pararam nas imediações de Bom Jardim, a poucos quilômetros de seu destino final: a cidade de Umbuzeiro. O progresso teimava em não bater às portas da cidade. Dos sonhos do tão esperado trem, só restou a estação nunca utilizada em Bom Jardim e um “marco” indicativo

²¹ Cabe ponderar neste item que praticamente todas as informações deste período (1890-1940) foram transcritas do segundo volume do livro *A Parahyba*, de 1909, de João Lyra Tavares. As informações presentes da página 739 a 747 podem ser encontradas nas páginas 11, 19 e 20 da obra *Umbuzeiro 100 anos: Nossa Terra - Nossa História - Nossa Gente*, de Eduardo Gomes.

do ponto “onde a linha terminaria”, nas proximidades do “Sítio Urtiga”, em Umbuzeiro (GOMES, 1995, p. 42).

Decerto, muitas expectativas foram criadas em torno daquele primoroso símbolo do progresso. Permitiu que sonhos fossem criados e que possibilidades de desenvolvimento urbano fossem ambicionadas. Ante tudo isso, a obra memorialista em tela reforça a ideia de que o progresso urbano em Umbuzeiro sempre remeteu ao interesse e luta dos Pessoa.

Desde sua emancipação em 1890, Umbuzeiro vinha sendo dirigido por Intendentes, Presidentes do Concelho de Intendência ou prefeitos nomeados. Contudo, a Constituição Federal de 1934 determinou, pela primeira vez, que o ocupante do cargo municipal fosse eleito pela população. O primeiro prefeito eleito de Umbuzeiro foi Carlos Pessoa, em 1935. Era filho do Cel. Antônio Pessoa e também não foi o único da família, pois seu irmão, José da Silva Pessoa Sobrinho, também veio a ocupar o cargo, ainda como prefeito nomeado. Sua nora, Lígia Pessoa seria a primeira mulher a entrar para o rol político da cidade, eleita vice-prefeita em 1951. Outro filho seu, Roberto Pessoa, embora não tenham sido prefeito da cidade, seguiu carreira política no âmbito estadual.

Destarte, dando continuidade à carreira política do pai, Carlos Pessoa transformou-se num reconhecido político local e administrou Umbuzeiro por três mandatos, o último encerrado em 1940. O fim de sua administração coincidiu com a demarcação periódica criada por Gomes. Era a segunda fase de grandeza e desenvolvimento da cidade que finalmente terminava. Neste período, considerado promissor, prevaleceu a gestão administrativa da família Pessoa, iniciada pelo Cel. Antônio Pessoa e seguida por seus dois filhos. Na fase seguinte, a ausência massiva desta família na administração local, com exceção do neto do coronel, Carlos Pessoa Filho (prefeito de Umbuzeiro por dois mandatos), teria estagnado o seu desenvolvimento.

Percorrendo as trilhas da periodização de Gomes, chegamos na terceira fase por ele demarcada entre os anos de 1941 e 1976. Ao contrário da opulência e dos marcos de desenvolvimento verificados na fase anterior, nesta ele aponta uma “estagnação do crescimento” urbano, pois “enquanto alguns distritos cresceram e se emanciparam, a cidade apenas construiu nas lacunas surgidas anteriormente no perímetro urbano” (GOMES, 1995, p. 22). Para esse período, não ocorreram mudanças expressivas na malha urbana.

O município perdeu a grande maioria de seu território e do contingente populacional após a emancipação dos distritos de Aroeiras, em 1953, e Natuba, em 1962. Outro agravante denunciado por Gomes (1995, p. 22) foi a ocorrência de “uma emigração sem precedentes, devido à falta de oportunidades de trabalho para os habitantes, inclusive na zona rural, onde não existe uma política de melhor ocupação do solo”. Em suas palavras, “sofremos profundos

retrocessos e perdemos órgãos federais”, pois as agências do IBGE e da Coletoria Federal deixaram a cidade, também o comércio local enfraqueceu.

Na impossibilidade de elencar melhorias urbanas e angariar números significativos sobre o crescimento populacional e econômico da cidade no início da segunda metade do século XX, o autor volta-se para alguns prédios que foram construídos e/ou inaugurados no período. É exemplo a conclusão de um símbolo da cidade: a Igreja Matriz, anteriormente planejada, mas não executada pelo Cel. Antônio Pessoa. Também a “Biblioteca Municipal Presidente Epitácio Pessoa”, construída em homenagem a este “filho ilustre” de Umbuzeiro. Ambos os espaços serão tratados em outro contexto e, com mais vagar, no capítulo seguinte.

Continuando a narrativa traçada por Gomes para a história da cidade, nos deparamos com dois eventos que compõem momentos de destaque: a inauguração do Campo de Aviação e o do Posto de Puericultura. Segundo o autor, eles foram inaugurados na mesma ocasião, no ano de 1941, e patrocinados por um outro filho da cidade, Assis Chateaubriand, juntamente com um membro da família Pessoa, José Pessoa de Queiroz²².

Aquele dia certamente ficou marcado na memória dos cidadãos que testemunharam a agitação da pacata cidade diante da presença de pessoas importantes e de um objeto muito incomum naquela região, o avião²³. Não é difícil imaginarmos a curiosidade e euforia de uma população “sertaneja”, essencialmente constituída por agricultores, quando “surgiram nos céus da cidade, seis aparelhos de diversos tipos, vindos do Recife” (O NORTE, 20 nov. 1951, p. 1).

Para além dos diversos interesses políticos ofuscados por detrás daquela inauguração, há que salientar que Chateaubriand estampou, em letras garrafais na primeira página do jornal O Norte, a frase pronunciada pelo governador fluminense Amaral Peixoto: “Para mim é uma honra extraordinária **pizar o solo paraibano que todos brasileiros veneram, pelo valor de seus filhos**” (20 nov. 1951, p. 1, grifo nosso). Do mesmo modo, A União enfatizou que o Posto de Puericultura foi “uma doação do jornalista Assis Chateaubriand e industrial José Pessoa de Queiroz, **filhos daquele município**” (20 nov. 1951, p. 3, grifo nosso). Assim, o discurso e a concepção da existência dos filhos de Umbuzeiro são reforçados nas páginas destes jornais. Tal

²² No intuito de angariar elementos que edifiquem a cidade, nesse ponto de sua escrita o autor reinventa a data da inauguração para o ano de 1941. Contudo, em nossa pesquisa hemerográfica nos jornais *O Norte* e *A União*, ambos de 20 de novembro de 1951, encontramos vastas reportagens sobre a inauguração do Posto de Puericultura, ocorrida no dia 19 de novembro daquele ano – o que nos leva a acreditar que o campo de aviação já existia. Naquele evento, o campo tornou-se, provavelmente, um elemento secundário. Salientamos ainda que um dos patrocinadores era Assis Chateaubriand, dono do grupo dos Diários Associados, e José Pessoa de Queiroz, um dos maiores usineiros de Pernambuco, primo dos Pessoa de Umbuzeiro.

²³ O campo de aviação era proporcional às condições daquela pequena cidade do interior paraibano e, portanto, foi projetado para receber voos de aeronaves de pequeno porte.

discurso foi sendo (re)apropriado de diversas formas ao longo do tempo e, posteriormente, assimilado e (res)significado na narrativa de Gomes.

Para o autor, o Posto de Puericultura Santiago do Boqueirão foi uma “obra de grande repercussão social e de interesse coletivo”, em que os patrocinadores, “dispostos a **ajudar a população carente de sua terra de nascimento**, suprimiram-no do que havia de mais moderno e atualizado no setor” (1995, p. 37, grifo nosso). Nestas palavras, uma grande benfeitoria dos *filhos ilustres* que nunca esqueceram sua terra natal e aqui são tidos como “heróis”. O estratégico Posto prestou benefícios àquela comunidade desprovida de recursos suficientes para assistência à maternidade e à criança, servindo-lhes até a década de 1980.

Quanto à sua opinião sobre o Campo de Aviação, Gomes aponta-o como “uma dádiva que tivesse caído do céu sobre uma pequena região do Estado, quase anônima, pela falta de meios de transporte e comunicação” (GOMES, 1995, p. 37). Certamente foi um importante símbolo de progresso para a cidade, muito embora sem grande utilidade. Num contexto de falta de meios de transporte e de estradas de má qualidade naquela década de 1950, o pequeno aeroporto não teve uso significativo para aquela população, ainda dependente da tração animal.

É evidente que o campo foi construído apenas para atender aos anseios da elite política umbuzeirense e receber, por alguns minutos, uma comitiva de políticos, empresários e jornalistas para sedimentar um passado em nome da família Pessoa. Serviu tão somente para o deleite da elite paraibana que um dia ali pousou. Deste modo, o grande símbolo do progresso foi abandonado. Sem aviões em sua pista, a grama foi tomando conta do terreno. Anos depois foi desativado e destituído de sua função inicial, transformando-se num campo de futebol e espaço de lazer para seus habitantes.

Em tom de crítica, o memorialista afirma a “falta de sensibilidade dos dirigentes do município” em não saberem preservar as coisas que a cidade possuía, e enfatiza que “é comum em Umbuzeiro se destruir uma benfeitoria para construir outra. Somos doutores nisso” (GOMES, 1995, p. 37). Segundo ele, o Campo de Aviação e o Posto de Puericultura deixaram de existir porque “falta maturidade para que o povo de hoje preserve o que é de melhor para a comunidade” (GOMES, 1995, p. 38). A memória da cidade abandonada pelo seu próprio “povo” ameaçava, assim, sua história e existência.

Na ausência de grandes feitos dos Pessoa, o memorialista apresenta os eventos culturais que caracterizam a terceira fase de sua narrativa e, como não poderia deixar de ser, defende que estes momentos de lazer foram proporcionados por um membro da família Pessoa. Destarte, foi “Roberto Pessoa, o último varão do casal Cel. Antônio Pessoa e Sinhazinha Pessoa”, o responsável por tentar “**tornar a cidadezinha mais atraente**, programando festas e

competições esportivas. Destas, merecem destaque: os **deslumbrantes bailes no Palanque da Praça e as famosas vaquejadas**” (GOMES, 1995, p. 141, grifo nosso).

Foi este agrônomo de “porte atlético, elegante e bem apessoado” (GOMES, 1995, p. 141) o promotor de eventos da pacata Umbuzeiro, o incumbido de modificar a atmosfera daquela urbe do interior paraibano trazendo-lhe dias de alegria. Gomes apresenta, aqui, um novo estereótipo dos Pessoa e, conseqüentemente, para a cidade. Não se trata mais do político de casaca, mas do homem atlético e cativante, capaz de se aproximar e compreender as necessidades do mais “rústico de seus moradores”. Tece-lhe vários elogios, descrevendo-o como um homem simpático e querido por todos. Criando-lhe, pois, uma imagem heroica.

Por algum motivo, Gomes apresenta a década de 1950 como a mais favorável para as derrubadas de boi: a “festa mais popular e de maior receptividade entre os povos da região” (GOMES, 1995, p. 139). Decerto, era o esporte mais praticado pelos nordestinos e, por isso, não faltavam sertanejos interessados em participar do evento que podia durar até três dias. Roberto Pessoa, “o organizador estribado no seu porte de galã de filme de aventura e no carisma que possuía, tinha uma legião de colaboradores”, dentre os quais, encontramos novamente o Mestre Zé Souto que, além de animar a corrida de gado com sua banda musical, também compôs o hino do “cordão azul”, e seu filho, Ivandro Souto, compositor do hino do “cordão encarnado”.

Aos domingos, ao cair da noite, os moradores da cidade saíam para rua em direção à Praça da Bandeira, onde se acomodavam ao redor do palanque que havia em seu centro. Este se tornou palco para as orquestras dos bailes que aconteciam em seu entorno. Realizavam-se os afamados “Bailes do Palanque”, uma festa tão esperada pelos cidadãos não só de Umbuzeiro, mas também das cidades circunvizinhas.

Estes bailes marcaram a juventude umbuzeirense, e a antiga Praça da Bandeira ganhou uma dimensão simbólica enquanto marco representativo de uma época caracterizadas pelas diversas formas de sociabilidades que nela se desenrolavam²⁴. Segundo Gomes (1995, p. 142), “essas reuniões ou bailes proporcionaram muitas alegrias à cidade e aos que deles participavam. Ainda hoje [...] nas ruas da cidade, comentam esses momentos com intensas saudades”.

A tinta do lápis com que descreve estes festejos é sempre carregada de um forte saudosismo. Ao final deste ponto, Gomes deixa uma mensagem de agradecimento àquele que foi o grande responsável por tais períodos de lazer: “À memória de Roberto Pessoa, que tantas

²⁴ A “Praça da Bandeira” foi rebatizada em 1970 para “Praça Assis Chateaubriand”, em homenagem a este empresário e jornalista nascido em Umbuzeiro.

alegrias proporcionou à comunidade, esta página impregnada de saudade e imperecível de lembrança” (GOMES, 1995, p. 141).

Na década de 1970, a cidade ainda recebeu uma sala de cinema. Este é mais um dos elementos que compõem as sociabilidades urbanas que teve uma vida efêmera em Umbuzeiro. Novamente, aparece como algo a ser lamentado pelo autor. Talvez relembando sua juventude, queixa-se que apenas “aqueles que viveram aquele momento jovem nos idos de 1970/1975 saberão descrever com saudades aqueles momentos de reforma na vida e modo de ser da juventude” (GOMES, 2000, p. 128).

Embora alguns elementos promissores tenham surgido ao longo de sua terceira fase, o memorialista lamenta que quase todos aqueles signos que davam vida e alegria à atmosfera da cidade haviam deixado de existir. Em suas palavras: “hoje, restam somente a **lembrança e a saudade de tão brilhante tempo**” (1995, p. 22, grifo nosso). Não obstante, nem tudo estava perdido, as eleições de 1976 traziam novamente a esperança de um futuro melhor para os umbuzeirenses. A posse da prefeita Terezinha Pessoa parecia ser a promessa do retorno aos bons tempos de progresso. É o volta dos Pessoa.

Destarte, a cidade começou a retomar os melhoramentos urbanos paulatinamente através da administração de Terezinha Pessoa, a primeira e única mulher eleita prefeita da cidade até os dias de hoje e esposa de Carlos Pessoa Filho²⁵. Sob sua gestão, de 31 de janeiro de 1977 a 30 de janeiro de 1983, a cidade ganhou novos contornos nos traços de sua materialidade urbana. Promoveu-se a “modernização da Forquilha [bairro], calçamento de muitas ruas da cidade, asfaltamento da PB-102 Umbuzeiro – Campina Grande” (GOMES, 1995, p. 22), que, anos mais tarde, receberia seu nome.

Outros projetos vieram em seguida. Foram inauguradas importantes obras e melhoramentos técnicos do conforto, que passaram a compor o perímetro urbano da cidade. Na ocasião em que foi comemorado os cem anos de nascimento do ex-presidente João Pessoa, em 1978, foram especialmente realizadas várias inaugurações na cidade em um só dia.

Inserido em um contexto maior de solenidades que foram promovidas em toda a Paraíba²⁶, o dia 24 de janeiro de 1978 marcou o “centenário do nascimento do **grande filho de Umbuzeiro**” (GOMES, 1995, p. 117, grifo nosso) – o que Gomes considerou como um evento

²⁵ Cabe salientar que Carlos Pessoa Filho atuou como prefeito em Umbuzeiro e Aroeiras, e também como deputado estadual em cinco mandatos. Sua forte influência política contribuiu para que sua esposa fosse também eleita Deputada Estadual em 1990.

²⁶ As notícias sobre as comemorações do centenário do nascimento de João Pessoa, em diversas cidades paraibanas, foram amplamente divulgadas pelo jornal *A União* e *O Norte*. No que tange a festividade realizada em Umbuzeiro, tomamos notas de *A União*, nos dias, 19, 24, 25 e 26 de janeiro de 1978. Igualmente, no jornal *O Norte*, dias 18, 24 e 26 de janeiro de 1978.

bastante significativo para o município, pois foi o momento em que a “cidade mãe” celebrou o nascimento de seu “filho ilustre” e o fez com muita pompa.

Neste dia, a prefeita Terezinha Pessoa, fazendo jus ao retorno dos bons tempos de progresso urbano e enquanto representante política da família Pessoa, inaugurou as respectivas obras: calçamento da Rua Almirante Antônio Heráclio do Rego, CIDAGRO, Grupo Escolar Maria Pessoa e assinatura do decreto de criação da Escola Estadual de 2º Grau Presidente João Pessoa. Além do que foi descrito por Gomes, ocorreu também a inauguração do Banco do Estado da Paraíba (BEP), a criação do museu “casa de João Pessoa”, a oficialização da Bandeira e Hino de Umbuzeiro. Tudo isso em meio a desfiles cívicos, discursos e queima de fogos. Vejamos alguns registros destas inaugurações:

IMAGEM 3 - INAUGURAÇÕES E DESFILE NO CENTENÁRIO DE JOÃO PESSOA EM UMBUZEIRO - 1978



Fonte: Acervo da família Pessoa. Quadro editado pela autora. Legenda: 1- Inauguração do calçamento da Rua Almirante Antônio Heráclio do Rego; 2- Inauguração da CIDAGRO; 3- Inauguração do Grupo Escolar Maria Pessoa; 4- Inauguração do BEP; 5- Desfile cívico; 6- Assinatura do decreto de criação da Escola Estadual Presidente João Pessoa.

Para além destes marcos comemorativos em favor da memória de João Pessoa, analisados com mais vagar em nosso segundo capítulo, cabe ressaltar que o memorialista concede a esse evento uma aura simbólica muito forte. Na data da comemoração do centenário de seu “filho ilustre”, a cidade recebia das mãos desta família várias benfeitorias, as quais contribuiriam substancialmente para um futuro de glória e desenvolvimento urbano.

Tudo isso era resultado da boa gestão da prefeita, tida como a “mãe de Umbuzeiro”. Esta alcunha teria sido dada pelos populares, moradores das terras dos Pessoa, dependentes econômica e politicamente deles. Não é difícil perceber a predileção por Terezinha Pessoa nas páginas de *Umbuzeiro 100 anos: Nossa Terra - Nossa História - Nossa Gente*, uma vez que, de acordo com a sinopse comparativa das realizações administrativas dos gestores municipais, ela se destaca pelo número de obras realizadas.

Entre tais realizações administrativas, merece relevo na narrativa de Gomes a fundação do primeiro Hospital, em 1979. Este permitiu que a saúde no município tomasse “um grande impulso”, pois foi equipado com “40 leitos e médicos de plantão diariamente” (GOMES, 1995, p. 132). O espaço foi batizado com o nome de “Marina Pessoa”, sogra da então prefeita, ou seja, a mãe de Carlos Pessoa Filho. Não bastava apenas criar/inaugurar espaços, a intenção desta genealogia foi também de nomeá-los, deixando marcos de sua passagem política e atuação na cidade.

A cidade recebeu um posto telefônico, devidamente equipado, ao qual foram posteriormente implantados “50 ramais” que operavam “o sistema DDD, DDC e DDI” (GOMES, 1995, p. 89) – outro expressivo artigo do melhoramento técnico e do conforto foi instalado também naqueles idos de 1979. Paulatinamente foram acrescentadas reformas, calçamentos e ampliação dos sistemas de iluminação, de abastecimento de água, de saneamento e esgoto. Instalou-se algumas repartições públicas que somaram-se ao aspecto material da cidade. Em âmbito geral, verifica-se na obra de Gomes que desde o final dos anos de 1970 a cidade experimentava um considerável nível de desenvolvimento e modernização.

Embora o memorialista tenha percebido os fluxos de desenvolvimento urbano ao longo de sua escrita, depreende-se da leitura uma febre nostálgica e a necessidade de preservação do passado, e por isso lamenta “a cidade que não mais existe”. Esta é sua grande preocupação e está impregnada nos seus textos. Na medida em que foi evidenciando estas memórias adormecidas, tecendo os fios de uma Umbuzeiro passada, foi igualmente percebendo que havia se perdido aspectos importantes de sua estrutura urbana. Como guardião da verdade histórica da urbe, o autor deixa transparecer o medo pela “perda da memória” local e, por várias vezes,

acusa seus gestores ou até mesmo os cidadãos pela não preservação da cidade em seus aspectos materiais e imateriais.

Nesse sentido, o saudosismo em relação ao passado se torna latente em sua escrita e, portanto, a necessidade de manter uma memória celebrativa de sua cidade. A sua preocupação repousa em elencar os aspectos grandiosos de Umbuzeiro, que marcaram a história da urbe e a confunde com a história nacional. Na busca por uma identidade local capaz de imprimir em seus habitantes, Gomes cria a sua história da cidade. Uma memória homogênea, controlada, com fatos cronológicos, datados, e com suas origens e heróis capazes de servir de exemplo aos seus habitantes.

Ruas, praças e avenidas ganharam os nomes dos *filhos ilustres*. A cidade, para existir, renomeou-se a partir de uma memória dos “filhos da terra”, a exemplo da Avenida Marechal Deodoro, rebatizada de Dr. Carlos Pessoa, ou da Praça Monsenhor Walfredo, modificada para “Praça João Pessoa”. Tais mudanças são responsáveis para dar novas ressignificações à cidade, na medida em que lhe conferiram um novo feitiço e um novo sentido, os quais se revelavam gradualmente através dos nomes de seus gloriosos cidadãos, especialmente os de sobrenome “Pessoa”.

O sentimento de pertença evocado e o medo de que o passado seja apagado trazem à tona o tema do patrimônio que emerge para o autor como uma possibilidade de manter a cidade no tempo e no espaço. Sendo assim, partimos do pressuposto de que seus escritos acabaram por selecionar o que deveria ser ou não preservado. Mediante sua pesquisa, compilação de documentos, fotos e informações, ajudou a organizar comemorações, fixar datas e marcos que perduram até hoje na vida e nos estudos concernentes à cidade. E foi principalmente através de sua escrita que se tornou o criador de uma história para Umbuzeiro, dotando-a de significações que refletiram na construção de uma identidade para ela, a qual se baseia na figura dos *filhos ilustres*, como a família Pessoa.

Ao discorrer sobre a forma como os memorialistas lidam com as mudanças ocorridas na cidade, Breffe (1993, p. 14) identifica que é na ruptura entre dois tempos distintos, o passado e o presente, que se situa a escrita memorialista. Esta toma para si o dever de registrar as perdas irreparáveis sofridas pela cidade, bem como os marcos de desenvolvimento e mudanças experimentadas. Nesse sentido, para a autora:

O discurso do memorialista se propõe a ser uma espécie de elo entre esses dois momentos [passado e presente] e, além disso, pretende narrar como a mudança se deu, procurando tanto preservar o passado quanto aclamar o novo e o moderno que emergia na cidade.

Para isso, a recorrência à memória é essencial, já que, operando através da lembrança, possibilita ao memorialista trazer à tona as imagens de um tempo que passou, preservando-as da corrosão do fluxo ininterrupto do devir e das metamorfoses do espaço.

Assim, na preservação de uma memória cuidadosamente construída, o autor lastima pelo que a cidade já não possui. A cada página de sua obra ele aponta um passado glorioso, queixa-se das perdas sofridas e alerta seus leitores para que conservem sua cidade com aquilo que ela tem de melhor: desde corredeiras naturais até os bustos de bronze. Não por acaso, elegeu como atração turística a “casa onde nasceu João Pessoa”, espaço utilizado como museu e que se concretizou como um lugar de memória para os umbuzeirenses. A “Biblioteca Municipal Presidente Epitácio Pessoa” corresponde, por sua vez, a um recinto do saber local. Remete à memória do homem que lhe emprestou o nome, sendo um exemplar da arquitetura do século XX naquela cidade, assim como algumas residências particulares “bastante decoradas” e compostas pelos “mais belos detalhes de alvenaria” (GOMES, 1995, p. 117).

Nesta ode à cidade transcrita em seu livro, Gomes não perde a oportunidade de apresentar o “Cântico a Umbuzeiro”, de sua própria autoria. Nele, declama suas angústias e demonstra um saudosismo que muitas vezes deixa transparecer ao longo do seu texto. Na verdade, parece sintetizar aquilo que tentou dizer durante toda a sua narrativa:

Cidade da minha terra
de tantos parentes que já se foram
de **tantos tempos do passado lembrados**
de tantos **filhos que te enobreceram**

Cidade da minha terra
da banda de música saudosa
do palanque ornado para o povo
das festas da fazenda prosperidade
dos passeios nas praças e jardins
do carnaval com brilho e liberdade

Saudade da minha terra
do rio a beijar a beira das serras
do clima gostoso do torrão natal
da visão panorâmica do céu estrelado
das nuvens brancas a tocar o chão
saudade da nossa terra, saudade no coração.
(GOMES, 1995, p. 146, grifo nosso)

O sentimento de perda das “coisas boas” e a saudade dos “bons tempos” são elementos centrais deste cântico. Aqui, o autor apresenta alguns espaços da memória, da tradição reinventada, de uma “era que se foi”. Nos parece que, ao comemorar o centenário, a cidade

estava a lamentar aquilo que tinha e já não possuía mais. É um momento de crise existencial e de reconstrução de valores, da necessidade em arraigar-se a uma “velha identidade” – que, na prática, está sendo criada neste mesmo momento. Esta é, acreditamos, a fundação da história da cidade de Umbuzeiro.

Sua narrativa no volume está impregnada da forma como pensa e entende aquela cidade, e as opiniões que registrou são o reflexo disso. Sob esta perspectiva, consideramos que a memória pode ser entendida como “o elemento que permite a busca da identidade perdida” resultando na “necessidade psíquica e afetiva de produzir referências, garantias e traços orientadores para o momento presente; a sua exploração, ainda, permite a valorização de um passado que se vê ameaçado de extinção” (BREFE, 1993, p. 42). Nesse ponto, reside a tarefa de Gomes: criar uma história e uma identidade para a cidade.

Parafraseando Pierre Nora (1993, p. 17), a obrigação de lembrar suscita no indivíduo “o dever de memória” e isso “faz de cada homem historiador de si mesmo”. Desta forma, o processo de “aceleração da história”, embasado pela rápida transitoriedade dos acontecimentos vivenciados no mundo da tecnologia, “levou as massas dos países industrializados a ligarem-se nostalgicamente às suas raízes: daí a moda retrô, o gosto pela história e pela arqueologia, o interesse pelo folclore, o entusiasmo pela fotografia, criadora de memórias e recordações, e o prestígio da noção de patrimônio”. Portanto, essa necessidade de memória faz com que, “ainda hoje, o culto ao passado” esteja aliado ao “conservantismo social” (LE GOFF, 2003, p. 224-225).

Portanto, o texto de Gomes tem como pano de fundo as realizações dos membros da família Pessoa. Ao tecer sua teia narrativa, apresenta os cem anos da história de Umbuzeiro a partir da construção do seu espaço, delineando traços, aspectos urbanos, costumes, alegrias e dissabores, mas todos permeados pela presença dos Pessoa e, num segundo momento, por Assis Chateaubriand e outros nomes de destaque na cidade. Assim, a partir de um discurso previamente estabelecido, solidifica a figura dos chamados *filhos ilustres*.

1.3 Memorial Umbuzeiro: um lugar para recordar

Sentindo que seu trabalho ainda não estava completo, após o decurso de aproximadamente 10 anos da escrita de *Umbuzeiro 100 anos: Nossa Terra - Nossa História - Nossa Gente*, Eduardo Gomes resolveu concretizar um sonho: criar um memorial para a cidade e assumir definitivamente o papel de “guardião da memória” local.

Ao construir a “Galeria Umburetama”, situada na porção pernambucana da cidade, Gomes cuidou em reservar uma de suas salas e nela criar o chamado “Memorial Umbuzeiro”²⁷. Dentre as lojas que compõem o espaço comercial, o memorialista escolheu a última sala do lado esquerdo de quem adentra o recinto. Ali armazenou os elementos que, em sua acepção, contam um pouco da história da cidade. A sala segue o tamanho padrão da galeria e tem pouco mais de cinco metros de comprimento, espaço suficiente para guardar a memória de Umbuzeiro e principalmente de seus filhos renomados.

IMAGEM 4 - MEMORIAL UMBUZEIRO



Fonte: Acervo pessoal da autora. Fotografia panorâmica, 2015.

O memorial abriga vários quadros fixados nas paredes, revelando as fotografias dos egrégios homens que tiveram seu berço naquela terra. São eles os *filhos ilustres* elencados pelo memorialista em suas narrativas, e que, neste espaço, formam o panteão dos personagens importantes de Umbuzeiro. São vultos que trilharam uma vida de sucesso, nasceram na cidade, ou ganharam dela o título de cidadão umbuzeirense²⁸. De acordo com a sequência estabelecida no memorial, são eles: Cel. Antônio Pessoa, João Pessoa, Epitácio Pessoa, Assis Chateaubriand, Carlos Pessoa, Carlos Pessoa Filho, Terezinha Pessoa, Francisco Pessoa de Queiroz, Patrício Leal de Melo, Milton Bezerra Cabral, Severino Bezerra de Cabral, Antônio da Costa Gomes, Luiz Carlos de Vasconcelos e Napoleão Rodrigues Laureano.

²⁷ Conforme já mencionado no início de nossa escrita, Umbuzeiro tem cerca de 20% de seu território situado no estado de Pernambuco, e algumas de suas ruas estão divididas entre os estados da Paraíba e de Pernambuco. É o que ocorre com o local onde foi construída a galeria que abriga o memorial, situada em Umburetama, por isso o nome de “Galeria Umburetama”. Ela foi concluída nos fins de 2013 e tem como endereço a Rua do Livramento, nº 21.

²⁸ Receberam o título de cidadão umbuzeirense: Terezinha Pessoa, Cônego Edwards Lins e Frei Damião.

No rol dos personagens renomados da cidade, a grande presença da genealogia Pessoa vem a calhar numa história da cidade que se mescla e se confunde com a de seus *filhos ilustres*, algo tão valioso a Gomes desde seus escritos. Além destes, outros indivíduos foram lembrados e tiveram espaço reservado neste lugar porque de alguma forma viveram na cidade ou contribuíram em algum aspecto, seja na sua emancipação política, seja na consolidação religiosa. Portanto, igualmente são incluídos neste acervo os retratos de Venâncio Neiva, Cônego Edwards Lins, Dom Aduino Aurélio, Cônego Antônio Ramalho e Frei Damião.

Embora os componentes deste célebre grupo já estejam noutra plano, que não o terreno, há uma curiosa exceção, o ator Luiz Carlos de Vasconcelos. A escolha de seu nome para compor tal lista nos é um indício de que Gomes se preocupa com o devir. Daí a necessidade de garantir, desde já, um novo filho para a cidade, mostrando a dependência existencial da urbe que, para ele, sobrevive e adquire importância através desses personagens. Ao mesmo tempo, cria uma ligação fazendo com que o próprio Luiz Carlos sintam-se também identificado como tal e, mesmo não residindo na cidade, faz a estas frequentes visitas e apresentações culturais, mostrando interesse em participar da vida cultural de sua terra natal.

Portanto, o memorial trata-se de um espaço que evidencia a necessidade de criar arquivos que remetam à história da cidade, de guardar objetos e, especialmente, manter viva a lembrança dos *filhos ilustres* tão cara a este memorialista. Entendido enquanto “lugar de memória”, este ambiente reflete o quanto a operação da memória já não é mais espontânea, e, não havendo memória natural, há a emergência de “uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados” (NORA, 1993, p. 13).

Seu acervo é formado basicamente pela exposição fotográfica dos *filhos ilustres* e de alguns prédios considerados patrimônio da cidade, tal como a Estação Experimental João Pessoa, os prédios situados na Avenida Carlos Pessoa e alguns já demolidos. A estes, somam-se algumas obras sobre a História da Paraíba e sobre Umbuzeiro, escritas pelo próprio Gomes, as bandeiras do Brasil, de Umbuzeiro e da Paraíba, e alguns objetos diversificados que remontam a um tempo passado de experiências vividas e sentidas na cidade. A exemplo estão utensílios domésticos e aparelhos referentes aos melhoramentos do conforto²⁹.

Quanto à definição desse espaço denominado de memorial, não há consenso quanto ao termo. A ausência de uma delimitação conceitual precisa leva o senso comum a acreditar que memorial e museu são a mesma coisa, apenas com terminologias diferentes. Contudo, em sua

²⁹ Dentre tais objetos, temos: ferro de passar (aquecido por brasas), máquina de costura manual, televisor, aparelho de telefone, lâmpada, pilão, máquina de datilografar, vitrola e rádio.

origem etimológica, depreendemos do latim *memorialis*, “relativo à memória”³⁰. Conceito similar encontramos na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* ([19--], p. 858), onde “memorial” significa “relativo à memória: memorável”.

A partir de seu conceito, podemos inferir que trata-se de um espaço caracterizado por apresentar as “memórias” selecionadas por seu idealizador. Lugar onde repousam vestígios de reminiscências, um meio de acesso e onde se “guardam” tais memórias. Distancia-se da definição de museu e objetiva ser, essencialmente, um espaço destinado à reflexão e à emoção, componentes de sua função social.

Ao criar o memorial de forma individualizada, sem que houvesse a participação ou interferência da comunidade ou grupos políticos, Gomes elegeu aquilo que considera ser a história da cidade, e o fez a partir de uma concepção própria, do que julga ser ou não importante, de acordo com suas finalidades e pretensões. Desse modo, é essencial ressaltar que,

[...] a memória não se constitui de olhares descompromissados em relação ao objeto observado e registrado. Preservar a memória não significa preservar o passado em si, mas aquilo a que é possível se ter acesso e também, em grande parte, aquilo que se quer ver recordado. (BREFE, 1993, p. 32)

Desta forma, as escolhas são moldadas de acordo com os interesses. Tanto em sua escrita quanto na concepção do memorial, Gomes selecionou aquilo que considera ser a história de Umbuzeiro. Nesse sentido, “a lembrança não consiste mais em evocar o passado, mas em efetuar saberes aprendidos, arrumados num espaço mental” (RICOEUR, 2007, p. 77). Portanto, o memorial, enquanto “espaço mental” dotado de uma função pedagógica, visa não apenas fazer recordar/guardar os nomes dos homens que fizeram parte da história da cidade, mas também direcionar o olhar dos cidadãos a uma importância destes elementos para o surgimento e desenvolvimento de Umbuzeiro. Ou seja, evocar, através das sucessivas camadas da memória, a reminiscência acerca dos *filhos ilustres*, acessados através de suas imagens e de tudo o que eles representam para Umbuzeiro, como importante fonte de experiências e emoções.

Ao considerar que “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”, Le Goff, (2003, p. 419) sugere que as lembranças podem ser revisitadas e atualizadas simultaneamente, sendo, pois, acionadas quando se deparam com elementos que remetem ao objeto a ser lembrado. Bem parecida é a função do memorial: a de criar elementos, objetos ou

³⁰ Sobre a origem etimológica da palavra memorial veja-se: <http://origemdapalavra.com.br> Acesso em: 15 fev. 2015.

símbolos capazes de provocar uma determinada memória. A qual, no caso do “Memorial Umbuzeiro”, é nitidamente direcionada para os *filhos ilustres*.

Dessa função, resulta um certo “dever de memória” (NORA, 1993) que encontra-se encoberto sob o signo da justiça, no sentido de que haja o interesse em estabelecer méritos, honrar protagonistas esquecidos ou desconhecidos, dando-lhes um lugar nas páginas da história. Noutra perspectiva, a criação dos memoriais ou dos lugares de memória busca fazer com que o indivíduo tenha uma forma de apego ao passado, tornando-se fundamental enquanto elo desse tempo pretérito na busca por uma identidade.

Isso ocorre porque “a elaboração da memória se dá no presente e para responder as solicitações do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar” (MENEZES, 1992, p. 11). A memória é uma faculdade muito ligada ao presente, àquilo que está sendo vivido no presente. É também seletiva na forma como rege o passado, pois “opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo” (BOSI, 2003, p. 31). Também é sempre lembrada a partir de uma perspectiva atual e particular, podendo envolver ainda questões de poder e identidade.

Se considerarmos que “cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história” (BOSI, 2003, p. 70), entenderemos o porquê da necessidade em criar um memorial que visa orientar uma determinada memória cidadina. Sem memória, somos seres anônimos e sem identidade. Igualmente, a construção da história e da identidade são ligadas à memória. Se a identidade humana é atravessada por temporalidades e embasada pela memória, com o passar do tempo esta corre o risco de se perder. Desta forma, a criação de um memorial, enquanto espaço onde se guardam tais memórias cidadinas, é resultado desse medo da “perda da memória”, é uma tentativa de evocar pela imagem tais memórias, pois,

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando com as percepções imediatas, como também empurra, “descola” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 2003, p. 36).

Acreditamos ainda que tanto as narrativas de Gomes, quanto o memorial, pelo forte apelo memorativo que contém, contribuem para um possível “enquadramento da memória” nos termos de Michael Pollack (1989, p. 11), onde “vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento [...] são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade”.

Com isso, busca-se a coesão social e a construção de uma identidade que tem seu cerne na memória.

Ao analisar as categorias de usos e abusos da memória, Paul Ricoeur (2007, p. 98) avaliou que, tanto no plano da lembrança (rememoração) quanto no do esquecimento, a memória “narrada” pode, de maneira sutil, enquadrar e manipular lembranças. Portanto, considera que

[...] uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum.

Entre lembrar e esquecer, deve-se sempre ter em mente todo o contexto de manipulação da memória, seus pressupostos e interesses, levando-se em consideração que há um certo elo de ligação entre o ato de lembrar, memorizar, e comemorar que nos parece essencial. Não são apenas categorias distintas, elas são muitas vezes condicionadas a interesses particulares, mediante “usos” ou “abusos” que visam um determinado fim. A lembrança e o esquecimento caminham unidos e são essenciais para a construção de uma identidade social.

A busca pela constituição de uma identidade para Umbuzeiro reverberou também numa intrincada relação com a seleção e preservação do patrimônio arquitetônico citadino. Assim, a cidade, por meio dos discursos que a regem, segue tentando obter alguma notoriedade de outrora e ganhar espaço no cenário político paraibano. Em conversa sobre qual o momento em que a cidade vai ganhar posição de destaque na Paraíba, Gomes comenta o seguinte:

Quando Umbuzeiro começar a valorizar o seu patrimônio histórico, quando Umbuzeiro mostrar ao povo que tem história de tradição e divulgar os seus filhos ilustres, e mostrar o que Umbuzeiro tinha e recomeçar. Por exemplo, se fosse fazer voltar as vaquejadas antigas em outro local [...] e renovar as festas de reis.

Umbuzeiro pode ser conhecido hoje pelo nome dos filhos ilustres, pelas vaquejadas, que não existem hoje mas que foi palco aqui de grandes atividades e pelo patrimônio histórico da cidade. Tem casas aqui belíssimas, tem o mercado, o Grupo Cel. Antônio Pessoa [...] esse conjunto e a tradição dos Pessoa porque eles [...] eram conhecidos e [...] divulgavam [a cidade e seus eventos].³¹

Na visão do memorialista, atualmente a cidade perdeu a visibilidade que teve nos tempos de glória, de quando existiam os *filhos ilustres* e os eventos que a animavam. Mas será que teve algum dia? Ou será que aquele tempo correspondia apenas aos objetivos políticos do momento

³¹ Entrevista com José Eduardo Gomes, concedida à autora em 8 de março de 2014.

e do qual a cidade foi palco? Certamente foi um período que se tornou glorificado a partir de suas narrativas, a partir daquilo que considerou importante ou não para a história da cidade.

Também é perceptível em seu discurso a necessidade de preservar o patrimônio urbano. Sua fala e escrita nem de longe esgotam os possíveis sentidos e valores que podem ser atribuídos à cidade de Umbuzeiro. Contudo, a forma como construiu e narrou a historicidade deste espaço urbano, bem como a criação do memorial, demonstra o quanto Gomes desempenha um papel fundamental na caracterização dessa história e se sente no dever de preservá-la.

1.4 Desejos de patrimonialização da cidade

É uma cidade igual a um sonho: tudo o que pode ser imaginado pode ser sonhado, mas mesmo o mais inesperado dos sonhos é um quebra-cabeça que esconde um desejo, ou então o seu oposto, um medo. As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

[...]

De uma cidade, não aproveitamos as sete ou setenta maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas.

Italo Calvino

A “cidade do passado” sobrevive ao presente através do seu traçado e dos vestígios que ainda resistem ao tempo. Muitos desejos se escondem por entre os tijolos de suas paredes, nos monumentos de suas praças e nos nomes de suas ruas. Muitos discursos a definiram e ela também se tornou uma cidade idealizada a partir de um desejo.

Em todo percurso de sua narrativa memorialística, Eduardo Gomes faz denúncias sobre os perigos do esquecimento, alertando os cidadãos para que cuidem e preservem os resquícios da história na cidade em seus detalhes. A cidade desejada por ele é aquela que idealizou, ficou no passado e ainda insiste em se manter no presente.

IMAGEM 5 - CENTRO ANTIGO DE UMBUZEIRO



Fonte: Acervo de Eduardo Gomes. Quadro editado pela autora.

Essa “cidade do passado” que se apresenta nos registros fotográficos foi e ainda é sentida, sonhada, desejada e condicionada à imagem de seus *filhos ilustres*. É uma urbe até então carente de reflexão historiográfica e, como pontua Italo Calvino, será dela que iremos extrair as possíveis respostas para as perguntas lançadas nessa pesquisa. Destarte, intencionamos averiguar o que o patrimônio constituído para Umbuzeiro propaga em termos de construção de uma memória e identidade para a cidade e quais são seus desdobramentos historiográficos. Pois, tomando o patrimônio urbano como um viés para o exercício da cidadania, mediante sua ligação com o direito ao passado e à memória, deve-se ressaltar que ele também possui a função social de servir de elo entre a busca da cidadania e a identidade daqueles que traduzem um sentimento de pertença frente a estes bens.

A Umbuzeiro centenária, que nos idos desse ano completou 125 anos, ainda abriga em sua arquitetura resquícios de um tempo remoto. É o que podemos constatar em seu galante conjunto arquitetônico, composto por antigos prédios que foram importantes estabelecimentos comerciais, bem como casas, escolas e igrejas. Suas estruturas remontam ao tipo de construções dos séculos XIX a XX, e ainda guardam marcas nas suas fachadas, com detalhes em platibanda e ornatos. Nesse contexto,

A cidade [...] revela um “traçado arquitetônico” específico, ao qual se junta a percepção que dele têm os habitantes, cada tipo de habitante, ou ainda o turista, que junta o seu olhar externo ao repertório de sensações que o traçado urbano desperta nos seus múltiplos admiradores. (BARROS, 2012, p. 72)

Destarte, esse “traçado arquitetônico” revela-se como sendo um produto da história, tem influência na caracterização da memória e da identidade, tanto para os moradores daquela urbe, quanto para aqueles que se identificam com a história exposta em suas formas urbanas. Portanto, este patrimônio herdado pelos cidadãos vem ganhando espaço nas discussões sobre a temática da preservação desde meados do ano 2000. Possivelmente, os escritos de Eduardo Gomes e a atuação da Prefeitura Municipal (em diferentes momentos) sensibilizaram, ou não, alguns indivíduos na constituição e preservação do patrimônio arquitetônico³².

IMAGEM 6 - VISTA ATUAL DO CENTRO ANTIGO DE UMBUZEIRO



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Umbuzeiro. Imagem editada pela autora.

Quanto à definição do que vem a ser patrimônio, Françoise Choay (2006, p. 11) destaca que “esta bela palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”. Contudo, atualmente, esse conceito

³² Conferir a trajetória sobre a tutela jurídica referente à salvaguarda do Patrimônio Histórico-Cultural e Arquitetônico em Umbuzeiro (LEITE; SILVA, 2014, p. 131-198).

evoluiu e vem sendo utilizado para nomear o legado de uma geração a outra, não apenas no âmbito familiar, como também dos grupos sociais, dos Estados, da Nação e da Humanidade. Ele se compõe por vários aspectos e engloba toda a produção social das pessoas, sua relação com o meio ambiente e a diversidade cultural. É bastante variado e pode sofrer alterações permanentemente.

Assim, esta definição foi alargada e surgiu a denominação “patrimônio histórico”, descrita por Choay (2006, p. 11) como sendo a expressão que “designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum”³³.

No Brasil, os debates acerca do patrimônio resultaram na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1936. Para além do contexto de suas alterações administrativas, estruturais e denominativas, Oliveira (2010, p. 69) considera que “o papel desenvolvido pelo IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional], ao longo dos anos, desde sua fundação, teve caráter unilateral, em que os técnicos do Instituto, suas delegacias/diretorias, agiam de forma solitária na tentativa de seleção/sacralização/preservação do patrimônio histórico brasileiro”. Diante disso, houve a necessidade de se criar representantes nos estados.

Sendo assim, nos idos de 1971, foi criado na Paraíba o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP). Fruto do Decreto-Lei nº 5.255, este instituto tinha como finalidade “preservar os bens culturais do Estado que não se encontram sob proteção e guarda do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, compreendidos os seguintes: histórico, artístico, folclórico, florístico e arqueológico”³⁴. Nesse sentido, Targino (2003, p. 15) salienta que, dentre suas atribuições, está a “preservação, restauração e a revitalização dos bens móveis e imóveis de interesse histórico, artístico e cultural do Estado”.

Para além da ampliação do conceito de patrimônio ocorrido ao longo dos anos (CHOAY, 2006), das políticas públicas, do percurso e atuação do IPHAEP na Paraíba, cabe-nos tão somente avaliar o caminho traçado pelos umbuzeirenses em seus discursos e na

³³ Em sua obra, *A alegoria do patrimônio* (2006), a historiadora Choay trata a noção de monumento e de patrimônio histórico na sua relação com a história, a memória e o tempo. Analisa as causas que levaram o patrimônio histórico-arquitetônico a conquistar um público mundial, bem como o desafio enfrentado por vários países no tocante à problemática de sua legitimidade, preservação, e investiga ainda as origens do culto ao patrimônio com seus usos e abusos.

³⁴ Conferir, Decreto-Lei nº 5.255 de 31 de março de 1971, publicado no Diário Oficial do Estado em 01 de abril de 1971.

caracterização referente àquilo que é, ou não, tido como patrimônio de Umbuzeiro³⁵. Porém, a preservação patrimonial nesta cidade remete ao conjunto de ações empreendidas por aquele instituto do ano de 2000 a 2002.

Todavia, antes que o IPHAEP tivesse revelado algum interesse por Umbuzeiro, nos idos de 2001 a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S.A (EMEPA-PB), por intermédio de seu presidente, o Eng. Agrônomo José Costa, solicitou a abertura do processo de tombamento da Estação Experimental João Pessoa. Juntamente com este, o “Eng. Agrônomo Paulo Roberto de Miranda Leite e Advogada Kátia Maria Bezerra, [...] forneceram as especificações contendo a descrição rigorosa e minuciosa de todas as edificações” (TARGINO, 2003, p. 158).

No que tange a tal pedido, cabe avaliar algumas das “razões de cunho histórico” apresentadas pela EMEPA-PB. Nestas, consta a empreitada contra a seca efetuada pelo “ilustre paraibano Eptácio Pessoa” que, em sua “visão de estadista”, criou a Estação de Umbuzeiro. Na sequência, “a Prefeitura do município de Umbuzeiro, na época sob a administração do Sr. Carlos Pessoa, doou ao Governo Federal, o terreno para as instalações necessárias ao pleno funcionamento da Estação”. Em seguida, “todas as ações [...] foram coordenadas pelo Dr. Eptácio Pessoa Sobrinho, [...] chefe da Estação”. No “1º aniversário de morte do Presidente João Pessoa aquela Unidade recebeu o nome de ‘Campo de Monta João Pessoa’ em homenagem ao grande paraibano”. No pedido de tombamento, há ainda referência à “foto do Presidente João Pessoa, tirada no estúdio do fotógrafo Louis Pierreck minutos antes de sua trágica morte”³⁶.

A descrição da criação e administração da Estação, bem como das fotos, objetos e o próprio nome da unidade, revela que aquele espaço é um “lugar de memória” aos Pessoa. Esse texto subsidiou o pedido de tombamento do “Conjunto da Estação Experimental João Pessoa”, com toda a sua extensão territorial e a jurema (árvore centenária). No ano seguinte, este seria atendido e toda a Estação foi tombada pelo Decreto nº 23.011, de 07 de maio de 2002³⁷. Com isso, o espaço marcado pela existência dos filhos da terra estava salvaguardado numa memória oficializada para a posteridade da cidade.

³⁵ Sobre as discussões em torno da memória, história, patrimônio histórico e criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) em sua atuação na cidade de João Pessoa-PB, conferir obra de Almir Félix Batista de Oliveira (2010).

³⁶ Conferir o pedido de tombamento da Estação Experimental que consta nas folhas de número 2, 3 e 4 do Processo nº 0109/2001, que se encontra no arquivo do IPHAEP.

³⁷ Este decreto foi publicado no Diário Oficial do Estado, em 08 de maio de 2002.

No mês subsequente a este primeiro tombamento, representantes do IPHAEP foram até Umbuzeiro para fazer a avaliação do estado de conservação da Estação Experimental João Pessoa, da casa da família Pessoa e da Igreja Matriz. Naqueles idos de 2002, esse instituto estava empreendendo uma “política de interiorização” pelo estado paraibano e avaliando o acervo histórico de 36 municípios (TARGINO, 2003).

Dessa visita, resultou um memorando interno com a criação de um processo com vistas a fazer o tombamento da casa onde nasceu João Pessoa. Segundo Itapuan Bôtto Targino (2003, p. 159), então diretor do IPHAEP, foi um “pedido do ilustre Conselheiro Welligton Aguiar, registrado em ata do Conselho Estadual de Cultura”³⁸. Certamente o pedido ocorreu mediante acordo com a família Pessoa, que é proprietária do imóvel, pois a decisão favorável foi comunicada a Carlos Pessoa Neto, à época prefeito de Umbuzeiro, por intermédio de ofício expedido pelo Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais (CONPEC)³⁹.

No Relatório de Viagem, a casa foi descrita como um “imóvel de indiscutível valor histórico” e que,

[...] reveste-se de grande importância para a preservação e conseqüente tombamento, por tratar-se do berço natal de um dos personagens mais importantes da nossa história local e nacional – o PRESIDENTE JOÃO PESSOA CAVALCANTE [sic] DE ALBUQUERQUE – HEROI E MARTIR DA REOLUÇÃO DE 30.⁴⁰

A justificativa dada pelo IPHAEP para que a casa fosse restaurada e tombada agregava também outros elementos simbólicos que exaltavam a figura de João Pessoa. Este discurso reforçava ainda mais a importância da preservação da casa, pois “[...] seu nome batizou nossa capital” e “seu gesto de negar apoio à candidatura dos chefes políticos de São Paulo e Minas Gerais, [...] imortalizado pela expressão **NEGO** [sic] constituiu-se na Divisa da Bandeira do Estado da Paraíba”⁴¹. Desta forma, legitimou-se um bem específico de uma elite familiar e política da cidade como sendo um patrimônio de toda a Umbuzeiro.

Já no Parecer Técnico, encontramos o seguinte:

A proteção do imóvel [...] representa indiscutivelmente importante medida do poder público para a preservação de um registro histórico que transcende os

³⁸ Cabe salientar que no “Relatório de viagem” da visita a Umbuzeiro consta o nome de Itapuan Bôtto Targino e Welligton Aguiar. Conferir “Vistorias realizadas na Cidade de Umbuzeiro – Paraíba”, Relatório de Viagem, vinculado ao Processo nº 0096/2002, que se encontra no arquivo do IPHAEP.

³⁹ Conferir Ofício nº 0188/2001/CONPEC de 29 de julho de 2002, que se encontra no arquivo do IPHAEP.

⁴⁰ Conferir o Relatório de Viagem e o Parecer referentes ao Processo nº 0096/2002/IPHAEP que consta no arquivo deste instituto.

⁴¹ Conferir “Vistorias realizadas na Cidade de Umbuzeiro – Paraíba”, Relatório de Viagem, vinculado ao Processo nº 0046/2007, que se encontra no arquivo do IPHAEP.

interesses estaduais, sobretudo por constituir referência biográfica do homem símbolo da Revolução de 1930.

A importância histórica do objeto em pauta para tombamento, justifica-se tanto pelos motivadores históricos como pela sua importância como **identificador da memória, da identidade** e da arquitetura regional. (Grifo nosso).⁴²

Este parecer e o Relatório de Viagem demonstram bem a função daquele “lugar de memória” enquanto marco da memória de João Pessoa e elemento de identidade regional. A isso soma-se a referência estadual e nacional, onde este personagem é tido como símbolo/herói da Revolução de 1930, uma imagem muito cara à Paraíba e mais ainda para Umbuzeiro. Com tais argumentos fundamentava-se o tombamento do berço dos Pessoa que resultou no Decreto nº 23.311 de 23 de agosto de 2002⁴³.

Até o ano de 2005, nenhuma outra ação foi feita pelo IPHAEP. Desse modo, a Prefeitura Municipal, não mais sob a direção e atuação partidária dos Pessoa, resolveu se pronunciar por intermédio da Secretaria de Esportes e Turismo, solicitando deste instituto uma visita técnica para avaliar as condições do patrimônio citadino, com vistas à possibilidade de fazer o tombamento dos bens de interesse patrimonial, como também “a possibilidade da construção de um Memorial dos Filhos Ilustres de Umbuzeiro, da Paraíba e do Brasil”⁴⁴.

Os desejos de criar tal memorial para os renomados filhos da terra, que agora não eram só de Umbuzeiro, mas da Paraíba e também do Brasil, objetivava inserir a cidade no contexto do turismo, enquanto propulsor econômico, passando a vender a imagem daqueles de quem tanto se orgulha e tendo como justificativa o seguinte:

É notório o grande impulso que este Memorial vai obter em nosso Município, pois os visitantes e turistas que apreciam a cultura PARAIBANA E BRASILEIRA verão que UMBUZEIRO é rico de HISTÓRIA E CULTURA.⁴⁵ (PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBUZEIRO, grifo do autor)

Mais uma vez, percebemos que os discursos municipais ambicionavam uma espécie de reconhecimento por Umbuzeiro ter gerado *filhos ilustres*. Ela, com todos os seus bens já existia, mas, por meio de seus filhos, pretendia obter o prestígio e o significado que eles têm na cidade e que transcendem as características funcionais de seu patrimônio edificado. Aqui o caráter

⁴² Conferir Parecer Técnico referente ao Processo nº 0096/2002, que consta no arquivo do IPHAEP.

⁴³ Este Decreto foi publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba em 24 de agosto de 2002.

⁴⁴ Conferir Ofício de nº 09/2005, emitido pela Prefeitura Municipal de Umbuzeiro - Secretaria de Esportes e Turismo.

⁴⁵ Idem

simbólico do patrimônio é evidenciado: os filhos da terra são o patrimônio que se quer mostrar; eles são os responsáveis por dar uma nova roupagem a esse patrimônio.

O uso do turismo e sua intenção mercadológica seria um recurso para promover e vender a imagem da cidade como o *berço dos filhos ilustres*, juntamente com seus atrativos patrimoniais. Contudo, para além de toda a discussão e critérios que envolvem a relação entre o turismo e tal patrimônio, essa primeira investida da Prefeitura Municipal não logrou êxito⁴⁶. Em resposta ao referido pedido, o IPHAEP informou, por meio do Ofício nº 0582/IPHAEP, que a visita seria incluída no cronograma do ano seguinte (2006). Porém, só veio a ser realizada em 2007, através do IPHAN.

Nesta visita, foi feito um levantamento geral com a listagem dos prédios dotados de valor histórico, artístico e cultural, passíveis de serem protegidos pela tutela jurisdicional do tombamento. O instituto delimitou a área do chamado centro histórico da cidade, e, de acordo com o *croqui* esquemático, era formado por 36 prédios, conforme demonstra a figura a seguir:

⁴⁶ Cabe salientar que nas atas da Câmara Municipal de Umbuzeiro, nos anos de 2000 a 2010 e no seu acervo, não encontramos referências a possíveis debates quanto ao patrimônio citadino.

IMAGEM 7 - CROQUI DO CENTRO HISTÓRICO DE UMBUZEIRO COM IMAGENS ATUAIS





Fonte: Acervo pessoal da autora. Quadro editado pela autora. 2014/2015.

Ao centro histórico, devidamente delimitado e caracterizado pelo IPHAN, outros lugares de memória foram agregados. A cidade tinha agora um conjunto arquitetônico portador de valor histórico e artístico. A partir do relatório do instituto, podemos apreciar um pouco desse discurso que reúne valor histórico e memorialístico:

Confirmando “in loco” a singularidade de elementos isolados bem como de alguns conjuntos urbanos de interesse artístico/urbanístico, que até mesmo extrapolam sua importância como referência não só para o contexto do município, mas para o âmbito estadual, como é o caso dos imóveis onde nasceram o Presidente João Pessoa e o jornalista Assis Chateaubriand, figuras de projeção na vida política e empresarial, o primeiro como “Mártir” da Revolução de 1930 e o segundo como símbolo de um pensamento de vanguarda de sua época, idealizador dos Diários Associados, pioneiro da TV no Brasil e fomentador do MASP e de inúmeras coleções e exposições de arte pelo Brasil.⁴⁷

⁴⁷ Conferir: “Vistórias realizadas na Cidade de Umbuzeiro – Paraíba”, folha 5 do Relatório de Viagem, vinculado ao Processo nº 0046/2007, que se encontra no arquivo do IPHAEP.

IMAGEM 8 - CASA ONDE NASCEU JOÃO PESSOA (1868) E CASA ONDE NASCEU ASSIS CHATEAUBRIAND (1890)



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2014.

Por intermédio de um discurso que deu relevância a estes imóveis, os berços dos renomados filhos da terra foram legitimados pelo IPHAN e tidos como referentes patrimoniais não só para a cidade, mas também para toda a Paraíba, ou mesmo para o Brasil. Nesta última hipótese, consideramos que o instituto coloca-os como homens cuja atuação foi sentida em âmbito nacional. Destas duas casas, apenas a de João Pessoa havia sido tombada em 2002.

Ao continuar na descrição feita no referido relatório de viagem, outros elementos dignos de reflexão são revelados:

Considere-se também a importância arquitetônica de alguns elementos isolados que guardam com fidelidade estilos e movimentos artísticos a exemplo do “art déco”, além de outros edifícios ecléticos que remetem ao neogótico, neoclássico, somando-se ao casario tradicional que compõe importante conjunto urbano.⁴⁸

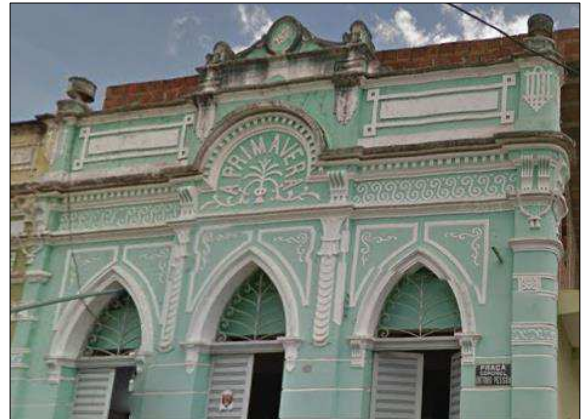
Os exemplares dessas características são os seguintes prédios:

⁴⁸ Conferir: “Vistorias realizadas na Cidade de Umbuzeiro – Paraíba”, vinculado ao Processo nº 0046/2007, que se encontra no arquivo do IPHAEP.

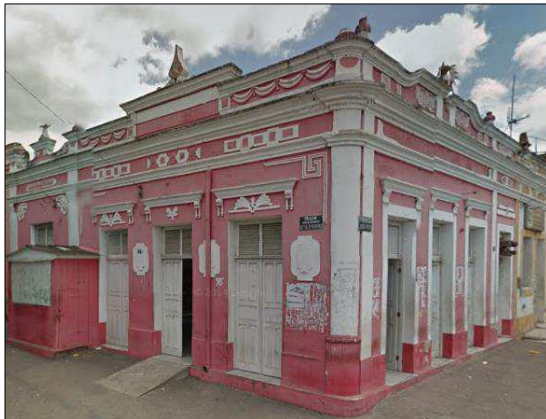
IMAGEM 9 - EXEMPLO DE ALGUNS ESTILOS ARQUITETÔNICOS EM UMBUZEIRO - SEGUNDO O IPHAN



Antiga Casa de Banho. Importante referência do “Art decó”.



Detalhe de platibanda e ornatos de edifício do Centro Histórico. Ano 1926.



Biblioteca Epitácio Pessoa. Detalhe do edifício de cabeça de quadra. Ano 1942.



Mercado Público que ainda conserva a tipologia original. Ano 1916.

Fonte: Acervo pessoal da autora. Quadro editado pela autora.

Através desse discurso o patrimônio da cidade foi definido pelo IPHAN, possuindo formas e cores variadas. Agora sabia-se de suas características arquitetônicas ou estilo artístico. Tudo isso mexeu com a forma de lidar com aqueles imóveis, que, a partir de então, não eram apenas moradia ou prédio público, mas dotados de importância histórica e artística. Agora não se possuía mais apenas uma “casa”, e sim um exemplar artístico em *art déco*, eclético, que remetia ao neogótico ou ao neoclássico brasileiro.

Este aspecto teve significativa relevância naquela pequena cidade, ao ponto do trabalho do IPHAN gerar entre os cidadãos a ideia de que todo aquele conjunto arquitetônico havia sido tombado. Tal pensamento se disseminou e certamente colaborou para evitar várias reformas/destruições nas casas de particulares. Verificamos, nessa pesquisa, que tal concepção vigora ainda hoje e, diante disso, aqueles que por algum motivo optaram por fazer alguma

mudança no imóvel tiveram a preocupação de entrar em contato com o IPHAEP para se certificar de que o espaço era mesmo tombado e se poderia ou não modificá-lo, conforme constatamos nos processos existentes neste órgão.

Cabe ponderar que o trabalho do IPHAN foi executado segundo as informações fornecidas pela Secretaria de Esportes e Turismo da Prefeitura. Além desse patrimônio arquitetônico, o instituto listou como exemplo do patrimônio imaterial as seguintes manifestações culturais: pastoris, bumba-meu-boi, emboladores de coco, coco de roda, papangus (carnaval de rua com mascarados), cirandas, pastoris, repentistas e bandas de pífano⁴⁹.

Após realizar parecer técnico, o IPHAN encaminhou uma proposta de proteção do conjunto arquitetônico do centro histórico de Umbuzeiro para o IPHAEP, que atua em âmbito estadual juntamente com seu Conselho de Proteção do Patrimônio Cultural. Nessa proposta, solicitou que estes tomassem as medidas cabíveis para que se fizesse o tombamento.

Em 2008, o IPHAEP solicitou ao Ministério Público em Umbuzeiro, na pessoa do então Promotor de Justiça, que providenciasse os dados (RG, CPF ou CNPJ) dos proprietários dos imóveis de valor histórico do sítio antigo da cidade a fim de fosse concluído o cadastramento e tomadas as diligências referentes aos possíveis tombamentos. Na lista enviada pelo instituto, baseada na visita realizada pelo IPHAN um ano antes, contava o total de 102 imóveis. Um número bastante considerável para uma cidade de pequeno porte como Umbuzeiro.

Juntamente com os 36 imóveis inseridos na delimitação do centro histórico, havia outros distribuídos pela cidade e pelo município, igualmente considerados de valor histórico, artístico e cultural. Aos imóveis residenciais, destacando-se os berços de João Pessoa e Assis Chateaubriand, foram acrescidos outros espaços: Capela de Nossa Senhora da Conceição, Matriz de Nossa Senhora do Livramento, Cemitério, Grupo Escolar Cel. Antônio Pessoa, Cadeia Pública, Mercado Público, Açougue, Centro de Saúde “Sinhá Pessoa”, Biblioteca Municipal Pres. Epitácio Pessoa, Prefeitura, Casa da família Souto, Casa que pertenceu ao Padre Antônio Ramalho, Casa da família Travassos, Casa da família Sousa e Silva, Casa da família Donato e Casa da família Leal. Interessante notar que nesta lista, a casa onde nasceu Assis Chateaubriand consta como tombada, um erro do próprio IPHAEP.

Almejando atender o pedido desse instituto, o Ministério Público procedeu na busca pelos dados dos moradores dos imóveis. O funcionário encarregado de obtê-los nos relatou o seguinte:

⁴⁹ Conferir: “Vistorias realizadas na Cidade de Umbuzeiro – Paraíba” que consta na folha 9 do Relatório de Viagem, vinculado ao Processo nº 0046/2007, que se encontra no acervo do IPHAEP.

O IPHAEP nos oficiou pedindo o CPF e Identidade dos donos. Só que foi um problema, ninguém dá CPF e também não dá identidade, fui em duas casas, os donos não se negaram a dar, e perguntando se era pra empréstimo. Oficiamos a prefeitura pra saber se tinha alguém que tinha identidade ou CPF dessas pessoas, não tinha. A prefeitura também mandou o funcionário Alberto Ribeiro, na época, que era responsável pelo IPTU da cidade, também não conseguiu.⁵⁰

Ante o exposto, percebe-se que a tarefa não pôde ser realizada. Mas afinal, o que levou estes cidadãos a não colaborarem com a ação do Ministério Público? Acreditamos que as dúvidas e o receio dos moradores sobre o que poderia acontecer com suas casas impossibilitaram o fornecimento dos dados. O instituto do tombamento, vigente no ordenamento jurídico brasileiro desde que foi editado, pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, parece não ser visto com bons olhos pela sociedade⁵¹.

Porém, o objetivo implícito no conceito de tombamento é a preservação da memória, uma vez que o bem tombado, por si só, nada representa sem a devida contextualização de sua importância para aqueles que vivem em seu entorno ou para as gerações futuras. Desta forma, a preservação de um patrimônio é algo mais complexo do que se parece, e é fundamental ter a colaboração e o interesse direto da comunidade. Um exemplo dessa atuação cidadã ocorreu em 2009, quando a senhora Ana Cristina Ribeiro comunicou ao IPHAEP a reforma que a Prefeitura Municipal estava fazendo nas praças de Umbuzeiro. Tal atitude evitou a total descaracterização destes espaços, cujas obras foram embargadas pelo Ministério Público.

Passados dois anos desde o primeiro pedido de dados dos moradores, o IPHAEP voltou em 2010 a solicitá-los ao Ministério Público para a conclusão do cadastramento dos imóveis inseridos no centro antigo da cidade. Por sua vez, o Parquet (termo jurídico que se refere ao Ministério Público) oficiou a Prefeitura Municipal para que colaborasse na obtenção das informações necessárias, e dela obteve a seguinte resposta:

A prefeitura tem encontrado muitas dificuldades no sentido do preenchimento das referidas informações devido à falta de compreensão de alguns moradores em não querer passar as informações necessárias para o cadastramento, e em muitos deles o proprietário não reside no município, não tendo como entrar

⁵⁰ Entrevista com Alceu da Costa Lima, concedida à autora em 21 de setembro de 2013. O depoente foi funcionário de Ministério Público da Paraíba e trabalhou no processo de coleta dos nomes dos proprietários dos imóveis do centro histórico de Umbuzeiro. Encontra-se atualmente com 38 anos de idade.

⁵¹ A atual Constituição Brasileira estabelece o conceito de patrimônio histórico-cultural, abrangendo a proteção ao mesmo, conforme disposto em seu Artigo 216, §1º, “O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventário, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

em contato com eles, todavia estamos enviando a essa promotoria a relação dos proprietários cadastrados.⁵²

Dessa forma, foi enviado ao IPHAEP apenas os dados obtidos. Contudo, passaram-se treze anos desde a primeira visita do IPHAEP à cidade e o processo que visava salvaguardar estes bens parece estar esquecido nos arquivos deste instituto. Assim, os desejos de patrimonialização da cidade ainda não foram concretizados. Este patrimônio potencialmente emblemático e simbolizado por seus *filhos ilustres* aparentemente não conseguiu envolver todas as camadas sociais, integrando-as ao patrimônio constituído. Neste sentido, Sandra Pesavento (2003, p. 79, grifo da autora) aponta que “[...] destruir e remodelar a *urbe* implica julgar aquilo que se deve preservar, aquilo que, em termos de espaço construído, é identificado como ponto de ancoragem da memória, marco de reconhecimento e propriedade coletiva”.

Portanto, o interesse pela preservação arquitetônica, ou não, é uma problemática existente desde a escolha dos bens a serem preservados. Desta forma, “são os habitantes da localidade e do entorno imediato os primeiros a ser sensibilizados, com apoio na afetividade, para valorizar o patrimônio” (CAMARGO, 2002, p. 98). A priori, são eles que irão salvaguardar tais bens, desde que por estes bens se sintam tocados ou mantenham alguma relação de pertença e identidade.

Destarte, nesse tortuoso caminho em prol da criação e legitimação de uma identidade cidadina, muitos discursos e desejos são (re)criados. Eduardo Gomes enfatiza que o patrimônio arquitetônico de Umbuzeiro encontra-se:

Abandonado, eu não tenho outra expressão pra dizer, tá entendendo? Falta uma lei municipal, [...] há muito tempo poderia ter elaborado uma lei preservando seu próprio patrimônio, a conservação dos prédios, dos próprios prédios públicos, por exemplo o Grupo Escolar Coronel Antônio Pessoa, que é um patrimônio material de Umbuzeiro, tá bem dizer abandonado, a Coletoria Estadual, onde foi a Coletoria Estadual também, a Biblioteca, de forma deplorável, então a conservação é péssima.⁵³

Essa ideia de abandono, perda e destruição sempre marcou os discursos e as ações do memorialista, que acredita que tal situação também ocorre por causa da “falta de atenção com Umbuzeiro”. Para ele, “Umbuzeiro tem um foco histórico que a Paraíba despreza. A Paraíba só se preocupa com Areia, Campina Grande [...] e deixa Umbuzeiro, onde o maior foco de história

⁵² Estes dados constam no Ofício nº 003/10, expedido pela Prefeitura Municipal de Umbuzeiro, em 11 de fevereiro de 2010.

⁵³ Entrevista com José Eduardo Gomes, concedida à autora em 21 de setembro de 2013.

da Paraíba está aqui”⁵⁴. Em sua opinião, o estado paraibano parece desconhecer a importância histórica da cidade e sua contribuição maternal de ter gerado tantos *filhos ilustres* para a Paraíba e isso lhe causa ressentimentos.

Segundo Eduardo Gomes, os moradores da cidade ressaltam “que é muito bonito, não pode bulir [modificar]. O pessoal tem como importante o patrimônio histórico de Umbuzeiro”. Contudo, quando a questão é tomar alguma medida em favor de sua preservação, a coisa muda: “[as] pessoas comentam, criticam, mas, pra tomar a frente não. Inclusive quando tem um prédio sendo reformado a gente sempre teve a gentileza de comunicar ao Ministério Público”. No tocante à atuação educacional, Gomes considera que esta é de pouca expressão, chegando a considerar que “a educação tem sido totalmente omissa”⁵⁵.

Em contrapartida, a professora da área de História, Maria Aparecida, também diretora da Escola Estadual “Presidente João Pessoa” no ano de 2013, cujo anexo funcionava no prédio do Grupo Escolar Cel. Antônio Pessoa, nos relatou que “vem trabalhando a conscientização a nível de escola”, “mostrando aos alunos a caracterização de um prédio antigo e fazendo a relação com o prédio atual, mostrando o valor que tem o patrimônio, o prédio antigo para história do lugar”. A seu ver, o contexto atual da preservação patrimonial na cidade ainda parecer ser “uma questão muito lenta, só que os adultos que aqui hoje vivem e os idosos também, eu acho que eles não trouxeram consigo, em sua maioria, essa consciência, de que um prédio antigo ele guarda muito da história”⁵⁶.

Sua fala deixa transparecer um certo grau de desapego da população mais antiga da cidade em relação ao seu patrimônio edificado. Questões culturais, preferenciais, ou mesmo a falta de uma conscientização, teriam levado ao atual cenário. Entretanto, a parte do conceito popular de que o patrimônio diz respeito ao velho/antigo. E, assim o sendo, apenas o velho pelo velho, perdem-se seus referenciais. Portanto, para que haja de fato um interesse na preservação e proteção do patrimônio arquitetônico, as significâncias – sentido histórico construído a partir de uma rede de interesses políticos e sociais – devem permanecer nele. Caso contrário, ele deixa de ter sentido para a população.

Na opinião desta diretora, para que o patrimônio seja devidamente preservado faz-se necessário um projeto de conscientização que envolva e informe a população quanto à relevância patrimonial da cidade. Diante de tantos empecilhos, ela comenta o caso específico do Grupo Escolar Cel. Antônio Pessoa, que estava sob sua gestão naquele momento:

⁵⁴ Entrevista com José Eduardo Gomes, concedida à autora em 21 de setembro de 2013.

⁵⁵ Entrevista com José Eduardo Gomes, concedida à autora em 8 de março de 2014.

⁵⁶ Entrevista com Maria Aparecida de Aguiar Barbosa, concedida à autora em 21 de setembro de 2013.

Até pra restaurar o Grupo Escolar, por exemplo, [...] a gente já fez vários pedidos, várias solicitações e até agora nada, mas foi feito ao Governo do Estado, sabe... a Secretaria de Educação, a gente enviou fotos, ofícios, várias vezes e nada. Nada foi feito até agora.

Quanto a isso, é um prédio lindo né? Belíssimo. Ali conta a história, acho, que da população inteira de Umbuzeiro, que nasceu e viveu aqui, porque todo mundo estudou ali [...] naquele Grupo Escolar.⁵⁷

Embora transpareça a ideia de que os cidadãos não preservam seu patrimônio o quanto deveriam, sua fala denota o problema da manutenção do prédio e justifica a necessidade de sua salvaguarda, uma vez que este possui um significado para a cidade, nele encontra-se a própria “história da cidade”. Desta forma, externaliza-se um laço de identidade com o lugar de memória patrimonializado, tendo como referente o filho ilustre que o batiza, o coronel Antônio Pessoa.

Hoje, o referido conjunto urbano, de relevância artística e histórica, se revela um pouco tímido e ofuscado em meio às construções recentes. Mostra-se fragilizado perante os vários anseios e desejos de seus proprietários, bem como do poder público municipal e, por que não dizer também, o estadual. Embora sejamos levados ao entendimento de que a não preservação de uns está relacionada com uma falta de sensibilidade cultural ou porque não entendem o significado daquele bem, é necessário nos questionarmos sobre o processo de seleção dos mesmos. Em sua grande maioria eles são eleitos e construídos por uma elite e tornam-se um atrativo turístico para a própria elite. Portanto, para que haja um maior interesse dos cidadãos, seria necessário que:

[...] os processos de escolha fossem discutidos e negociados, com uma participação mais ampla e significativa de diversas comunidades, criando oportunidades para que o patrimônio fosse um meio de expressão de todos os segmentos sociais. (CAMARGO, 2002, p. 92-93)

É possível que o interesse da Prefeitura Municipal em legitimar e salvaguardar o patrimônio urbano faça parte das diretrizes estabelecidas e contributivas para o desenvolvimento municipal em termos turísticos, econômicos e sociais. Principalmente se tivermos em vista o exemplo atual do investimento feito em algumas cidades do brejo paraibano, que usam seu patrimônio turisticamente através do chamado “Caminhos do Frio – Rota Cultural”. Certamente, a Umbuzeiro que se vangloria de parir *filhos ilustres* buscava e busca um espaço de destaque nesse sentido.

O bem patrimonial oficialmente protegido passa a representar o olhar do presente sobre esse patrimônio. Assim, a ampliação dos debates e a importância conferida ao tema na cidade

⁵⁷ Entrevista com Maria Aparecida de Aguiar Barbosa, concedida à autora em 21 de setembro de 2013.

de Umbuzeiro se apresentam cada vez mais intensos. Um longo caminho ainda precisa ser percorrido, mas de uma coisa sabemos: esse patrimônio edificado é parte dos “lugares de memória” que remetem aos *filhos ilustres* da cidade.

Dessa forma, os desejos de patrimonialização visam garantir a permanência desses lugares, tombados ou inventariados, como testemunhas de um período, como guardiões da memória e da história da cidade. Bem como objetivam a qualificação do seu entorno através de mecanismos de reconhecimento e valorização que estão intrinsecamente ligados à memória dos filhos da terra.

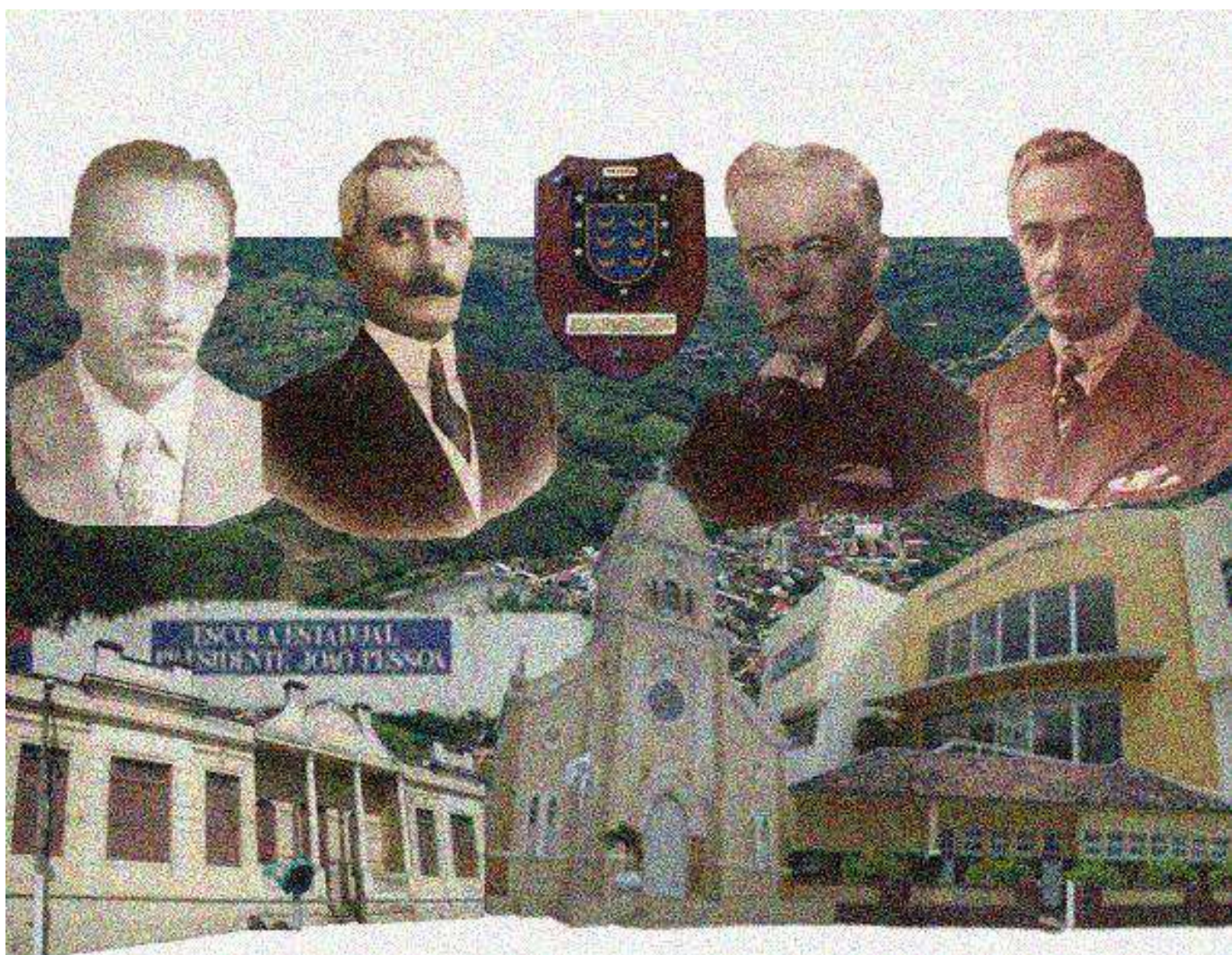
Por sua vez, a cidade é e sempre foi dotada de objetos, signos e imagens que lhe conotam sentidos. Foi constantemente demarcada ao longo do tempo e de maneira simbólica por aqueles que nela traçaram seu percurso. A partir dessas inserções no cenário urbano novos sentidos/significados lhe são atribuídos. Desta forma, na medida em que “ressignificam os diversos territórios do seu cotidiano”, os cidadãos elaboram “suas identidades” (KNAUSS, 1998, p. 12). Em Umbuzeiro, tal identidade está permeada pelos nomes e emblemas monumentais que compõem a toponímia urbana, seus espaços e prédios públicos.

Assim, o acervo arquitetônico, construído historicamente mediante as transformações urbanas, confere à cidade uma determinada identidade. Esse conjunto monumental e arquitetural imprime significados simbólicos acerca da urbe, definindo-a enquanto “imaginária urbana”. Este conceito, elaborado por Paulo Knauss (1998, p. 22), é definido como a “expressão dos sentidos da cidade atribuídos pela sociedade urbana, definindo-se como acervo de emblemas da urbanidade contemporânea”. Portanto, trata-se de uma avaliação de como a cidade é percebida pelos cidadãos, já que a imaginária urbana também cuida em materializar e enraizar a memória no espaço urbano.

Nesse sentido, a imaginária urbana é ainda “um conjunto amplo de imagens inseridas na cidade, compreendendo desde as estátuas tradicionais às esculturas contemporâneas, ou monumentos e peças de caráter histórico” (KNAUSS, 1998, p. 33). Em nossa pesquisa, tal imaginária urbana está inscrita nos prédios públicos batizados com os nomes dos *filhos ilustres* e nos monumentos edificados em favor de suas respectivas memórias.

Destarte, ao tomarmos a pesquisa acerca de como esses elementos fazem de Umbuzeiro uma cidade monumentalizada, buscamos entender como eles corroboram para a formação de uma identidade umbuzeirense. Pois, como disse Certeau (2013b, p. 201), “é preciso despertar as histórias que dormem nas ruas que jazem de vez em quando num simples nome, dobradas neste dedal como as sedas da feiticeira”. Portanto esta é uma possibilidade de leitura da cidade, a qual nos propomos a fazer neste trabalho.

CAPÍTULO 2 - UMA CIDADE MONUMENTALIZADA DE
SOBRENOME PESSOA



CATÍTULO 2 - UMA CIDADE MONUMENTALIZADA DE SOBRENOME PESSOA

É pelo espaço, é no espaço que encontramos os belos fósseis de uma duração concretizados por longas permanências. O inconsciente permanece nos locais. As lembranças são imóveis, tanto mais sólidas quanto mais bem espacializadas.
Gaston Bachelard

Quais sensações emergem quando caminhamos pelas ruas? Quais os tipos de imagens que nelas estão impregnadas? Afinal, o que dizem sobre a história de uma cidade os monumentos erguidos em praça pública, os nomes de suas ruas e edificações, ou mesmo o invólucro de símbolos que a contém?

Na dinâmica do espaço urbano, tanto o cidadão quanto o transeunte são instigados por ações que envolvem: perceber, sentir e conhecer tal espacialidade. Isto é uma ação quase imperceptível. Uma ação que se faz “quase sem querer”, mas que é fruto da inter-relação do homem com o meio. Isso ocorre porque os elementos que se materializam na malha urbana são responsáveis por transmitir aos seus expectadores uma variedade de experiências arquitetônicas, simbólicas, imagéticas e memoráveis, capazes de fundir o tempo e o espaço numa mesma dimensão. Mediante a conjugação de todos estes elementos, é possível afirmar que a cidade é feita “das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado”. Nesse sentido, ela “se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata”. Ela não conta tão somente sobre seu passado, “ela o contém nas linhas de sua mão, nos ângulos das ruas” (CALVINO, 1990, p. 14-15).

Andar pelas ruas de Umbuzeiro é um exercício de aprendizagem e de experiências a partir do qual se pode perceber vários aspectos sobre a história da cidade, principalmente conhecer os nomes de alguns personagens considerados importantes e que fizeram parte da história local, paraibana e até mesmo nacional. Ainda que seja um breve passeio, é possível constatar que estes personagens possuem um elemento em comum, a saber: o sobrenome “Pessoa”. Deste modo, há a presença constante do sobrenome desta família nos mais diversos espaços da urbe, onde alguns de seus renomados membros emprestaram suas “imagens” a uma relevante parcela da toponímia citadina, que encontra-se distribuída neste espaço por meio do nome de ruas, avenida, praças, escolas e dos principais prédios públicos. O sobrenome “Pessoa” se transformou num elemento singular da paisagem urbana umbuzeirense.

Nesse sentido, nos alerta Michel de Certeau (2013a, p. 163-164) que as “caminhadas pela cidade” são permeadas pela enunciação do pedestre e sua apreensão de nomes, símbolos e sentidos. Para o autor, os passos “moldam os espaços” e “tecem os lugares”, pois caminhar é

um “processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre”. Partindo dessa premissa, ao caminhar por Umbuzeiro, o pedestre se depara constantemente com nomes e símbolos representativos de uma cidade que se mostra como um monumento aos seus *filhos ilustres*. Esta caminhada é sempre dotada de sentidos onde “os nomes próprios cavam reservas de significações” (CERTEAU, 2013a, p. 171), gerando uma espacialidade urbana simbólica e orientada pelos nomes destes personagens.

Esta especificidade umbuzeirense exige de nós uma problematização, na medida que nos interessa inquirir sobre a criação e nomeação desses espaços citadinos que não foram batizados com tais nomes de forma aleatória. Muito pelo contrário, eles têm uma razão de ser e carecem, portanto, de uma análise historiográfica nesta pesquisa.

Faz-se mister ressaltar que o que aconteceu em Umbuzeiro não é um fenômeno isolado onde se buscava simplesmente dar um nome a rua e prédios públicos ou construir bustos para homenagear os filhos da terra. Na medida que analisamos o período em que tal prática é iniciada nesta cidade, observamos paralelamente que a mesma prática se insere num contexto maior, o nacional.

Quanto a isso, José Murilo de Carvalho (1990) ressalta que no final do século XIX o Brasil vivenciou um processo de construção mental e intelectual em que se buscava, por meio de variados símbolos (tais como imagens, monumentos, estátuas, hinos e bandeiras), incutir o projeto republicano e sua ideologia no país. Para tanto, tentava-se alcançar o imaginário popular através desses símbolos, utilizando-se de estratégias inspiradas no modelo francês, tentando fazer com que os ideais republicanos saíssem do restrito círculo das elites e pudessem chegar à população.

Nessa pesquisa, o autor aborda vários símbolos, alegorias, imagens, mitos e heróis idealizados e construídos à época sob o auspício de serem o arsenal simbólico da República, visíveis e acessíveis a todos em diferentes espaços de várias cidades brasileiras. É nesse contexto nacional que encontramos a pequena Umbuzeiro, emancipada após a Proclamação da República, e que segue um modelo de urbe tentando se encaixar nos moldes do ideal republicano, mas com a particularidade de ter construído para si um conjunto de signos específicos a partir dos “heróis” da terra.

Diante desse cenário e antes de adentrarmos no espaço urbano umbuzeirense, é preciso refletir um pouco sobre os possíveis motivos que levaram ao desencadeamento da prática de nomear a toponímia citadina com o sobrenome da família Pessoa. Assim, deparamo-nos com alguns indícios quando Epitácio Pessoa (Apêndice A) dá os primeiros passos na construção de sua carreira política.

Neste sentido, a pesquisa de doutorado da historiadora norte-americana Linda Lewin (1993), defendida em 1975 na Universidade de Columbia, intitulada de “Política e parentela na Paraíba – um estudo de caso da oligarquia de base familiar”, é relevante para respondermos a alguns questionamentos acerca desse interesse em denominar os espaços da cidade com o nome dos Pessoa.

A referida obra esmiúça a forma como as relações familiares se interligavam com os interesses políticos na Paraíba dos fins do século XIX até meados de 1930. A partir da criação da parentela (família extensa) unida por laços de sangue, casamento e amizade, surge um elemento essencial de manutenção das alianças políticas, através das quais se desenvolveu posteriormente o coronelismo, bem como serviu de base política a nível local, estadual e nacional. Contudo, dentre as famílias paraibanas estudadas, a autora destaca a família Pessoa, tendo Epiácio Pessoa como o líder e mentor intelectual na formação desses laços de parentesco, transformados em subsídio para a política oligárquica.

Segundo Lewin (1993), o poder familiar teve um papel essencial na organização da oligarquia paraibana durante o período da República Velha (1889 - 1930), e Epiácio Pessoa soube aproveitar muito bem isso. As redes de base familiar ofereciam as conexões políticas em vários níveis e Pessoa se beneficiou dessas redes transitando por vários cargos importantes, sendo deputado federal, senador, ministro da Justiça, procurador geral, membro da Corte Mundial de Haia, até chegar à presidência da República. A autora, ao fazer uma reconstrução da história dessa família “através de quatro gerações, dos avós de Epiácio até suas sobrinhas e sobrinhos, confirma a importância das estratégias matrimoniais endogâmicas” como sendo “a base de interesse grupal entre as famílias de dois dos quatro irmãos de Epiácio – aqueles que permaneceram mais intimamente ligados a seu município natal de Umbuzeiro” (LEWIN, 1993, p. 144).

Nessa constatação ficou clara a importância de Umbuzeiro como sendo o reduto dos Pessoa, local em que esta genealogia tem sua origem e onde se desenvolveu plenamente formando laços de parentesco, consolidando-se politicamente ao longo dos anos. Mas também, como pretendemos evidenciar nesta pesquisa, foi o espaço em que este poder político se transmutou simbolicamente sob variadas formas, transformando-se em elemento representativo indispensável na atuação e poderio desta genealogia no município, na Paraíba e até mesmo no Brasil. Daí a nossa preocupação em lançar uma reflexão acerca da criação dos “lugares de memória” que tornam o sobrenome “Pessoa” uma presença constante nos diversos espaços de Umbuzeiro. Quais são esses espaços e quais seriam os interesses que se escondiam por trás dessa prática política familiar?

Assim, havemos de considerar que, nos primórdios da formação das bases políticas desta família, os irmãos de Eptácio Pessoa, ao permanecerem em Umbuzeiro, tornaram-se extremamente indispensáveis para a manutenção desse espaço de atuação política, e colaboraram para cimentar tais interesses e manter as propriedades territoriais da família às custas dos laços matrimoniais com os primos. Segundo Lewin (1993, p. 149):

Por toda a República Velha, pelo menos, os filhos das irmãs de Eptácio e de seu irmão Antônio mantiveram sua identidade como uma família extensa tanto por padrões de co-propriedade como de contiguidade no domínio da terra em Umbuzeiro, para não mencionar o monopólio que exerceram, depois de 1902, sobre os negócios políticos do município.

Lewin (1993, p. 144 e 153) avalia, ainda, que “quando se examinam as ligações sociais informais entre várias gerações dos Pessoa, torna-se prontamente compreensível a rápida cristalização da rede política de Eptácio” – o que favoreceu para que ele se tornasse um prócer habilidoso e fundasse a oligarquia que ficou conhecida como “epitacismo”. Portanto, os Pessoa, enquanto parentela, “constituem uma demonstração da sobrevivência das bases do poder fundadas no parentesco, na política estadual e nacional durante a primeira terça parte do século XX”.

Uma característica bastante peculiar da oligarquia de base familiar era o provimento dos cargos municipais com membros da família ou com amigos/aliados políticos. Desta forma, “o nepotismo deveria ser visto como preservando o *status* local e a hegemonia política do grupo de base familiar” (LEWIN, 1993, p. 107 e 283, grifo do autor), ajudando a perpetuar a política local da parentela. Como exemplo dessa situação, em meio às inúmeras indicações e nomeações feitas por Eptácio, “entre 1916 e 1930, colocou cinco de seus sobrinhos na Assembleia e dois outros no Congresso Nacional e na governança do estado”.

Tomando por base as referidas aspirações políticas, podemos inferir que o batismo dos logradouros públicos da cidade de Umbuzeiro com o sobrenome dos Pessoa, assim como a construção de monumentos em praça pública que levam bustos de alguns destes personagens, trata-se de um desdobramento desses interesses políticos que consagram em si intenções e objetivos que nem sempre se mostravam tão nítidos na época em que foram concebidos, mas que, nesta pesquisa, são passíveis de análise.

Ainda no que se refere à obra de Linda Lewin, em 1993, ano em que foi publicada no Brasil, a revista *Veja*, na edição do dia 16 de junho, trouxe uma breve análise do livro e cuidou de fazer uma visita aos remanescentes da família Pessoa em Umbuzeiro. Nesta ocasião, a revista

escreveu uma nota sob o título de “O incrível clã que encolheu”, na qual afirmou que: “A influência, o peso e até a vocação política dos Pessoa encolheram muito” (VEJA, 1993, p. 85).

Passados quase um século desde o intenso esforço e atuação de Eptácio para a consolidação política dos Pessoa, é possível considerar que a *Veja* acertou quanto à diminuição das proporções do poderio político em relação ao período anterior. Destarte, embora este não exista atualmente com a mesma dimensão de outrora, há que se notar que os resquícios desse período de glórias estão gravados na toponímia urbana de Umbuzeiro, evidenciando, lembrando e tentando eternizar uma remota notabilidade política que não se quer deixar sucumbir.

Neste aspecto, é possível enquadrar os monumentos e a nomeação dos prédios públicos em Umbuzeiro num outro contexto político e nacional, pós década de 1930. Trata-se de um outro cenário, que se dá para além das estratégias políticas de Eptácio. Um segundo momento em que seus descendentes tentaram seguir manejando as mesmas ferramentas, sem deixar que o nome da família fosse esquecido politicamente, ao menos em Umbuzeiro. Com esse intuito, ao longo de décadas, seguiu-se o mesmo ritual de batismos dos espaços citadinos, mantendo sobre estes uma espécie de poder simbólico.

Na medida em que se reproduz o nome “Pessoa” por intermédio de ruas, instituições ou se veem os bustos desses personagens pela cidade, há uma constante referência a esta família que visa manter-se presente na memória da cidade. Este recurso, denominado por Alcir Lenharo (1986) de “sacralização da política”, faz uso de várias formas de comunicação enquanto instrumento de divulgação de um determinado projeto político. Foi algo amplamente utilizado por Getúlio Vargas após 1930, sobretudo durante o Estado Novo no Brasil. As representações a seu respeito ganhavam uma espécie de manto sagrado, fazendo-se uma veiculação ideológica de seu perfil, destinada a atender os interesses políticos do momento.

Durante esse período, em Umbuzeiro, como em outras cidades do Brasil, este recurso passou a integrar a pauta dos programas municipais. Era comum, sempre que um Pessoa estava na gestão do município, batizava algum logradouro público em homenagem aos parentes. E assim, paulatinamente, ao passo que foram sendo criados os espaços e dada a nomeação na toponímia citadina, formou-se também uma espécie de mapa simbólico do sobrenome Pessoa na cidade, de modo que os principais espaços urbanos são grafados por meio da imagem construída por e para esta família local. Criou-se uma monumentalização em torno da família Pessoa, que foi sendo articulada pela cidade.

2.1 A Umbuzeiro dos *filhos ilustres*: as bricolagens discursivas que construíram a cidade como o berço de homens renomados

Em 2004, o jornal A União exibiu uma reportagem cujo título era “O patrimônio de Umbuzeiro”. A matéria versava basicamente sobre alguns aspectos gerais do cotidiano local e enfatizava a vida e obra de alguns homens que nasceram na cidade. De acordo com o periódico: “Terra de figuras ilustres como João Pessoa, Assis Chateaubriand e Epitácio Pessoa, Umbuzeiro guarda histórias que resistem ao tempo” (A UNIÃO, 24 nov. 2004, p. 8). Nas páginas do caderno de turismo, a matéria parecia convidar os paraibanos a conhecer aquele lugar por um instante. Assim inicia-se a notícia:

A cidade é pequena. Não fossem os prédios antigos, de arquitetura bem elaborada, passaria despercebida aos olhares menos atentos. Por trás das paredes, no entanto, capítulos importantes da história do Estado podem ser lidos. [...] Ali nasceu João Pessoa, Assis Chateaubriand, Epitácio Pessoa e Napoleão Laureano, entre outras tantas figuras de destaque nacional. (A UNIÃO, 24 nov. 2004, p. 8)

Nestas palavras, é possível perceber a correlação entre a cidade e os homens renomados que nela tiveram seu berço e que se destacaram em âmbito local, estadual e até nacional. Ou seja, para o redator do jornal, Umbuzeiro “pariu” personagens relevantes da história paraibana. A notícia realça ainda a existência de um rico patrimônio material e imaterial, além de tentar captar as sensibilidades urbanas, assinalando que,

[...] pelas ruas, becos e praças da cidade, um clima de nostalgia parece impregnar a tudo e a todos. É como se Umbuzeiro, apesar do visível crescimento, estivesse parada no tempo, conservando entre um e outro “causo”, o rico e imaterial patrimônio da memória. (A UNIÃO, 24 nov. 2004, p. 8)

Assim, nas palavras do jornalista e fotógrafo Augusto César Cunha Pessoa, a cidade era possuidora de “pontos históricos de extremo interesse para quem busca conhecer um pouco mais sobre o passado da Paraíba” (A UNIÃO, 24 nov. 2004, p. 8). Dentre os quais, chama atenção para a casa/museu onde nasceu João Pessoa (Apêndice C), a casa onde nasceu Assis Chateaubriand, a Capela do Jardim – a mais antiga do município –, e as várias construções urbanas que remontam ao começo do século passado.

O periódico oficial do governo do estado e portanto, não isento de ambições políticas, deixa ver uma dimensão pública e efetiva da correlação entre Umbuzeiro e seus *filhos ilustres*.

Discurso este que há muito tempo foi sendo politizado e ocupou suas páginas, sobretudo nos períodos em que um Pessoa estava atuando politicamente na Paraíba. Caberia ainda inferir sobre uma possível ligação entre o autor da matéria e os Pessoa de Umbuzeiro, já que não seria mera coincidência que o mesmo possuía o sobrenome Pessoa. Contudo, ante a impossibilidade de comprovar tal ligação, esta premissa se torna uma hipótese que pode apenas ser presumida.

A reportagem também se destina a traçar um breve perfil de Epiácio Pessoa, João Pessoa e Assis Chateaubriand, bem como apresentar fotografias dos locais onde nasceram. Estes foram os personagens eleitos pela matéria como sendo uma espécie de representantes daquela cidade e do próprio estado paraibano. Consequentemente traz à tona um elo bastante visível entre estes homens e a cidade que os concebeu. E também associa o patrimônio citadino com o remanescente dos vestígios deixados pelos Pessoa e Chateaubriand.

Deste modo, a referida matéria jornalística veio a calhar num discurso bastante recorrente até os dias de hoje: o de que Umbuzeiro é o berço dos *filhos ilustres* ou a “terra de Epiácio e João Pessoa”. Pois sempre que alguém se refere a esta cidade, comumente faz alusão ao nome de algum destes célebres personagens.

Todavia, este discurso não é algo recente. Ele foi elaborado paulatinamente ao longo de décadas e não é, portanto, um ponto de vista exclusivo deste jornal. Desde o século passado, tão logo Epiácio Pessoa ganhou destaque em âmbito estadual, percebe-se a primeira associação entre um membro da família Pessoa e a cidade de Umbuzeiro. É o que ocorre nos idos de 1909, quando João Lyra Tavares assinala em seu livro que: “Umbuzeiro é o berço do notável jurista Dr. Epiacio da Silva Pessôa” (TAVARES, 1909, p. 746). Certamente, esta foi uma das primeiras associações entre o sobrenome “Pessoa” e a cidade de Umbuzeiro.

Desse modo, consideramos que foi a partir de Epiácio que o nome desta família começou a ser grafado nos espaços citadinos. É o que podemos inferir da obra de Tavares, que aponta o início dessa nomeação urbana com o sobrenome desta genealogia em 1909, através da primeira rua calçada na cidade, batizada de Rua Epiácio Pessoa. Nome este que perdura até os dias de hoje, ultrapassando um pouco mais de um século e resistindo a algumas mudanças dos nomes dos logradouros públicos.

Entretanto, é necessário pontuar que em 1903, o irmão de Epiácio, o Cel. Antônio Pessoa havia sido nomeado chefe político em Umbuzeiro (LEWIN, 1993). O qual, seguramente, resolveu homenagear o irmão com esta gentileza, como forma de agradecimento pela sua indicação.

Durante a passagem de Epiácio Pessoa pelo cenário político brasileiro, enquanto Senador, Ministro e Presidente da República, encontramos contendas políticas com seus

opositores divulgadas em diversos jornais. Em se tratando de política, esse tipo de discussão é bastante comum. Contudo, o que nos interessa por ora é mostrar que o nome de Umbuzeiro apareceu diversas vezes nas páginas dos jornais por meio de referências a Eptácio. Não era uma alusão à cidade em si mesma, mas uma espécie de associação entre o homem político e a cidade onde nasceu. Assim, por vários anos, sempre diante de disputas e interesses políticos, os opositores de Eptácio lhe deram a alcunha de “o César do Umbuzeiro”⁵⁸.

Encontramos na documentação hemerográfica analisada uma passagem da revista *Ilustração Brasileira*⁵⁹ (12 out. 1922), que, ao propagandear as “grandes obras contra as seccas do nordeste brasileiro”, apresenta a casa onde foi criado o então presidente da República, Eptácio Pessoa. A ênfase na apresentação do lar onde o presidente viveu sua infância naquela cidadezinha do interior paraibano servia bem aos anseios referenciais e sentimentos identitários na correlação “cidade – Pessoa”. Anos depois, essa residência ganharia uma dimensão sentimental e simbólica e tornar-se-ia um “lugar de memória” da cidade. Além da casa, que toma a parte central da revista, são apresentadas fotografias do Grupo Escolar Antônio Pessoa, do Mercado Municipal, da Rua Eptácio Pessoa, e das obras da estrada de rodagem e de um pontilhão ligando a cidade à Barra de Natuba.

Anos mais tarde, após a saída de Pessoa da Presidência da República, *A Noite Ilustrada* (12 dez. 1941) publicou uma reportagem sobre Umbuzeiro, em que mostra uma foto da avenida central e apresenta algumas informações acerca da dinâmica da administração pública e dos aspectos relacionados à economia e à educação municipal. No entanto, o que mais nos chama atenção nessa matéria é a forma como a revista trata da cidade, pois apresenta uma solidificação da relação de pertença entre a cidade e seu filho renomado. A matéria inicia-se da seguinte forma: “Umbuzeiro, do Estado da Paraíba, é a cidade onde nasceu o ex-presidente Eptácio Pessoa”. Assim, não se tratava de “qualquer cidade paraibana”, mas daquela que serviu de berço ao ex-presidente do Brasil.

Esta revista era um suplemento do jornal carioca *A Noite*, publicado toda terça-feira. Outra matéria neste mesmo exemplar, tratando das realizações administrativas efetivadas na também cidade paraibana de Bananeiras, nos leva a acreditar que *A Noite Ilustrada* possuía uma

⁵⁸ Encontramos publicações sobre a referida discussão nos seguintes jornais: *A Manhã* (Rio de Janeiro, 21 out. 1921; 09 e 11 nov. 1926), *A Rua* (Rio de Janeiro, 22 dez. 1921), *Diário de São Luiz* (Maranhão, 11 mar. 1922), *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro, 02 fev. 1922), *O Combate* (São Paulo, 20 mai. 1922) e *Crítica* (Rio de Janeiro, 07 jan. 1930). Não é nosso intuito adentrar no teor destas discussões políticas, pretendemos tão somente mostrar a ligação que estes jornais fizeram entre o nome de Eptácio Pessoa e sua cidade natal.

⁵⁹ *A Ilustração Brasileira*, do Rio de Janeiro, circulou entre 1901 a 1958 e alternou a periodicidade com tiragem quinzenal (1909 a 1915) e mensal (1920 a 1957). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=107468>. Acesso em: 26 jan. 2015.

demanda de encomenda de reportagens. Considerando-se que tais matérias eram veiculadas principalmente na capital do país, é possível que alguns gestores municipais quisessem se sobressair a nível nacional e encomendassem notícias desse tipo. No caso de Umbuzeiro, no período daquela reportagem, o prefeito era Carlos Pessoa (Apêndice D), sobrinho de Epiácio e que também morou alguns anos no Rio de Janeiro.

Outro exemplo bastante contumaz desse tipo de correlação entre a cidade e seus *filhos ilustres*, só que agora tratado de uma forma mais ampla e não referindo-se apenas a Epiácio, ocorreu com a matéria intitulada de: “Umbuzeiro, Estado da Paraíba”, divulgada pela revista *Eu sei Tudo*⁶⁰ (jun. 1951, p. 79), onde encontramos o seguinte: “Umbuzeiro é a terra natal do Presidente João Pessoa, do ex-Presidente da República Epiácio Pessoa, do jornalista Assis Chateaubriand e do Dr. Napoleão Rodrigues Laureano, cognominado pelo povo – ‘O Mártir do Câncer’”. Ou seja, a cidade não era apenas a “terra dos Pessoa”, mas também passava a ser a cidade onde nasceram outros *filhos ilustres*.

Para além de sua essência conteudista, vale ressaltar que esta matéria foi publicada na coluna “Revelando o Brasil aos brasileiros”, que mensalmente apresentava uma cidade brasileira distinta. Não por coincidência, a autora destas reportagens era a escritora paraibana Ignez Mariz, então colaboradora de *Eu sei Tudo*⁶¹.

Ao tratar de Umbuzeiro, Mariz divulgou uma síntese geral da história local e fez um balanço dos homens que considerou serem os personagens ilustres da cidade. Mas o que nos interessa nesse momento é identificar que sua escrita fortaleceu mais uma vez aquele discurso de exaltação dos filhos da terra como sendo representativos da imagem da cidade. Ou seja, Umbuzeiro tem uma existência totalmente ligada ao nome de seus *filhos ilustres*. É projetada a partir deles. Em contrapartida não podemos inferir se a matéria foi de fato encomendada. Contudo, talvez por ser paraibana ou ter algum interesse pessoal, a colunista reforçou um discurso já bastante remoto e conhecido, pelo menos na Paraíba.

⁶⁰ A Revista carioca *Eu Sei Tudo* foi criada em 1917 e circulou mensalmente até dezembro de 1958, pela Companhia Editora Americana. Se apresentava ao leitor como “Magazine mensal ilustrado – científico, artístico, histórico e literário”. De acordo com Carvalho (2011, p. 24), “o perfil da publicação se enquadrava nas características dos almanaques da época: grande variedade de assuntos e temas, muito conteúdo e a presença de textos instrutivos e educativos em tom informal”. Conferir: CARVALHO, Fabio Reynol de. **Ciência de Almanaque:** como as imagens de *Eu Sei Tudo* construíram uma guerra. 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

⁶¹ Maria Ignez Marques Mariz nasceu na Paraíba, especificamente na cidade de Sousa. É considerada uma das primeiras mulheres a se tornar escritora no estado. Desde muito jovem colaborou em jornais e revistas do alto sertão. Em 1937, publicou o romance *A Barragem*. Quando fixou residência no Rio de Janeiro, passou a escrever em jornais e revistas. É patrona da Cadeira nº 34 do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Disponível em: <http://ihgp.net/memorial7.htm>. Acesso: 10 fev. 2015.

Seguindo na mesma linha discursiva, a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, enquanto um dos primeiros registros “oficiais” sobre Umbuzeiro, nos anos de 1960 apresenta semelhante associação entre a cidade e seus famigerados filhos. Destarte, esse saber especializado acaba também legitimando tal incorporação e, sob o sugestivo título de “Vultos Ilustres”, afirmou o seguinte:

O município viu nascer em suas terras um dos mais destacados vultos da nação brasileira, Epiácio Pessoa, magistrado, jurista, professor e político de grande envergadura e orador dos mais brilhantes.

Foi eleito Presidente da República, onde alcançou as culminâncias de sua vida pública, caracterizada, antes de tudo, pela sua indiscutível honestidade e capacidade de trabalho. (IBGE, 1960, p. 416)

A partir das primeiras décadas do século XX, é possível observar na documentação hemerográfica pesquisada um certo discurso identitário entre Umbuzeiro e os Pessoa, que vinha sendo construído desde as primeiras aparições políticas de Epiácio. Então, é possível concluir que esta forma de associação foi iniciada a partir da figura de Epiácio e, posteriormente, se estendeu a toda família. Foi assim que surgiram correlações iniciais entre Umbuzeiro e os Pessoa. O discurso de que “Umbuzeiro é a terra dos Pessoa” foi sendo ressignificado ao longo do tempo e deu subsídios para a elaboração de uma identidade entre a cidade e seus *filhos ilustres*, numa forma de associação que atualmente é quase que imediata. Quando se fala em Umbuzeiro, sempre se remete ao nome de algum filho da terra que tem o sobrenome Pessoa.

A esse respeito, Carlos Pessoa Neto faz a seguinte reflexão.

Não é que Umbuzeiro seja a terra dos Pessoas, mas muito orgulho, eu como filho da família Pessoa, [...] tenho escutado que quando falam em Umbuzeiro, lembra os Pessoas. Mas eu acho que é bem lembrado, porque modéstia à parte, nossa família fez por onde. Umbuzeiro é o berço onde nasceu Epiácio Pessoa, que foi Presidente da República, um homem que tem história nacional, internacional, é um homem que marcou o mundo. Umbuzeiro é o berço onde nasceu João Pessoa, um homem que foi Presidente do Estado e Governador. Umbuzeiro é a terra onde nasceu Carlos Pessoa, meu avô, que foi Deputado Federal, foi cotado a ser Governador do Estado. [...] é a Terra de Carlos Pessoa Filho, nosso pai. Quer dizer que eles fizeram por onde hoje Umbuzeiro seja lembrado. Quando eu falo Umbuzeiro lembrado é a família Pessoa, como tem outros ilustres como, a gente não pode esquecer, Assis Chateaubriand que é lembrado também quando se fala em Umbuzeiro, um homem que também tem sua história marcada não só no Brasil. Então eu acho que é mais do que justo. Isso aí não é desmerecendo não, não é tomando isso como uma vaidade superior a tudo não. Eu acho que isso é justo pelo que a família Pessoa fez por esse município⁶².

⁶² Entrevista com Carlos Pessoa Neto, concedida à autora em 08 de fevereiro de 2014.

Pessoa Neto externaliza o orgulho de pertencer a esta genealogia e considera que Umbuzeiro não é propriamente a terra dos Pessoa, no sentido de que eles seriam os “donos” da cidade. Mas sim, num outro contexto, no qual eles fizeram história na cidade e atuaram no sentido de contribuir para o desenvolvimento do município. Retomando o que já foi dito no início do nosso percurso, de certo modo, esta família poderia ser tida como proprietária de Umbuzeiro, ao menos em termos de ter sido a grande proprietária destas terras.

Noutra reflexão, poderíamos ponderar que, de alguma maneira, também o seriam, já que sem a imagem da cidade atrelada aos Pessoa, ela não teria a mesma importância histórica para a política estadual. Não há de fato uma dominação material, mas sim uma espécie de dominação que foi simbolicamente construída ao longo dos anos. Por ter ocorrido de forma vagarosa e discreta, talvez os cidadãos tenham incorporado este discurso como algo natural, com que convivem e escutam desde criança. E, por se acostumarem com isso, nunca necessitaram problematizar os motivos que levaram Umbuzeiro a se transformar no *berço dos filhos ilustres* e terra dos Pessoa.

Ao propagandear a importância política de sua família para o desenvolvimento da cidade, Pessoa Neto acaba por concordar que é justa e merecida a associação entre a cidade e sua família, não esquecendo dos demais *filhos ilustres*, a exemplo de Assis Chateaubriand. Nesse sentido, na sua narrativa é nítida a dependência existencial da cidade em relação a sua família, onde a urbe só teria se desenvolvido graças às administrações políticas dos membros desta genealogia. Implicitamente, Pessoa Neto não só admitiu a existência dessa ligação como também acabou justificando-a.

Outro aspecto que nos salta aos olhos é o fato de que o discurso que identifica Umbuzeiro com os Pessoa/*filhos ilustres* é bastante longínquo. Com base no que apresentamos nesse tópico, é possível perceber que foi reproduzido em épocas diferentes, iniciando-se por volta de 1909 e chegando até 2004. Ou seja, é um discurso que vem perdurando ao longo de um século e que foi sendo ressignificado no decorrer desse tempo através de novos personagens. Ou seja, temos sempre um Pessoa ocupando o lugar de seu ancestral, dando continuidade à linhagem de *filhos ilustres* e fazendo revigorar tal memória.

Refletindo sobre os possíveis motivos para que isso acontecesse, chegamos à conclusão de que múltiplos fatores corroboraram para tanto e que certamente não conseguiríamos indicá-los com precisão. Mas entre eles, é possível considerar os reiterados discursos reproduzidos nos meios hemerográficos e a perpetuação política dessa família em diversos momentos, e esferas de poder. Assim, tal discurso sobreviveu ao nosso século porque foi sendo ressignificado e reapropriado tanto pelos Pessoa, quanto pela cidade.

Todos os elementos até então apresentados (livros, revistas, jornais e as concepções memorialistas de Eduardo Gomes) colaboraram ou até mesmo foram responsáveis para a construção desse discurso que identifica Umbuzeiro com os Pessoa, seus *filhos ilustres*. Encomendados ou não, o que nos importa é que estes elementos são portadores de ideologias e subjetividades, e quando os sujeitos deles se apropriam, acabam construindo para si uma determinada identidade. No caso em tela, uma identidade entre: Umbuzeiro – Pessoa – *filhos ilustres*.

Portanto, o atual patrimônio umbuzeirense está amplamente associado ao nome dos Pessoa. Ruas, prédios e monumentos contém este nome e estão por toda a parte da cidade. Neste sentido, o que aqui denominamos de “patrimônio de Umbuzeiro” corresponde ao remanescente das obras deixadas por essa família, com exceção do modesto conjunto do casario que remonta ao começo do século passado e que é de propriedade de particulares. À essa exceção, todo o resto tem a marca dessa família.

2.2 A toponímia dos Pessoa nos espaços urbanos

Essa cidade que não se elimina da cabeça é como uma armadura ou um retículo em cujos espaços cada um pode colocar as coisas que deseja recordar: nomes de homens ilustres, virtudes, números [...].
Italo Calvino

A Umbuzeiro por nós estudada se parece muito com a cidade de Zora, narrada por Italo Calvino em sua obra *Cidades invisíveis*. Seus espaços são permeados pelos nomes dos *filhos ilustres*, e, portanto, ela mostra através dos símbolos que contém uma espécie de mapa mental, de modo que cada ponto específico desse espaço, “entre cada noção e cada ponto do itinerário pode-se estabelecer uma relação de afinidades ou de contrastes que sirva de evocação à memória” (CALVINO, 1990, p. 19-20).

Destarte, como bem observa Sales Neto (2013, p. 140) é evidente que “homenagear personalidades do passado e, na maioria das vezes, do presente é a lógica da composição da toponímia urbana no Brasil”. Esta prática, longe de ser hábito desta ou daquela localidade, se tornou bastante recorrente especialmente no seio das cidades. A despeito de eventuais limitações, essa tendência pode ser verificada em qualquer lugar do mundo e foi/é adotada por governos de ideologias diversas. Desse modo, o autor considera que a designação dos logradouros públicos ou prédios com os nomes de personalidades já falecidas ou que possuem prestígio naquela sociedade não é um hábito original.

Embora essa forma de perenização seja global, o historiador não pode conceber tal prática como algo comum e que, por isso, não mereça maior atenção. Muito pelo contrário, é exatamente o que parece “comum” ou “corriqueiro” num determinado espaço que merece ser analisado com maior atenção, principalmente quando abrange quase toda a cidade. É necessário perceber seu entrelaçamento com as experiências locais, as especificidades de cada nomeação em seu contexto histórico, os interesses em perpetuar uma determinada história “oficial”, bem como as experiências daqueles que convivem nestes espaços.

Partimos do pressuposto de que a prática de nomear os espaços da cidade é uma atividade menos ingênua do que se costuma presumir. É nessa perspectiva que direcionamos a pesquisa nesse momento. A saber, desvendar as múltiplas implicações de uma atitude que muitas vezes se apresentava e era traduzida como sendo apenas um tributo ou honraria a um ente querido. Dessa forma, investigar a dinâmica do processo de criação dos espaços urbanos que levam o sobrenome Pessoa se faz necessário para percebermos a historicidade destes tributos, os motivos e as circunstâncias destas nomeações, bem como analisarmos as dimensões significativas de sua relação com a história.

Ao fazer um estudo sobre a *História da cidade de São Paulo através de suas ruas*, Antônio Rodrigues Porto (1996) assevera que esse hábito de nomeação também demonstra algumas limitações. Inicialmente pelo fato de que o critério para a escolha do personagem a ter seu nome no espaço citadino se altera com o passar dos anos. No caso das cidades centenárias como São Paulo, não é difícil identificar alguma rua antiga que teve seu nome alterado por mais de uma vez. Noutro ponto, o autor pontua que o tempo pode dissolver o significado das homenagens e transformá-las apenas em um referencial postal.

Geralmente só uma pequena parte da população sabe dizer quem foi ou qual a importância daquela personalidade que deu nome à rua onde mora. Muitas vezes a placa da esquina serve tão somente como indicação de endereço e com o devir do tempo, a tendência é que alguns destes personagens caiam no esquecimento ou sejam substituídos por outros. Para que isto não aconteça, novos elementos poderão ser agregados como forma de reforçar o sentido que moveu a nomeação. São exemplos os processos de informação e educação, como o ensino de história e as festas cívicas (PINSKY, 1988; BITTENCOURT, 1988).

No caso de Umbuzeiro, por ser de pequeno porte, nos parece que é mais fácil controlar os elementos que servem de âncora a estes espaços, ao contrário do que ocorre nos grandes centros urbanos. Nesta pequena urbe, há uma maior preocupação em atualizar constantemente a significação de suas nomeações, sobretudo se levarmos em consideração os diversos

momentos em que tais designações ocorreram e a forma como se perpetuaram ao longo de um século.

Portanto, para evitar que o sentido que moveu a nomeação se perca, foi imprescindível o acompanhamento permanente de outros processos simbólicos incluindo hinos, bandeiras e monumentos que, aliados aos “lugares de memória” criados, formaram uma combinação perfeita de distintas formas de reprodução da memória dos Pessoa. E esta, por sua vez, insiste em se incorporar à vida cotidiana dos umbuzeirenses, pois a cada período temos sempre um personagem a ser homenageado e a batizar algum espaço cidadão.

Em diferentes temporalidades, homens e mulheres desta genealogia emprestaram seus nomes para designar determinados lugares da cidade, e isso é bastante nítido atualmente. Percebemos que muitas vezes os cidadãos não conseguem identificar especificamente quem foi determinado personagem, porém sempre afirmam com veemência que é da família Pessoa. Não obstante, geralmente conseguem identificar e caracterizar o personagem que lhe foi contemporâneo, a exemplo do que ocorre com o nome de Carlos Pessoa Filho (Apêndice E), que teve seu busto esculpido em 2004.

Em nossa pesquisa, a memória cidadina e a construção dos espaços de memória em prol dos *filhos ilustres* são elementos que favorecem a construção de uma identidade para esta urbe. Portanto, pretendemos problematizar essa intensa relação de identidade entre a cidade de Umbuzeiro e a de seus filhos, analisando a emergência histórica dessa espacialidade que a transformou numa cidade monumentalizada; termo por nós convencionado devido à constatação de que a cidade agrega variados espaços de memória que remetem ao nome dos *Pessoa/filhos ilustres*.

IMAGEM 10 - PANORAMA DA TOPONÍMIA CIDADINA COM OS ESPAÇOS BATIZADOS COM O SOBRENOME PESSOA



Legenda: 1- Igreja Matriz de Nossa Senhora do Livramento; 2- Creche Terezinha Lins Pessoa; 3- Escola Estadual "Presidente João Pessoa"; 4- Grupo Escolar Cel. Antônio Pessoa; 5- Biblioteca Municipal Presidente Epitácio Pessoa; 6- Escola "Maria Pessoa Cavalcanti"; 7- Posto de saúde "Sinhá Pessoa"; 8- Fórum Presidente Epitácio Pessoa; 9- Museu - casa de João Pessoa; 10- Avenida Dr. Carlos Pessoa; 11- Estação Experimental "João Pessoa"; 12- Rua Dr. Epitácio Pessoa; 13- Rodovia Terezinha Lins Pessoa.

Esse panorama nos permite visualizar a dimensão espacial dos “lugares de memória” criados em Umbuzeiro. Ela revela uma parcela do processo de monumentalização desta cidade, que não se encerra aqui, mas que é complementado com os monumentos intencionais que serão apresentados em nosso terceiro capítulo.

A criação dessa obstinada toponímia dos Pessoa favoreceu a criação de “lugares de memória”, responsáveis por transformar os *filhos ilustres* em marcos espaciais e simbólicos na e pela cidade. Por sua vez, estes lugares cristalizados intencionam se perpetuar e ser atemporais, desafiando as mudanças do tempo e fazendo parte do que atualmente é considerado patrimônio de Umbuzeiro.

Além disso, esse arsenal de nomes e imagens têm um significado muito forte e um duplo interesse. Em outras palavras, há um movimento recíproco em que os Pessoa se apropriam dos espaços citadinos buscando sua monumentalização e prestígio, bem como há a apropriação desse sobrenome pela cidade, a qual busca angariar algum tipo de importância histórica na Paraíba ou no Brasil, pelo motivo de ter servido de berço aos *filhos ilustres* e possuir marcos e espaços que a todo instante remetem a esta realidade.

Ao tomar para si a imagem de *berço dos filhos ilustres* ou “terra dos Pessoa”, Umbuzeiro congregou memórias em torno da constituição de sua identidade. Isso ocorre porque, nos termos de Pesavento (2008, p. 3), “todos nós, que vivemos em cidades, temos nelas pontos de ancoragem da memória”, são “espaços dotados de significado” e de uma “carga simbólica que os diferencia e identifica”.

Destarte, no tocante ao surgimento e sedimentação de um imaginário local em que a cidade ganha forma e cor a partir de seus vultos, há que se pensar na articulação desse conjunto de elementos que explica, convence, combina um sentimento de pertença, e resulta na formação de uma identidade cidadina.

Concebida enquanto elemento que une indivíduos em prol de um elemento em comum, Pesavento (2008, p. 4) pontua que, “as identidades são fabricadas, inventadas, o que não quer dizer que sejam, necessariamente, falsas”. Enquanto “sensação de pertencimento, são elaborações imaginárias que produzem coesão social e reconhecimento individual”. Desse modo, “asseguram e confortam, sendo dotadas de positividade que permite a aceitação e o endosso”. Elas “fundamentam-se em dados reais e objetivos, recolhendo traços, hábitos, maneiras de ser e acontecimentos do passado, tal como lugares e momentos”.

Nesse contexto, pretendemos abordar os aspectos centrais da monumentalização dos *filhos ilustres* na materialidade urbana de Umbuzeiro, com enfoque para aqueles que pertencem à família Pessoa. Interrogaremos ainda os espaços criados e os elementos a eles agregados

(objetos, fotografias, hinos e a bandeira municipal), buscando entender como se deu a formação desses “lugares de memória”, bem como avaliar a ocorrência de um sentimento de pertença e identidade cidadina.

2.2.1 *Um berço esplêndido para filhos ilustres*

[...] a casa é uma das maiores (forças) de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. Nessa integração, o princípio de ligação é o devaneio. O passado, o presente e o futuro dão à casa dinamismos diferentes, dinamismos que não raro interferem, às vezes se opondo, às vezes excitando-se mutuamente. Na vida do homem, a casa afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. É corpo e é alma. É o primeiro mundo do ser humano. [...] E sempre, nos nossos devaneios, ela é um grande berço.
Gaston Bachelard

Ao tratar das relações existentes entre o universo imaginário e poético, Gaston Bachelard (2008, p. 24) analisa as imagens e a simbologia do espaço da casa. Em sua concepção, “a casa é o nosso canto do mundo”, “o nosso primeiro universo”. Isso porque ela é o nosso ponto de referência no mundo. E, como signo de habitação e proteção, ela é o berço do homem.

Este autor sugere que a casa possui uma dimensão muito mais ampla do que se pensa, pois ela agrega os pensamentos, as lembranças e os sonhos. Nesse sentido, é possível afirmar que o homem está encarnado em seu espaço como se fosse parte integrante do mesmo. A casa assume o importante papel de servir de “lugar de memória”, uma vez que ela guarda as lembranças, conservando-lhe valores e imagens.

Tomando por base tais reflexões, não é difícil entender as proporções sentimentais e simbólicas que a casa da família Pessoa incorporou ao longo do tempo até ser transformada em museu. O berço dos Pessoa apareceu por algumas vezes nas publicações hemerográficas sempre quando se remetia ao nome de algum personagem que ali nasceu ou passou a infância.

Igualmente, o livro *Perfil de um homem público*, de Humberto Mello (1978), apresenta a casa como sendo o berço de João Pessoa. Já Dias Fernandes (LEWIN, 1993, p. 146) menciona a casa da Fazenda Prosperidade como o ambiente onde Epitácio passou a infância, e que havia sido construído por seu pai em 1868. Comenta ainda que a casa dos grandes proprietários rurais dos sertões tendia a ter um lar modesto e simples.

IMAGEM 11 - CASA DA FAMÍLIA PESSOA

Fonte: Acervo pessoal da autora. 2013.

A casa amarelinha ainda mantém as características rurais próprias de sua época. É constituída por um alpendre em forma de “L”, forrada em telha e dividida em duas salas, três quartos, uma cozinha e um banheiro. Possui uma dimensão razoável e necessária para abrigar uma numerosa prole por mais de um século. Nela morou pelo menos três gerações da família Pessoa, e foi neste berço, por exemplo, que ecoou o primeiro choro de João Pessoa. Por isso, após sua morte em 1930, a casa se tornou o marco referencial do seu nascimento em Umbuzeiro e, conseqüentemente, também de sua família.

Na ocasião em que se deu o primeiro aniversário de morte de João Pessoa, em 26 de julho de 1931, esta residência se transformou no palco para a celebração de uma solenidade em sua memória. Desde então, passou a ser consagrada como o berço dos *filhos ilustres* de Umbuzeiro. Anos mais tarde, esta casa seria ressignificada após sua conversão em museu, como veremos a seguir.

2.2.2 Epitácio e Antônio Pessoa: pioneiros na espacialidade citadina

A nomeação inaugural da toponímia urbana com o sobrenome dos Pessoa em Umbuzeiro corresponde ao primeiro trecho a ser calçado na rua que foi “denominada de ‘Epitácio Pessoa’” (TAVARES, 1909, p. 746). Para a pequena povoação urbana recém emancipada da Vila do Ingá, dar o nome à sua principal rua daquele que foi o responsável por

redigir o decreto de sua emancipação parece, num primeiro momento, um ato de reconhecimento. Contudo, era apenas o início de uma prática familiar que se estabeleceu em Umbuzeiro e foi se estendendo ao longo dos anos, perdurando cerca de um século.

IMAGEM 12 - RUA DR. EPITÁCIO PESSOA



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2014.

Além da nomeação desta rua, outros símbolos e lugares de memória seriam instituídos com o seu nome. Pouco tempo após esse primeiro ato, o seu irmão, o coronel Antônio Pessoa, durante sua atuação política em Umbuzeiro e buscando incentivar a cultura local, fundou a banda musical que recebeu o nome de “Núcleo Literário Recreativo Musical Epitácio Pessoa”⁶³.

O Núcleo também mantinha “um teatrinho em progressivas condições, onde os sócios se reuniam em animados soirés” (GOMES, 1995, p. 108). Para dirigir a banda, o coronel trouxe da cidade vizinha Bom Jardim (PE) o professor José de Souto Lima. Este personagem histórico ficou conhecido na como “Mestre Zé Souto”, e foi considerado por Gomes como um dos *filhos ilustres* de Umbuzeiro. A banda era, nas palavras do autor, “o que de mais belo a cidade

⁶³ Encontram-se notas sobre a existência do Núcleo Literário Recreativo Musical Epitácio Pessoa, fundado em 1908 e composto por 19 sócios no *Anuário Estatístico do Estado da Paraíba* de 1932, nas páginas 166 e 167. Disponível em <https://archive.org/> Acesso: 06 set. 2013. Igualmente, verifica-se a ocorrência desta mesma informação no segundo volume do livro *A Paraíba*, de 1909, de João Lyra Tavares, nas páginas 745 e 746.

possuía” (GOMES, 1995, p. 32). A beleza das músicas orquestradas encantava a todos, e até mesmo a farda usada pelos músicos era avaliada como digna de satisfação. A banda era querida pelos umbuzeirenses. Recebia com frequência convites para tocar em solenidades e festejos, a exemplo de sua participação na capital da Paraíba por ocasião da visita do Presidente Getúlio Vargas.

Certamente, Epietácio Pessoa foi um dos filhos mais ilustres de Umbuzeiro. Para muitos cidadãos ainda é motivo de orgulho ver seu nome gravado pelos espaços da cidade. Com sua morte em 1942, outro lugar de memória foi instituído na cidade. Dessa vez, sob a gestão do prefeito Joaquim Montenegro, foi criado um importante recinto cultural batizado de “Biblioteca Municipal Presidente Epietácio Pessoa”. Criada com o “objetivo de fornecer material didático, cultural e literário a estudantes carentes do município”, possuía um acervo numeroso ao ponto de ser “a maior biblioteca pública dos municípios vizinhos” (GOMES, 1995, p. 112).

IMAGEM 13 - BIBLIOTECA MUNICIPAL PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA



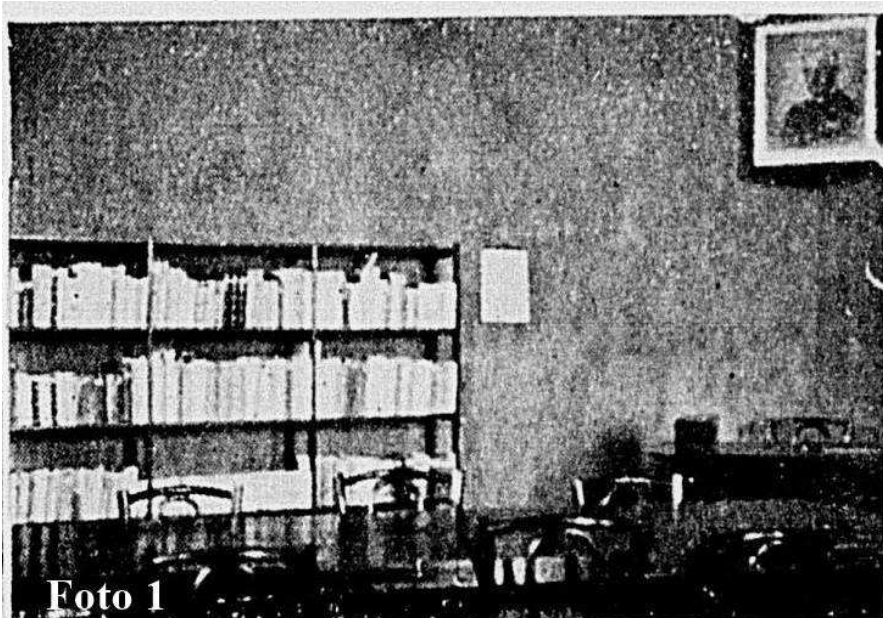
Fonte: Acervo pessoal da autora. 2014.

No contexto da época, no qual possuir livros era sinônimo de *status* e riqueza, esse espaço ajudou bastante na instrução daqueles que não podiam comprá-los. Na revista carioca *Vida Doméstica* (nov. 1944, p. 130), de circulação mensal e distribuída em todo o Brasil, encontramos notícia dessa biblioteca, juntamente com outros aspectos da cidade. Nela consta uma fotografia em que aparece ao fundo o quadro do Epietácio em seu interior. A matéria

comentava que a Biblioteca havia sido “organizada recentemente contando com mais de 1.500 volumes iniciais”.

O quadro que se vê na revista foi colocado na ocasião em que foi inaugurada. Sua figura naquele recinto tem uma conotação bastante sugestiva: a da constante presença de Epitácio naquele espaço. Por outro lado, a associação que se faz entre o prédio e o personagem que lhe emprestou o nome é bastante significativa naquilo que se quer deixar guardado sobre a memória de Epitácio: um homem culto, inteligente. Desta forma, sua imagem na biblioteca condiz com essa pretensão. Vejamos as fotografias:

IMAGEM 14 - QUADRO DE EPITÁCIO PESSOA NA BIBLIOTECA



Fonte: Foto 1 - Revista *Vida Doméstica*, Nov.1944, p. 130.

Foto 2 - Acervo pessoal da autora. 2014. (Fotografia editada pela autora)

Ao observarmos as fotografias produzidas em momentos distintos, percebemos que, mesmo após o decurso de pouco mais de setenta anos da inauguração da biblioteca, o retrato de Epitácio permanece no mesmo local onde foi inicialmente fixado. Aparentemente nada havia mudado no interior desse espaço. Todavia, em meados de 2013, outro personagem membro da família Pessoa passou a figurar ao lado de Epitácio. Trata-se de Thiago Pessoa, atual prefeito da cidade. Entretanto, para além dos reais interesses na fixação desta foto, salientamos que trata-se de algo já observado por nós ao longo desta pesquisa, a saber, o processo de atualização e ressignificação dos espaços de memória aos Pessoa. Aqui, temos a figura de um herdeiro direto dessa tradição política familiar, revelando simbolicamente o lugar que deseja ocupar naquela cidade e, até mesmo, intenciona mostrar o quanto esta genealogia ainda se faz presente em sua terra.

A despeito da morte de Epitácio Pessoa, cabe indicar que esta foi largamente lembrada em seu torrão natal, com missas, sessões especiais com palestras e diversas cerimônias. No primeiro ano de seu falecimento e no centenário de seu nascimento em 23 de maio de 1965, Umbuzeiro repetiu religiosamente várias solenidades em sua memória.

Nessa ocasião, foi instalado na cidade o primeiro sistema de abastecimento de água. E então mais uma vez o nome do ilustre filho foi lembrado. Na fotografia onde registrou-se esse momento, é possível identificar alguns personagens. O segundo homem da esquerda para a direita era, à época, o prefeito de Umbuzeiro, Alcides Cabral, ao seu lado está o Ministro dos Transportes, Juarez Távora, seguido de Carlos Pessoa Filho e sua esposa Terezinha Pessoa.

IMAGEM 15 - INAUGURAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA



Fonte: Acervo da família Pessoa. 1965.

É válido ressaltar que o teor dessas inaugurações e comemorações em favor da memória dos *filhos ilustres* sempre recaía nos projetos políticos em pauta no momento. Essas solenidades também serviam como uma boa oportunidade de aparecer politicamente. A presença de Carlos Pessoa Filho (sobrinho-neto de Epiácio) enquanto representante da família e como político paraibano se torna bastante significativa já que rumava para a sua segunda legislatura como deputado estadual. Por outro lado, para os demais políticos, estar em Umbuzeiro participando desses eventos era também uma chance de mostrar apoio e se fazer notar perante os umbuzeirenses para, posteriormente, ganhar apoio destes nas urnas.

Além destas obras, também foram elaborados símbolos memorialísticos. Eduardo Gomes nos dá indicação de dois hinos de autorias diferentes, mas com igual teor. Alguns dos seus trechos poéticos merecem um pouco mais de nossa atenção, uma vez que o hino é uma importante ferramenta no processo de perpetuação da imagem de Epiácio Pessoa naquela cidade. Vejamos alguns fragmentos no quadro que segue:

QUADRO 1 – HINOS A EPITÁCIO PESSOA

Hino ao Eminentíssimo Presidente Epiácio Pessoa Música: Prof ^o José Claudino Ferreira Letra: Carlos Rocha	Epiácio Pessoa Letra: Antônio Maia Neto
<p>Paraíba do Norte, o teu filho Traz a glória fechada na mão E nos prélios da vida o seu brilho Resplandece em fecundo clarão.</p> <p>E a Pátria galharda entre o brilho Das estrelas de um céu cor de anil Carinhosa recebe esse filho Ídolo e glória de todo o Brasil.</p> <p>Esta heroica nação brasileira Que o seu nome querido abençoa Jubilosa se ufana altaneira De ser mãe de Epiácio Pessoa.</p>	<p>Nasceu bem pobre, e no florir dos anos Duma existência assim de sacrifício Jamais vergou-se ele aos desenganos Ao carregar a cruz desse suplício.</p> <p>Nos livros escolares que estudava Naquele tempo, lá em Umbuzeiro Quando alta noite o sono lhe chegava Fazia sobre eles travesseiro.</p> <p>Enfim morreu... Na vida tudo passa Os bons tempos, os maus, beleza e graça Se evolutisam como a própria essência A única virtude que não finda Que se eterniza cada vez mais linda! Vencendo as gerações, é a inteligência!</p>
Fonte: GOMES, 1995, p. 144.	Fonte: GOMES, 2000, p. 61.

(Quadro elaborado pela autora)

Nestes versos, está patente o alto grau de exaltação ao menino pobre que conseguiu superar as dificuldades da vida através de sua inteligência e se transformar num expressivo homem de prestígio. É possível perceber a associação da Paraíba e de Umbuzeiro como mães

dos Pessoa, o qual não tem reconhecimento apenas em seu berço, mas em toda a nação brasileira. Portanto, ser mãe deste “ser imortal”, o único paraibano a ocupar a cadeira da presidência da república, é motivo de proeminente orgulho.

Anos mais tarde, já em 2004, Umbuzeiro concedeu à Epitácio a honra de nomear mais um espaço monumentalizado: o Fórum Presidente Epitácio Pessoa. O novo prédio do Fórum, o segundo na cidade, foi assim denominado por intermédio da Resolução nº 25/2004, na qual o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba batizou cinco comarcas paraibanas com o nome de figuras ilustres como forma de homenageá-las.

IMAGEM 16 - FÓRUM PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2014.

A monumentalização de Epitácio no prédio do Fórum da cidade onde nasceu reforça bem a imagem que se quer preservar: a de um homem culto, um grande operador do direito, ou mesmo o maior jurista que a Paraíba já teve. Em Umbuzeiro, é assim que se pretende guardar seu nome e imortalizar sua memória.

Nos idos de 1998, Carlos Pessoa Filho, sobrinho-neto de Epitácio, quis deixar um legado “à mocidade estudiosa da Paraíba”. Na introdução da plaqueta intitulada de *Epitácio da Silva Pessoa*, registrou o seguinte:

As novas gerações não podem desconhecer os vultos mais exponenciais que a Paraíba ofereceu à vida pública brasileira e têm o direito de reclamar de nossa parte o legado desse conhecimento. (PESSOA FILHO, 1998, p. 3)

Pessoa Filho almejou dar sua contribuição para a instrução estudantil, contando um pouco da história de seu prestigiado tio-avô e, conseqüentemente, de sua própria família. Em sua visão, os estudantes não deveriam esquecer os nomes dos personagens notórios da história paraibana, ou melhor, não podiam olvidar o nome dos *filhos ilustres* de Umbuzeiro, membros da família Pessoa. Foi com esse objetivo que resolveu registrar tal narrativa e distribuí-la aos jovens paraibanos.

Com isso tentava garantir que as gerações futuras tivessem conhecimento da existência e importância de Epitácio Pessoa e sua família, condicionando os jovens estudantes a uma pretensa veneração desta genealogia, a ser realizada desde seus primeiros anos na escola. Foi assim que, por meio da nomeação de educandários, o sobrenome Pessoa se fez presente na vida dos discentes umbuzeirenses.

A nomeação da toponímia urbana, em sua maioria, seguiu o mesmo rito: era feita em homenagem a algum personagem renomado já falecido e sempre ocorria durante a gestão de familiares nos rumos do município. É o que aconteceu, por exemplo, com o Cel. Antônio Pessoa, que foi homenageado por seu filho e assim sucessivamente até a atual geração. Todos os seus descendentes fizeram reverências desse tipo aos seus respectivos genitores.

Na ânsia em se preservar sua memória na cidade, antes mesmo da concretização do monumento que havia sido idealizado, foi construído o Grupo Escolar Cel. Antônio Pessoa, criado pelo Decreto nº 1.316, de 30 de setembro de 1924, assinado por Sólon Barbosa de Lucena, seu primo⁶⁴. Certamente, a construção do grupo teve a intervenção do filho do homenageado, Carlos Pessoa, que, naquele momento (idos de 1920 a 1927), atuou como deputado estadual e depois como deputado federal pela Paraíba. Assim, com o apoio de um filho da terra, a cidade ganhou um suntuoso prédio escolar de belas estruturas arquitetônicas que foi inaugurado em 1924. Consoante os indícios, provavelmente isso se sucedeu no dia 31 de outubro, data do aniversário de morte do coronel.

⁶⁴ Consta no decreto o seguinte teor: “Art. 1º Fica, desde já, creado um grupo escolar na Villa de Umbuzeiro, ao qual ficam incorporadas as cadeiras do ensino público primario existentes na referida villa, a saber: do sexo masculino, do sexo feminino e misto”. (A UNIAO, 7 out. 1924, p. 2.). Também encontramos referência à construção do mencionado grupo escolar na Exposição de motivos e ocorrências do quadriênio administrativo de 1916-1920 do Estado da Parahyba, apresentada pelo Dr. Francisco Camillo de Hollanda ao Exmo. Dr. Solon de Lucena. (A UNIAO, 22 de Outubro de 1920, p. 15).

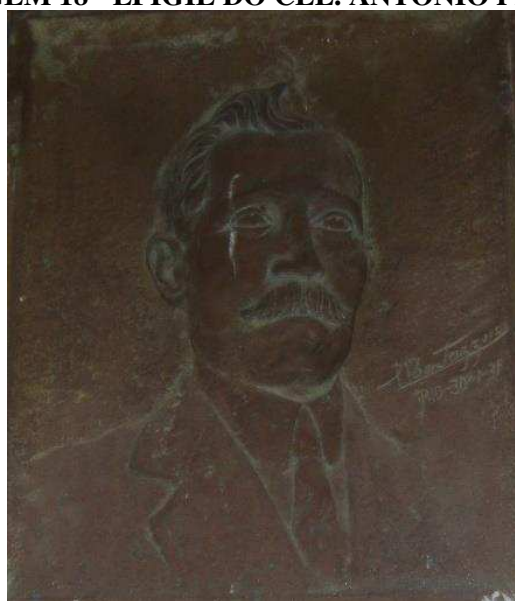
IMAGEM 17 - GRUPO ESCOLAR CEL. ANTÔNIO PESSOA



Fonte: Película Sob o céu nordestino. Década de 1920.

Além da configuração desse espaço como um “lugar de memória”, em seu interior encontra-se outro símbolo que remete à lembrança do coronel Antônio Pessoa. Exposto na parede principal, de frente para quem entra no grupo, está fixada uma efígie de bronze esculpida em alto relevo, assinada por Hugo Bertazzon e datada de 30 de janeiro de 1931⁶⁵. Decerto trata-se de um mimo de alguém da família Pessoa que morava no Rio de Janeiro e lá encomendou a peça ao famoso escultor italiano.

IMAGEM 18 - EFÍGIE DO CEL. ANTÔNIO PESSOA



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2014.

⁶⁵ O artista italiano Hugo Bertazzon realizou retratos de figuras oficiais, tendo como expressão forte em seu trabalho as pesquisas sobre a figura humana. Aparece juntamente com Humberto Cozzo no rol dos escultores renomados do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/66504?mode=full>. Acesso: 10 ago. 2014.

Entretanto, é válido salientar que a imagem simbólica do coronel conviveu e ainda convive com várias gerações de estudantes que frequentam aquela instituição educativa. É ele quem lhes dá boas-vindas diariamente. É sob seus olhos que estes educandos praticam as atividades escolares. Portanto, um forte apelo a uma memória que pretende ser lembrada e admirada desde cedo na escola.

2.2.3 Na Estação Experimental também estanciam os filhos ilustres

Um empreendimento de grande porte e que promoveu expressivos benefícios aos umbuzeirenses foi criado pelo então Presidente da República, Epiácio Pessoa. Através do Decreto nº 14.711, de 5 de março de 1921, ele fundou duas Estações de Monta na Paraíba: uma em Pombal e outra na sua cidade natal⁶⁶. A “Estação de Monta de Umbuzeiro” foi inaugurada em 14 de novembro de 1922, já no último dia de seu mandato presidencial. Para dirigir o estabelecimento, foi nomeado seu sobrinho, o engenheiro agrônomo Epiácio Pessoa Sobrinho.

A Estação fazia parte de um conjunto de obras realizadas com o objetivo de “attenuar os rigôres das sêccas”. Foi equipada com “silos” capazes de armazenar aproximadamente “50 toneladas” de “milho e outros cereaes a salvo das pragas que os atacam, ficando assim resolvido praticamente o problema da conservação dos mesmos”⁶⁷. Concomitantemente, ela foi destinada à criação, seleção de raças e melhoramento do gado bovino e, ainda, auxiliar os criadores da Paraíba.

De acordo com a revista *Era Nova* (1923, p. 9): “Dentre os grandes melhoramentos com que o govêrno do dr. Epiácio Pessôa quiz dotar a Parahyba, destaca-se a Estação de Monta de Umbuzeiro”⁶⁸. Um benefício concedido pelo Presidente da República ao seu torrão natal.

Todavia, em 1931, na ocasião da solenidade em memória do aniversário de morte de João Pessoa, a Estação teve seu nome alterado para “Estação de Monta João Pessoa”, através do Decreto nº 20.187, de 07 de julho de 1931⁶⁹. Atualmente, devido às mudanças

⁶⁶ Este decreto federal deu novo regulamento ao Serviço de Indústria Pastoril no país e versa sobre várias atribuições em âmbito agropastoril. Para tanto, pelo Art. 8º criou duas estações de monta permanentes na Paraíba, uma delas construída em Umbuzeiro. Este decreto encontra-se disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14711-5-marco-1921-517494-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 16 jun. 2014.

⁶⁷ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado em 1º de setembro de 1922, pelo Presidente Solon Barbosa de Lucena, p. 25.

⁶⁸ Informações encontradas na Revista *Era Nova*, número 48 de 26 de julho de 1923, p. 9.

⁶⁹ O Decreto nº 20.187 foi publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/7/1931, Página 11282.

administrativas, foi estadualizada e passou a ser denominada de “Estação Experimental João Pessoa”⁷⁰.

IMAGEM 19 - ESTAÇÃO EXPERIMENTAL JOÃO PESSOA



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2013.

Nesta ocasião, vários preitos foram realizados em Umbuzeiro e em todo o estado paraibano. A solenidade feita na Estação se deu por volta das duas horas da tarde. O primo do homenageado e chefe da estação, o Sr. Epitácio Pessoa Sobrinho, foi o encarregado de preparar as solenidades, bem como “proferiu emocionantes palavras sobre o inolvidável João Pessoa, exaltando a acção do mesmo em pról daquela repartição que elle chefia” (A UNIÃO, 30 jul. 1931, p. 3).

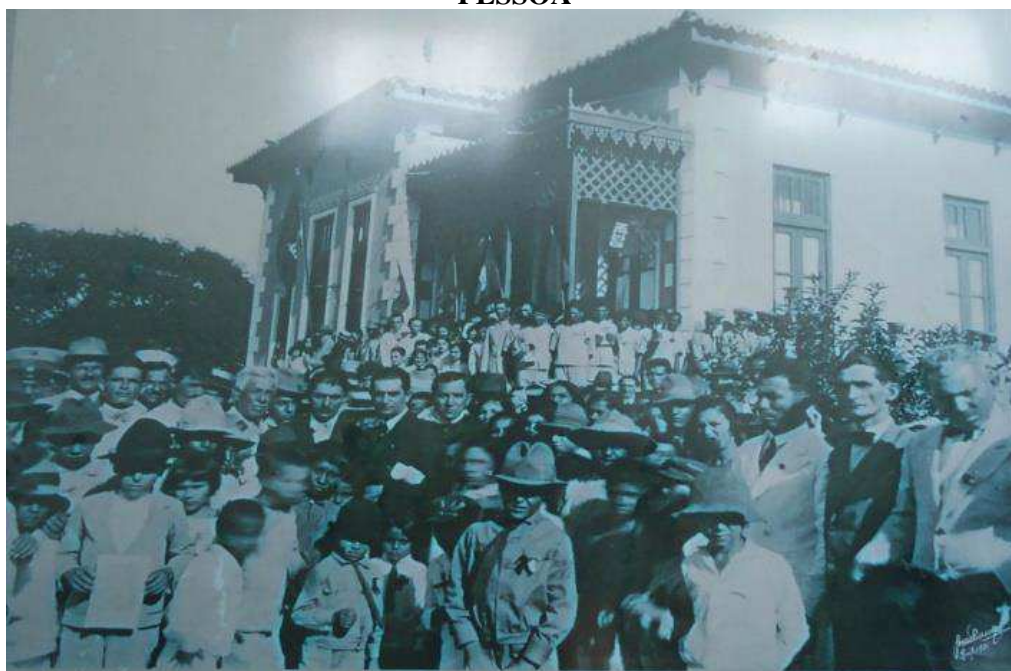
No terraço da casa da Estação, foi colocado um retrato do homenageado em um “altar symbolizando a pátria” (A UNIÃO, 30 jul. 1931, p. 3), que era formado por “uma columna auri-verde tendo abaixo o escudo rubro negro com a seguinte legenda: ‘Ainda vive no coração do Brasil’”. As pessoas ali presentes foram conduzidas a colocar flores neste altar, realizando assim uma espécie de ritual. O gesto permeado de uma conotação bastante significativa reforçava a tentativa de manter viva a figura de João Pessoa ligada à cidade, refundando seu nome pelos recantos da pequena urbe. Igualmente, a mensagem tem um teor apelativo no mesmo sentido para o âmbito nacional.

Os participantes da solenidade foram agraciados com uma fotografia do ex-presidente, distribui-se cerca de dois mil exemplares. Nos conta A União (30 jul. 1931, p. 3) que o retrato

⁷⁰ Atualmente a “Estação Experimental João Pessoa” é ligada à Emepa-PB (Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba) e tem pesquisas voltadas para a pecuária com o gado bovino da raça Gir.

foi arrebatado “principalmente pelos pobres, que o guardavam como uma relíquia”. Aqui o jornal deixa transparecer que o tal retrato, nas mãos das pessoas humildes, parecia se confundir com a própria existência de João Pessoa e que, por isso, era algo precioso. Destarte, o periódico oficial do estado insiste em revelar nesta matéria que João Pessoa era ainda muito querido pelos paraibanos e principalmente pelos mais humildes, dando a entender que este homem havia se tornado um herói para estes indivíduos. Outros aspectos importantes deste momento podem ser visualizados a partir da fotografia a seguir:

IMAGEM 20 - FOTOGRAFIA DA HOMENAGEM FEITA NA ESTAÇÃO DE MONTA JOÃO PESSOA



Fonte: Acervo da Estação Experimental João Pessoa. 1931.

Esta foto foi produzida na frente da casa da Estação e tem como legenda no seu quadro as seguintes palavras: “Estação de Monta João Pessoa”, Umbuzeiro, “Comemoração do 26 de julho de 1931”. Ao que tudo indica, ela foi encomendada a um fotógrafo de Recife que a assinou no canto inferior, mas que não conseguimos identificar. Atualmente encontra-se exposta em parede interna da casa da Estação, juntamente com outras imagens, e, dentre as quais, um retrato de João Pessoa.

No tocante ao aspecto geral dessa fotografia, observamos que sua composição é muito boa. As pessoas estão todas bem posicionadas, havendo apenas o desfoque do rosto de duas crianças que se moveram no momento. Porém, percebe-se que o fotógrafo teve o máximo de cuidado na organização da cena a ser perpetuada pela objetiva.

No plano central da foto encontramos três homens vestindo trajes de cor escura ou preta. O homem do meio trata-se de Epitácio Pessoa Sobrinho e, à sua esquerda, está o padre José Vital Ribeiro Bessa. Os demais personagens ao redor deles provavelmente são também membros da família Pessoa. Notamos que a grande maioria é composta por figuras masculinas, que, de modo geral, apresentam-se bem vestidas. Certamente trata-se de políticos locais, de pessoas influentes ou até mesmo dos funcionários da Estação de Monta.

Ainda no primeiro plano da fotografia encontram-se algumas crianças, sobretudo meninos. Alguns deles têm em seus peitos uma fitinha de cor preta indicando o sinal de luto, e outros têm um papel na mão, o qual deve tratar-se do retrato de João Pessoa, distribuído aos presentes naquela ocasião. A presença infantil nesse tipo de evento é bastante significativa já que a intenção é de que, desde cedo, aprendam a admirar aquele conterrâneo, se espelhem no seu exemplo de vida e se transformem em propagadores de sua memória para as futuras gerações.

Na sacada da casa é possível ver algumas bandeiras hasteadas. Uma delas é bastante nítida e podemos identificar a palavra “Nego”. É a bandeira que se tornou símbolo da morte de João Pessoa e o pavilhão oficial do estado da Paraíba. Dentre elas, certamente havia também a bandeira nacional. Ambas constituíam um aspecto sentimentalista e patriótico, dando ao evento um ar de civismo.

A presença de alguns homens vestidos a caráter, posicionados no canto superior direito da foto e encostados na parede da casa, tal como o senhor que aparece no canto superior do lado esquerdo, indica que houve uma banda de música, que, nestas ocasiões, era geralmente encarregada de tocar os hinos ou alguma marchinha. Concluída esta homenagem, os presentes de dirigiram para o centro da cidade onde seguiu-se a programação daquele dia.

Além da Estação representar mais um dos vários lugares de memória que foram especializados por Umbuzeiro, a ela soma-se ainda outro elemento simbólico representativo da monumentalização dos Pessoa. Trata-se do busto erguido como preito ao primeiro diretor da Estação, Epitácio Pessoa Sobrinho (filho de Antônio Pessoa, sobrinho de Epitácio e primo de João Pessoa).

**IMAGEM 21 - EPITÁCIO PESSOA SOBRINHO E O SEU BUSTO
NA ESTAÇÃO EXPERIMENTAL JOÃO PESSOA**



Fonte: Revista *Era Nova*, 1923 e acervo pessoal da autora, 2013.

Este ficou conhecido por suas aptidões, as quais “evidenciam esta capacidade do operoso administrador daquelle importante estabelecimento os progressos por que rapidamente vae passando o mesmo, sob sua orientação” – comenta a Revista *Era Nova* (26 jul. 1923), que, complementando este arcabouço de elogios, divulgou algumas fotografias das instalações da Estação e de seu diretor⁷¹.

Para além dos benefícios agropecuários, a Estação ainda era utilizada enquanto recinto cultural e de lazer. Nela havia “um plantel dos mais belos e sofisticados espécimes de todas as raças, expostos à visitação pública” que se transformou num espetáculo, proporcionando “a maior diversão para o povo, em dias de domingo”. Boa parte destes animais havia sido importada de outros países, e eles foram “escolhidos a dedo, pelo **maior Zootecnista do Nordeste – Dr. Epitácio Pessoa Sobrinho**” (GOMES, 1995, p. 137, grifo nosso).

Diante de tão esmerado trabalho, na comemoração do cinquentenário da Estação em 1972, Epitácio Sobrinho recebeu um monumento como laurel. Na placa afixada na base onde está assentado o busto, lê-se as seguintes informações: Homenagem do Ministério da Agricultura aos 50 anos de atividades da “Fazenda Regional de criação ‘João Pessoa’, ao seu fundador e zootecnista pioneiro na seleção do Gir Leiteiro no Brasil - Eng. Agr. Epitácio Pessôa

⁷¹ Conferir revista *Era Nova*, número 48 de 26 de julho de 1923, p. 9, 13 e 19.

Sobrinho”⁷². Embora a placa indique que a homenagem se fez pelo Ministério da Agricultura, vale destacar que o sobrinho do homenageado, o agrônomo Carlos Pessoa Filho, exercia o seu terceiro mandato como deputado estadual após ter ocupado o cargo de secretário da agricultura, e não seria surpresa se ele tivesse dado indicações para a feitura do monumento ao tio.

Outros filhos do Cel. Antônio Pessoa também fizeram parte da trajetória da Estação. Com o fim da gestão de Epitácio Sobrinho, seu lugar foi assumido por outro membro da família Pessoa: seu irmão Roberto Pessoa. Seguiu-se assim mais um período da supremacia daquela família. A existência desses símbolos (nome e busto) dos Pessoa na Estação formam um conjunto monumentalístico que incrementa este lugar de memória.

Destarte, em favor da preservação deste espaço de memória, em 07 de maio de 2002 a Estação Experimental “João Pessoa” foi tombada por meio do Decreto nº 23.011/2002⁷³. O tombamento foi o resultado de um pedido feito pela diretoria da Estação ao IPHAEP. Nele inclui-se a área total de 277 hectares, suas edificações e a espécie vegetal jurema branca, árvore centenária da Estação. Com isso, este “lugar de memória” foi legitimado e ficou salvaguardado.

2.2.4 Uma memória inscrita no espaço da fé

Hoje 17 de março de 1941, vai ter sua realização o que foi idealizado pelo inesquecível Coronel Antônio Pessoa. As solenidades deste dia representam uma verdadeira epopeia para o povo de Umbuzeiro. Os anais da história desta gloriosa gente jamais registrarão acontecimento maior.
(UMBUIRENSE, 17 mar. 1941, p. 3)

Seguindo o percurso dos Pessoa nos espaços citadinos, nos deparamos com sua presença também no principal espaço religioso da cidade, a Igreja Matriz. Durante toda a trajetória, desde sua idealização, construção e inauguração esta genealogia esteve presente, atuando de variadas formas.

O jornal Umbuzeirense, de tiragem única e produzido exclusivamente para o dia da inauguração da Matriz, demonstra bem a atuação desta família nos trabalhos desenvolvidos para a construção do templo religioso. Com veemência, as quatro páginas da publicação não cessam de agradecer tal ajuda, desde o momento de sua idealização:

[...] era chefe deste Município, o Coronel Antonio Pessôa, quando do seu gênio admiravelmente progressista, nasceu o projeto de construção de uma

⁷² O busto encontra-se cravado numa estrutura de mármore verde escuro, cujo escultor foi Antônio Cavalcanti de Miranda Henriques.

⁷³ Este Decreto foi publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba, em 08 de maio de 2002.

nova Matriz, que bem traduzisse no futuro, o espírito profundamente católico, do povo de Umbuzeiro. Por alguns anos acalentou a vontade de realizar esse gigantesco projeto. Não lhe coube porém a glória de corôar os seus desejos, porque muito cedo veio a morte, colher-lhe os passos. (UMBUZEIRENSE, 17 mar. 1941, p. 1)

O Cel. Antônio Pessoa iniciou uma campanha para a construção de uma nova Igreja Matriz, pois a que havia sido fundada em fins do século XIX estava com a sua estrutura abalada, sendo inviável sua recuperação. O próprio Pessoa escolheu um ponto localizado numa suave colina, na área para onde a cidade crescia e local para o qual havia transferido o centro urbano em sua gestão municipal.

Com o seu falecimento em 1916, o plano de edificação da nova igreja foi retomado por sua família. Assim “tomou a iniciativa de cumpri-la o seu filho o Dr. Antônio Pessoa Filho, que o substituiu na coisa pública em Umbuzeiro” (GOMES, 1995, p. 71), quando este se mudou para o Rio de Janeiro repassou o cargo para o irmão, Carlos Pessoa “que animado dos mesmos sentimentos filiais do seu antecessor, não mediu sacrifícios, para realizar o gigantesco sonho do inolvidável Coronel Antonio Pessôa” (UMBUZEIRENSE, 17 mar. 1941, p. 2).

Juntamente com ele, outros familiares se empenharam, especialmente sua esposa, Marina Ferraz Pessoa. De acordo com o jornal produzido puramente para noticiar a trajetória da construção da matriz, a referida senhora estava “no coração do povo de Umbuzeiro” pois, “foi ela a mão generosa, o coração sempre aberto, o cérebro que não descansava, que tudo promoveu para a realização da Matriz” (UMBUZEIRENSE, 17 mar. 1941, p. 2).

Com o apoio do Cônego Antônio Ramalho, a senhora Marina promoveu várias campanhas para angariar recursos para a construção da igreja. Contudo, a maior quantia doada foi a da família Pessoa. Na lista que consta no Jornal Umbuzeirense, lê-se o nome de oito de seus membros. E, segundo Gomes:

Na lista dos que fizeram contribuições de maior valia, estão em primeiro lugar o **grande e saudoso umbuzeirense** Dr. Eptácio Pessoa, D. Margarida da Assunção Pessoa, viúva do outro **maior filho de Umbuzeiro**, o falecido Cel. Antônio Pessoa e os filhos deste nobre casal Dr. Antônio Pessoa Filho, Dr. Carlos Pessoa, Dr. Eptácio Pessoa Sobrinho e Jorge Pessoa. (GOMES, 1995, p. 72, grifo nosso)

Esta seria a terceira igreja da cidade – todas elas patrocinadas por esta família, a qual o memorialista Eduardo Gomes exalta veementemente em suas palavras. A inauguração da igreja ocorreu no dia 17 de março de 1941, uma data intencionalmente escolhida por se tratar do aniversário natalício do seu falecido idealizador, o Cel. Antônio Pessoa. No monumento

sagrado recém fundado, o seu nome foi insistentemente lembrado na ocasião. Nesse sentido, o discurso religioso também relembra e (re)criava seus mártires locais. Não é por outro motivo que Gomes enfatiza com bastante entusiasmo que “os dois **grandes umbuzeirenses**, Antônio e Epitácio Pessoa” (1995, p. 69) foram batizados em Umbuzeiro⁷⁴.

IMAGEM 22 - IGREJA MATRIZ DE UMBUZEIRO



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2014.

Além disso, dentro da programação em homenagem à padroeira Virgem do Livramento, incluiu-se momentos exclusivos para lembrar a memória do falecido idealizador da matriz. Vejamos:

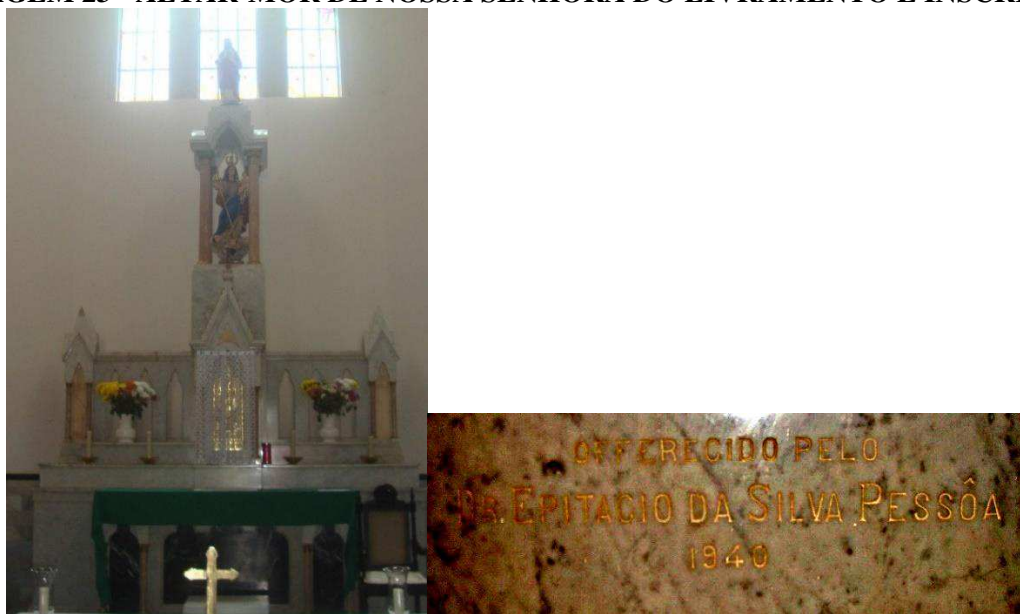
A's 8 horas - Missa por S. Excia. Revma. D. Moysés Coelho em sufrágio da alma do Cel. Antonio Pessôa. [...] A's 16 horas – Te-Deum de ação de graças e visita ao monumento do Cel. Antonio Pessôa, falando o prof. Emílio Chaves. (UMBUZEIRENSE, 17 mar. 1941, p. 2).

Portanto, a Matriz de Umbuzeiro se fez também um espaço de memória em favor desta genealogia, algo que pode ser observado em vários ambientes, a partir dos objetos que guarnecem este espaço. Como principal financiadora, a família Pessoa fez muitas doações de quantia em dinheiro e deu os três altares principais, todos esculpido em mármore de Carrara.

⁷⁴ No Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Livramento em Umbuzeiro, encontramos as Certidões de Batismo dos dois irmãos: Antônio, batizado em 1865, aos dois anos de idade (Livro de Batizados: 02; Fls: 13V; Termo nº 4618 do Ano de 1865), e Epitácio, batizado no ano seguinte, com sete meses de vida (Livro de Batizados: 02; Fls: 28; Termo nº 4985 do Ano de 1866).

No altar-mor consta a seguinte inscrição: “OFFERECIDO PELO DR. EPITACIO DA SILVA PESSÔA 1940”. No altar de São José, ao lado direito da Matriz, encontramos: “OFFERECIDO PELO DR. ANTONIO DA SILVA PESSÔA FILHO 1940”; e, por fim, no altar do lado esquerdo, dedicado a Santo Antônio de Lisboa, temos: “OFFERECIDO POR D. MARGARIDA D’ASSUMPCÃO PESSÔA VIUVA DO CORONEL ANTONIO PESSÔA 1940”.

IMAGEM 23 - ALTAR-MOR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E INSCRIÇÃO



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2013.

IMAGEM 24 - ALTAR DE SANTO ANTÔNIO E INSCRIÇÃO



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2013.

IMAGEM 25 - ALTAR DE SÃO JOSÉ E INSCRIÇÃO



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2013.

Além destes altares, há vários outros itens como a porta principal, doada por Jorge Pessoa, e o piso de mosaico, doado por Epitácio Pessoa Sobrinho, ambos filhos do coronel. A solenidade de inauguração da nova Matriz encerrou-se dentro do Grupo Escolar que já havia sido batizado com o nome do grande homenageado daquele dia, o Cel. Antônio Pessoa. Foi realizada a “Hora da Arte”, um momento reservado aos agradecimentos e discursos. Neste recinto, os escolares saudaram **“os maiores benfeitores da nossa matriz que foram os membros da família Pessôa**, em discurso inflamado falou o conego Joao de Deus [...], o juiz dr. Josué Farias, [...] Padre Carlos Coêlho” (A IMPRENSA, 20 mar. 1941, p. 3, grifo nosso).

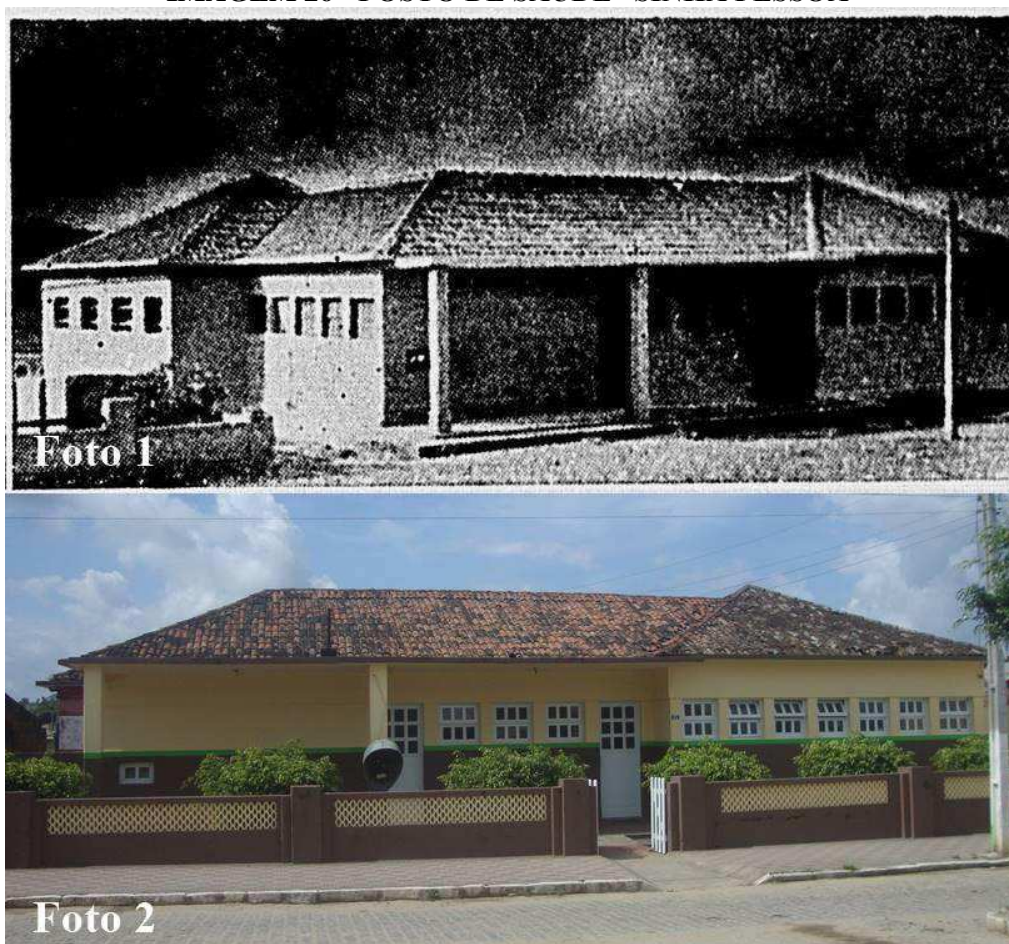
Desse modo, a inauguração da matriz na data do aniversário de morte do seu idealizador (17 de março), as honrarias que se fizeram em sua memória e os objetos e espaços gravados com o nome dos Pessoa demonstram claramente que o lugar da memória e culto da cidade fincou-se em monumentos de reverência, não apenas aos santos, mas à própria oligarquia local: a construtora e significadora de sua história oficial.

2.2.5 Também no espaço da saúde se constroem memórias

Poucos dias após a inauguração da igreja, mais precisamente em “26 de março de 1941”, (A NOITE, 27 mar. 1941, p. 4), a senhora Margarida da Assunção Pessoa, esposa do Cel. Antônio Pessoa, viria a falecer no Rio de Janeiro. Entretanto, ela que tanto havia ajudado nos trabalhos da igreja recebeu do filho, Carlos Pessoa, então prefeito de Umbuzeiro, o seu nome

no primeiro posto de saúde da cidade, criado naquele mesmo ano. O posto foi batizado com o cognome “Sinhá Pessoa”, forma pela qual a matriarca da família era conhecida carinhosamente.

IMAGEM 26 - POSTO DE SAÚDE “SINHÁ PESSOA”



Fonte: Foto 1 - Revista *Vida Doméstica*, Nov. 1944, p. 130.
Foto 2 - Acervo pessoal da autora. 2014. (Fotografia editada pela autora)

Sob o título de “Umbuzeiro Progride”, a revista carioca *Vida Doméstica* (nov. 1944, p. 130) noticiou alguns melhoramentos urbanos empreendidos em Umbuzeiro, entre os quais encontra-se o “Posto de Higiene Dona Sinhá Pessôa”, cuja fotografia foi exibida. Esse tipo de notícia, geralmente encomendada pelos interessados, servia substancialmente aos fins da propaganda política, mostrando apenas as coisas boas da cidade, e ofuscando por muitas vezes a realidade.

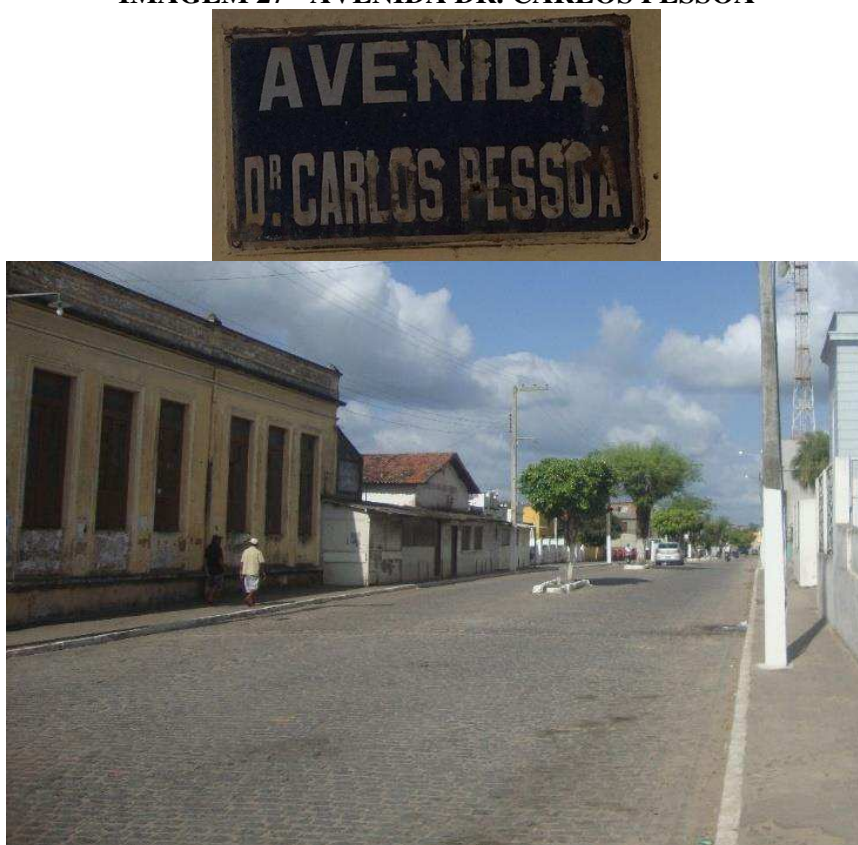
Considerando que a revista era distribuída em todo o país e verificando ainda a incidência de notícias desse tipo sobre outras cidades, concluímos que tais matérias eram certamente encomendadas. Nesses termos, havemos de avaliar que naquela época isso não exigia grandes esforços já que alguns membros dos Pessoa residiam na capital brasileira,

servindo de elo importante para a manutenção dos contatos políticos da família e investindo na propaganda da cidade.

Entre 1939 e 1941, o prefeito Carlos Pessoa homenageou seus genitores com uma praça e busto para o pai, e o Posto de Saúde para a mãe. Não é por acaso que o endereço desses dois espaços seja o da Avenida Dr. Carlos Pessoa, seu próprio nome. Isso ocorre porque anos mais tarde, seu filho, Carlos Pessoa Filho, repetia a mesma tradição de nomear os espaços urbanos com o nome de membros da família.

Assim, nos idos de 1950, enquanto prefeito da cidade, Carlos Pessoa Filho mudou o nome da Avenida Marechal Deodoro para oferecer um tributo ao próprio pai, batizando-a de Avenida Dr. Carlos Pessoa. No final desta avenida, há ainda a Travessa Dr. Carlos Pessoa, com uma praça e o busto de Carlos Pessoa Filho, que será abordada com mais vagar em nosso terceiro capítulo.

IMAGEM 27 - AVENIDA DR. CARLOS PESSOA



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2014.

Designar os espaços urbanos com a onomástica dos Pessoa sempre foi uma constante em Umbuzeiro. É algo passado de geração em geração, os filhos prestam tributos aos genitores colocando seus nomes pelos espaços da cidade. E, nesse sentido, esta cidade, assim como a

Zaíra de Italo Calvino (1990, p. 14), é feita “das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado”. Seus espaços estão embebidos de um passado que remete aos *filhos ilustres* e a tudo aquilo que eles representam para a cidade.

Esta memória inscrita nos nomes das ruas e solidificada nas construções coexiste de forma interligada visando um mesmo fim, manter viva a memória destes personagens, assim como tentar manter e legitimar o poder político e simbólico desta genealogia em sua cidade natal.

2.2.6 *Um centenário para recordar e instituir novos espaços de memória*

Em 1978, um conjunto de solenidades foram promovidas em toda a Paraíba⁷⁵. No dia 24 de janeiro desse mesmo ano comemorou-se o centenário do aniversário natalício de João Pessoa em Umbuzeiro. Foi a ocasião em que a “cidade mãe” celebrou o nascimento de seu egrégio filho, fazendo-o com muita pompa. Várias comemorações somaram-se para abrilhantar o evento: missa, desfile cívico estudantil, apresentação de coral e banda de música, além de numerosos discursos e inauguração de alguns melhoramentos urbanos na cidade.

Com uma programação extensa e diversificada, os cidadãos iniciaram aquele dia por volta das 8h30min da manhã, participando da missa na Matriz. Em seguida, as ruas da cidade deram lugar a um desfile cívico com a participação das cidades de Orobó, Aroeiras e Natuba, e acompanhamento da Banda de Música da Polícia Militar da Paraíba. Ao seu término, os presentes dirigiram-se para a casa da Fazenda Prosperidade.

Em sua varanda, foi estendida a bandeira do estado e proferidos inflamados discursos, em memória do homenageado, pelas seguintes autoridades: “Dr. Ivan Bichara Sobreira, Desembargador Dr. Osias, ex-auxiliar do Presidente, e a Sra. Isa Pessoa Gurgel Valente” (GOMES, 1995, p. 117). O primeiro destes era o então “governador biônico” da Paraíba e a última, a filha de João Pessoa. Encerrando os discursos “falou o ex-chefe político Dr. Carlos Pessoa Filho”, primo do ex-presidente e esposo da então prefeita da cidade, Terezinha Pessoa.

⁷⁵ As notícias sobre as comemorações do centenário do nascimento de João Pessoa em diversas cidades paraibanas foram amplamente divulgadas pelo jornal *A União* (nos dias, 19, 24, 25 e 26 de janeiro de 1978), *O Norte* (dias 18, 24 e 26 de janeiro de 1978) e *O Momento* (dias 22 a 28, caderno B e 29 de janeiro de 1978). O evento também teve destaque na reportagem da revista *Veja* (8 fev. 1978). Ao contrário da visão exposta em *A União*, a *Veja* propõe alguns questionamentos sobre uma espécie de “revisão do mito” João Pessoa, buscando avaliar os dois lados do contexto de sua morte e repercussão para o Brasil.

IMAGEM 28 - DISCURSO NA VARANDA DA CASA ONDE NASCEU JOÃO PESSOA



Fonte: Acervo da família Pessoa. 1978.

Nesta fotografia é possível verificar a presença de uma banda marcial, bem como de uma significativa quantidade de homens, mulheres, crianças e colegiais. Igualmente estavam presentes os primos, sobrinhos, parentes, conterrâneos e ex-auxiliares do homenageado, assim como vários políticos paraibanos e de outros locais.

Diante da simbólica casa, a filha de João Pessoa fez a aposição da placa comemorativa do centenário, seguida do discurso do governador da Paraíba, que abriu oficialmente as comemorações em todo o estado. Para o jornal *A União*, ali aconteceu o momento “mais sentimental do programa, envolvendo os discursos mais inflamados e emotivos” (25 jan. 1978, p. 8). Isso porque naquele instante emblemático, diante do “berço esplêndido”, a imagem de João Pessoa como um herói paraibano ganharia novos contornos e cores, e seria extensamente reforçada.

Naquele ensejo a casa foi instituída e oficializada como um “lugar de memória”, não só de João Pessoa, mas de toda a sua genealogia. Também se tornou uma espécie de certidão de nascimento para o homenageado, a certidão de “nascido em Umbuzeiro”. É o que revela a placa que guarnece a parede de entrada, e contém a seguinte inscrição: “Nesta casa nasceu em 24-01-1878 o Dr. João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do estado da Paraíba e mártir da revolução de 1930”. Conforme vê-se na fotografia adiante:

**IMAGEM 29 - PLACA AFIXADA NA PAREDE DA ENTRADA DA CASA ONDE NASCEU
JOÃO PESSOA**



Fonte: Acervo da família Pessoa. 1978.

Desde então, a simbologia da casa ganhou nova roupagem. Quem chegasse para visitá-la, antes mesmo de adentrar, já era informado pela placa de que aquela não era uma residência comum. Era, portanto, dotada de uma importância sentimental e memorialística, não só para aquela pequena cidade, mas também para toda a Paraíba. Era dessa forma que aquele espaço queria ser concebido.

No tocante aos discursos proferidos naquela ocasião, merecem destaque as palavras emitidas pelo então governador do estado. Ele elaborou em sua mensagem política uma forte imagem do habitante local. E, assim, instituiu-se diretamente, já na década de 1970, a representação generalizada da força política e histórica da cidade:

Que mistério, que força, que energias latentes se escondem nestes ares e nesta terra generosa e fecunda, matriz inigualável, geratriz de inteligências privilegiadas, de heróis espartanos temperados nas lutas da vida desde a mais tenra idade?

A seiva que reverdece os umbuzeiros nas primeiras chuvas deve guardar, também, a força dos dínamos adormecidos ou inaproveitados de que falava o poeta, gerando estadistas, o Presidente Epitácio, o Imperador Assis Chateaubrind, os heróis e mártires que foram João Pessoa e Napoleão Laureano. (A UNIÃO, 24 jan. 1978, p. 9)

Ivan Bichara enalteceu a figura daqueles homens nascidos em Umbuzeiro, como também reconheceu que aquela cidade havia gerado figuras importantes para o cenário brasileiro. Contribuiu para a sedimentação da concepção da figura dos chamados *filhos ilustres*,

dos quais a urbe genitora ia se apropriando cada vez mais. Este discurso já vinha sendo construído paulatinamente ao longo dos anos. Estava sendo reelaborado, reproduzido e cristalizado pelos umbuzeirenses e era utilizado sempre que a ocasião se mostrava conveniente, principalmente em dias como este, em que a cidade se enchia de festa e orgulho.

Naquela manhã, as atenções voltaram-se para a casa onde o homenageado havia nascido e fora transformada em museu. Não um museu no sentido e dimensão atual, dotado de “potencialidades educativas” (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2008), com um amplo significado e que interage com o visitante. Mas sim, na “velha” acepção de espaço que serve de depósito de memórias intocáveis e eternas. Aquele “berço esplêndido” guardava em sua materialidade espacial a memória dos Pessoa e, dessa forma, era também registro de um passado fundante da história de Umbuzeiro.

Na placa alusiva ao evento, assentada no terreiro da entrada da casa, lê-se o seguinte dizer: Marco comemorativo do centenário do nascimento do Dr. João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, presidente do Estado da Paraíba e mártir da revolução de 1930. Na fotografia que segue é possível identificar a prefeita Terezinha Pessoa, seu esposo Carlos Pessoa Filho, que naquele instante representava a figura política da família Pessoa, e o então Governador do estado, Dr. Ivan Bichara.

IMAGEM 30 - INAUGURAÇÃO DO “MUSEU CASA DE JOÃO PESSOA”



Fonte: Acervo da família Pessoa. 1978.

Com este gesto, aquela residência foi instituída como “Museu casa de João Pessoa”. Seguiu-se uma visita em seu interior, onde os visitantes puderam observar quadros, fotografias, pertences da família e alguns objetos pessoais de João Pessoa, como uma efígie, a bengala e a máscara mortuária feita minutos após sua morte. Esta última certamente era a peça mais simbólica naquela visita. Confeccionada no exato momento em se tem um último registro do rosto do falecido, “a máscara mortuária constitui uma homenagem póstuma, cujo sentido consiste em reter o derradeiro momento do sujeito – limiar entre a vida e a morte, divisa entre dois tempos: o da vida na terra e o da eternidade” (ABREU, 1996, p. 68).

IMAGEM 31 - VISITA AO INTERIOR DA CASA DE JOÃO PESSOA



Fonte: Acervo da família Pessoa. 1978.

IMAGEM 32 - MÁSCARA MORTUÁRIA E EFÍGIE DE JOÃO PESSOA



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2014.

Conta-nos Regina Abreu (1996, p. 69) que a confecção de máscaras mortuárias era um costume que ficou “restrito a pequenos grupos da elite, mais especificamente a personalidades desses grupos”. Isso evidenciava o papel e o lugar que João Pessoa e sua família ocupavam na elite política daquela época. Nesse sentido, essa máscara possui uma importância simbólica incomensurável. Para a autora, além de representar o fim da vida em sociedade, ela “contém o sopro de uma nova vida, no templo dos imortais”. E era exatamente esse o objetivo do centenário e tantos outros empreendimentos, ou seja, imortalizar a imagem de João Pessoa como um herói para a Paraíba. Imagem esta que sua cidade natal fazia questão de alimentar orgulhosamente.

O espaço íntimo da casa se transformou num ambiente de lembranças compartilhadas que buscavam estimular a memória daqueles que ali viveram. A casa seria consagrada como um monumento em memória dos Pessoa e acessível a todos que quisessem visitar. É nesse sentido que a casa é capaz de manter a existência de coisas remotas, ela é a detentora dessas lembranças. E, portanto, naquele dia se tornava também um monumento turístico da cidade.

Embora a solenidade de inauguração do Museu casa de João Pessoa tenha acontecido na data da comemoração do seu centenário, um fato nos chama atenção. Ao contrário do que afirma o memorialista local do que se convencionou popularmente na história da cidade, ou mesmo do que revelam os registros fotográficos daquele dia, a instituição do museu não se deu exclusivamente por esforço da família ou interesse da prefeita Terezinha Pessoa. Sua concretização na forma legal ocorreu quase um ano depois de sua inauguração, por intermédio da Lei Estadual nº 4.071 de 29 de junho de 1979, sancionada por Tarcísio Burity⁷⁶.

Diante sua transformação em “lugar de memória”, a casa foi tombada pelo IPHAEP como sendo a “Casa onde nasceu João Pessoa”. O processo ocorreu por meio do Decreto nº 23.311 de 23 de agosto de 2002⁷⁷. Reconhecida como merecedora de preservação, agora aquela morada parecia estar salvaguardada e protegido dos abalos do esquecimento.

Entretanto, passados mais de dez anos de seu tombamento, a casa parece ter perdido sua funcionalidade enquanto museu. Atualmente encontra-se fechada e praticamente abandonada por aqueles que “deveriam” (IPHAEP) ou “teriam interesse” (família Pessoa) em sua preservação. Mesmo assim, todos os umbuzeirenses sabem identificá-la no espaço citadino e têm consciência do que ela representa para a cidade.

⁷⁶ Em seu artigo 1º consta: Fica o Governo do Estado da Paraíba autorizado a criar o Museu “Presidente João Pessoa”, na cidade de Umbuzeiro, a ser instalado na casa onde nasceu o ilustre homem público, localizado no imóvel rural “Prosperidade”.

⁷⁷ Este decreto foi publicado no Diário Oficial do Estado, em 24 de agosto de 2002.

Dando seguimento aos eventos daquele dia, após a celebração na casa, foram inauguradas as agências do Banco do Estado da Paraíba (BEP) e da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário da Paraíba (Cidagro), o calçamento da Rua Almirante Antônio Heráclito do Rego, o Grupo Escolar Maria Pessoa Cavalcanti e assinado o decreto de criação da Escola Estadual de 2º Grau “Presidente João Pessoa”. Além destes, tivemos a institucionalização do hino e bandeira municipais – envoltos de simbologias em homenagem a João Pessoa.

Aquela data foi fortemente embasada por um teor emblemático e representativo para a cidade, pois foram estabelecidos novos “lugares de memória” e elementos simbólicos que se destinavam a fortalecer a memória dos Pessoa. Desse modo, a inauguração da Escola “Maria Pessoa Cavalcanti”, nome da mãe de João Pessoa e irmã do Cel. Antônio Pessoa, assim como a assinatura do decreto de criação da Escola Estadual de 2º Grau “Presidente João Pessoa” são em si marcos que visam evitar o esfacelamento da memória desta família em Umbuzeiro, pois a criação destes lugares na urbe serve bem a esta finalidade. Cabe lembrar ainda que estas instituições do saber somar-se-iam ao já existente Grupo Escolar Cel. Antônio Pessoa, o primeiro espaço do educacional a receber o sobrenome Pessoa na cidade.

IMAGEM 33 - VISTA ATUAL DA ESCOLA “MARIA PESSOA CAVALCANTI” E ESCOLA ESTADUAL “PRESIDENTE JOÃO PESSOA”



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2014.

A institucionalização destes espaços instrutivos, que também exercem a função de “lugar de memória” na cidade, é bastante relevante tomando-se em consideração a importância da formação que se propõe na escola. Sua função social pode ser apreendida por vários ângulos: instituição onde os processos de aprendizagem são desenvolvidos, espaço de sociabilidades e organismo cultural. Assim, seria a partir do seu primeiro contato com a escola que as crianças aprenderiam também quem eram aqueles personagens que emprestavam o nome àquele espaço.

Atos cotidianos como escrever o nome do grupo escolar no cabeçalho das atividades tornaram-se natural aos alunos. Esta repetição quase diária fez-se concreta e imutável para os pequenos umbuzeirenses. Desde as primeiras letras, os pequenos conheciam e aprendiam a venerar os “heróis locais”, os *filhos ilustres* de Umbuzeiro.

IMAGEM 34 - INAUGURAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR MARIA PESSOA CAVALCANTI



Fonte: Acervo da família Pessoa. 1978.

A partir deste registro fotográfico, produzido no ângulo externo do Grupo Escolar Maria Pessoa Cavalcanti, é possível captar alguns aspectos representativos daquela ocasião. No canto superior esquerdo da imagem consegue-se identificar a presença da Banda de Música do II Batalhão da Polícia Militar da Paraíba, conferindo um caráter cívico ao evento⁷⁸. Na porta de entrada do grupo estão as autoridades para efetuar a inauguração, bem como aqueles que disputavam uma posição visual para “ver melhor” ou “mais de perto” o que acontecia, ou ainda aqueles que observavam de longe.

Segunda a revista *Veja* (8 fev. 1978, p. 52), “pouco mais de 1.000 pessoas frequentaram as cerimônias na cidade, marcando o início de uma série de festejos que irão até outubro – às vésperas das eleições parlamentares de 1978”. Parece que as solenidades daquele dia haviam atraído uma ampla massa popular e isso explica bem os motivos da presença de vários políticos

⁷⁸ Sob a direção do 2º Tenente Eraldo Gomes de Oliveira, a Banda de Música esteve presente em Umbuzeiro pela primeira vez e “também encheu de alegria aquele ambiente festivo, deixando na alma de cada um dos presentes, uma mensagem de sentimento e harmonia”. Notas retiradas da revista *Vanguarda* (órgão de divulgação do serviço de relações públicas do II BPM), Ano 3, nº 3, fev. de 1978, p. 9.

e o teor de seus discursos, já que este foi também um momento em que se pôde fazer uma espécie de comício.

De acordo com o semanário O Momento (29 jan. a 4 fev. 1978, p. 11), enquanto era assinado o decreto de criação da Escola Estadual de 2º Grau “Presidente João Pessoa”, o “secretário de Tarcísio Burity, da Educação, afirmou que o governador, Ivan Bichara Sobreira, com aquele Colégio Estadual, dentro da sua programação administrativa, estava atingindo o 12º Colégio Estadual na Paraíba”.

Como se nota, nos momentos como estes, em que memórias são instituídas, não poderia faltar a propaganda política partidária daqueles que comungavam os mesmos ideais políticos dos Pessoa. Não é à toa que na comemoração do centenário de João Pessoa em Umbuzeiro teve participação em massa de políticos que ali discursaram e defenderam suas concepções.

IMAGEM 35 - ASSINATURA DO DECRETO DE CRIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE 2º GRAU “PRESIDENTE JOÃO PESSOA”



Fonte: Acervo da família Pessoa. 1978.

Nesta imagem vê-se o registro da ocasião em que Tarcísio Burity, então secretário de Educação, assinou o decreto que criou a Escola Estadual de 2º Grau “Presidente João Pessoa”. Da esquerda para direita temos: Carlos Pessoa Filho, Ivan Bichara e Terezinha Pessoa.

Em outro momento registra-se a visita ao interior do Grupo Escolar Maria Pessoa. Na sala de aula já equipada, reúnem-se os visitantes para mais uma fotografia. Da esquerda para a direita temos: esposa de Ivan Bichara, Isa Pessoa e Terezinha Pessoa; no canto de trás, Carlos

Pessoa Filho e Ivan Bichara e, do lado direito, Tarcísio Burity. Nestas carteiras escolares muitos jovens e crianças sentaram-se um dia para estudar e aprender também um pouco sobre a história de sua cidade e de seus filhos, nomes que certamente os pequenos conheciam desde cedo naquela instituição.

IMAGEM 36 - INTERIOR DO GRUPO ESCOLAR MARIA PESSOA CAVALCANTI



Fonte: Acervo da família Pessoa. 1978.

No tocante à função da escola, cabe acrescentar que ela também é um espaço onde se tecem memórias. Nesse sentido, cabe-nos avaliar ainda os dois símbolos de caráter municipal que foram instituídos naquele dia 24 de janeiro e que somam-se na sacralização e monumentalização de João Pessoa. O hino e a bandeira de Umbuzeiro foram oficializados através de lei municipal aprovada pela prefeita Terezinha Pessoa, e, certamente, encomendados por ela.

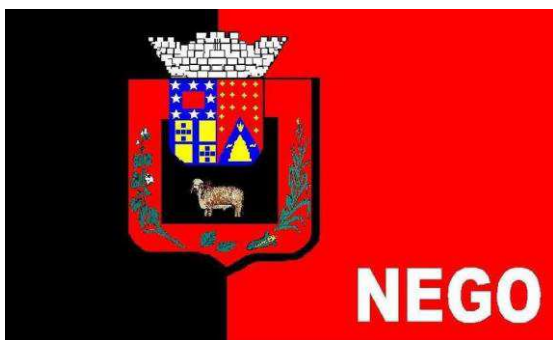
Ambos são portadores de elementos que representam um significado histórico bastante peculiar para a cidade. De acordo com Gomes (1995), a bandeira “foi idealizada por João Pessoa Neto” e exibe as mesmas cores da bandeira paraibana e a palavra “Nego”⁷⁹. No caso desta, o preto denota o luto pela morte do ex-presidente, o vermelho simboliza seu sangue e a

⁷⁹ A referida bandeira rubro-negra foi instituída por meio da Lei Estadual nº 704 de 1930, e oficializada em 26 de julho de 1965. A respeito dos conflitos de memória em torno do processo de institucionalização da atual bandeira paraibana, veja-se AIRES (2006, p. 37 - 51).

palavra “Nego” se refere ao momento em que João Pessoa negou apoio à candidatura de Júlio Prestes.

No escudo do pavilhão municipal vê-se “os principais produtos agrícolas”, “um touro representando o maior rebanho criado no município” e “o céu azul, as estrelas, o Cruzeiro do Sul e outros dados do município”. Contudo, ela “fala, especialmente, do **luto que o município vive pela morte de seu grande filho** Dr. João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque”, considerado por Gomes (1995, p. 82. grifo nosso) uma “perda irreparável para a nossa cidade”. Embora não se explique o motivo, é claro: tratou-se de um tributo ao nobre filho da terra, mais um ato de consagração à sua memória e que, decerto, enraizava-se na própria identidade local significado histórico.

IMAGEM 37 - BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE UMBUZEIRO E ESTADO DA PARAÍBA



Disponível em:
http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bandeira_umbuzeiro.JPG Acesso: 22 mar. 2014.



Disponível em:
http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bandeira_da_Para%C3%ADba.svg?uselang=pt-br Acesso: 22 mar. 2014.

Como já visto, na obra memorialística de Gomes, é nítido o saudosismo de um passado construído por glórias vivido pela cidade. Tal memória é também evidenciada através da letra do hino municipal, na qual o seu compositor Ivandro Souto consagrou os nomes de alguns *filhos ilustres* de Umbuzeiro, apontando para suas respectivas imortalidades. Segundo uma de suas estrofes:

No seu céu para sempre ecoará
 Um hino de fé, imortal, imortal.
 Relembrando Epitácio Pessoa,
 João Pessoa, e Chateaubriand,
 Esse trio ideal.
 Os seus nomes são a glória
 de Umbuzeiro, sua terra natal.
 (GOMES, 1995, p. 82)⁸⁰

⁸⁰ Cabe destacar que embora o hino e a bandeira tenham sido oficializados desde o dia 24 de janeiro de 1978, no dia 07 de setembro de 2011, a Prefeitura Municipal promoveu outro ato de oficialização deste hino, fazendo-lhe

Assim, os tributos a João Pessoa ganharam o aspecto da instituição de vários símbolos oficializados, alguns deles de caráter municipal. Naquela data, a prefeita Terezinha Lins Pessoa, através de um projeto de lei, oficializou o hino e a bandeira de Umbuzeiro. Os quais traziam em seus elementos uma significação histórica particular - a festa do centenário deveria reforçar tanto a ideia de um passado de glórias como a de um futuro promissor.

Posteriormente, o dia 26 de julho, data em que João Pessoa morreu, entraria para o calendário dos feriados municipais da cidade. Antes mesmo de sua oficialização pela Lei Municipal nº 25 de 12 de dezembro de 1984, a data já havia sido integrada ao conjunto celebrativo dos umbuzeirenses⁸¹. Deste modo, tratava-se da implantação de mais um recurso contributivo para a formação da identidade daquela urbe, que foi pautada vagarosamente sob o signo da figura de seus *filhos ilustres*.

Diante de todos estes aspectos, é evidente que a instituição escolar serve bem as aspirações de mais um lugar de memória aos Pessoa na cidade. O seu currículo foi moldado para atingir tais objetivos, servindo como instrumento de legitimação da memória histórica de João Pessoa. Foi nas escolas que, por muitos anos, ensinou-se aos estudantes o significado destes símbolos, cantados e venerados constantemente. Nas escolas de Umbuzeiro, por exemplo, cantava-se o hino a João Pessoa todos os dias, religiosamente.

Desta forma, a função pedagógica da escola correspondia aos anseios políticos e sociais vigentes após a Revolução de 1930. A esse respeito, Aires (2006, p. 152) considera que:

As comemorações do 26 de julho, na Paraíba, com todas as práticas pedagógicas, dentro ou fora da sala de aula, se inseriam no que podemos chamar de currículo oculto. Oficializadas pelo governo do estado da Paraíba, as festas cívicas, em alusão ao aniversário de morte de João Pessoa, não constavam no currículo nacional, o que não impede de se considerá-las repletas de intencionalidades e de legitimação do poder instituído.

Nesse sentido, para além de ensinar e formar identidades, elas também reproduzem práticas simbólicas, reafirmando a ideologia dos grupos dominantes. Portanto, instituir espaços do saber como lugares de memória e neles implantar códigos e posturas corroboram no sentido de dar civilidade aos ideais políticos que se pretender manter. Às escolas Maria Pessoa, João

algumas pequenas alterações na letra original e mudando o tempo verbal. Desde então, o hino passou a integrar parte da Lei Municipal nº 271 de 30 de dezembro de 2011, juntamente com os demais símbolos municipais.

⁸¹ Algo bastante interessante foi a edição da Lei Municipal nº 285, de 03 de janeiro de 2013, que instituiu mais uma vez os feriados municipais, entre os quais se encontra a data de 26 de julho, alusiva à morte de João Pessoa. Ocorre que estes feriados já haviam sido matéria de outra lei, conforme indicamos. Desse modo, acreditamos que esta lei de 2013 trata-se de uma espécie de reedição de uma norma que já existia. Por outro lado, destacamos ainda que tal ato foi um dos primeiros após a posse do então prefeito de Umbuzeiro, membro da família Pessoa.

Pessoa e Cel. Antônio Pessoa somaram-se outras construídas pelos arredores do município, e todas com o mesmo elemento em comum, o sobrenome Pessoa⁸².

Nas palavras de Silva (2002, p. 432) comemorar significa “reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador”, assim, “a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade” constitui-se no seu objetivo principal. Foi isso que aconteceu naquele dia 24 de janeiro de 1978. A comemoração do centenário do nascimento de João Pessoa fez de sua casa um museu onde se poderia compartilhar a memória de sua família. A criação de duas escolas com o seu nome e o de sua mãe, bem como a criação do hino e da bandeira municipal, dotados de aspectos que remetem à sua imagem, atendia bem à sua sacralização como herói e *filho ilustre*, à qual juntavam-se também todos os demais membros de sua genealogia.

Frente a essa comemoração e todos os artigos de memória por ela produzidos, deve-se considerar que ela visa a reapropriação do passado, buscando nesta “um novo regime de historicidade, projetando-o em direção do futuro”. Por conseguinte, a comemoração de determinadas datas, como no caso do aniversário de João Pessoa, “demonstra que os acontecimentos tidos por inaugurais exercem ainda uma função eminentemente simbólica” (SILVA, 2002, p. 436). Ou seja, manter viva uma memória específica e sedimentar uma identidade para a cidade.

2.2.7 O último “lugar de memória”: um preito à “mãe de Umbuzeiro”

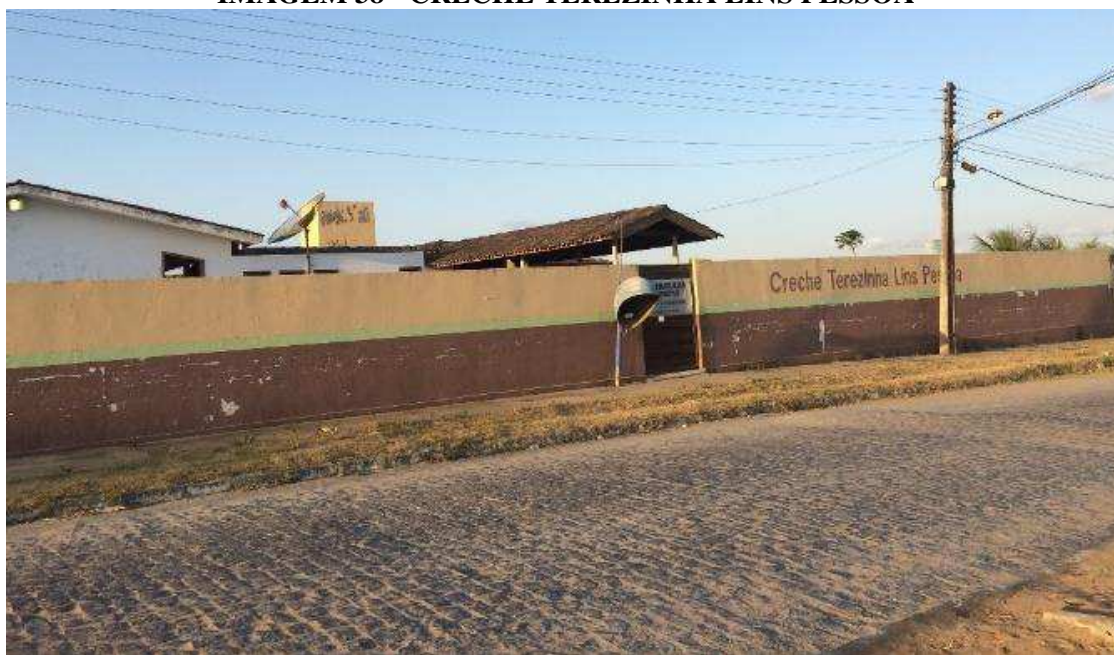
Encerrando-se este nosso percurso pela criação dos espaços que levam o sobrenome Pessoa, e já passados alguns anos desde os festejos do centenário, nos deparamos com outro local do saber investido como “lugar de memória”. Desta vez, destinado à mulher que havia criado tantos recintos e símbolos em memória de sua família. Fazendo jus ao título de “mãe”, recebido durante sua gestão municipal, o nome da ex-prefeita da cidade, Terezinha Pessoa, batizou a creche da cidade⁸³.

⁸² Ainda na cidade foi construída a Escola Municipal Gilberto Pessoa (neto do Cel. Antônio Pessoa e irmão de Carlos Pessoa Filho), teve existência transitória e foi posteriormente reconstruída no Sítio Mundo Novo, estando em funcionamento atualmente. Fora da cidade, nas demais áreas do município, foi criada a Escola Epiácio Pessoa no Sítio Barros (local de seu nascimento), que já não existe devido ao deslocamento dos moradores para as áreas urbanizadas. No Distrito de Matinadas, funciona a Escola Carlos Pessoa. Sem enumerar as escolas dos municípios vizinhos que pertenceram a Umbuzeiro (Aroeiras, Natuba e Santa Cecília) e excluindo-se as desativadas, temos nos dias de hoje vinte e uma escolas municipais, das quais, quatro levam o nome dos Pessoa.

⁸³ Conforme o disposto na lembrança entregue na missa de 30º dia de falecimento de Terezinha Pessoa, em 22/10/2002, ela “foi adotada e estimada” pelo seu povo, “tornando-se uma mulher influente na política municipal e estadual”. Portanto, “sua administração valeu o título de ‘Mãe de Umbuzeiro’ e melhor prefeita do município”.

As primeiras dotações orçamentárias referentes à construção de uma creche na urbe remetem ao convênio assinado entre o Projeto Cooperar do Estado da Paraíba e a Associação Comunitária de famílias carentes de Umbuzeiro, com início em 2001. Todavia, a mencionada creche só viria a ser concretizada em julho de 2006, após o término da gestão municipal de Carlos Pessoa Neto, e com o apoio do então governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima. Assim, aquele espaço infantil foi designado de “Creche Terezinha Lins Pessoa”, nome da mãe de Pessoa Neto e esposa de Carlos Pessoa Filho que havia falecido em 19 de setembro de 2002.

IMAGEM 38 - CRECHE TEREZINHA LINS PESSOA



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2015.

No Projeto Político Pedagógico (PPP) do biênio 2014-2015, instrumento que “representa a construção coletiva da identidade da escola pública de qualidade”, encontramos uma emblemática justificativa que explica o motivo da denominação da creche. De acordo com o documento, a instituição recebeu o nome de Creche Terezinha Lins Pessoa “em homenagem a uma ilustre senhora da família tradicional da cidade, sempre envolvida e preocupada com a população mais carente de nosso Município”, a qual havia sido considerada pela “maioria da população Umbuzeirense como exemplo de uma grande mulher”⁸⁴.

Embora seja um documento aparentemente desinteressado quanto às intenções de memória, o PPP acabou legitimando a instituição como um “lugar de memória”, demonstrando

⁸⁴ Conferir o Projeto Político Pedagógico do biênio 2014-2015, que se encontra no acervo documental da referida creche.

que a homenageada se tratava de uma personagem “ilustre” e de “família tradicional”. E mais, um exemplo a ser seguido. Portanto, dava-se continuidade aos discursos já conhecidos por nós, de que se configurava como mais uma homenagem a um *filho ilustre* da cidade.

Em nossa visita à creche, notamos ainda que um quadro decorava uma de suas paredes: um retrato de Terezinha Pessoa ainda no auge de sua jovialidade. Não era aquela senhora idosa que chegou aos sessenta e nove anos, acreditamos que era a fotografia oficial usada no período em que foi prefeita da cidade. Era com esta feição que pretendia-se imortalizá-la junto ao panteão dos *filhos ilustres* de Umbuzeiro. Destarte, esta imagem somava-se ao espaço da creche como sendo mais um elemento dotado de um sentido simbólico bastante relevante e quase sempre imperceptível.

IMAGEM 39 - QUADRO TEREZINHA LINS PESSOA



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2015.

Naquele mesmo ano, a ex-prefeita receberia outra homenagem póstuma. A rodovia PB-102, que liga o município de Umbuzeiro à BR-104 (principal caminho para se chegar a Campina Grande), recebeu seu nome, passando a ser designada de Rodovia Terezinha Lins Pessoa. A nomeação ocorreu por meio da Lei Estadual nº 8.032/2006, sancionada pelo Governador Cássio Cunha Lima, aliado político dos Pessoa. Pensamos que, mesmo de forma indireta, os familiares da homenageada conduziram o decurso de nominar a rodovia.

IMAGEM 40 - RODOVIA TEREZINHA LINS PESSOA

Fonte: Google Maps. 2012.

Até o momento, esta foi a última investida dos Pessoa na cidade. Ante todo esse processo de elaboração de espaços de memória em favor desses *filhos ilustres*, não é difícil entender os motivos que levaram a batizar a primeira rua calçada da cidade com o nome de Epitácio Pessoa, nos idos de 1909. Este era apenas o início de uma prática que se tornou corriqueira nesta família, que chegou até o nosso século e foi desempenhada, sobretudo, durante os períodos em que atuou na gestão municipal.

2.3 Algumas considerações

Caracterizados como gestos desinteressados e que almejavam tão somente prestar tributos, a família Pessoa e seus simpatizantes, ao longo de um século, agiram no sentido de imortalizar seus personagens renomados e conquistar para si um lugar na memória local ou mesmo estadual. Revelamos neste percurso que, aos lugares de memória, agregaram-se também os elementos simbólicos: hino, bandeira, objetos familiares e as comemorações. Nesse sentido, “os lugares são soberanamente escolhidos, sua ordem oculta a arbitrariedade; e as imagens não são menos manipuladas que os lugares aos quais são destinados” (RICOEUR, 2007, p. 80). Portanto, todos estes componentes se conjugam na montagem da memória e identidade local, a qual foi espacializada por diversos lugares, transformando Umbuzeiro numa cidade-monumentalizada.

A diversidade desses espaços memorialísticos emaranhados pela urbe opera como pontos de memorização em favor da perenização e legitimação da memória dos *filhos ilustres*. Nesse sentido, “a cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente”, assim como a memória é igualmente redundante, pois “repete os símbolos para que a cidade comece a existir” (CALVINO, 1990, p. 23). Conseqüentemente, ao repetir e fixar tais símbolos, Umbuzeiro passou a existir como o berço dos *filhos ilustres* – o que foi decisivo para a elaboração e sedimentação de uma identidade como tal.

Vale salientar que estes espaços de memória seguiram uma lógica espacial e projetada em relação ao planejamento do traçado urbano. Foram espaços selecionados e construídos nos pontos centrais e mais nobres da cidade, portanto não se localizam nos bairros periféricos. Mas isso não significa dizer que a população carente dos locais desprovidos de infraestrutura não é atingida pelos “lugares de memória” instituídos na região central da cidade. Eles também são consumidores desses lugares, pois fazem uso dos mesmos, circulam pelas ruas, estudam, se utilizam dos espaços de saúde ou frequentam a igreja.

De modo geral, nestas nomeações predominam homenagens às personalidades com passado de comando político e, por extensão, aos seus respectivos cônjuges ou genitores, como é o caso dos nomes de Maria e Sinhazinha Pessoa. Notamos ainda que todos que receberam o título de *filhos ilustres* são tidos como benfeitores de Umbuzeiro, pairando em todos os casos a pretensa ideia de gratidão por algum ato/gesto em benefício da cidade.

Por outro lado, partindo do pressuposto de que o devir pode diluir o significado dos tributos, percebemos que em Umbuzeiro essas nomeações vão sendo ressignificadas ao longo do tempo e que, para evitar que o sentido que moveu a nomeação se perca, foi imprescindível o acompanhamento permanente de outros processos simbólicos, incluindo hinos, imagens e monumentos que, aliados às festas cívicas e às práticas educacionais, formaram uma combinação perfeita de diferentes formas de reprodução da memória dos Pessoa, a qual acabou sendo incorporada ao cotidiano dos umbuzeirenses.

Fazendo um levantamento de todos os espaços nomeados, dos prédios, bustos e símbolos institucionalizados que ainda existem na cidade, vemos que os lapsos temporais são curtos e coincidem em sua maioria com os períodos em que algum membro da família era prefeito da cidade. As únicas exceções, que revelam um espaço temporal maior, são os períodos entre 1950-1965 e 1978-2004, o que se justifica pela ausência ou pouca expressividade dos Pessoa no executivo municipal. Vejamos o quadro abaixo:

QUADRO 2 - LISTA DOS ESPAÇOS COM O NOME DOS FILHOS ILUSTRES

ANO	CONSTRUÇÃO / SÍMBOLO / HOMENAGEADO(A)
1909	Rua Dr. Epiácio Pessoa
1924	Grupo Escolar Cel. Antônio Pessoa
1931	Busto e Praça João Pessoa Estação Experimental “João Pessoa”
1939	Busto e Praça Cel. Antônio Pessoa
1941	Igreja Matriz - objetos doados por Epiácio Pessoa, Margarida da Assunção Pessoa, Antônio Pessoa Filho, Carlos Pessoa, Epiácio Pessoa Sobrinho e Jorge Pessoa.
1942	Posto de saúde “Sinhá Pessoa” Biblioteca Municipal Presidente Epiácio Pessoa
1950 aprox.	Avenida Dr. Carlos Pessoa
1965	Sistema de abastecimento de água e Hino a Epiácio Pessoa
1972	Busto de Epiácio Pessoa Sobrinho na Estação Experimental
1978	Museu - casa de João Pessoa Escola “Maria Pessoa Cavalcanti” Escola Estadual “Presidente João Pessoa” Hino e bandeira de Umbuzeiro
2004	Busto e Praça Carlos Pessoa Filho Fórum Presidente Epiácio Pessoa
2006	Creche Terezinha Lins Pessoa Rodovia Terezinha Lins Pessoa

(Quadro elaborado pela autora)

Isso comprova nossa proposição de que a monumentalização da cidade através das imagens sacralizadas dos *filhos ilustres* de Umbuzeiro tem ligação com a atuação política dos Pessoa. Faz parte de uma prática familiar disseminada ao longo dos anos, decorrente do lugar político-social ocupado, e corresponde à necessidade de manter um *status* político e simbólico dentro da cidade. E, portanto, não é tão somente uma forma de homenagem, tampouco um gesto desinteressado, pois utilizou-se de vários elementos para construir a imagem desses heróis locais em benefício próprio.

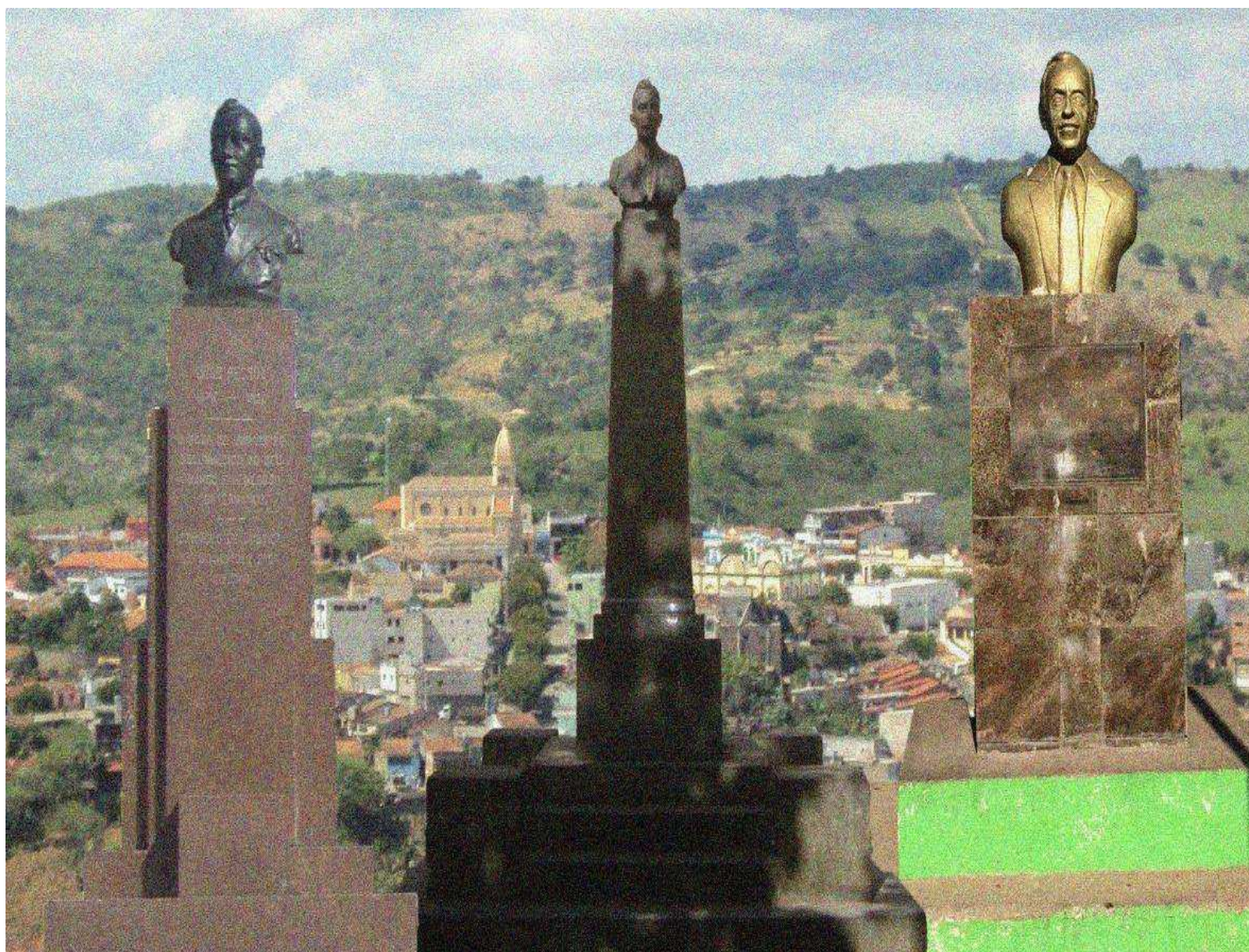
Todavia, a forma como essa memória foi sendo lapidada no decorrer do tempo, em momentos e por meio de recursos diversificados, não é difícil atentar para o quanto a imagem dos *filhos ilustres* povoa a cabeça dos umbuzeirenses que conviveram e ainda convivem com estes personagens, passados de geração em geração. Ou seja, transcorridos os anos buscou-se uma reatualização das falas de criação dos espaços que receberam o sobrenome Pessoa, objetivando nunca perder seu elo umbilical com a cidade.

Por outro lado, é interessante observar como todos estes “lugares de memória”, em consonância com os elementos que a eles se agregam, servem para sedimentar a memória dos

filhos ilustres. E, portanto, criaram uma identidade para Umbuzeiro, que se tornou o *berço dos filhos ilustres* ou “terra dos Pessoa”. É esta a imagem com que a cidade quer ser vista. Ela busca importância histórica através do nome destes personagens e isso justifica os “desejos de patrimonialização” já abordados nesta pesquisa.

Enfim, como forma de abarcar todas as peculiaridades referentes aos “lugares de memória” criados em Umbuzeiro, abordaremos a seguir os monumentos/bustos erguidos aos *filhos ilustres*. Compreendendo estes como mais um elemento no processo de fabricação dessa cidade monumentalizada.

CAPÍTULO 3 - MEMÓRIAS ESCULPIDAS EM BUSTOS:
UMA HISTÓRIA DOS “LUGARES MONUMENTAIS” EM
UMBUZEIRO



CAPÍTULO 3 - MEMÓRIAS ESCULPIDAS EM BUSTOS: UMA HISTÓRIA DOS “LUGARES MONUMENTAIS” EM UMBUZEIRO

Os “lugares monumentais”, compostos por “estátuas ou monumentos aos mortos, conservam seu significado em sua existência intrínseca” (NORA, 1993, p. 26). São igualmente “lugares de memória” e espaços que, desde tempos remotos, simbolizam o desejo humano de ser representado artisticamente, fazer-se presente de forma emblemática e passar para a posteridade.

Nos variados recantos do Brasil, monumentos foram construídos com a finalidade de homenagear seus benfeitores e proporcionar aos cidadãos o reconhecimento dos seus heróis nacionais. Nesse contexto, o mesmo se deu em Umbuzeiro. Ou seja, criaram-se monumentos em reverência aos filhos da terra, que, nestas condições, foram alçados ao *status* de heróis locais.

Contudo, mais do que o interesse em fazer uma homenagem ou impedir o esquecimento de alguém, a construção de um “monumento intencional” (RIEGL, 2005) é permeada pelo campo do poder e da identidade. Nesse sentido, os monumentos são:

[...] por definição etimológica, obras que fixam a atenção, feitas para lembrar. Logo, o monumento é algo que se erige como um lugar de memória, como um marco significativo de referência para a rememoração, o que implica em escolhas, tomadas em uma época dada. (PESAVENTO, 2008, p. 10)

Portanto, estes objetos de memória não são meros exemplares da arte. Todos os aspectos que o compõem estão imbuídos de intenções, possuem um referencial histórico e se revelam enquanto legítimas formas de “representações de poder”. Isto ocorre porque o monumento é voluntariamente escolhido pela sociedade para lembrar o passado que ela optou por lembrar (LE GOFF, 2003). Não é uma escolha imparcial, é determinada por interesses que orientam aquilo que deve ser ou não lembrado.

Ao observar a paisagem das praças de Umbuzeiro, o expectador percebe que este cenário se transmuta em um “lugar de memória” composto por monumentos. São espaços públicos com singelos bancos e pequenas árvores que servem de poleiro aos pardais que ali chegam ao entardecer. No entorno, encontram-se algumas casas e prédios que remontam ao século passado, dotados de variados estilos arquitetônicos, completando a cena. A importância simbólica destes espaços é sinalizada pelos homens que ganharam a eternidade terrena no

momento em que tiveram sua memória interligada ao local em que foram erigidos e esculpidos em forma de bustos.

Assim sendo, é impossível andar pelas ruas da cidade sem sentir a presença dos chamados *filhos ilustres* de Umbuzeiro. Eles estão presentes na toponímia urbana, como vimos no capítulo anterior, e perceptíveis nas principais praças. Estes bustos matizam as tonalidades da urbe e lhes denotam uma peculiaridade, pois delimitam os espaços citadinos e servem como marcos de orientação e encenação simbólica.

Nesse sentido, através das imagens que herdamos e das informações que nos chegam por diversas pessoas e opiniões, podemos construir uma interpretação acerca da atuação dos personagens que se destacaram nas tramas do tecido social umbuzeirense, e que foram simbolicamente representados em monumentos e transmitidos para as futuras gerações no intuito de serem perpetuados no tempo.

Para Oliveira (2002, p. 30): “os monumentos e o espaço público solicitam nossa inteligência e, por vezes, complicados esquemas interpretativos apresentam-se como desafios e pedagogias insubstituíveis. É na cidade que a história se exhibe”. Desse modo, concebemos a cidade de Umbuzeiro como um lugar onde os usos do passado podem ser interpretados. Com diferentes temporalidades, seus monumentos se configuram como tentativas de impor uma determinada interpretação de um pretérito e a afirmação de uma memória. Por sua vez, a memória evocada por estes objetos produz laços identitários legitimadores de uma unidade. Estes elementos se inserem nos bustos aqui estudados sob diversas formas, mas nem sempre percebidas facilmente.

Neste ponto da pesquisa, nos cabe ultrapassar a própria monumentalidade dos bustos existentes em Umbuzeiro e pensá-los como pontes para o conhecimento crítico acerca da História local. Para tanto, levaremos em consideração o contexto e o processo de confecção destes objetos de memória.

Perguntamo-nos se a cidade tem, ou não, alguma identificação com estes *filhos ilustres*. Objetivamos analisar a construção de uma dada memória para esta urbe de pequeno porte, alicerçada na edificação dos monumentos representativos dos *filhos ilustres* – os bustos de João Pessoa, Antônio Pessoa e Carlos Pessoa Filho.

De acordo com Ulhe (2013, p. 6), ao estudarmos um monumento, deve-se considerar suas especificidades. Além de objetos produzidos por artistas que almejam o estatuto de arte, devem ser encarados como “objetos de memória” que “estabelecem uma relação bastante profunda com o espaço urbano: o monumento define o espaço que ocupa na cidade e é definido por ele”.

Consideramos que essa prática de construção de monumentos, aliada à construção de espaços batizados com os nomes destes personagens, tornou-se um instrumento para se criar um sentimento de identidade cidadina. Desta forma, refletir sobre os bustos que existem nas praças públicas de Umbuzeiro é um exercício valioso para se pensar até que ponto a cidade se identifica com a figura dos *filhos ilustres* e o quanto estes personagens repercutem em sua identidade.

Destarte, compreendemos o busto como uma modalidade de monumento, na medida em que é entendido como um objeto:

[...] concebido e realizado por uma comunidade humana, independente da natureza e das dimensões [...], a fim de lembrar, para a memória viva, orgânica e afetiva dos seus membros, pessoas, acontecimentos, crenças, ritos ou regras sociais **constitutivos de sua identidade**. (CHOAY, 2011, p. 12, grifo nosso)

A fim de capturar os sentidos que os moradores desta urbe atribuem aos seus marcos simbólicos, tomamos como ponto de partida a acepção de Françoise Choay (2006, p. 18), para quem a natureza afetiva do monumento pode ou não ser evidente: “não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva”. Tal premissa, como já vimos, está no cerne da etimologia do vocábulo e equivale a “lembrar”. Assim, a própria palavra “monumento”, por si só, já revela seu significado, qual seja, uma construção ou obra que transmite a recordação de alguém ou de algum fato memorável.

Mas também interessa-nos perceber quais motivações levaram a evocar determinados personagens, quais camadas de sentido se fazem presentes na tentativa de assimilar a memória desses *filhos ilustres* e, nesse ponto, “o caráter do passado depende de como - e de quanto - é conscientemente apreendido” (LOWENTHAL, 1998, p. 75).

Este desejo de permanência e perpetuação no tempo também é revelado através do material com o qual foram esculpidos os bustos em Umbuzeiro, dois em bronze e um em concreto. Materiais desse tipo, por conter em sua liga elementos de durabilidade e resistência, parecem ser ideais na composição daqueles personagens e na sua eternização. Se não existisse tamanha preocupação com a longevidade do monumento, não haveria a preocupação em escolher um componente resistente ao tempo.

Todo este conjunto de fatores demonstra que a confecção de um busto é algo proposital e que tem um objetivo claro: o de rememorar, fazer com que outros indivíduos, de outras gerações, também possam “lembrar” daqueles personagens ditos importantes para um “povo”,

numa determinada época e contexto. Ele “tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo” (CHOAY, 2006, p. 26).

Nesses termos, Françoise Choay analisa a particularidade da forma como o monumento atua sobre a memória, enfatizando que:

Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. [...] Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. (CHOAY, 2006, p. 26)

A produção desse objeto artístico de criação e promoção da memória não tem seu cordão umbilical ligado apenas à afetividade. Ela vai um pouco mais além, pois existe uma seleção prévia e minuciosa daquilo que se deve legar à posteridade. Por trás de tudo isso, há um interesse, às vezes ofuscado e sutil, com uma finalidade à qual se destina, configurando “um dispositivo memorial intencional” (CHOAY, 2011, p. 12).

Enquanto peça em prol dessa memória, também favorece a efervescência dos laços de identidade entre aqueles que se identificam com tais objetos. É assim que sutilmente, através do monumento, a memória se transmuta em instrumento de poder. Michael Pollak (1989) considera que toda a operação que ela estabelece se integra em tentativas, conscientes ou não, de definir e reforçar sentimentos de pertencimento, como também assegurar fronteiras sociais. Esta “referência ao passado” também tem o propósito de servir de elo para manter a coesão de grupos e instituições sociais, e, portanto:

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1989, p. 5)

Atualmente vive-se num mundo em que os indivíduos são seduzidos pelas inovações tecnológicas. Neste ambiente de grande propensão para o moderno/novo, onde as coisas parecem ser efêmeras e descartáveis, o monumento desponta como elemento que serve para “garantir a origem e a estabilidade bem como a largueza do tempo e do espaço” (HUYSSSEN, 2000, p. 54-55). Em uma época de constantes transformações e vivido como transitório, o

monumento parece “garantir a permanência e oferecer um baluarte contra a aceleração do tempo, as bases movediças do espaço urbano e a transitoriedade da vida moderna”.

Nessa congruência de elementos, verificamos que a construção destes bustos em Umbuzeiro, serve de escopo para a produção e reprodução de uma memória dita “oficial”, selecionada por uma família de tradição política na cidade. Entendidos como um material da memória, um sinal do passado e enquanto objeto intencional, vislumbramos que eles são dotados de um potencial simbólico bastante significativo e possuem uma dimensão ideológica, a qual está agregada aos interesses oficiais que, conseqüentemente, também reportam a uma elite política que se vê ali representada alegoricamente.

Neste aspecto, podemos apontar que os bustos das praças umbuzeirenses também congregam um discurso cívico e político. Não são apenas objetos de decoração, mas também instrumentos de poder que serviram/servem para legitimar determinada família de tradição política na cidade e no Estado: a família Pessoa⁸⁵.

Quanto a isso, nos conta Pesavento (2002, p. 16) que as imagens urbanas oferecidas pelo traçado da cidade têm o potencial de remeter a um outro tempo. É o que se pode observar no “caso do monumento que se edifica no passado, mas que é sempre pensado e sentido a partir do presente. O espaço urbano, na sua materialidade imagética, torna-se, assim, um dos suportes da memória social da cidade”. Memória esta que foi cuidadosamente selecionada e direcionada.

Cabe destacar ainda que a cidade escolheu como monumento a fabricação de bustos, mantendo-se um certo padrão na estrutura dos objetos. Em Umbuzeiro não existem estátuas, o que nos leva a acreditar que a opção pelo busto tem a ver com a própria estrutura estética das praças. Os bustos parecem acompanhar as dimensões dos espaços públicos e até mesmo da cidade, que é de pequeno porte.

Ainda assim, todos os bustos alcançam uma certa proporção e verticalidade perante o ambiente em que se inserem, destacando-se entre os demais aspectos arquitetônicos de suas praças. Isto ocorre em virtude do pedestal usado intencionalmente para colocá-los em evidência, muito embora exista uma pequena variação na sua altura.

Outro aspecto digno de observação nos bustos que iremos analisar neste capítulo é que, no processo de suas respectivas fabricações, não foi realizado concurso ou divulgação de edital para selecionar o artista e examinar seus projetos. A idealização e concretização destes objetos em Umbuzeiro foram marcadas por atos de familiares e coincidiram com o momento em que

⁸⁵ Como já assinalado anteriormente, consideramos que a criação de bustos em Umbuzeiro é um dos recursos presentes no processo de “sacralização da política”, nos termos de Alcir Lenharo (1986).

um membro da família Pessoa estava na administração municipal. Fator este que, como veremos ao longo desta narrativa, não é mera coincidência.

Sendo assim, transitaremos entre diversas percepções e discursos sobre estes objetos memorialísticos: desde os conservadores, que idealizam estes homens como heróis ou mártires, até as pessoas que os desconhecem totalmente; ou que cotidianamente os veem e os interpretam, apropriando-se dos significados; ou até mesmo aqueles que desde a infância convivem com estes personagens, os identificam, mas que não se sentem por eles tocados, sendo-lhes indiferentes.

Desse modo, adentrando nas tramas do imaginário urbano e das especificidades que lá habitam, teceremos as “representações” que se revelam sobre estes marcos simbólicos. Este conceito foi tomado a partir da concepção de Roger Chartier (1990), para quem a história não existe como realidade puramente verdadeira, uma vez que nos é inviável captar estas práticas urbanas e suas percepções em toda a sua integridade e totalidade.

3.1 A praça como palco monumental

Do mesmo modo que a elaboração de um monumento não é algo aleatório, a escolha do local no qual será assentado também tem um propósito e carece de uma reflexão. Os bustos que analisaremos neste capítulo encontram-se cravados no seio das principais e mais centralizadas praças de Umbuzeiro, no curso de sua avenida central. Destarte, na dinâmica da vida cidadina, as praças assumem um papel relevante no sentido de que são espaços públicos e acessíveis a todas os indivíduos, indistintamente. Esse aspecto favorece para que elas se transformem num ambiente acolhedor, onde se desenvolvem sociabilidades, vivências, diversão ou exercícios físicos, sendo muitos e variados os usos que podem ser feitos destes espaços urbanos.

A praça está inserida num contexto mais amplo que é o da cidade. Esta, de acordo com José D'Assunção Barros (2012, p. 45), pode ser “lida” como um texto em toda a sua complexidade, pois “fala aos seus habitantes e aos seus visitantes através dos nomes próprios que ela abriga: do nome das ruas, de edifícios, de monumentos”. Ela, a cidade, pode ser decodificada, e, por extensão, também podemos “ler” as praças e seus monumentos, uma vez que estes “e seus pontos simbólicos falam da vida mental dos que nela habitam e daqueles que a visitam” (BARROS, 2012, p. 40-41). O espaço da urbe é um grande celeiro de experiências, sensações, convivências, culturas, arquiteturas, que estão em consonância com o aspecto social, econômico, político e religioso. Toda essa conjuntura dá a ela uma configuração multifacetada, onde os indivíduos não somente leem-na, mas também escrevem e reescrevem-na.

Partilhamos da acepção de José Manuel Lamas, para quem a praça caracteriza-se por ser um componente morfológico e de grande permanência nas cidades. Ela tem uma especificidade própria que a torna distinta dos demais espaços citadinos. Assim, pode ser vista como “o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente de funções estruturantes e arquitecturas significativas” (LAMAS, 2004, p. 102).

O espaços das praças fazem parte do cotidiano urbano e são relevantes na perspectiva da organização citadina, uma vez que um número considerável da população desenvolve diversas atividades em seu âmbito. Na acepção de Michel de Certeau (2013a, p. 184) “o espaço é um lugar praticado”. Outrossim, os usos destes espaços públicos se dão a partir do uso corporal, uma vez que é o corpo que se move, interage e atua, exercendo ou não funções, bem como produzindo e sendo produzido em contextos peculiares (SCOCUGLIA, 2012).

O busto/monumento inserido na praça transforma-se em “lugar de memória” a partir do momento em que “a imaginação o investe de uma aura simbólica” (NORA, 1993, p. 21). Tomando por base todos estes elementos, fica-nos clara a opção pela praça como sede destes objetos. É uma escolha também pensada e que faz parte do arsenal que o compõe.

Atualmente Umbuzeiro abriga o total de cinco praças, das quais, três são objeto do presente estudo, por serem os locais onde os bustos foram assentados: Praça e busto João Pessoa, Praça e busto Cel. Antônio Pessoa e Praça e busto Carlos Pessoa Filho. A reflexão acerca de suas posições geográficas também merece mais profundidade, haja vista que os referidos bustos encontram-se distribuídos na paisagem urbana, conforme podemos observar a partir da imagem que segue.

IMAGEM 41 - VISTA AÉREA DAS PRAÇAS E BUSTOS DE UMBUZEIRO



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Umbuzeiro. Imagem editada pela autora.
 Legenda: (1) João Pessoa; (2) Coronel Antônio Pessoa; (3) Carlos Pessoa Filho.

Cada uma dessas praças tem uma espacialidade gerada a partir da história desta cidade e da forma ela como se desenvolveu ao longo dos anos. De maneira consoante, os bustos que nela estão cravados também fazem parte desse mesmo processo de produção de um espaço criado e apropriado por seus usuários. Assim, estudar e compreender essas nuances permitem-nos também adentrar nas especificidades, territorialidades e subjetividades que abarcam esta cidade complexa e multifacetada.

Tomando como ponto de partida a relação entre a memória e o espaço urbano, traçaremos uma representação histórica acerca dos bustos existentes em cada uma destas praças, de modo a perceber seus usos e consumos dentro de um ambiente de conflito que se consolida na cidade. Analisaremos cada um desses lugares buscando entender o que os monumentos erguidos em praça pública dizem sobre a cidade de Umbuzeiro. A partir de agora, os bustos aos Pessoa serão nossas chaves de interpretação.

3.2 “A grande comemoração” em memória de João Pessoa

AS HOMENAGENS DA PARAÍBA AO SEU GRANDE PRESIDENTE
 Não se resumem neste culto efêmero a heróis que passam à História para se enterrarem, depois, esquecidos na fúnebre poeira de arquivos. Há na espontaneidade de que se revestem um fundo religioso, de nobre misticismo,

*em que palpita a alma sofredora de um povo, o mesmo cadinho de onde
saem os deuses, na sua magnitude e força.
João Pessoa deixa de ser um simples herói para elevar-se a suprema
reencarnação de todas as aspirações, de todos os ideais da hora presente.
Sente-se que ele não morreu; que continua imortal, a dirigir os destinos da
terra – Homem-Deus, cuja imagem há sempre pairar, benfazeja sobre os
destinos da Paraíba. (Joaquim Pimenta – A UNIÃO, 26 jul. 1931)*

Um ano após a morte de João Pessoa (Apêndice C), em 26 de julho de 1931, na passagem do seu primeiro aniversário de falecimento, o estado da Paraíba se empenhou em promover uma campanha com o desígnio de lhe prestar homenagens por meio de uma variedade de atos solenes, que seriam executados na capital e se estenderiam por todos os recantos do interior.

A data do 26 de julho já havia sido tema de debates efervescentes na Assembleia Legislativa do Estado um ano antes, quando o deputado campinense Argemiro de Figueiredo apresentou um projeto de lei estabelecendo o dia como feriado estadual em homenagem ao ex-presidente João Pessoa⁸⁶. Após cumprir o decurso legislativo necessário, o referido projeto obteve votação suficiente e foi “aprovado, por unanimidade dos votos, na sessão do dia 3 de setembro, e sancionado pelo presidente Álvaro de Carvalho, como Lei nº 702, de 9 de setembro de 1930” (AIRES, 2012, p. 88).

Essa data se constituiu enquanto “lugar de memória” pelo homem contemporâneo, na sua ânsia em buscar espaços onde se identifique e se realize enquanto agente de seu tempo. Contudo, criada intencionalmente, ela também “serviria aos interesses da legitimidade do movimento de 1930 e do Estado emergente daquela conjuntura política” (AIRES, 2012 p. 87).

Outro aspecto digno de observação é o fato de que a primeira celebração do dia 26 de julho ambicionava ser um acontecimento de grandes proporções. Isso é perceptível diante da ampla publicação e na maneira como o principal divulgador do preito e veículo midiático do governo paraibano, o Jornal A União, nomeou o evento. Destarte, intitulou quase todas as matérias referentes ao tema de “A grande comemoração”, a qual se manteve presente em suas páginas durante os meses de maio a setembro de 1931⁸⁷.

⁸⁶ A referida lei foi revalidada e atualmente seu teor encontra-se disposto na Lei Estadual nº 3.489 de 1967, com a seguinte redação: Art. 2º - São considerados feriados estaduais o 5 de agosto, em comemoração à fundação da Paraíba, em 1585, e o 26 de julho, em homenagem à memória do ex-Presidente João Pessoa.

⁸⁷ Salientamos que A União inicia a divulgação da “Grande Comemoração” em maio, e, mesmo após passar a data de 26 de julho, o periódico continua publicando até o mês de setembro que os festejos ocorrerão em âmbito estadual e nacional. Em outubro não percebemos mais referências ao evento, pois as comemorações estariam agora reservadas para o aniversário da Revolução de 1930.

Para a concretização do evento foram organizadas diversas comissões para deliberar sobre a forma como seriam feitas as comemorações, a propaganda e a sua execução. Na capital paraibana, A União (3 mai. 1931, p. 8) publicou notas com antecedência de dois meses, convocando as pessoas para compor tais comissões. Foram convidados indivíduos das mais variadas classes e grupos sociais, a exemplo de representantes das associações cívicas, dos órgãos da imprensa, sociedades esportivas, classes operárias, empresas construtoras e fabris, forças armadas, diretores e inspetores de todas as escolas, funcionários públicos e até mesmo membros do clero⁸⁸.

Todos esses grupos e instituições tinham uma dupla função: realizar um tributo ou sessão cívica no interior de seus respectivos recintos e participar dos eventos em praça pública. Como resultado destas reuniões, a comissão central das homenagens elaborou um programa regulamentando a execução do evento que seria realizado na capital paraibana durante uma semana inteira. Cada dia estava reservado a um determinado setor da sociedade, como podemos observar no quadro adiante:

QUADRO 3 - PROGRAMAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE MORTE DE JOÃO PESSOA NA CAPITAL (1931)

1°	Fica reservado o período de 19 a 27 de julho do corrente anno ás homenagens que a Parahyba prestará ao seu grande filho Presidente João Pessôa.
2°	Para maior realce das homenagens, as repartições publicas do Estado e municipios encerrarão os seu expedientes ás 15 horas de todos os dias uteis, compreendidos naquele período, e o commercio da capital igualmente fechará ás mesmas horas.
3°	Será exposto á veneração publica em frente do edificio da Escola Normal o retrato do grande Presidente João Pessôa, em local previamente preparado, representando o Altar da Patria, o qual será velado dia e noite por commissões das diversas classes.
4°	Serão alvoradas nas fachadas do edificios publicos as bandeiras Nacional e do Estado, devendo os habitantes desta capital igualmente içarem a bandeira do Estado nas fachadas de suas casas.
5°	Todos os edificios publicos deverão illuminar as suas fachadas.

⁸⁸ Algumas destas reuniões foram realizadas na redação do Jornal Correio da Manhã e no salão nobre do Clube dos Diários, na capital paraibana (A União, 3 mai. 1931, p. 8).

6°	A ordem chonologica das homenagens será a seguinte:	
	Dia 19	Magisterio e estudantes.
	Dia 20	Operarios e trabalhadores.
	Dia 21	Classes armadas.
	Dia 22	Mulher parahybana.
	Dia 23	Commercio e Industria.
	Dia 24	Funccionalismo publico.
	Dia 25	Clero e Associações de caridade.
	Dia 26	Povo, todas as classes sociaes.
	Dia 27	Homenagens funebres.

Fonte: A UNIÃO, 5 jul. 1931, p. 5. Quadro elaborado pela autora. Manteve-se a grafia original.

Além do aspecto organizacional dos festejos percebemos, a partir deste quadro, que a comemoração da semana dedicada a João Pessoa objetivava unificar sua memória no seio dos paraibanos e, para isso, o evento contou com uma diversidade de segmentos sociais que deveriam festejar aquele momento, por imposição ou não, e mais tarde serviriam de propagadores de tal memória.

Em outras palavras, estavam comemorando! E “comemorar” significa: “[...] reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade [...]” (SILVA, 2002, p. 432). Neste caso específico, “a grande comemoração” tinha a finalidade de constituir uma coesão social a partir do culto à imagem de João Pessoa, dando a este um lugar na memória social.

Neste sentido, a comemoração é uma forma de evocação da memória em que ocorre “a possibilidade de celebração por meio de monumentos comemorativos, relativos a fatos e atos dignos de rememoração” (OLIVEIRA, 2010, p. 32). Enquanto “rememorar” corresponde a um procedimento introspectivo individual, “comemorar” passa por um processo plúrimo, mas direcionado na busca da unicidade. Nas palavras de Cardoso (1998, p. 2, grifo do autor) trata-se de um “processo ativo e dirigido”, condicionado “a partir do presente” e que “configura-se como um *poder de integração* de sentidos que é social, de uma reconstrução de uma identidade do evento, que deve ser digna de memória”.

No caso específico da comemoração feita em reverência à figura de João Pessoa, devido aos seus objetivos explícitos ou implícitos em querer obter grande número de participantes, há

um interesse imediato e visível em prol de uma coesão social em torno de uma memória que pretendia ser de todos os paraibanos.

Quanto a isso, não podemos deixar de avaliar as recomendações feitas pela comissão central. A primeira delas é a de que, durante aquela semana, todas as repartições públicas estaduais e municipais, assim como o comércio da capital, deveriam encerrar seu expediente às 15:00 horas. Tal medida se justifica pelo objetivo de fazer com que os cidadãos paraibanos participem dos festejos.

Com relação à veneração pública do retrato do ex-presidente, notamos neste ato um grande teor simbólico. Como a própria comissão enfatizou, se tratava de uma veneração, e esta ação realiza-se quando estamos perante os “deuses” ou os seres dotados de uma “áurea divina”. Foi desta maneira que João Pessoa foi concebido no momento em que os indivíduos se dirigiram para o Altar da Pátria, instalado na Praça Presidente João Pessoa, defronte à Escola Normal (atual sede do Tribunal de Justiça da Paraíba) e passaram horas e horas cultuando aquela efígie⁸⁹. Quanto a este monumento, Aires (2012, p. 89) considera que:

O Altar da Pátria se constituiu como lugar sagrado e cívico, santificando João Pessoa para legitimar seus herdeiros políticos no controle do aparelho de Estado paraibano. As pessoas adoravam o altar de João Pessoa, tal qual adoram, nas igrejas, o Santíssimo Sacramento. Tratava-se de uma construção imponente, iluminada, na qual, na base, se encontrava uma imensa efígie de João Pessoa. No centro, a Bandeira do Nêgo, já no seu formato atual, como uma representação da Paraíba sobressaindo-se perante os demais estados, que se encontram, ordenadamente, em placas, na torre do referido altar.

Neste espaço, cada grupo e/ou classe realizava um ritual específico de adoração. Era isso que se pretendia com a “grande comemoração”; desejava-se que sua imagem, reelaborada pelos inúmeros discursos comemorativos, fosse idolatrada e nunca esquecida.

A indicação para içar a bandeira do estado em todas as casas, tanto na capital quanto nos outros recantos da Paraíba, era uma sugestão recheada de sentidos. A bandeira do “Nêgo”, por exemplo, foi criada após a morte de João Pessoa e se transformou em seu símbolo, de modo que as suas cores representam bem esta acepção. De forma emblemática, o preto do lábaro significa o luto pela sua morte e o vermelho o seu sangue.

Portanto, ao colocarem a bandeira nas fachadas de suas casas, os cidadãos demonstravam um sinal de luto e consternação perante a morte de seu conterrâneo. Em

⁸⁹ Cabe destacar que o Altar da Pátria, montado em 1931, se transformou posteriormente em um monumento de mesmo nome que foi inaugurado em 8 de setembro de 1933, no centro da Praça Presidente João Pessoa, na capital paraibana. Conferir: A UNIÃO, 8 e 9 set. 1933.

contrapartida, o gesto também servia para identificar aqueles que compartilhavam ou não daquele festejo e, conseqüentemente, reconhecer quem era a favor ou contra o regime político instituído pela Revolução de 1930. Implicitamente, era um recurso de distinção destas famílias e também uma espécie de coação simbólica. Pois quem não reproduzisse o sinal certamente era visto com “maus olhos” pelos demais habitantes da urbe e, conseqüentemente, excluído daquele momento e da vida social.

Com o fito de reforçar esta recomendação e na persistência para que ninguém ficasse de fora do acontecimento, foi publicada uma nota no Jornal A União (11 jun. 1931, p. 8), na qual o comitê executivo das comemorações a João Pessoa:

[...] avisa ás excellentissimas familias e aos parahybanos em geral que, durante os oito dias consagrados ao culto do Immortal Brasileiro, de 19 a 27 de julho proximo, a bandeira do Négo deve ser hasteada nas fachadas de todas as casas, como homenagem ao extraordinario estadista desaparecido.

Fazia-se questão de noticiar diariamente todos os passos do evento e, em virtude disso, o periódico teve a significativa função de incutir em seus leitores as razões pelas quais os paraibanos deveriam participar da referida “Grande Comemoração”. O jornal desempenhou um influente papel ao justificar de forma contundente os motivos daquele evento, pois “não se trata de uma comemoração que exprima sómente a saudade dos conterraneos da excelsa victima, sacrificada em defesa dos brios da Parahyba”. Tampouco era “um gesto apenas de commovida admiração áquele symbolo authentico de heroísmo e renuncia” (A UNIÃO, 9 jun. 1931, capa). O que se defendia era a glorificação de sua memória, cuidadosamente lapidada e esculpida.

Aqui sentimos o peso das palavras tentando convencer o público leitor de que era mais do que um dever moral dos paraibanos. E, portanto, não havia dúvidas quanto ao que deveria ser feito:

O que a Parahyba pretende realizar em 26 de julho é a **glorificação de um homem** cujo espirito se projectou além do seu ambiente e da sua época. [...] Ha uma imposição do merecimento que João Pessôa conquistou na consciencia da nação inteira, voltada para elle cheia de esperanças messianicas no sublime rebellado contra a ignominia de um regime que annullava no cidadão a dignidade do pais e nos proprios homens o sentimento da personalidade. Foi elle a mais pura expressão entre as glorias de um povo que sempre viveu espezinhado, fora da sombra protectora das leis, que na democracia de fachada em que vivíamos, separavam, em campos definidos de opposição, explorados e exploradores. Saibamos ser dignos da sua obra immortal.

Todas as classes sociaes, todos os brasileiros fieis á memoria de João Pessoa devem unir-se nesse objectivo que fala muito alto ás **nossas tradições de patriotismo e sentimentos de veneração ao maior vulto da patria nova.** (A UNIÃO, 9 jun. 1931, p. 1, grifo nosso)

Na concepção do periódico oficial, o tributo a ser realizado era muito mais do que um dever para o povo paraibano. Tratava-se de uma questão de honra e uma obrigação patriótica. Fazia-se um apelo à consciência moral, impondo às pessoas a participação naqueles festejos. Também é claro quanto aos seus objetivos, tratava-se da “glorificação de um homem” e não de um gesto aleatório. Era um espetáculo intencional e planejado nos mínimos detalhes. Um movimento onde todos os paraibanos tinham o dever de participar, pois estavam a agradecer ao seu “messias”.

Várias cidades, municípios e distritos paraibanos foram conduzidos a prestar homenagens e demonstrar sua gratidão ao ex-presidente João Pessoa⁹⁰. Outras unidades da federação brasileira também partilharam do momento, enviando a Paraíba mensagens de solidariedade ou realizando algum ato cívico⁹¹. Por sua vez, a cidade que lhe serviu de berço não poderia ficar de fora de tais tributos. E, para Umbuzeiro, se dirigiam as atenções naquele momento.

3.2.1 “O povo de Umbuzeiro, reconhecido, ao seu Grande e Generoso Conterrâneo”

Assim como na capital, também em Umbuzeiro foram formadas comissões encarregadas dos preparativos para a solenidade e vários seguimentos sociais foram convocados a participar e dar sua contribuição. É o que nos mostra o seguinte trecho retirado de A União (21 jul. 1931, p. 3 e 5):

Em numerosa reunião num dos vastos salões do Grupo Escolar desta villa, presidida pelo prefeito José Luis de Aguiar, na qual tomaram parte autoridades e elementos representativos de todas as classes, commercio, professorado,

⁹⁰ A *União* publicou entre os meses de maio a setembro, a programação e as comemorações que aconteceram nas cidades, municípios e distritos paraibanos. Em suas páginas, tomamos notas das seguintes: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Alagoinha, Araçagi, Araruna, Areia, Bananeiras, Barreiras, Bonito de Santa Fé, Brejo do Cruz, Cabedelo, Caiçara, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Conceição, Esperança, Fagundes, Guarabira, Gramame, Ingá, Itabaiana, João Pessoa, Juarez Távora, Mamanguape, Mamede (hoje São Mamede), Misericórdia (hoje Itaporanga), Mogeiro, Moreno (hoje Solânea), Mulungu, Natuba, Patos, Pedras de Fogo, Piancó, Picuí, Pilar, Pirpirituba, Pombal, Princesa (hoje Princesa Isabel), Ribeira, Sapé, Santa Luzia, Santa Rita, São João do Cariri, São José do Pilar, São José do Rio do Peixe, Serra Redonda, Serraria, Sousa, Taperoá, Teixeira e Umbuzeiro.

⁹¹ Tomamos nota nas páginas do *Jornal A União* dos seguintes Estados: Pernambuco, Ceará, Sergipe, Alagoas, Pará, Piauí, Bahia, Acre, Amazonas, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

agricultores e operariado, depois de explicados os motivos da mesma, trocado ideias e apresentadas sugestões, ficou definitivamente resolvido o modo de homenagear á memoria do grande e inolvidavel Presidente João Pessoa, na passagem do 1º anniversario do seu tragico desaparecimento.

Conforme inferimos da leitura acima, percebemos que a intenção era de que a comemoração se constituísse num evento popular, feita por e para os umbuzeirenses. As responsabilidades foram divididas, e organizadas três comissões, cada uma com atribuições específicas e encarregadas de determinadas tarefas. A comissão central era encabeçada pelo então prefeito José Luis de Aguiar, e composta por outras autoridades locais. A comissão executiva e a comissão promotora estavam divididas entre senhores, senhoras e senhoritas que formavam um grupo bastante heterogêneo e diversificado de colaboradores daquela cidade.

Este tipo de comemoração, em consonância com a inauguração do busto de João Pessoa, tratava-se de uma,

[...] festa essencialmente cívica cuja organização reflete uma preocupação com a ordem e com a manutenção da hierarquia social, havendo previamente a demarcação dos lugares a serem ocupados e dos papéis a serem desempenhados por todos aqueles que de diferentes formas atuarão ou pelo menos figurarão na condição de arautos do civismo: oradores da cerimônia, promotores do monumento, governantes, políticos, representantes do mundo oficial, intelectuais, imprensa, comunidades escolares, etc. (UHLE; PRADO, 2011, p. 191)

A organização da comissão se justifica nesse sentido por ser idealizada meticulosamente em função dos seus objetivos. Não esquecendo ainda da participação dos populares que “mesmo não tendo um lugar previamente demarcado devem estar presentes e, de preferência, em grande número”. Desta forma, seus papeis se tornam definidos a partir do momento em que lhes são atribuídos a função de serem os “ouvintes da cerimônia e, mais do que isso, ‘dar alma’ à festividade, conferindo-lhe cores emotivas e espontâneas”, pois este tipo de evento “embora não tenha um caráter popular, deve ter grande participação popular” (UHLE; PRADO, 2011, p. 191).

Toda essa programação constituída por solenidades de inaugurações, celebrações religiosas, entonações do Hino a João Pessoa, cortejos e discursos se transformaram num momento ritualístico que servia também aos interesses políticos da família Pessoa naquela cidade. A qual, estava ansiosa em se tornar parte daquela memória que se desejava inesquecível. Bem como, tentava dar unicidade à dor e ao sofrimento daquele homem que foi assassinado e que todos os conterrâneos deveriam compartilhar naquela comemoração. Nesse aspecto, Silva

(2002, p. 432) aponta que são visíveis “as utilizações sociais da memória” destinadas a buscar “nessa ‘rememoração’ de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente”.

Era exatamente isso que se buscava em Umbuzeiro: ressignificar a morte de João Pessoa e utilizá-la conforme os interesses sociais e políticos do remanescente de sua família naquela cidade. Este fator é extremamente relevante por considerarmos que “a memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade” (ALBERTI, 2011, p. 167). Desta forma, foi pela memória que se buscou construir uma identidade para a urbe, iniciada a partir de Epitácio Pessoa, mas que ganhou fôlego e embasamento após o assassinato de João Pessoa, de modo que Umbuzeiro passou a ser conhecida como a “terra dos Pessoa” e *berço de filhos ilustres*.

Em decorrência da reunião destas comissões, foi elaborada a programação a ser executada nos dias 25 e 26 de julho daquele ano, como podemos visualizar a seguir:

QUADRO 4 - AGENDA DOS EVENTOS PARA O ANIVERSÁRIO DE MORTE DE JOÃO PESSOA EM UMBUZEIRO (1931)

No dia 25	
Horário	Evento
08:00 horas	Solennes exequias na matriz desta villa, perante autoridades, familiares e povo. Por ocasião da elevação, será executado o hymno nacional e após a celebração da missa o hymno a João Pessôa, pela banda de musica local.
No dia 26	
Horário	Evento
06:00 horas	Serão hasteados os pavilhões nacional e do Estado na fachada do Paço Municipal, com a presença do chefe do executivo, autoridades e representantes de todas as classes.
09:00 horas	Inauguração da “Praça João Pessôa”, falando o sr. Tito Souto em nome da comissão, entregando-a ao povo representado na pessoa do digno prefeito, que descerrará a primeira placa ao som do hymno a João Pessôa. A segunda será descoberta pelo dr. Ovidio Gouveia, representando a magistratura; a terceira, pelo sr. Irineu Dias, representando o commercio de Umbuzeiro, e a ultima pelo dr. Epitacio Pessôa Sobrinho, representando a família do homenageado.
10:00 horas	Realizar-se-a a apposição da efigie do Grande Presidente na séde da Mesa de Rendas, homenagem dos funcionarios estaduaes, sendo interprete o sr. Severino Alves da Silva.
16:00 horas	Terá logar a inauguração no salão de honra da Prefeitura do retrato do Immortal brasileiro, falando em nome do povo o prefeito José Luis de Aguiar.
17:00 horas	Será oficialmente e com toda solennidade, inaugurado na praça “João Pessôa”, em frente á casa onde nasceu o Grande e Sacrificado o monumento em bronze, homenagem do povo de Umbuzeiro ao seu Glorioso filho. Formarão nessa

	<p>solenidade todos os alumnos das escolas. Usará da palavra em nome dos umbuzeirenses, entregando o monumento á prefeitura, o sr. José de Souto Lima, desatando o laço dos pavilhões que o envolvem, o representante do sr. Interventor Federal, sendo cantado o hymno a João Pessôa por todos os presentes, e acompanhado pela banda musical.</p> <p>Sendo precisamente a hora em que ha um anno tombou tragicamente em Recife o Santo civil do Brasil, a multidão num tocante preito de amôr, saudade e respeito á memoria do Grande filho de Umbuzeiro, postar-se-á de joelhos durante um minuto em profundo recolhimento.</p>
20:00 horas	Encerando as homenagens, terá logar no salão de honra da Prefeitura Municipal, uma sessão civica, fazendo uma conferencia sobre a vida e obra de João Pessôa o rev. padre José Vital.

Fonte: A UNIÃO, 21 jul. 1931, p. 5, grifo nosso.
 Quadro elaborado pela autora. Manteve-se a grafia original.

Segundo o roteiro disposto no quadro e diante da agenda de horários, percebemos que no dia 26 a cidade praticamente parou. Entre uma comemoração e outra havia poucos intervalos, o que nos leva a reparar que aquele dia foi dedicado às homenagens. Sendo o ápice de todo esse evento, e certamente o momento mais esperado, aquele em que a cidade receberia o busto de seu filho, eternizando sua imagem perante seus conterrâneos. Destarte, com algumas poucas alterações, esta agenda foi executada a contento.

Cumprindo o itinerário já previamente traçado, a pequena urbe do interior paraibano acordou no dia 25 de julho às 8:00 horas da manhã e iniciou os tributos na Igreja Matriz, com uma missa de réquiem em sufrágio da alma de João Pessoa, acompanhada de músicas sacras entoadas pelo coro e orquestra⁹². Estavam presentes autoridades, familiares e colegiais. Conforme A União (30 jul. 1931, p. 3):

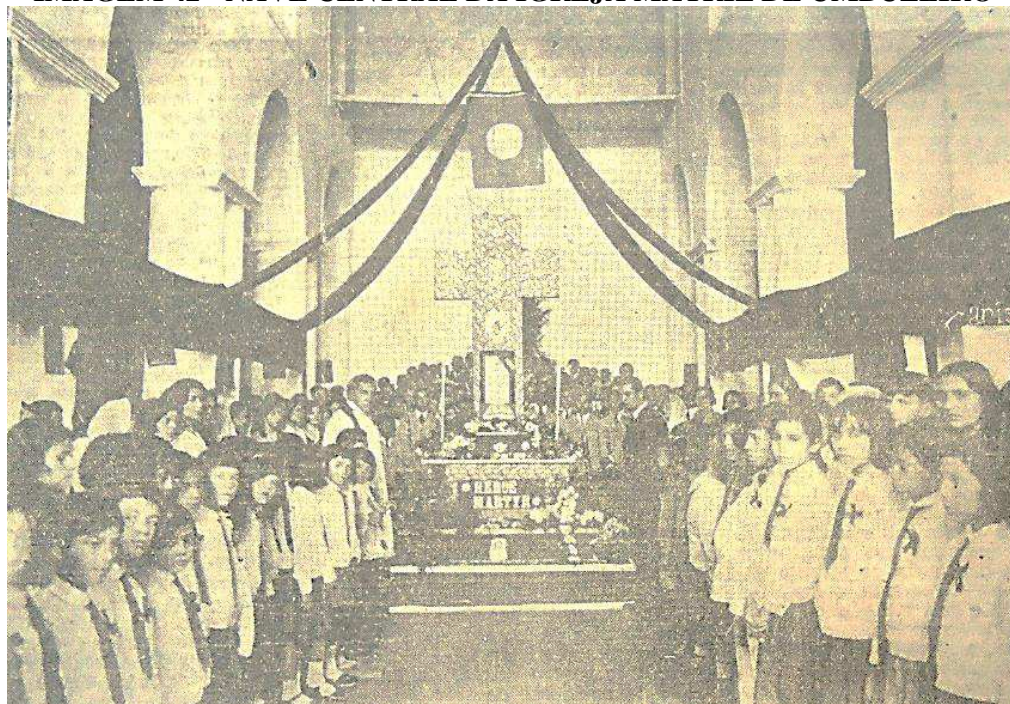
A nota mais commovente desse piedoso acto, foi o grande comparecimento de pessôas humildes, pois apesar das grandes chuvas que cahiam no momento, davam entrada na cidade centenas dellas, para com a sua presença associarem-se a este religioso acto.

Enquanto veículo de informação dotado de interesse, vale salientar que a finalidade deste tipo de notícia é dar um caráter popular àquela comemoração. A suposta presença de pessoas humildes servia para reforçar a ideia de que a solenidade representava a vontade da maioria, senão de todos os umbuzeirenses.

⁹² Frisamos que esta igreja não é a atual Igreja Matriz da cidade, e sim a chamada “Velha Matriz” que, por sofrer problemas na sua estrutura, foi demolida na década de 1960.

Na fotografia produzida dentro da Igreja Matriz de Umbuzeiro, no dia da comemoração, é possível identificarmos os segmentos sociais que compareceram àquela data e percebermos a forma como as homenagens se efetivaram. Porém, ao contrário do que afirma A União, os populares parecem não ter participado do momento, ou não tiveram grande visibilidade nos registros.

IMAGEM 42 - NAVE CENTRAL DA IGREJA MATRIZ DE UMBUZEIRO



Fonte: A UNIÃO, 9 ago. 1931, p. 3.

No plano principal da fotografia, na nave central da igreja, “achava-se armada uma artística eça com a effigie do grande presidente” (A UNIÃO, 30 jul. 1931, p. 3). Junto ao altar foi erguido um espaço elevado, semelhante a um estrado onde se põe o caixão para ser velado, uma espécie de monumento fúnebre. Nesta *essa* foram colocadas a efígie que simbolizava o corpo de João Pessoa e uma mensagem que dizia: “Heroe e Martyr”.

Este ato religioso teve uma denotação fúnebre, pois os presentes estavam rememorando e repetindo o velório de João Pessoa simbolicamente. Ao lembrar sua morte, aqueles indivíduos reforçavam a ideia de que ela não deveria cair no esquecimento.

Na fotografia, observa-se em volta do cenotáfio o preto em sinal de luto, presente nas faixas que descem de cima do altar, e ao seu redor, nas paredes da igreja. No plano central da imagem identificamos a figura do vigário, Pe. José Vital (do lado esquerdo), e do primo do homenageado, o Sr. Epitácio Pessoa Sobrinho (do lado direito) que certamente se fez acompanhado de outros membros da família Pessoa, que não conseguimos identificar.

Também posaram para a objetiva os estudantes que se encontram devidamente fardados e fazem alusão ao aspecto cívico da solenidade. Estes têm em seus peitos uma fita preta que reforça a ideia do luto dos umbuzeirenses pela perda do seu filho. Ao que indica esta imagem, a igreja estava repleta naquele dia. Completando a cena, verificamos a cruz e os ornamentos em flores embelezando a alegoria fúnebre.

No dia seguinte, 26 de julho, data em que João Pessoa foi assassinado, a cidade acordou ainda mais cedo e deu continuidade à programação iniciada anteriormente. Às 6:00 horas da manhã foram hasteadas em todas as repartições públicas as bandeiras nacional e estadual. Por volta das 10:00 horas, os cidadãos se dirigiram para a principal e única praça da cidade, a Praça Monsenhor Walfredo, com o objetivo de fazer a primeira homenagem de consagração ao nome de João Pessoa no seu berço natalício. Na ocasião, o referido logradouro foi rebatizado e inaugurado ao mesmo tempo, recebendo o nome de “Praça João Pessoa”.

Neste recinto, além da população em geral encontravam-se diversas autoridades locais. O Sr. Tito Souto, encarregado da comissão das homenagens, proferiu um discurso adjetivado pelo periódico como admirável e recheado de palavras comoventes “[...] á personalidade do grande martyr da Nova Republica” (A UNIÃO, 30 jul. 1931, p. 3). Nestas palavras, o Jornal faz questão de confirmar a concepção de que João Pessoa era um “herói para o povo paraibano”, ou até mesmo para os brasileiros, bem como acrescenta-lhe a feição de salvador, de mártir, daquele que se sacrificou e deu a própria vida para a redenção deste “povo”.

Encerrando a cerimônia, o Sr. Tito Souto, representando o prefeito da cidade, entregou a Praça aos umbuzeirenses. As placas da inauguração foram descobertas pelos senhores Epitácio Pessoa Sobrinho (primo do homenageado), Irineu Dias e o Juiz de Direito da cidade, ao som do Hino a João Pessoa. Em seguida, os presentes se dirigiram para a Mesa de Rendas (Coletoria Estadual), localizada a poucos metros desta praça. Lá se encontravam a postos algumas autoridades, políticos, cidadãos e colegiais para celebraram mais um ato solene. Em salão específico desta repartição, foi inaugurado um retrato de João Pessoa, seguido de discursos e honrarias.

O “Hino a João Pessoa”, uma composição do músico umbuzeirense Eduardo Souto (filho do mestre Zé Souto, músico afamado na cidade) em parceria com o poeta pernambucano Oswaldo Santiago, criado logo após a morte do ex-presidente nos fins de 1930, foi fervorosamente cantado naquele dia.

O Hino se tornou bastante conhecido em Umbuzeiro, pois foi largamente ensinado nas escolas e cantado nas ocasiões em que se prestavam homenagens em memória do *filho ilustre*.

Com isso, se transformou num símbolo emblemático para a cidade. Vejamos alguns de seus versos:

Lá do norte, um herói altaneiro
que da Pátria, o amor conquistou
foi um vivo farol que ligeiro
acendeu e depois se apagou

João Pessoa, João Pessoa
bravo filho do sertão
toda Pátria espera um dia
a sua ressurreição
João Pessoa, João Pessoa
o teu vulto varonil
vive ainda, vive ainda
no coração do Brasil.⁹³

A composição da letra deste hino nos revela o valor de um discurso ufanista capaz de heroicizar e immortalizar João Pessoa. Tomando como premissa a ampla divulgação e a concepção idolatrada de sua imagem, assim como dos demais *filhos ilustres*, como já analisado em nosso primeiro capítulo, consideramos que Gomes (1995), de modo semelhante, é um grande propagador desse tipo de representação em suas obras memorialísticas.

Ao traçar a história de João Pessoa na coleção *Paraíba – nomes do século*, Wellington Aguiar também comunga da acepção do ex-presidente enquanto filho ilustre e herói paraibano. Para este autor, “na verdade, o filho de Umbuzeiro foi mártir e herói do seu povo, que o idolatrava! Nossa terra passou a ter destaque maior na História do Brasil graças a João Pessoa” (AGUIAR, 2000, p. 134). Aqui, o herói se torna o responsável por mostrar a sua pequena Paraíba ao Brasil. A partir de seu martírio e morte, o estado nordestino ganhava destaque na história nacional.

Contudo, continuemos a seguir a programação daquele dia de “grande comemoração”. No turno da tarde, às 14:00 horas, novas homenagens foram promovidas, desta vez, na Estação de Monta de Umbuzeiro⁹⁴. Os funcionários desta repartição celebraram também a mudança de seu nome, que havia sido feita dias antes por meio do Decreto nº 20.187, o qual rebatizou-a de “Estação de Monta João Pessoa”, conforme já relatamos no segundo capítulo.

Concluída a homenagem na Estação, os participantes voltaram para o núcleo urbano a fim de acompanhar a solenidade de inauguração da efígie do ex-presidente João Pessoa no salão

⁹³ A composição completa encontra-se disponível em: <http://letras.mus.br/hinos-de-cidades/787551/> Acesso: 26 maio 2014.

⁹⁴ Atualmente denominada de “Estação Experimental João Pessoa” e ligada a EMEPA (Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba), voltada para a pesquisa pecuária com o gado bovino da raça Gir.

de honra da Prefeitura. Às 16:00 horas teve início uma sessão extraordinária aberta pelo prefeito de Umbuzeiro, José Luis de Aguiar, acompanhado de Eptácio Pessoa Sobrinho e do vigário local.

Da prefeitura, os presentes seguiram em “passeata cívica tendo à frente os alunos do grupo escolar Cel. Antonio Pessôa e uma banda de música” (A UNIÃO, 30 jul. 1931, p. 3), para a Praça João Pessoa, a fim de executar aquela que seria a mais expressiva homenagem do dia. Mais uma vez, observamos que as palavras do jornal oficial do estado sempre caracterizam estes atos solenes com um teor de civismo e reforçam que o evento era marcado por uma áurea patriótica.

3.2.2 “Chora Umbuzeiro! E’s mãe e o sentimento materno é indefinido!”

Finalmente havia chegado o dia em que Umbuzeiro receberia a imagem de seu reputado filho. O monumento a ser inaugurado naquela ocasião havia sido noticiado meses antes no jornal campinense Brasil Novo. Este informou sobre a confecção do busto a ser implantado em Umbuzeiro e que “terá uma vez e meia o tamanho natural do busto de João Pessôa, ou seja 0m,70, o qual assentará sobre uma columna de granito rosado, de altura de 2m,20” (BRASIL NOVO, 9 mai. 1931, p. 1).

Na Praça João Pessoa, posicionaram-se no pedestal do busto diversas autoridades: o representante do Dr. Anthenor Navarro, interventor federal da Paraíba, Jorge M. Pereira, representante do jornal A União, José Luis Aguiar, prefeito do município, o padre José Vital, Pio Guerra, prefeito de Queimadas⁹⁵, Eptácio Pessoa Sobrinho e José Souto. Este último foi o orador oficial da solenidade e proferiu um extenso discurso, do qual extraímos o seguinte trecho:

A data de hoje assignala para o Brasil um de seus grandes acontecimentos funestos, em que se póde dizer sem exaggero – o maior e mais profundo golpe de dôr que a nação brasileira já soffreu desde os seus tempos primévos até os nossos dias.

Refiro-me ao trucidamento do presidente João Pessôa ha um anno hoje, na capital do vizinho Estado de Pernambuco, executado fria e traiçoeiramente por um seu inimigo a quem o grande vulto da Patria nem sequer conhecia pessoalmente.

[...]

Meus senhores.

O estadista invicto nasceu aqui. A casa que lhe ouviu os primeiros vagidos, é aquella que alli vêdes, com sua fachada vestida de rôxo, como que

⁹⁵ Queimadas era um município vizinho de Umbuzeiro, localizado no estado de Pernambuco e atualmente denominado de Orobó.

exprimindo o sentimento e a dôr de uma mãe carinhosa que chora e se enluta pela perda do filho idolatrado

Umbuzeiro, berço do heróe e martyr, ainda choras a perda do teu querido filho? Deves chorar:

A dôr lancinante que te feriu quando trucidaram o teu filho estremecido é tão profunda, que todo o sentimento nacional não tem profundidade igual.

O choque que tiveste na noite de 26 de julho de 1930, precisamente ás 23 horas, quando recebestes a infeliz e dolorosa noticia do assassinato do teu heroico filho, abalou a nós, teus habitantes e nos deixou desorientados por muitos dias.

Chora Umbuzeiro!...

E's mãe e o sentimento materno é indefinido!...

O carinho com que te tratava teu idolatrado filho, jamais poderás esquecer.

Os benefícios que recebeste por sua influencia, notadamente a estrada de rodagem, a Estação de Monta, um poço tubular concluído, outro já bastante adiantado, a construção do açude de Aroeira, etc., etc., ahi estão para mostrar o seu amor e o seu carinho pelo torrão que o viu nascer.

João Pessoa?! De lá do ethereo onde vos encontrardes, lança um olhar para esta homenagem.

Ella é simples e pequenina aos olhos dos vossos grandes merecimentos, mas vos affirmo que é nascida da sinceridade dos nossos corações. Ouvi os soluços dos nossos conterraneos e amigos e assisti a profusão de lagrimas que derramam da saudade eterna do vosso carinhoso convívio.

Grande Heróe-Martyr, a vossa memoria é digna e merecedora da nossa mais profunda e saudosa gratidão.

Meus concidadãos:

Commemorando o primeiro anniversario do trucidamento do grande martyr da liberdade, **quiz o povo de Umbuzeiro prestar ao seu grande conterrâneo desaparecido uma homenagem que ficasse perpetuada para sempre, erigindo nesta praça que hoje fora inaugurada com o nome de “Praça João Pessoa”, o monumento de marmore róseo que aqui vêdes e nelle collocando o buso em bronze do invicto presidente sacrificado, deu mostras do seu grande amôr a sua memoria.** (A UNIÃO, 30 jul. 1931, p. 3, grifo nosso).

Este discurso foi proferido por um dos membros da comissão central das homenagens, a partir dele é possível avaliar alguns aspectos referentes àquela solenidade. De modo geral, é um texto recheado de declarações ufanistas e saudosistas em relação ao homenageado. Evidenciou-se o sentimento de perda irreparável para a Paraíba, que, segundo o orador, também se estendia para o Brasil. Trata-se de uma mensagem bastante inflamada e caracteriza a morte de João Pessoa como o “maior e mais profundo golpe de dor que a nação brasileira já sofreu” até então.

Igualmente foram enunciados os valores da boa conduta moral, das qualidades de esmerado presidente de Estado, do homem que tudo fez pelo seu torrão natal e que, a exemplo de seu tio, o Cel. Antônio Pessoa, salvou as finanças da Paraíba, numa missão que só poderia ser realizada por um umbuzeirense e membro da família Pessoa. Ao passo que se cultuava João

Pessoa, também se homenageavam os políticos da época, membros desta genealogia e seus seguidores. A imagem do presidente morto e sua sacralização como herói servia aos interesses políticos desta família que muito se valeu do seu sobrenome em Umbuzeiro. Eram eles os descendentes do herói, iriam dar seguimento aos trabalhos de João Pessoa, eram a esperança de um futuro melhor para a cidade.

Um aspecto bastante recorrente nos discursos memorialísticos é a atribuição de uma aura maternal à cidade de Umbuzeiro. Esta pariu homens que se tornaram importantes e que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da Paraíba enquanto gestores (a exemplo de Epitácio Pessoa, Antônio Pessoa e o próprio João Pessoa). Tal argumento foi largamente explorado nas falas proferidas durante aquele dia de solenidades, e a exaltação do nome de João Pessoa aparece intimamente atrelada a esse tema, ou seja, de *filho ilustre* de Umbuzeiro. Portanto, a pequena urbe do interior paraibano tinha orgulho de seu rebento, chorava a morte do seu “grande Heróe-Martyr”, daquele que tantos benefícios lhe trouxe. Em retribuição, a cidade lhe prestou tão esplêndidas homenagens no aniversário de um ano de sua morte.

Mas não foi só isso, a resignificação da imagem de João Pessoa atrelou a história de Umbuzeiro à história nacional. O que, segundo o discurso, não poderia ser esquecido por seus moradores. Deveria ser sempre respeitado e rememorado. Portanto, a inauguração daquele busto/monumento não se tratava tão somente do medo de um esquecimento futuro, mas sim da construção de uma identidade para a cidade por meio de tal personagem ilustre. E, por isso, sua morte serviu perfeitamente para a monumentalização da urbe.

Vale notar que a cerimônia de inauguração traz consigo um enunciado repleto de palavras que atribuem a João Pessoa o *status* de herói, mártir, presidente sacrificado e estadista invicto, reforçando uma imagem que havia sido construída paulatinamente após sua morte e que crescia por intermédio do interesse das elites políticas dominantes na Paraíba⁹⁶.

Ao final deste eloquente discurso, o orador enfatiza que aquela era uma homenagem do “povo” de Umbuzeiro que desejava perpetuar para sempre a memória de seu digníssimo conterrâneo. Pretendia-se deixar claro que a ereção daquele monumento evidenciava a vontade dos umbuzeirenses, e não um gesto interessado dos Pessoa. Não obstante a ter sido encomendada no Rio de Janeiro, a pedido de Antônio Pessoa Filho, primo de João Pessoa (BRASIL NOVO, 9 mai. 1931, p. 1). Assim, o busto era uma forma de elaborar e legitimar sua memória do homenageado e por extensão, a de sua genealogia naquela cidade.

⁹⁶ Sobre as construções simbólicas feitas acerca da imagem de João Pessoa após o seu assassinato, veja-se: *Sacrifício, heroísmo e imortalidade* (RIBEIRO, 2009).

Para oficializar a inauguração do monumento foram convidados para desatar os laços das bandeiras que o envolviam o prefeito do município, José Luis Aguiar, o representante do Interventor Federal e o primo do homenageado, Epitácio Pessoa Sobrinho. Neste momento, novamente os escolares e os presentes cantaram o Hino Nacional e o Hino a João Pessoa, acompanhados da banda de música.

IMAGEM 43 - INAUGURAÇÃO DO BUSTO DE JOÃO PESSOA



Fonte: A UNIÃO, 9 ago. 1931, p. 3.

Seguiram-se ainda outros discursos e a declamação de uma poesia. Por volta das 17:00 da tarde, mesma hora em que João Pessoa fora assassinado na Confeitaria Glória em Recife, os presentes executaram um ritual simbólico onde prostraram-se de joelhos e fizeram um minuto de silêncio. Encerrando o ato, colocaram flores no pedestal do busto.

Todos esses gestos ritualísticos, compostos pelos discursos, hinos, reverências, minuto de silêncio e oferecimento de flores, são imbuídos de uma aura sentimentalista que contribui para a ressignificação da imagem do ex-presidente morto, fazendo com que os umbuzeirenses se sintam ligados a ele, e criando um sentimento de identidade entre os mesmos. As solenidades em homenagem a João Pessoa desembocam nos anseios e ideais políticos da Paraíba, pois têm um propósito claro: colocar o estado na história nacional e, localmente, reforçar a identidade aos “Pessoa”. Como bem observa Oliveira (1989, p. 174), “datas, heróis, monumentos, músicas e folclore se conjugam na montagem da memória nacional e, se esta tem consistência, produz-se um importante reforço à coesão social”. Sendo este o implícito interesse dos partícipes do evento.

Este princípio é evidenciado no monumento. Em sua coluna está gravado o nome de João Pessoa com a data de seu nascimento e falecimento, e a seguinte frase: “O povo de Umbuseiro, reconhecido, ao seu Grande e Generoso Conterrâneo. Symbolo de Justiça, de Intrepidez e de Civismo”.

IMAGEM 44 - INSCRIÇÃO NO BUSTO DE JOÃO PESSOA



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2014.

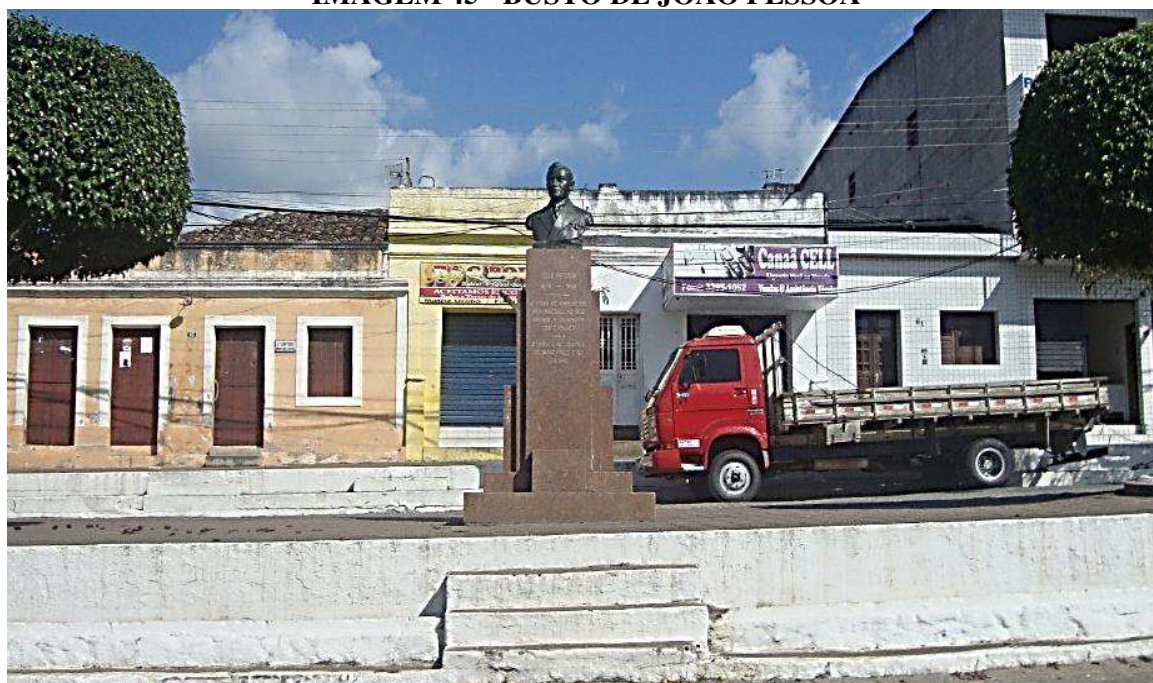
Nestas palavras há a pretensão de mostrar que a elaboração do monumento não se tratava de uma obra impregnada de interesses particulares e políticos, mas sim de algo feito pelos cidadãos. Incutindo-se também a ideia de que se tratava de um preito de reconhecimento e gratidão. Aqui também ficaram sacralizadas algumas virtudes de João Pessoa: homem generoso, justo, intrépido e cívico. Era assim que ele iria perpassar os tempos e chegar às novas gerações. Era com estas qualidades que seria eternizado em bronze, voltando a habitar para sempre a cidade onde nasceu.

O artista responsável pela fabricação do monumento foi Humberto Cozzo (1900 - 1981), nome artístico do paulistano Bartolomeu Cozzo. Formado pelo Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, conquistou premiações importantes como o prêmio de escultura no Salão do Centenário

e uma medalha de prata no Salão Nacional de Belas Artes. Foi um artista bastante renomado e realizou muitas obras no Brasil, em Portugal e na Argentina⁹⁷.

Na Paraíba, Cozzo foi encarregado de esculpir imagens de alguns homens influentes e fez pelo menos três monumentos a João Pessoa: o busto em Umbuzeiro (inaugurado em 26/07/1931), uma estátua em Campina Grande⁹⁸ (inaugurada em 26/07/1931) e o monumento denominado de Altar da Pátria, na capital paraibana (inaugurado em 26/07/1933). No Rio de Janeiro fez também um monumento sobre o túmulo onde inicialmente foram depositados os restos mortais de João Pessoa⁹⁹, situado no Cemitério de São João Batista e construído a pedido do estado da Paraíba¹⁰⁰.

IMAGEM 45 - BUSTO DE JOÃO PESSOA



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2014.

⁹⁷ Sobre a biografia de Humberto Cozzo, conferir as considerações disponíveis em: <http://www.bolsadearte.com/artistas/perfil/id/207/> Acesso: 01 fev. 2014.

⁹⁸ A estátua de Campina Grande foi inaugurada no mesmo dia que o busto de Umbuzeiro, contudo “a aquisição desta estátua teve um sabor especial: antes de tudo pelo fato de terem, eles próprios [os moradores da cidade de Campina Grande], se cotizado para pagar pela confecção da estátua a um escultor do Rio de Janeiro; depois, porque foi Campina Grande – segundo a imprensa local alardeava orgulhosamente à época – a primeira cidade brasileira a mandar construir uma estátua do paraibano ilustre, pretense mártir da Revolução de 1930.” (FILHO, 2008, p. 52). Conferir a notícia de sua inauguração em: A UNIÃO, 28 jul. 1931, p. 3. A estátua foi assentada inicialmente na antiga “Praça do Algodão”, rebatizada de “Praça João Pessoa”, mas em 1937 foi transferida para a “Praça Cel. Antônio Pessoa”, tio de João Pessoa.

⁹⁹ Neste monumento consta uma “allegoria do timoneiro, vencedor de tempestades, e colhido pela traição de um scelerado antes de chegar ao porto do seu destino” (A UNIÃO, 26 jul. 1931, p. 11).

¹⁰⁰ O corpo de João Pessoa foi sepultado neste cemitério. Suas cinzas e as de sua esposa, Maria Luiza, foram transportadas em 1997 para a capital paraibana e depositadas em um mausoléu situado ao lado do Palácio do Governo, em frente à praça batizada com seu nome e que possui o monumento denominado de “Altar da Pátria”, também construído em sua homenagem.

Do ponto de vista formal, o monumento é composto por uma base de granito na tonalidade vermelho escuro e com degraus ao seu redor. Sobre sua base há um plinto, por onde sobe uma coluna no topo da qual está encravado o busto de bronze. O local escolhido na Praça, assim como a posição em que o busto foi assentado, também merece nossa atenção. Na época de sua inauguração ele estava diretamente voltado para a casa em que o homenageado nasceu, muito embora um pouco distante dela. Cuidadosamente escolhido, este lugar remete a uma ligação implícita entre o espaço por onde a cidade surgiu e se desenvolveu, e o seu *filho ilustre*.

Portanto, a ligação simbólica entre o busto e a casa também não ocorreu aleatoriamente. Na medida em que o monumento está voltado para o lugar que lhe serviu de berço, é estabelecido um elo de pertença, onde é demonstrado que aquele homem nasceu ali e que faz parte daquele lugar; ele está olhando-a como alguém que a vigia e cuida. É, portanto, uma forma de reforçar os laços entre Umbuzeiro e seu filho, pois apresenta e evidencia tais aspectos. Vejamos a fotografia aérea que segue:

IMAGEM 46 - VISTA AÉREA ONDE OBSERVA-SE A POSIÇÃO DO BUSTO DE JOÃO PESSOA (SINALIZADO COM UM CÍRCULO) PERANTE A CASA ONDE NASCEU (SINALIZADA COM UMA SETA).



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Umbuzeiro. Imagem editada pela autora.

Deste modo, a casa não é apenas um referente espacial e geográfico. Levando em consideração seu tombamento e a toda a carga simbólica diante dessa ligação com o busto, podemos julgar que ela congrega a esfera afetiva e memorialística, podendo inclusive atuar como um elemento capaz de despertar emoção. Essa prospectiva urbana almeja tentar manter

um tempo passado que remete à existência de João Pessoa naquela cidade. Parece que “neste lugar próprio flutua como que um perfume secreto, que fala do tempo perdido, do tempo que jamais voltará, que fala também de um outro tempo que ainda virá, um dia, quem sabe” (CERTEAU, 2013b, p. 204).

Na época em que o monumento foi assentado, o elo entre a casa e o busto era bastante nítido. Com o passar dos anos, devido ao crescimento urbano e ao aumento do número de moradias no entorno da praça, a visibilidade desse arranjo tornou-se prejudicada. Embora o monumento esteja em um nível do terreno mais alto que as casas à sua frente, atualmente só é possível observar este ângulo mediante um olhar mais apurado.

Para encerrar definitivamente as solenidades daquele 26 de julho de 1931, às 20:00 no Paço Municipal, foi realizada uma conferência sobre a vida do ex-presidente, promovida pelo padre José Vital, que “em palavras arrebatadoras, descreveu ao povo a obra patriótica de João Pessoa” (A UNIÃO, 30 jul. 1931, p. 3). Ou seja, o investimento celebrativo utilizou também a via religiosa para se apropriar da imagem do homenageado e ressignificá-la para a cidade. Após a entonação do Hino a João Pessoa e de novos discursos, aquele dia terminou com mais agradecimentos aos presentes, que finalmente puderam retornar às suas casas, cientes de que haviam cumprido um dever e em cujo pensamento ressoavam as palavras de triunfo e saudosismo.

Muito mais do que uma comemoração/inauguração, aquela data lançou mais um elemento no processo de fabricação dessa cidade monumentalizada, alimentando uma identidade para a urbe pautada na imagem dos Pessoa/*filhos ilustres*. Historicamente o busto engloba um conjunto de ideias, valores e simbolismos dos quais a cidade se reapropria para elaborar também sua história. Assim podemos perceber como Umbuzeiro é sentida, construída e imaginada pelos seus cidadãos. Tal como afirma Pesavento, é a partir desses bustos/monumentos que pretendemos pensar e historicizar esta urbe, considerando que:

[...] essa cidade do passado é sempre pensada através do presente, que se renova continuamente no tempo do agora, seja através da memória/evocação, individual ou coletiva, seja através da narrativa histórica pela qual cada geração reconstrói aquele passado. É ainda nessa medida que uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, recolhendo as lendas, descobrindo seus pais ancestrais, elegendo seus heróis fundadores, identificando um patrimônio, catalogando monumentos, atribuindo significados aos lugares e aos personagens, definindo tradições, impondo ritos. (PESAVENTO, 2007a, p. 16)

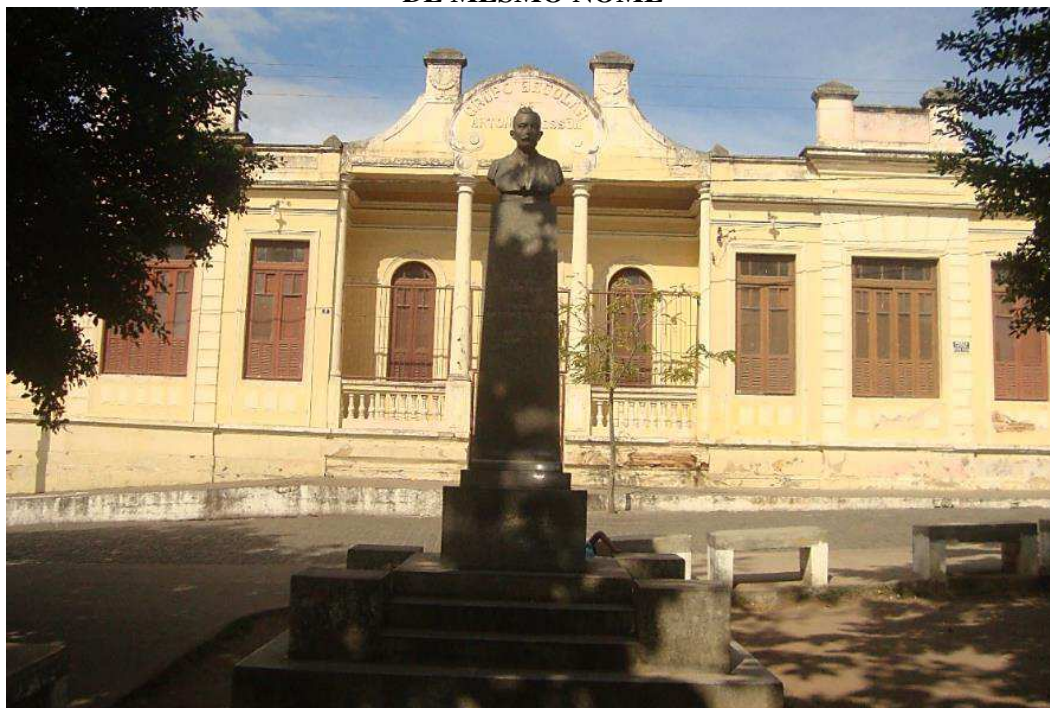
A inauguração do busto a João Pessoa, como dissemos, foi apenas mais um passo no processo de monumentalização da cidade. Outros “lugares de memória” serão construídos posteriormente, contribuindo significativamente para sedimentar uma identidade local, ligada a uma memória nacional. É o que veremos a seguir.

3.3 Um busto ao Coronel Antônio Pessoa: a memória lapidada em bronze

A pacata Umbuzeiro, assim como a maioria das cidade interioranas, utiliza a Igreja Matriz como ponto de referência e localização. Na dinâmica dessa espacialidade, o principal ponto de parada para quem chega a esta cidade é o que se encontra situado em frente a este templo, ao lado da praça central, no núcleo do pátio.

Neste ponto de referência crucial para a cidade, e conhecido de todos que por ali caminham, trabalham ou residem, encontra-se um personagem de bronze que soma-se a esta paisagem. O homem ali inerte em forma de busto é Antônio da Silva Pessoa, conhecido comumente como Cel. Antônio Pessoa (Apêndice B). A este monumento muitos outros elementos foram acrescentados e se tornaram indispensáveis à sua construção e configuração. Tais características nos possibilitam adentrar nas entranhas de sua edificação simbólica e entender as formas de resignificação que a cidade elaborou a seu respeito ao longo do tempo.

IMAGEM 47 - BUSTO DE ANTÔNIO PESSOA TENDO AO FUNDO O GRUPO ESCOLAR DE MESMO NOME



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2014.

Inserido no contexto do significado simbólico e político pretendido por aqueles que o construíram, este é o segundo busto erguido em Umbuzeiro e trata-se de mais uma homenagem a um membro da família Pessoa. Portanto, seguiremos sua análise pela mesma lógica de fabricação do busto/monumento a João Pessoa, lembrando que o Cel. Antônio Pessoa é tio deste. Ambos os bustos estão interligados por se tratarem de marcos intencionais, concebidos por uma elite de tradição política em Umbuzeiro e no estado da Paraíba, que os fabricou visando expressar e ratificar os seus valores, ou até mesmo exibir o poder que detinham à época. Diante do panorama geral de sua inserção no cenário político estadual, nos é possível estabelecer os liames entre esta conjuntura e a instalação de seu busto em Umbuzeiro.

O processo de fabricação de sua imagem monumentalizada inicia-se logo após sua morte em 31 de outubro de 1916. Inicialmente o coronel foi personificado nas páginas jornalísticas e posteriormente absorvido em sua cidade natal, esta apropriou-se de sua imagem e o concebeu como um herói político local, com o qual passou a se identificar e ser identificada simultaneamente.

3.3.1 A elaboração de uma memória ao coronel por meio dos discursos hemerográficos

Por vários anos o aniversário de morte de Antônio Pessoa foi lembrado nas páginas de jornais e revistas. Encontramos registros de missas de réquiem celebradas, por exemplo, nas cidades de João Pessoa, Itabaiana e Umbuzeiro. Alguns familiares e amigos se encarregaram de preservar sua memória, pelo menos nos primeiros anos após seu óbito.

As tentativas de reverenciar o falecido se deram de várias formas e não ocorreram apenas na sua cidade natal, mas também em outras do estado paraibano. Amostra disso foi a iniciativa da pintora Amelia Theorga, que se encarregou de uma campanha para adquirir um retrato a óleo de Antônio Pessoa, pintado por Frederico Falcão, para doar ao Instituto Histórico Parahybano. Para comprar a referida tela era necessária a quantia de dois contos de réis, de modo que as contribuições individuais deveriam ser de vinte mil réis.

A União (2 ago. 1924, p. 1) apoiou a ação da pintora, afirmando a importância de tal obra, não apenas pela “semelhança com o retratado”, mas também pela “interpretação de sua psicologia o que torna esse quadro precioso para a recordação e para o agradecimento da sociedade parahybana”. A iniciativa foi aprovada por várias pessoas que divulgaram neste periódico algumas notas de aplauso ao citado gesto.

Meses depois, Amelia Theorga entregou ao Instituto Histórico Parahybano o retrato citado, que passou a figurar na sua galeria de quadros¹⁰¹. Na matéria onde divulgou o ocorrido, o periódico afirmou que:

A Parahyba poude, assim, prestar mais uma homenagem ao inesquecível homem público, cuja benemerência cada vez mais se accentúa, com o curso do tempo, que vae evidenciando as suas raras qualidades de chefe de govêrno e político equanimo e previdente. (A UNIÃO, 27 dez. 1924, p. 1)

Este foi mais um dentre os vários atos de homenagem que se sucederam na Paraíba, sob o argumento de que o estado era grato ao Cel. Antônio Pessoa. O lustro do seu aniversário de morte também foi lembrado pela Revista *Era Nova* (1 nov. 1921, p. 9). Segundo a reportagem “o saudoso morto” tinha “restabelecido milagrosamente a nossa terra da bancarrota que lhe acenava numa perspectiva dolorosa para os seus créditos”, pois ele tinha “um tino administrativo invulgar, que lhe valeu essa obra meritória que hoje toda a Parahyba conscienciosa lhe atesta”. Como na maioria das vezes, foi lembrada sua fase de administração estadual e sua façanha na recuperação financeira do Estado.

Tal matéria delineava o interesse de imortalizar a figura do coronel como um homem bom e probo. Como alguém que havia salvado economicamente a Paraíba. Não por acaso, o correspondente desta revista em Umbuzeiro era Carlos Pessoa, filho do coronel e encarregado de dar seguimento ao percurso político do pai. Explica-se, portanto, os motivos de tão saudosa e enaltecida matéria.

Sua preocupação em manter viva a memória paterna foi bastante notória, tanto nas reportagens que publicava na revista, quanto nas suas ações como prefeito de Umbuzeiro. Na verdade, tal lembrança ia muito além disso e tinha ligações com os interesses de sua família. Daí decorre todo o investimento em prol da memória dos Pessoa na cidade, com vistas à elaboração de uma identidade para Umbuzeiro. E isso ocorre porque, como aponta Le Goff (2003, p. 469), “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.

Destarte, o sentido dessa nova forma de apropriação da morte de Pessoa, através destes discursos em jornais e revistas, tem guarida nas intenções dos continuadores de sua carreira política, a família Pessoa, que obviamente não desejava perder seu prestígio político na Paraíba.

¹⁰¹ Atualmente esta tela não se encontra no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Uma outra tela pintada por Nevinha Araújo, datada de 25-02-1971 consta na galeria de quadros do ex-presidentes/governadores da Paraíba.

Esta seria a “angústia” de que fala Le Goff. Tudo isto tem um liame com o percurso e as tramas em torno da construção de um monumento ao Cel. Antônio Pessoa na cidade e a fabricação de uma identidade para a mesma, pautada na imagem deste e dos demais *filhos ilustres*.

Quanto à pretensão em construir um monumento a ser erigido em praça pública, tal ideia foi registrada inicialmente nas páginas do vespertino da capital paraibana, O Combate, nos idos de 1923. A iniciativa havia partido de seu proprietário e diretor, o Sr. Antônio Bôtto, que se prontificou a angariar recursos para a construção do marco simbólico, por intermédio de uma campanha divulgada em seu próprio periódico.

Conforme nos indicam as fontes, a campanha foi bastante satisfatória e numa destas publicações O Combate divulgou que: “Continúa a nos trazer o seu estímulo e generoso concurso toda a sociedade parahybana, da capital e do interior, em torno à ideia do levantamento de uma estátua em Umbuzeiro ao coronel Antônio Pessoa” (O COMBATE, 22 nov. 1923, p. 1). Também foi criada uma comissão encarregada de proceder a cobrança dos donativos. Uma lista constando o nome e o valor doado foi divulgada no vespertino. Em sua maioria, tratava-se de gente influente ou algum político que foi amigo do homenageado, a exemplo do Dr. Solon de Lucena e dos Deputados João Suassuna, José Parente e José Gomes.

Dias depois, a *Era Nova* parabenizou a iniciativa do Sr. Antônio Botto, diretor de O Combate, afirmando que “a ideia da consagração no bronze do benemérito filho da Parahyba tem recebido unânimes, calorosos applausos”. A campanha estaria recebendo um numeroso apoio e a revista enfatizou ainda que “todos nós estamos lembrados do milagre financeiro realizado nesta circumscripção da República pelo coronel Antônio Pessôa, na sua eventual, pequena e felicíssima phase de governo” (ERA NOVA, 30 jan. 1924, p. 17).

Consoante à reportagem, nos parece que o coronel ficou sacralizado como o “herói que salvou as finanças paraibanas”. Um discurso bastante comum nos veículos jornalísticos e nesta revista, e que foi usado como justificativa para a ereção do monumento em Umbuzeiro, deixando transparecer que a Paraíba tinha uma dívida com aquele homem.

Quanto ao interesse do diretor de O Combate nesta campanha, verifica-se que era tão somente o resultado dos laços políticos, já que estava ligado ao epitacismo¹⁰². Nesse caso, usou

¹⁰² Antonio Botto de Menezes foi bacharel e advogado nos anos de 1920. Fundou o jornal O Combate, em 1923. Através de sua ligação política com o epitacismo foi eleito deputado estadual em 1925 e reeleito em 1928. Exerceu o cargo de Procurador da Fazenda do Estado na gestão João Suassuna (1924-1928) e foi exonerado, mas voltou a ocupá-lo no governo João Pessoa. Apoiou a Aliança Liberal na Assembleia e fora dela. Em 1930, ocupou a tribuna da Assembléia para justificar seu voto à bandeira da Paraíba, pois representava, na sua ótica, o anseio da população. Em 1934, se elegeu deputado federal pelo Partido Republicano Libertador. Em 1939, foi nomeado para o Departamento Administrativo do Estado da Paraíba. Conferir: PEREIRA, Joacil de Brito. Botto de Menezes: uma figura radiosa. In: **História & Debate na Assembléia da Paraíba**. v. 1. João Pessoa: A União, 1995, p. 239-267.

seu próprio periódico para lançar a campanha em prol da memória de um aliado político, tentando, portanto, igualmente consubstanciar a imagem daqueles que davam seguimento aos trabalhos do coronel.

Em matéria do jornal A Rua (13 mar. 1924, p. 4), do Rio de Janeiro, afirmou-se que estava em pauta de discussão na Assembleia Legislativa da Paraíba um projeto de lei “autorizando o governo do Estado a despender a quantia de 30 contos de réis com o monumento ao coronel Antônio Pessoa”. Contudo, ao que nos revelam os indícios, tal projeto de lei se referia ao busto erguido na capital, Parahyba do Norte¹⁰³.

A campanha seguiu com sucesso, foi divulgada por jornais e revistas e recebeu apoio do jornal A União, que se mostrou bastante favorável a ela, comentando que:

Foi em meio da mais ampla sympathy, a irradiar-se por todos os ângulos do nosso e de outros Estados, que o vespertino “O Combate” [...] alvitrou a ideia da erecção de um monumento em Umbuzeiro, para perpetuar o nome e os feitos do saudoso presidente da Parahyba, que foi o coronel Antônio Pessoa. (A UNIÃO, 20 ago. 1924, p. 1)

Na ocasião, alega que o Sr. Antônio Bôtto tinha arrecadado a importância de “quatro contos, cento e dez mil réis” e os “recolheu ao Banco da Parahyba [...] em caderneta sob o n. 120, aberta com o nome ‘monumento a Antônio Pessoa’” (A UNIÃO, 20 ago. 1924, p. 1). Identificamos ainda que personalidades de outros estados também fizeram doações, a exemplo do Sr. Dr. Miguel Braz de Recife (PE).

Acreditamos que o conhecimento da atuação política do Cel. Antônio Pessoa e a solidariedade na campanha para a ereção do monumento se explica pelo fato de que seu irmão, Epitácio Pessoa, havia exercido cargos importantes, inclusive o de Presidente da República, o que contribuiu para a projeção do nome dos Pessoa.

Ao que nos indicam as fontes, a memória do coronel não seria esquecida tão rapidamente. Em 1924, passados 8 anos de sua morte, verificamos que o Dr. Antônio Bôtto “mandou rezar missas nesta capital, em suffragio da alma do saudoso administrador da Parahyba que foi o cel. Antônio Pessoa, por ocasião da passagem do aniversário de seu falecimento” (A UNIÃO, 4 nov. 1924, p. 1). Comumente, na data natalícia de seu falecimento,

¹⁰³ Nesse ponto, reside uma questão aberta a futuras pesquisas. Em 1926 foi inaugurado um busto em homenagem ao **Cel. Antônio Pessoa, na praça que recebe seu nome** e está localizada no bairro de Tambiá, na capital paraibana. Em sua placa de inauguração consta que a iniciativa da homenagem foi de O Combate. Acreditamos que o Sr. Antônio Botto, proprietário do jornal, desistiu do monumento em Umbuzeiro e doou os donativos para o busto assentado na capital.

missas eram celebradas, demonstrando a insistência em evitar que seu nome caísse no esquecimento com o passar do tempo.

Vários anos se passaram após as primeiras notícias da campanha em prol do monumento em Umbuzeiro, sem que este tenha sido construído. Por outro lado, nesse ínterim foram erigidos outros monumentos ao Cel. Antônio Pessoa nas cidades de Itabaiana e na capital paraibana¹⁰⁴. Contudo, em 1938, após transcorrer 22 anos da morte de Antônio Pessoa e 15 anos do início da campanha pela obra em Umbuzeiro, é que este assunto voltou a ser tratado nas páginas dos jornais.

No Bi-Semanário Catholico, A Imprensa, encontramos notícias sobre o próximo aniversário de morte de Antônio Pessoa, com antecedência de dois meses. Com um discurso bastante enfático, o jornal reforça a imagem de *filho ilustre* querido e inesquecível em sua cidade. Há uma pretensa intenção em mostrar que os conterrâneos do coronel sentiam sua falta. Bem como incutir em suas cabeças a ideia de que tinham com ele uma dívida eterna:

Por que choramos nós e não de chorar os nossos pósteros? Simplesmente porque o bem que se faz, o benefício que se realiza, não é somente para uma geração, mas, sucessivamente, para todas as gerações que participam d'aquela benevolência. Umbuzeiro de hoje como Umbuzeiro do futuro, viverá sempre da gloriosa tradição deixada pelo inolvidável pranteado no dia 31 de outubro, que em vida foi um perfeito protótipo de virtudes cívicas e morais. O que nós estamos fruindo de paz, harmonia e progresso é de certo, o reflexo benefício d'aquela grande alma, reflexo que não somente se transmitiu aos seus descendentes, mas também, a toda esta gente umbuzeirense e agora unidos, filhos e conterrâneos, procuram honrar a memória sagrada do seu inesquecível bemfeitor. (A IMPRENSA, 30 ago. 1938, p. 2)

Este é mais um exemplo de como se buscava fazer de sua memória uma memória de todos os umbuzeirenses, que agora eram concebidos com herdeiros indiretos do coronel e que por isso tinham o dever de honrá-lo, construindo-lhe um monumento que seria “uma grande manifestação de profundo reconhecimento e saudade” (A IMPRENSA, 30 ago. 1938, p. 2). Tal objeto de rememoração, conforme a notícia, seria inaugurado no próximo aniversário de morte de Antônio Pessoa, em 31 de outubro de 1938.

Igualmente, a Voz da Borborema (15 out. 1938, p. 1) divulgou nota sobre a futura inauguração do monumento em Umbuzeiro e exibiu um artigo de autoria de Hortensio de Souza

¹⁰⁴ Em Itabaiana, a praça foi inaugurada dia 15 de abril de 1928 e construída pela Prefeitura da cidade, na gestão do prefeito Pedro Muniz de Britto. Dentre as inúmeras autoridades presentes, estavam os filhos do homenageado, Fernando Pessoa, Carlos Pessoa e José Pessoa (então prefeito de Umbuzeiro) e o Sr. Antônio Bôtto, o orador oficial do evento. Por sua vez, a cidade de Campina Grande também fez um tributo a Antônio Pessoa. Em 1926 foi inaugurada uma praça que ganhou o seu nome, e anos depois, em 1931, recebeu uma estátua de seu sobrinho, João Pessoa.

Ribeiro¹⁰⁵, no qual era traçado o perfil do homenageado, conferindo-lhe elogios e justificando os motivos pelos quais os umbuzeirenses deveriam reverenciar o coronel que seria para sempre memorável. O texto o apresenta como um homem de “atributos espontâneos” e com uma “inteligência privilegiada”. Sua estatura era “varonil” e possuía “maneiras precisas e ponderadas” no seu falar. Era dotado de um “penetrante refulgir de [...] olhos de homem de caráter, insubmisso diante das opressões e desmandos da força”. Tinha como qualidade uma “inamolgável lealdade” e tudo isso contribuía para “a merecida justiça de semelhante consagração”. Em agradecimento ao artigo, o filho do coronel, o Sr. Antônio Pessoa Filho, publicou uma nota neste mesmo jornal dias depois¹⁰⁶. Vê-se o artigo contribuiu para acrescentar novas imagens ao “herói” político de Umbuzeiro.

Todavia, o esperado monumento não foi inaugurado na data anunciada. Acreditamos que isso aconteceu porque as obras da construção da praça onde seria colocado, ou até mesmo a montagem da estrutura, não foram concluídas a tempo, já que estavam em processo de elaboração. A União (5 out. 1938, p. 1) nos dá essa pista: “tendo sido encarregado o Dr. Antônio Pessoa Filho, de adquirir o aludido monumento, que já está sendo montado por um competente profissional na praça pública que a Prefeitura está construindo”.

Ambas as estruturas estavam ainda em construção e provavelmente não foram finalizadas no tempo previsto, o que acarretou a remarcação de uma nova data¹⁰⁷. Tal hipótese é confirmada numa nota referente aos trabalhos municipais em Umbuzeiro, onde consta, dentre outras obras, “a construção de uma moderna praça onde está sendo erigido o monumento ao saudoso ex-presidente Antônio Pessoa, grande bemfeitor de nossa terra” (A UNIÃO, 1 nov. 1938, p. 5).

Outro aspecto merece nossa atenção. Em meio aos elogios ao executivo municipal, salientamos que o então prefeito da cidade, o Sr. Carlos Pessoa, era um dos filhos do coronel. Ou seja, enquanto prefeito da cidade, ele mandou construir uma praça e esculpir um busto em

¹⁰⁵ Escritor, advogado e jornalista, campinense, colaborou com diversos jornais paraibanos, publicando crônicas e ensaios. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2012/09/gente-da-gente-hortensio-ribeiro.html#.VBeqQfldVzs> Acesso: 15 jul. 2014.

¹⁰⁶ “Prezado colega e amigo dr. Hortensio Ribeiro. Meus atenciosos cumprimentos. Pessôa amiga daí acaba de enviar-me o número da “Voz da Borborema” [...] no qual eu encontrei, sobre “O Monumento de Antônio Pessôa” em Umbuseiro, o bom estudo que, em poucos traços, mas com perfeita justeza de impressão e muita sinceridade, você fez da personalidade de meu Pai. [...] a minha principal intenção, interrompendo o silêncio de tantos anos que se fez entre nós, é manifestar-lhe, muito de coração, o meu reconhecimento ás expressões do seu bélo escrito, tanto elas me sensibilizaram e comoveram. E, servindo-me da oportunidade, dizer-lhe também que, com a mesma velha simpatia de sempre, aqui estará ao seu dispôr o Patr.º e Am.º Obr.º Antônio Pessôa Filho”. (VOZ DA BORBOREMA, 10 nov. 1938, p. 5).

¹⁰⁷ Verificamos em nota publicada pelo jornal A União (12 out. 1938, p. 5), dias antes da possível inauguração, que a viúva de Antônio Pessoa viajara de volta para o Rio de Janeiro, onde residia.

homenagem ao seu pai. É o que confirmamos em dezembro de 1939, em outra nota no quadro do jornal A União, intitulado de “Vida Municipal”. Dentre as notícias dos municípios paraibanos, encontramos o seguinte sobre Umbuzeiro:

Estão bastantes adiantados os trabalhos da nova Praça Pública que o dr. Carlos Pessoa, operoso Prefeito do município, está construindo para maior embelezamento da cidade. A inauguração do novo logradouro municipal está dependendo da conclusão dos serviços, que estão muito adiantados. É de crêr que, por todo o próximo mês ela efetuará, aumentando dêsse modo, o ilustre Edil, a já notável soma de realizações em nossa terra. (A UNIÃO, 7 dez. 1938, p. 4).

Era, portanto, mais um investimento de sacralização em prol da memória da “genealogia heroica” dos Pessoa em Umbuzeiro, o segundo busto a ser fincado nesta urbe. Estrategicamente, instituía-se uma cidade identificada historicamente aos seus monumentos, uma cidade monumentalizada, fabricada, e que desde a morte do coronel ganhava embasamento nos discursos de jornais e revistas. Noutra notícia, o correspondente de A União nomeava de “Gesto louvável” a atitude do Interventor da Paraíba para com esta cidade:

Pelos umbuzeirenses foi elogiosamente comentado o decreto do sr. Interventor Argemiro de Figueirêdo concedendo um auxílio de cinco contos de réis para a ereção de um monumento que a nossa terra está levantando em homenagem ao saudoso paraibano Antônio Pessoa, ex-presidente do Estado. Justo, sob todos os motivos, o gesto louvável do sr. Interventor Argemiro de Figueirêdo, mereceu as mais elogiosas referencias de toda a população do Município, que vê na pessoa do ilustre administrador paraibano um leal e valoroso estadista. (A UNIÃO, 11 jan. 1939, p. 7)

Como não bastassem as expectativas, meses depois, A União nos dá conta de uma nova data para a inauguração do monumento, sendo escolhido intencionalmente o dia 17 de março, data do aniversário natalício de Antônio Pessoa. Neste dia seria a “inauguração da estátua que **o município de Umbuzeiro mandou erguer ao seu ilustre filho**” (A UNIÃO, 5 mar. 1939, p. 1, grifo nosso). A notícia sedimentava a ideia de que eram os umbuzeirenses que queriam homenagear um *filho ilustre*, e não o prefeito da cidade homenageando seu próprio pai.

Do mesmo modo, A Imprensa (21 mar. 1939, p. 7) comentava sobre o futuro tributo que se daria em Umbuzeiro. A construção da praça de “efeito urbanístico notável”, foi mais uma obra da Prefeitura Municipal e “ao centro do novo logradouro, sobre uma linda e vitoriosa coluna de granito lapidada ergue-se a herma do ilustre e saudoso paraibano, ex-presidente do Estado”.

Enfim, diante tantas publicações jornalísticas a respeito da inauguração e sobre as vezes em que sua data foi divulgada e depois adiada, gerou-se um certo suspense. Ao longo de duas décadas após a morte do coronel, várias reportagens, notas e artigos foram publicados a seu respeito. Criou-se uma expectativa em torno da fabricação do monumento e isto era algo intencional, visava, em outras palavras, aumentar a ansiedade dos umbuzeirenses na espera por aquele dia.

3.3.2 “Ao seu grande filho – Coronel Antônio Pessoa – Umbuseiro agradecido”

O povo e a Prefeitura de Umbuzeiro prestam hoje justa e merecida homenagem a um dos paraibanos que mais se distinguiram em nossa vida pública – o ex-presidente Antônio da Silva Pessoa – com a inauguração da estátua do saudoso homem de govêrno em uma das principais praças da cidade. (A UNIÃO, 17 mar. 1939, p.1)

Após 23 anos, era chegado o dia em que Umbuzeiro iria homenagear seu inolvidável *filho ilustre*. Tratava-se de um tributo concretizado pelo rebento do coronel, o prefeito que construiu para seu pai a mais bela praça da cidade. O evento foi planejado e organizado cuidadosamente, pois, consoante infere ULHE e PRADO (2011, p. 188), a “cerimônia de inauguração consiste no ápice do processo de produção do monumento”. Portanto aquele dia era o coroamento de um trabalho que havia durado décadas.

O busto foi encomendado no Rio de Janeiro por Antônio Pessoa Filho e esculpido por um dos maiores escultores em bronze da época, o artista Humberto Cozzo, que também havia feito o busto do coronel na capital paraibana¹⁰⁸. A obra foi cuidadosamente colocada no topo de um pedestal de granito de cor cinza, onde encontramos gravada a seguinte mensagem: “Ao seu grande filho – Coronel Antônio Pessoa – Umbuseiro agradecido”.

Na manhã daquela sexta-feira de verão, 17 de março de 1939, caiu uma chuva fina. Ainda assim, a cidade “apresentava um aspecto movimentadíssimo, com todas as ruas engalanadas, vendo-se em todos os logradouros públicos faixas simbolicas alusivas á atuação do saudoso homenageado em benefício do seu torrão natal” (A UNIÃO, 18 mar. 1939, p. 1).

A programação teve início às 10:00 horas da manhã. Inicialmente, os presentes se deslocaram em “romaria ao túmulo do eminente filho de Umbuzeiro, onde foram depositadas muitas flôres pelas famílias umbuzeirenses”. O primeiro ato de gratidão daquelas pessoas se

¹⁰⁸ Nos parece que Cozzo foi o artista escolhido para esculpir a memória da família Pessoa em bronze. Ele fez vários bustos e estátuas do sobrinho de Antônio Pessoa, o ex-presidente da Paraíba João Pessoa. Em Umbuzeiro, os bustos de Antônio Pessoa e de João Pessoa são de sua autoria.

deu ao pé do seu monumento póstumo. Na capela do cemitério, que não por coincidência é dedicada a Santo Antônio, foi celebrada uma missa pelo Padre Antônio Ramalho. Em seguida, ao lado do mausoléu, os presentes posaram para uma fotografia, conforme podemos observar a seguir:

IMAGEM 48 - VISITA AO MAUSOLÉU DE ANTÔNIO PESSOA (SINALIZADO)



Fonte: A UNIÃO, 18 mar. 1939, p. 1.

Ao proceder a leitura desta imagem, verificamos a priori que o ambiente onde ela foi constituída tem uma carga simbólica muito forte. O cemitério pode ser considerado um lugar de rememoração, e o monumento póstumo construído anteriormente serve de emblema na manutenção de uma “existência em morte”. Portanto, houve a necessidade de ir até o lugar onde estão depositados os restos mortais do coronel, antes de se fazerem as homenagens na praça.

Na faixa que está sendo exibida na fotografia, encontra-se escrito: “Ao Coronel Antônio Pessoa, gratidão e saudade dos moradores da Fazenda Prosperidade”. Partindo do pressuposto de que o coronel possuía o domínio sobre suas terras e de que, por extensão, exercia influência sobre os que nela trabalhavam e/ou moravam, não fica difícil entender o motivo da faixa que menciona essa tal gratidão dos moradores da fazenda. Eram homens, mulheres e crianças que se faziam presente naquele momento, talvez mais por obrigação do que por vontade própria.

O ângulo em que a fotografia foi feita também nos dá uma ideia da quantidade de indivíduos presentes naquele momento. Desde autoridades e políticos paraibanos, até os camponeses, moradores das terras da família Pessoa. Entretanto, não podemos descuidar que

trata-se de uma foto posada e elaborada propositadamente. Servia como mais um marco emblemático daquele dia em que o coronel iria ressurgir materializado em bronze.

Contudo, antes de chegarmos à inauguração do tão esperado busto, é necessário examinarmos este monumento póstumo. A placa em sua lápide indica bem que se refere a uma última homenagem: “Tributo de amor, gratidão e saudade de sua mulher e de seus filhos”. Assim, o mausoléu do coronel destaca-se entre os demais túmulos deste cemitério, foi todo esculpido em mármore de Carrara vindo da Itália¹⁰⁹. Um material que se tornou cada vez mais raro e valioso, e que era comumente utilizado nos monumentos fúnebres das famílias tradicionais. Este conjunto escultórico fúnebre, dotado de valor artístico e simbólico, é o único no cemitério feito em Carrara, e se mostra como uma forma de distinção e poderio dos Pessoa.

IMAGEM 49 - MONUMENTO FÚNEBRE A ANTÔNIO PESSOA



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2014.

Como monumento projetado para preservar – e exaltar – a memória do coronel, os elementos que o compõem carecem igualmente de nossa reflexão. Em geral, a presença de uma escada significa a subida para o céu. Mas pode ainda ser um indício de que o finado alcançou em vida alta posição social, foi alguém importante. Certamente, fazendo referência ao posto político que foi ocupado pelo coronel, o de presidente da Paraíba.

¹⁰⁹ Acreditamos que o mármore chegou em Umbuzeiro no final dos anos 1930, pois foi o mesmo usado nos altares da Igreja Matriz da cidade – doado por parentes do coronel Antônio Pessoa na época.

Os três vasos com tochas de fogo acesas representam a “chama da juventude”. Indicam que aquele indivíduo morreu no auge de sua mocidade, aos 53 anos idade. A existência de duas colunas, por si só, representa a totalidade da vida do falecido. Os ramos de hera que as adornam representam a sua memória e correspondem à ideia de imortalidade ou afeto eterno. Ao final das colunas, no topo da parte central do monumento foi gravado no mármore a Cruz da Ordem do Templo (primitiva ordem de cristo existente em Portugal). Possui pontas convexas e representa amor e fé em Cristo.

IMAGEM 50 - DETALHE DOS SÍMBOLOS NO MAUSOLÉU DE ANTÔNIO PESSOA



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2014. Imagem editada pela autora.

No alto desta escultura funerária havia um anjo, também esculpido em mármore de Carrara, o qual deixara de ali figurar porque fora roubado. A existência dessa imagem celestial nesse tipo de monumento fúnebre, em geral, representa a fé da família no amparo divino da alma. Também pode simbolizar o mensageiro ou emissário de Deus que intercederá pela salvação do morto e o guiará até o paraíso¹¹⁰.

¹¹⁰ Consideramos que não há uma regra fixa sobre a simbologia dos monumentos fúnebres. Entretanto, acerca do tema, veja-se: Revista Superinteressante, janeiro de 2010, p. 46-47. Também conferir a arte cemiterial, disponível em: <http://www.cemiteriosp.com.br/arte-cemiterial/> Acesso 15 fev. 2015.

Todos os elementos que formam o monumento fúnebre são simbólicos e representativos. Ele possui uma verticalidade diferenciada, sendo o mais alto naquele espaço. Ao lado deste mausoléu jazem os restos mortais de outros membros daquela família, e, por isso, ele ostenta simbolicamente o poder dela.

Todavia, faz-se mister avaliar sua intrigante localização espacial. Uma vez que, coincidência ou não, o túmulo está voltado no sentido em que se encontra o reduto dos Pessoa, a Fazenda Prosperidade, como podemos observar na imagem que segue.

IMAGEM 51 - VISTA AÉREA DO CEMITÉRIO DE UMBUZEIRO COM ÊNFASE PARA A POSIÇÃO DO TÚMULO DO CEL. ANTÔNIO PESSOA



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Umbuzeiro. Imagem editada pela autora.

Não sabemos informar ao certo se a escolha da posição em que o túmulo foi construído tratou-se de algo planejado ou não. Contudo, diante da conjuntura simbólica em que a figura do coronel foi inserida, e também da construção e localização de seu busto nesta cidade, nos vem a calhar a confirmação desta proposital escolha espacial. Certamente não seria mera

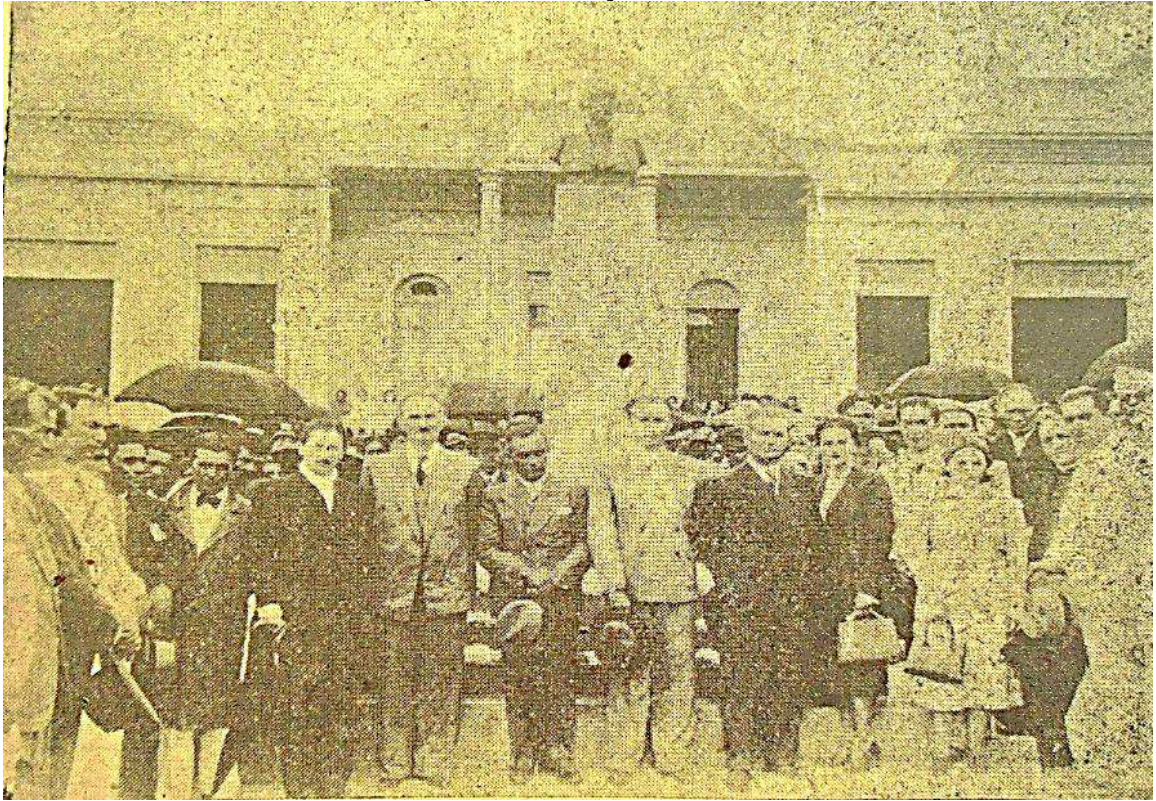
coincidência, já que também o busto de João Pessoa e o mausoléu estão posicionados para o berço dos Pessoa, a Fazenda Prosperidade.

Portanto, longe de ser mero símbolo póstumo, este mausoléu é também um “lugar de memória” dotado de um sentido e simbologia que visa a imortalidade. Desta forma, combinado com os demais espaços de memória aos *filhos ilustres*, ele se torna mais um relevante “monumento intencional” (RIEGL, 2005) a compor o conjunto que existe na espacialidade urbana de Umbuzeiro. E como não poderia ser diferente, todos os seus elementos têm uma razão de ser.

A continuidade do evento se deu na bela praça construída exclusivamente para abrigar o monumento. Ao redor desta, “grande massa popular estacionava [...] vendo-se cartazes com expressivos disticos empunhados pelos numerosos populares representantes dos distritos de Umbuzeiro” (A UNIÃO, 18 mar. 1939, p. 1). As notícias sobre a inauguração insistiam em apontar um grande número de participantes, e sabidamente afirmar que a comemoração era uma festa popular, do gosto e interesse de todos os moradores da cidade.

Todavia, tratava-se ainda de um ato cívico, onde estavam posicionados “numerosos colegiais, todos devidamente uniformizados, que aguardavam o momento para participar das festas projetadas” (A UNIÃO, 18 mar. 1939, p. 1). Certamente, eram estudantes do Grupo Escolar Cel. Antônio Pessoa, que agora somavam-se àquele tríplice espaço celebrativo: praça, monumento e grupo. A estes podemos adicionar o mausoléu e a faixa, remetendo ao nascimento da cidade através da fazenda dos Pessoa. Todos estes componentes encontram-se interligados, de modo que a posição do monumento é central ao arco com o nome do grupo. Este conjunto pode ser observado na fotografia adiante.

IMAGEM 52 - INAUGURAÇÃO DA PRAÇA E BUSTO DE ANTÔNIO PESSOA



Fonte: A UNIÃO, 18 mar. 1939, p. 1.

A imagem nos revela com precisão a posição do busto, bem na frente da porta de entrada do grupo escolar que também leva o nome do coronel. No primeiro plano, vemos pessoas bem vestidas e fazendo uso de diversos acessórios como chapéus, sombrinhas e bolsas. Certamente são políticos e figuras importantes da cidade e do estado. As sombrinhas armadas no momento deviam-se à chuva que caiu naquele dia, e os chapéus nas mãos dos homens era um gesto de respeito àquele ato tão sublime. É possível perceber que alguns estão com a cabeça ou a vista para baixo, demonstrando condolência. Provavelmente a pedido do fotógrafo, que os posicionou e orientou propositadamente.

No segundo plano, nas janelas, estão os demais presentes, bem como os colegiais que não chegaram a conhecê-lo pessoalmente, mas que decerto sabiam de seus feitos por intermédio de seus pais ou avós, e até mesmo dentro da própria instituição onde estudavam, uma vez que conviviam constantemente com a presença do coronel na efígie do pátio e no nome da própria instituição.

Quanto aos familiares presentes, é possível identificar os filhos do homenageado: Carlos Pessoa (de terno escuro ao pé do busto) e Epitácio Sobrinho (o segundo homem, da direita para a esquerda). A senhora Sinhazinha Pessoa, esposa do coronel, residia com alguns filhos no Rio

de Janeiro e, talvez por conta da idade e de seu estado de saúde, não pôde comparecer. Ela viria a falecer dois anos depois, no Rio, em 26 de março de 1941 (A NOITE, 27 mar. 1941, p. 4).

Dentre as autoridades que ao pé do busto discursaram fervorosamente sobre a vida e obra de Antônio Pessoa, temos o Padre Antônio Ramalho, da Paróquia de Umbuzeiro, que foi enfático ao afirmar que “Antônio da Silva Pessoa estava com a sua memória perpetuada em bronze e no coração de todos os seus conterrâneos” (A UNIÃO, 18 mar. 1939, p. 6).

O discurso do Dr. Raul de Góis, secretário e representante do Interventor do Estado, Argemiro de Figueirêdo, ressaltou que: “o povo de Umbuzeiro presta hoje **merecida homenagem a um dos seus maiores filhos**, o coronel Antonio da Silva Pessôa, gravando em bronze a sua memória” (A UNIÃO, 18 mar. 1939, p. 1, grifo nosso). E ainda lembrou as qualidades pessoais e administrativas do homenageado, caracterizando-o como “um desses homens que caminham sempre em linha réta, cheios de fortaleza moral, tendo a mais alta e rígida compreensão dos seus deveres particulares e públicos” (A UNIÃO, 18 mar. 1939, p. 6).

Aqui a sua probidade na administração da máquina pública foi evidenciada, sobretudo quando assumiu a presidência da Paraíba e conseguiu tirá-la do poço econômico em que estava afundada. Tamanha faceta jamais seria esquecida e era sempre recordada neste tipo de discurso. Acreditamos que sua figura parece ter se consagrado como a do “salvador” das finanças da Paraíba. Um enunciado repetido ao longo de mais de vinte anos e que pretendia ser assimilado. Com este desígnio, eram pronunciadas naquele instante palavras que buscavam uniformizar aquela memória, onde o monumento “representa, igualmente, os sentimentos unânimes da Paraíba e dos paraibanos” (A UNIÃO, 18 mar. 1939, p. 6).

O último a discursar foi o filho do coronel, o Dr. Fernando Pessoa, que falou em nome da família e do irmão Carlos Pessoa, prefeito da cidade. Suas palavras foram enfáticas e devem ter provocado emoção ao comparar os umbuzeirenses a heróis:

Quem se dedicar ao estudo da história política da Paraíba verá, sem nenhum favor, que ao povo de Umbuzeiro, cabe perfeitamente o qualificativo dado áquêles que são ordeiros, trabalhadores, generosos e leais. Cabe, com toda justiça, o título de heroico.

Sim meus senhores: **heroico o povo de Umbuzeiro**, porque outro não o excede em sentimentos de ordem e de respeito; outro não o excede em trabalho produtivo e fecundo, em prol da grandeza coletiva; nenhum o sobrepuja em generosidade, e talvez poucos o igualem em lealdade e devotamento.

Dos seus sentimentos de ordem, é demonstração convincente a paz em que vivem os seus habitantes. Do seu trabalho, é prova cabal, a prosperidade que desfrutam, refletida na beleza da sua cidade, limpa, bem cuidada, e com marcos frisantes de progresso. Da sua fidelidade e devotamento, são mostras sobejas, o carinho e a majestosidade dessa festa que hora nos deslumbra.

Festa, senhores, em que toda a alma umbuzeirense se empenha, para homenagear a memória de um filho ilustre, desaparecido há 23 anos.

Fidelidade e devotamento, sinônimos de gratidão, áquêle que empregou durante toda sua vida, o melhor dos seus esforços, pela grandeza do seu torrão natal, e que êle sempre trouxe bem dentro do cerebro e bem perto do coração.

[...]

Fidelidade, senhores, porque demonstra que **o povo de Umbuzeiro ainda conserva, bem viva, a lembrança do grande e dedicado amigo que foi Antônio Pessoa**, sempre pronto a suavisar os sofrimentos dos que a êle recorriam, nos instantes amargurados. E essa fidelidade, e essa dedicação, se veem refletindo sôbre os filhos de Antônio Pessoa, a gozar todas as benesses juntamente com os que não querem reconhecer-lhes o direito que lhes cabe de dirigir os seus destinos. (A UNIÃO, 18 mar. 1939, p. 6, grifo nosso)

Em suas palavras não faltaram elogios para enaltecer os umbuzeirenses. Eram também adjetivos que se estendiam ao seu pai e a boa parte de sua família. Destarte, definiu o povo umbuzeirense como sendo ordeiro, trabalhador, generoso, leal, ou seja, eram heróis. Aqui a imagem do “herói” confunde-se com a de seu “povo”. Um elemento essencial nesse processo de difusão e sistematização de um discurso que visa ligar a imagem dos Pessoa à cidade de Umbuzeiro.

Os umbuzeirenses, por sua vez, deveriam reconhecer e agradecer aqueles que beneficiaram a urbe, sendo-lhes fieis à memória do *filho ilustre*, bem como aos seus descendentes¹¹¹. Os quais se revelaram empenhados na perpetuação da tradição política da família que pretendia reinar soberana e eternamente em seu berço natal, mantendo um lugar cristalizado e particularizado naquela cidade.

Após terminar a solenidade na praça, as autoridades seguiram para um almoço na Fazenda Prosperidade. Ali se deram mais agradecimentos e o prefeito receberia mais uma vez os parabéns pelo tributo ao seu pai e pela administração da cidade. Os que não puderam se fazer presentes naquele dia enviaram telegramas com mensagens positivas ao gesto, a exemplo do ex-presidente da República Epitácio Pessoa, que não pôde comparecer a tão sublime preito ao seu irmão. A tarde chegou e os visitantes se retiraram pouco a pouco, e novamente Umbuzeiro inaugurava um monumento aos Pessoa, objeto que seria perpetuado ao longo do tempo, se transformando num elemento essencial para a construção de uma identidade cidadina sistematizada a partir da memória de seus *filhos ilustres*.

¹¹¹ Cabe salientar que, dos doze filhos de Antônio Pessoa, pelo menos metade seguiu carreira política. José da Silva Pessoa Sobrinho e Carlos Pessoa foram prefeitos de Umbuzeiro, este, em dois momentos diferentes. Alguns chegaram ao cargo de Deputado Estadual e Federal como: Roberto, Carlos e Fernando.

Embora não tenhamos encontrado nenhuma referência quanto à existência do projeto de fabricação do busto, com o indicativo de sua posição ou descrição da peça, nos cabe aqui fazer uma reflexão acerca de sua localização geográfica.

IMAGEM 53 - PRAÇA E BUSTO DE ANTÔNIO PESSOA VISTA DA CALÇADA DO GRUPO



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2014.

Neste ângulo de quem está na calçada do Grupo Escolar, percebe-se que o monumento se encontra defronte a essa instituição, símbolo do progresso e que também tem o seu nome, como já pontuamos. O busto não está voltado para a avenida central, encontra-se paralelo à mesma. Ele está voltado para o sentido da Fazenda Prosperidade, reduto de sua família e lugar onde viveu. Casualidade ou não, é nesta mesma direção que estão posicionados os três bustos dos Pessoa. Mesmo em pontos diferentes da cidade, todos estes estão orientados para o mesmo sentido. Somente o busto de Carlos Pessoa Filho destoa um pouco desse ângulo de posicionamento. Não sabemos ao certo, mas possivelmente deve existir algum nexos espacial e mesmo intencional na direção dos bustos, já que essa disposição obedece à própria lógica espacial deles. Mas por enquanto, esta premissa é apenas uma hipótese.

IMAGEM 54 - VISTA AÉREA DOS BUSTOS COM SETA INDICATIVA DE SUA DIREÇÃO ESPACIAL



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Umbuzeiro. Imagem editada pela autora.

Legenda: (1) João Pessoa; (2) Coronel Antônio Pessoa; (3) Carlos Pessoa Filho.

Por muitos anos, a memória do coronel foi lembrada nas páginas dos jornais. Finalmente, com o passar do tempo a saga de homenagens parecia cessar pouco a pouco. A última de que temos notícia é a do centenário de seu aniversário natalício, em 17 de março de 1963. Quase cinco décadas havia se passado após sua morte e o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, noticiava tal comemoração em Umbuzeiro, comentando que Antônio Pessoa:

[...] fez com que seu município, um dos mais pobres do estado, figurasse como um dos que mantinham maior número de escolas dentre as outras unidades. [...] Enquanto a Capital da Paraíba ainda iluminava suas ruas com lampiões a querosene, Umbuzeiro possuía iluminação a carbureto encanada. (*CORREIO DA MANHÃ*, 17 mar. 1963, p. 2)

Mais uma vez, o discurso em prol da memória do “salvador das finanças paraibanas”, do “herói” de Umbuzeiro batia na mesma tecla, reforçando a opinião de que os umbuzeirenses deveriam ser gratos a ele e, por extensão, aos seus descendentes, que tentavam a todo custo manter

seu potentado político naquela cidade. A fabricação daquele busto, assim como todos estes símbolos que a ele se agregam, é o resultado de uma intenção previamente definida daqueles que os construíram. Se destinam à manutenção de uma memória que também precisava ser reelaborada. Daí, com o passar dos anos, surge a necessidade de se criar mais um busto na cidade, destinado ao neto do coronel.

3.4 “Homenagem do povo de Umbuzeiro a seu eterno e inesquecível líder”: Carlos Pessoa Filho

Nos idos daquele ano de 2004, Umbuzeiro preparava-se para receber mais um busto/monumento em homenagem a um outro *filho ilustre*, o terceiro da genealogia Pessoa a receber esse tipo de tributo nas praças da cidade. Desta vez, gravava-se a memória de Carlos Pessoa Filho, político da cidade e neto do Cel. Antônio Pessoa.

O interesse na fabricação de um novo busto na urbe, tão distante temporalmente daqueles construídos nos anos de 1930 e em meio ao novo contexto da sociedade contemporânea, reflete mais do que nunca o desejo da perpetuação de uma memória política dos Pessoa em sua cidade natal. Além de eternizar uma memória dita familiar, buscava-se reafirmar o desejo de perenidade de um poderio político que se revela simbolicamente pelos espaços urbanos. Na verdade, trata-se de um ato denunciador da constante luta contra a dissolução da memória dos Pessoa em Umbuzeiro.

Naquele período a conjuntura política não havia sido favorável ao partido situacionista, o PFL (Partido da Frente Liberal), ao qual o chefe do executivo em Umbuzeiro estava filiado¹¹². Embora tenha atuado como prefeito desta cidade por três mandatos, não obteve sucesso com o candidato indicado para sua sucessão¹¹³. Ainda assim, diante de tal circunstância desfavorável e em meio ao amargo sabor da derrota, havia a necessidade de se concluir a execução de um projeto já iniciado. Mas que projeto seria esse?

Referia-se a uma obra que daria seguimento a uma prática bastante comum entre os homens daquela família. Ligados pelo laço de consanguinidade em linha reta, quatro homens se revezam em tentar manter uma tradição política familiar bastante peculiar na cidade: a dos Pessoa. Transmitida ao longo dos anos, perpassou de pai para filho em quatro gerações. Iniciou-

¹¹² O PFL foi fundado em 1985, porém em 2007 seus membros decidiram por sua extinção formal e em seu lugar surgiu uma agremiação denominada “Democratas”, sinalizado com a sigla DEM.

¹¹³ O senhor Carlos Pessoa Neto foi eleito prefeito de Umbuzeiro por três mandatos que se deram nos anos de 1989-1992, 1997-2000 e 2001 a 2004.

se pelo patriarca Antônio Pessoa e foi repassada aos sucessores da seguinte forma: Antônio Pessoa recebeu seu busto em 1939 feito pelo filho Carlos Pessoa, e Carlos Pessoa Filho recebeu do filho Carlos Pessoa Neto o busto em 2004.

Enquanto prefeitos de Umbuzeiro, estes homens mandaram erguer monumentos para render preito aos respectivos genitores. O primeiro foi Carlos Pessoa. Deixou como marca de sua gestão uma praça com o busto do seu pai, o Cel. Antônio Pessoa, já analisado nesta pesquisa. O segundo foi Carlos Pessoa Neto, legando à posteridade o busto de seu pai, Carlos Pessoa Filho, na praça de mesmo nome.

IMAGEM 55 - PRAÇA E BUSTO CARLOS PESSOA FILHO



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2015.

Portanto, o projeto em questão era, na verdade, a reprodução de uma prática bastante singular em Umbuzeiro, disfarçada sob a justificativa de ser uma homenagem paterna, quando na realidade correspondia a uma forma de manter a memória dessa tradição política familiar. Logo, consagrava-se mais um *filho ilustre*.

Desse modo, com o propósito de deixar para a posteridade um marco da existência de seu pai, Carlos Pessoa Neto foi em busca de um artista que pudesse esculpir a obra: “procurei um rapaz que fazia essas esculturas, lá de João Pessoa, ele era de Minas Gerais, mas tava residindo em João Pessoa, consegui localizar e por felicidade trouxe ele pra elaborar”¹¹⁴. Este

¹¹⁴ Entrevista com Carlos Pessoa Neto, concedida à autora em 08 de fevereiro de 2014.

homem, que assina com as iniciais “W L”, era um escultor chamado Welinton, cujo sobrenome Pessoa Neto não recordava. Quanto ao que o motivou, nos explica dizendo o seguinte:

Eu procurei homenagear o meu pai, que acho mais do que justo. Não por ser meu pai, não só por ser meu pai, mas pela história de serviços prestados que ele tem ao nosso município. Então foi uma forma, eu como prefeito nessa época e como filho, de prestigiá-lo, de homenageá-lo¹¹⁵.

Mediante um gesto de reverência filial, a memória íntima e familiar foi também estendida à praça da cidade e oferecida aos cidadãos. Na verdade, tratava-se mais do que um tributo, ao ganhar o busto, Pessoa Filho passou a fazer parte do cenário urbano e compor, ao lado de seus familiares, o panteão dos filhos brônzeos de Umbuzeiro. E, portanto, reservara para si um lugar na posteridade.

O filho do homenageado direcionou a fabricação do busto em todas as suas fases. Na Câmara de Vereadores já havia um projeto em favor da criação desse monumento, proposto pelo vereador José Uriel, que nos relatou o seguinte:

Logo quando Dr. Carlos morreu, eu como vereador e primeiro secretário da Câmara, elaborei esse projeto que foi votado por unanimidade. Era para fazer a reforma da praça e em seguida colocar um busto de Carlos Pessoa, o maior benfeitor do Município de Umbuzeiro. Como Dr. Carlos era uma pessoa muito querida, só teve aqui, o povo agradecer. Ele foi um grande benfeitor, que naquela época conseguiu para Umbuzeiro a Telpa, eletrificação rural e tudo foi através dele. Então ele como um grande benfeitor a gente não podia deixar de maneira nenhuma de homenagear. [...] Ele deve ser homenageado, eu tiro o chapéu para Carlos Pessoa. Foi um político que via os pobres, aquele povo mais humilde tinha aquele carinho por ele, aquela satisfação de sair de casa para ir nas urnas dar um voto a ele.¹¹⁶

A forte concepção de que Pessoa Filho foi um benfeitor para a cidade é usada como justificativa para a feitura do objeto. De acordo com o proponente do projeto, suas ações e doações era motivo suficiente para que os umbuzeirenses lhe agradecessem, revelando a ideia da eterna gratidão. E assim, imbuído na tarefa de manutenção dessa admiração pública, o vereador efetivou seu trabalho com vistas a frear um possível apagamento do passado. Contudo, ressaltamos que tal feito certamente tinha escopo nos anseios políticos, já que, naquele momento, os dois filhos do homenageado atuavam na administração municipal: um como prefeito e o outro como Presidente da Câmara de Vereadores.

¹¹⁵ Entrevista com Carlos Pessoa Neto, concedida à autora em 08 de fevereiro de 2014.

¹¹⁶ Entrevista com José Uriel Travassos Sarinho, concedida à autora em 20 de abril de 2015.

Para além de ser um tributo a alguém que foi considerado um bom administrador municipal, e levando-se em consideração que a memória é um elemento fundamental na construção da identidade, há a busca pela sistematização da memória oficial e seu “enquadramento” (POLLAK, 1989). Ou seja, a necessidade de formalizar e dar coesão a uma específica memória política, que foi instituída como sendo a memória e o desejo de todos os cidadãos.

No tocante ao processo de fabricação desse busto, assim como os demais na cidade, não há registros sobre sua encomenda ou algum tipo de concurso que envolva projeto arquitetônico, artístico ou edital. Nem mesmo o projeto posto em discussão/votação na Câmara Municipal foi localizado em nossa pesquisa. Com já dito, ele foi confeccionado a pedido do filho do homenageado.

Examinando o material utilizado na composição deste objeto, percebemos que não se trata do bronze, tal como nos bustos de João Pessoa e Antônio Pessoa. A matéria prima empregada não era tão nobre como antes, e sim bastante comum: o concreto. Porém, à primeira vista, sua aparência é semelhante ao bronze. Isto ocorre porque, segundo Pessoa Neto, a peça levou um banho de resina e foi aplicada uma tinta específica. Do mesmo modo, o pedestal do busto não havia sido feito em mármore como outrora, mas em cimento revestido com cerâmica.

Entretanto, tal aspecto merece um pouco mais de nossa atenção. Da mesma forma que o material empregado na confecção da obra havia sido simplificado, também o artista que a executou não se tratava de alguém de renome nas artes, como ocorrera outrora nos bustos esculpidos em bronze por Cozzo.

Acreditamos que esses elementos são indicativos de que os tempos de glória, poder e soberania política, vividos na época de Epitácio Pessoa, já haviam ficado para trás. O contexto social e a forma como os indivíduos lidam com a política e seus símbolos também foram (res)significados e transformados ao longo do tempo. E assim, todas as mudanças sentidas na conjuntura administrativa dos Pessoa é indício dessa nossa hipótese.

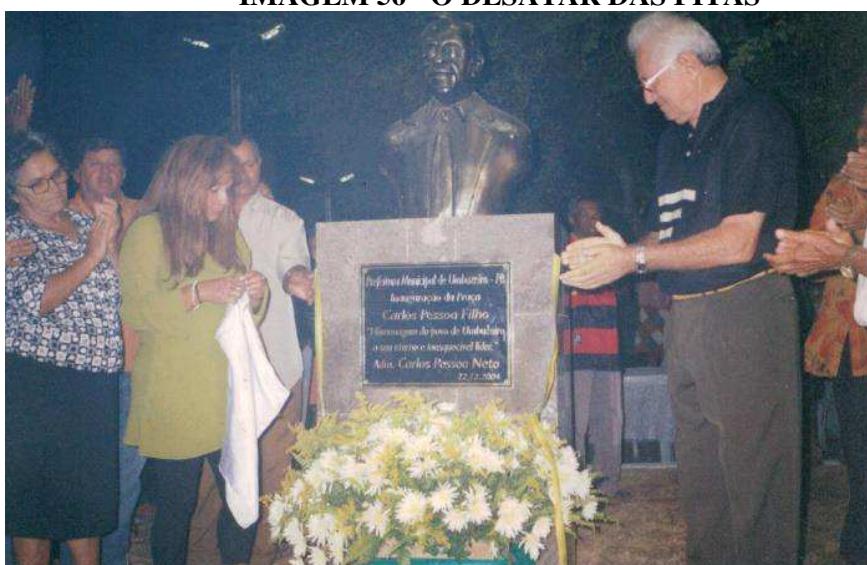
O evento de inauguração daquele novo “lugar de memória” fugiu aos padrões e moldes em que foram inaugurados os demais bustos aos Pessoa. Enquanto os anteriores foram acompanhados de uma série de atos cívicos, solenes, teatrais, discursivos, recheados de muita pompa e contou com a participação de um amplo número de participantes, este último busto demonstrou o quanto mudou o tratamento para com esse tipo de homenagem. Ou o quanto as pessoas deixaram de valorizar a construção de tais monumentos, que no contexto atual parecem já não ser mais necessários.

Assim, naquela noite do dia 22 de dezembro de 2004, às vésperas do final do ano, foi realizada uma modesta solenidade para a inauguração do busto de Carlos Pessoa Filho, localizado na entrada da cidade. É possível ainda que a data estivesse programada para um momento com maiores pompas, ou até mesmo para seu próximo aniversário de morte em janeiro. Ocorre que, diante da derrota partidária sofrida pelos Pessoa na cidade, era urgente fazer a inauguração, do contrário talvez não houvesse outra oportunidade ou não se teria o mesmo sentido político.

Os organizadores do evento, a própria família e amigos, fizeram a divulgação através de um carro de som que circulou pelo município, convidando os umbuzeirenses para a homenagem. Entretanto, o maior interessado em participar daquele momento, Pessoa Neto, estava numa viagem imprevista e não pôde comparecer. Segundo ele, “quem fez essa inauguração, com outros políticos, com outras lideranças locais e com o povo em geral, com a comunidade, foi minha irmã, Lúcia Pessoa”¹¹⁷.

Compareceram àquela cerimônia: familiares, amigos do homenageado, bem como políticos locais e alguns cidadãos. A partir dos registros fotográficos podemos acessar alguns vestígios daquela ocasião. Na imagem que se segue encontram-se o político Gilberto Bezerra e a filha de Pessoa Filho descerrando a placa de inauguração, onde lê-se as seguintes palavras: Prefeitura Municipal de Umbuzeiro-PB. Inauguração da Praça Carlos Pessoa Filho. “Homenagem do povo de Umbuzeiro a seu eterno e inesquecível líder”. Adm. Carlos Pessoa Neto (22/12/2004).

IMAGEM 56 - O DESATAR DAS FITAS



Fonte: Acervo pessoal de Sueli Bezerra. 2004.

¹¹⁷ Entrevista com Carlos Pessoa Neto, concedida à autora em 08 de fevereiro de 2014.

A declaração grafada nesta placa é bastante sugestiva. Ela deixa transparecer a ideia de que o homenageado foi e sempre será o líder de Umbuzeiro. Por outro lado, ela pretende inculcar nos seus leitores a afirmativa de que o monumento se tratava de um desejo do “povo”, de um empreendimento pensado e executado pelos umbuzeirenses e não por interesses familiares e particulares. Evidencia-se o retorno ao termo “povo de Umbuzeiro”, usado na década de 1930, novamente reproduzido e, portanto, cristalizado nestes objetos de rememoração. Afinal esse “povo” é aquele que rememora e dá significado aos *filhos ilustres*.

As epígrafes cunhadas no pedestal dos bustos aos Pessoa comportam enunciados simbólicos que remetem a temas análogos entre si. As mensagens transmitem um sentimento de dívida com o homenageado, do tipo: “Umbuzeiro reconhecido” (João Pessoa), “Umbuzeiro agradecido” (Antônio Pessoa) e “eterno e inesquecível líder” (Carlos Pessoa Filho). Manifestava-se, desse modo, o propósito de que a cidade tinha a incumbência de agradecer aqueles personagens, fazendo inclusive a ligação entre Umbuzeiro – *filho ilustre*, empregando termos como “grande filho” ou “grande e generoso conterrâneo”.

Sendo assim, não se trata apenas de percebermos o uso de termos que se cristalizaram na base daqueles objetos de memória. Mas também, de analisarmos que a reiteração destes discursos orienta uma aproximação entre a cidade e seu *filho ilustre*, destinada a configurar uma identidade cidadina a partir da memória destes homens políticos. E, por extensão, legitimar um passado que glorifica o nome da família de tradição política na cidade. Isso porque os monumentos intencionais são obras destinadas, pela vontade de seus criadores, a comemorar um momento preciso, um evento complexo do passado e, no caso de Umbuzeiro, políticos da família Pessoa (RIEGL, 2005).

Na verdade, este não foi um tributo que ficou restrito ao seio da memória desta genealogia. Caso fosse assim, o monumento teria sido erguido em um local restrito, ou mesmo nem haveria a necessidade de se fazer tal obra. Ao contrário, ele foi construído em praça pública e se estendeu para o âmbito de toda aquela cidade. Esta foi a opção escolhida e a melhor maneira de dar visibilidade ao homenageado, que ficou materializado na praça à disposição daqueles que o queiram contemplar.

Destarte, o operoso ex-prefeito, querido por grande parte de seus conterrâneos e subalternos, permanece ali, aos olhos de todos. Não de carne e osso, mas transmutado simbolicamente em concreto. Esta foi a maneira que seu filho encontrou para mostrar o reconhecimento dos umbuzeirenses àquele que consideram ter trabalhado pelo desenvolvimento de sua cidade.

IMAGEM 57 - DISCURSO E BENÇÃO DO BUSTO



Fonte: Acervo pessoal de Sueli Bezerra. 2004.

A partir dos registros fotográficos, podemos visualizar dois outros momentos da solenidade. Na foto 1, está a mesa de honra formada por alguns familiares e amigos de Carlos Pessoa Filho. Também percebemos a presença de alguns vereadores, líderes comunitários e moradores da cidade. No tocante aos discursos proferidos, verifica-se na foto Gilberto Bezerra, homem benquisto por Carlos Pessoa Filho, cujas lições o colocaram também no caminho político como prefeito de Aroeiras¹¹⁸.

Com base na foto de número 2, é possível inferir o grau de religiosidade atribuído àquele evento. A presença do pároco da cidade, com o Ritual Romano de Bênçãos (Livro Litúrgico que contém os formulários e ritos de bênçãos para diversas ocasiões), ao microfone, indica que houve um momento de fé e abençoamento do busto. Porém, é tudo muito informal e pouco solene, já que ele não está paramentado para a Missa, pois veste uma estola branca (cor litúrgica própria para as bênçãos) sobre roupas civis e sem o hábito eclesiástico. A intenção era de que após ser abençoado o objeto ganhasse uma aura mística e simbólica. Sem dúvidas, uma autêntica maneira de sacralizar aquele *filho ilustre*. Naquela noite, a cerimônia foi encerrada com um coquetel servido aos presentes.

Mais uma vez, sob o manto da dívida e da eterna gratidão, Umbuzeiro inaugurava seu terceiro busto em praça pública. Novamente um marco simbólico instaurador e reafirmador da memória de um *filho ilustre*. De acordo com Paulo Knauss (1998, p. 81), esse tipo de veneração aos personagens importantes tem por fundamento o “princípio da gratidão”, o qual “instaura as bases da relação da Sociedade com o Estado a partir da construção de uma memória acerca do passado histórico que afirma a vontade geral como medida da unidade nacional”.

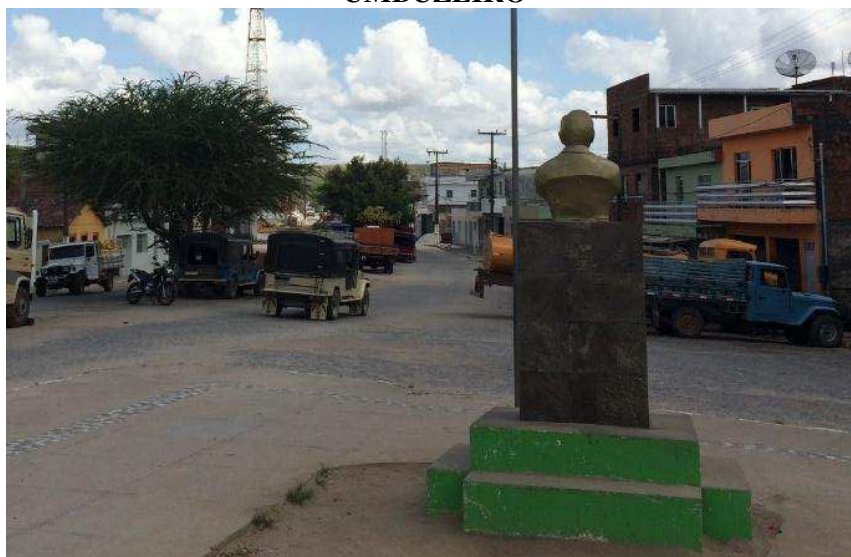
¹¹⁸ Segundo informações da entrevista com Sueli Bezerra Silva, concedida à autora em 24 de abril de 2014. A depoente é Zootécnica da Estação Experimental João Pessoa e amiga da família Pessoa. Encontra-se atualmente com 50 anos.

No caso de Umbuzeiro, buscou-se fabricar uma cidade monumentalizada a partir da consagração dos *filhos ilustres* e da construção de “lugares de memória”. Criando, portanto, uma memória para a cidade, a qual é o substrato dessa identidade cidadina como o *berço dos filhos ilustres*. Por sua vez, caberia aos umbuzeirenses agradecer pela existência de seus “benfeitores” e se sentirem também identificados com os mesmos. Igualmente, tencionava-se forjar a unidade cidadina constituída pelo vínculo entre os indivíduos e sua urbe, e costurada por uma memória afetiva, sagrada e intencionalmente produzida por meio dos espaços de memória existentes pela cidade.

O esforço em fazer desta inauguração um evento de grande pompa, semelhante ao que foi feito na inauguração dos demais bustos, revelou-se inútil. O evento pouco solene e com a restrita presença de familiares, amigos e partidários políticos demonstra o quanto atos desse tipo já não são bem vistos em pleno início do século XXI. Outro indício é o material usado na confecção da peça, o concreto ao invés do bronze. Desse modo, todos estes elementos revelam um momento de “crise” identitária, apontando para a ideia de abandono e de esquecimento destes personagens, tão caros àqueles que investiram na fabricação dessa cidade monumentalizada.

Contudo, um aspecto bastante curioso quanto à posição do busto merece ainda ser avaliado. Ele foi colocado na praça da entrada da cidade, no sentido de quem vem de Pernambuco, pela Rodovia Deputado Oswaldo Lima, para a Paraíba. Quem chega à cidade encontra o monumento de costas. Ele não está posicionando de forma a dar as boas-vindas àquele que chega a Umbuzeiro, mas para a avenida que leva o nome de seu pai e, assim, segue a mesma orientação dos outros bustos da cidade. Ou seja, volta-se para o centro da cidade, orientado também para a Fazenda Prosperidade, dando a impressão de quem está observando-a de longe. Coincidência ou não, este é o sentido de todos os bustos dos Pessoa na cidade, conforme apresentado neste capítulo na imagem 54.

IMAGEM 58 - VISTA DO BUSTO DE PESSOA FILHO PARA QUEM CHEGA A UMBUZEIRO



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2015.

O decurso temporal entre a elaboração deste busto e o do avô deste personagem (Cel. Antônio Pessoa) é longo, tem-se o interregno de 65 anos. Tomando todos os espaços de memória conjuntamente e observando o ano de sua criação, como foi apresentado em nosso segundo capítulo no quadro 2, de fato não houve a quebra total nesse processo de fabricação da cidade monumentalizada. Todavia, a criação desse tipo de monumento não condiz mais aos anseios da sociedade atual, vive-se num contexto político e social totalmente diferente.

Portanto, a instalação deste novo busto/monumento correspondia às tentativas de manutenção dessa prática familiar, aos anseios dessa família de tradição política. Pretendia-se eternizar a imagem daquele que foi tido como o “protetor dos pobres” ou “pai” para os umbuzeirenses, consagrando-se mais um *filho ilustre* para Umbuzeiro. O último monumentalizado, até então.

3.5 Entre sacralização e dessacralização dos *filhos ilustres*: outras (res)significações dos cidadãos

Conforme preceitua Pierre Nora (1993, p. 13), não existe memória espontânea. Disso resulta a necessidade dos homens em “criar arquivos”, “organizar celebrações”, construir e manter “lugares de memória”, onde possam ancorar sua memória e traduzir uma identidade. Entretanto, tais referentes identitários não são estáticos e nem imutáveis. Em outras palavras, “o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado em si mesmo, fechado

sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações” (NORA, 1993, p. 27).

Nesse sentido, os “lugares de memória” analisados ao longo desta pesquisa são espaços potencialmente dotados de uma carga memorialística, mas que também contêm as indagações e as necessidades do tempo presente, visto que:

O homem é um ser permanentemente em busca de si mesmo, de suas referências, de seus laços identificadores. A identidade, além de seus aspectos estritamente individuais, apresenta uma dimensão coletiva, que se refere à integração do homem como sujeito do processo de construção da História. A História, como processo, é compartilhamento de experiências, mesmo que inúmeras vezes sob a forma de conflitos. (NEVES, 2000, p. 113)

Para além de serem espaços globalizantes e de aceitação geral, são espaços negociados, reelaborados e também de conflitos. Mesmo diante de todo o investimento e do longo processo de construção destes espaços, em Umbuzeiro, percebe-se a existências de indivíduos que fogem, ou tentam fugir, das garras dessa memória e dessa identidade constituída para a cidade.

Para entendermos as transmutações e os atuais usos destes espaços de memória na urbe, foi necessário problematizá-los. Verificar até que ponto a memória dos *filhos ilustres* é o suporte para a identidade de Umbuzeiro; e distinguir os sujeitos que destes personagens extraem um orgulho especial, ou mesmo aqueles que lhes são indiferentes.

Reconhecemos os contínuos investimentos de consagração da memória de alguns filhos da terra e as vigilantes comemorações que sempre buscam “nessa reapropriação do acontecimento passado, um novo regime de historicidade, projetando-o em direção ao futuro” (SILVA, 2002, p. 436). E, portanto, tentam incutir a ideia de que tal personagem ainda exerce uma função simbólica e se mantém vivo na memória dos cidadãos.

É nesse contexto que a data do assassinato de João Pessoa é religiosamente lembrada na cidade até os dias de hoje. Anualmente, em 26 de julho, o remanescente de sua família em Umbuzeiro faz questão de recordar sua morte. Num gesto de consternação em memória daquele que foi consagrado como um “herói”, em sua cidade natal e na Paraíba, deixa-lhe uma grinalda de flores no busto todo ano.

IMAGEM 59 - BUSTO DE JOÃO PESSOA COM GRINALDA DE FLORES



Fonte: Foto 1 - Fanpage “Umbuzeiro Depressão”¹¹⁹. 2013.
Foto 2 - Acervo pessoal da autora. 2014. Fotografia editada pela autora.

Essa prática ocorre desde a morte de João Pessoa, em 1930, e era feita por várias instituições. Nos primeiros anos, os trabalhadores da Estação Experimental “João Pessoa” visitavam o busto ofertando-lhe flores, pronunciando discursos e cantando o hino a João Pessoa. É o que nos relata a senhora Iris Travassos:

Os funcionários deixaram de fazer isso [homenagens no busto]. Vai chegando novos chefes e vão deixando. Mas até uns 3 ou 4 anos atrás, todos os funcionários, todos vestidos com a roupa adequada de lá, [...] formavam e vinham em colunas, já em filas e vinham com a capela bem grande, uma coroa bem grande e chegavam na cabeça de João Pessoa e botavam. Era como uma religião. Era bonita a cerimônia, o pessoal da rua acompanhava. Eu quando era aluna desse Grupo escolar, a minha professora com todo o grupo vinha, formavam e cantavam o hino. Era o hino a João Pessoa [canta alguns trechos]. Faziam muitos discursos.¹²⁰

De acordo com os relatos orais de memória colhidos em nossa pesquisa, percebemos a reiteração da informação de que os funcionários da Estação faziam tal homenagem. Muito

¹¹⁹ Conferir a página na internet disponível em:

<https://www.facebook.com/UmbuzeiroDepressaoOficial/photos/a.158302417625499.32350.158292087626532/377442025711536/?type=3&theater> Acesso 25 fev. 2014.

¹²⁰ Entrevista com Íris Travassos Sarinho, concedida à autora em 30 de janeiro de 2014. A depoente é professora aposentada e moradora da cidade. Encontra-se atualmente com 89 anos.

provavelmente sob a orientação do chefe da instituição. Quanto a essa hipótese, ao analisarmos os nomes daqueles que exerceram tal chefia, identificamos que pelo menos quatro eram membros da família Pessoa. Na verdade, a criação da Estação foi obra de Epitácio Pessoa, quando ocupou a presidência do Brasil e repassou-a para a família assumir sua direção. Sendo assim, não é mera coincidência e isso explica os motivos de tal comemoração ser feita pelos funcionários da instituição.

Por sua vez, as escolas de Umbuzeiro também organizavam momentos de celebração em favor desse personagem. Na verdade, até bem pouco tempo atrás, o hino a João Pessoa era cantado nas escolas. Vários são os relatos sobre o assunto e muitos de nossos depoentes, quando estudantes, participaram das homenagens:

Colocavam flores, eu já até participei de um coral que foi para homenagear João Pessoa. Agora já faz muito tempo, muito tempo, mas recentemente eu não vejo tantas homenagens não.¹²¹

Ou ainda,

Participei deste ato, creio que lembro nitidamente que aos 15 anos de idade, todos os anos no aniversário de morte de João Pessoa a orquestra da Paraíba, da Polícia Militar ou similar sempre fazia esse ritual. Apenas que não percebo mais nos últimos anos, não tenho acompanhado também, não tenho ficado no dia para observar. Mas lembro com nitidez, fazia parte do calendário, até digo, festivo do município era uma certeza de naquele dia ter um político na cidade, ter discurso político, da família Pessoa sempre. Agora ultimamente, por coincidência ou não, não tenho observado esses atos.¹²²

Isso foi vivenciado e presenciado por muitos anos em Umbuzeiro. Sem dúvida marcou a memória de diversos cidadãos. Tais tipos de solenidade deixaram de existir na cidade. Porém, a grinalda deixada no busto, desacompanhada de qualquer tipo de celebração, por si só elucida um marco simbólico para a história da cidade que não pretende ser esquecido, a saber, a memória daquele filho renomado. E isso é um indício do desejo de manter sua memória viva naquele “lugar de memória” e no imaginário dos habitantes da urbe.

Quanto a este aspecto, Carvalho (1990, p. 55) assegura que a necessidade que a sociedade tem, em determinados momentos, de criar e sacralizar heróis e as suas utilizações políticas se constituem como “fulcros de identificação coletiva” e “instrumentos de legitimação de regimes políticos”. Desta forma, a fabricação de heróis “tem de responder a alguma

¹²¹ Entrevista com Elaine Cristina de A. Silva, concedida à autora em 26 de fevereiro de 2014. A depoente é professora e moradora da cidade. Encontra-se atualmente com 36 anos.

¹²² Entrevista com José Roberto B. Silva, concedida à autora em 26 de fevereiro de 2014. O depoente é consultor ecológico e encontra-se atualmente com 48 anos.

necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que correspondam a um modelo coletivamente valorizado”.

Em sua abordagem acerca da figura do herói, Girardet (1987) elucida que ele é constantemente associado a símbolos e espaços que se coadunam para dar-lhe legitimidade e concretizar o processo de consagração. O ideal é que a imagem de tal personagem ganhe dimensões e se prolongue no maior espaço cronológico possível. Feito isso, o herói estende-se ao devir e se conserva atuante na memória. Contudo, para este autor, o grande desafio é “saber como se opera a passagem do histórico ao mítico, como opera, em outras palavras, esse misterioso processo de heroificação, que resulta na transmutação do real e em sua absorção pelo imaginário” (GIRARDET, 1987, p. 71). Além disso, outro ponto “delicado” para ele é a parcela de “manipulação voluntária” passível de ser detectada nesse tipo de construção mítica.

Assim, as comemorações ainda ocupam um lugar central no universo político contemporâneo, pois contribuem para definir as identidades e as legitimidades políticas. Todavia, elas não constituem somente um simples meio de produzir *consenso*, ao contrário, elas podem revelar tensões e conflitos (FERREIRA, 1997, p. 157).

Quanto ao último busto até então criado na cidade, nota-se que a relação de identificação com Pessoa Filho é mais nítida do que com os demais personagens. Isso decorre de sua contemporaneidade, seus descendentes e muitos com o qual conviveu ainda moram em Umbuzeiro. Daí ele ser o busto mais conhecido na cidade. Assim, desde que o monumento foi inaugurado, todos os anos, na data de sua morte, em 06 de janeiro, uma faixa é colocada.

IMAGEM 60 - BUSTO DE CARLOS PESSOA FILHO COM FAIXA



Fonte: Acervo pessoal de Sueli Bezerra. 2015.

Na faixa depositada em janeiro do ano corrente, lê-se as seguintes palavras: “Umbuzeiro eternamente grato ao seu maior benfeitor: Carlos Pessoa Filho. 13 anos de saudade”. Em 2014, a faixa continha a seguinte frase: “A Carlos Pessoa Filho, uma singela e póstuma homenagem aquele que é um legítimo, incontestado e perfeito marco da história de Umbuzeiro. 12 anos de saudade”.

Ao lembrar a data do falecimento de Pessoa Filho ao devir, busca-se imprimir na memória local um símbolo da sua existência e afirmar um certo poder instituído. Em âmbito geral, as frases são de efeito, demonstram um sentimento de gratidão e de reconhecimento ao benfeitor da cidade. Uma imagem bastante comum dos *filhos ilustres*, todos tidos como benfeitores, alguém que fez algo pela cidade enquanto a administrou – como se tais realizações não fossem pura e simplesmente o dever de cada um diante do cargo que ocupava.

São palavras que buscam legitimar um lugar na memória dos cidadãos, consagrando Pessoa Filho como personagem incontestável na história da cidade. Elas também deixam implícito que o mesmo herda o lugar de seus antepassados, renovando as esperanças e dando continuidade ao legado político familiar. É esse seu verdadeiro sentido. É assim que se deseja revelar sua imagem para a cidade. Quando foi eternizado em busto, pretendeu-se também perenizar o seu significado. Os cidadãos, por sua vez, ao conviverem com as imagens que seriam perpetuadas, também lhes deviam preito e gratidão eternos.

A responsável por lembrar anualmente a memória de Pessoa Filho é uma moradora da cidade e amiga da família. Conviveu com o personagem em vida e nos parece que ainda nutre por ele uma certa admiração. Ao ser indagada sobre esse gesto, ela nos relata o seguinte:

Mando [fazer a faixa], eu tenho as frases todinhas.
Mandei agora, dia 6 de Janeiro. A Faixa ainda tá ali.
Isso é uma coisa que parece assim... Quando eu rompo o ano novo, que eu digo: eita, eu tenho que correr e ligar pra Campina, que já tem um rapaz lá, [...] ele já sabe. Quando eu ligo ele faz: Já sei, a faixa de Seu Carlos. Quando rompe ano, é uma coisa que eu não esqueço.
O povo acha lindo, vem olhar, tira foto, o povo acha bonito.
A imagem dela simboliza o município, porque as palavras que eu boto é no geral do município, então o povo acha bom, a maneira como eles são, é como se todos estivessem lembrando dele. [...] eu não me refiro só pessoalmente, essa faixa é feita em nome de todos os umbuzeirenses. E todos eles aceitam [...] não tem política pra isso, admiro né.¹²³

Organizar comemorações corrobora com a ideia dos que advogam para si o dever de guardiões do passado e da memória local. Entendemos que esse tipo de investimento celebrativo

¹²³ Entrevista com Sueli Bezerra Silva, concedida à autora em 23 de abril de 2014.

configura-se como forma de buscar uma integração consistente da identidade cidadina. Neste caso, um apreço individual acaba sendo pulverizado como sendo o desejo de todos. Esse interesse pessoal de atuar contra a passagem do tempo tem um fundo intencional e que visa interesses específicos. Por outro lado, nos cabe perguntar, será que os demais habitantes da cidade também não têm sua própria leitura de cidade? Afinal, o que as pessoas comuns acham desses bustos?

Quanto a isso, recorremos aos estudos sobre história e memória de Félix (2004, p. 45). Este nos adverte sobre as chamadas “zonas de sombra”, “silêncios” e “não ditos”. Onde o historiador deve estar atento tanto em relação à memória visível quanto ao “uso do esquecimento com a possibilidade de manipulação da memória e suas apropriações por interesses políticos”.

Sendo assim, as memórias de Pessoa Filho, por exemplo, não são tão coesas quanto parecem. Notamos em algumas entrevistas que as opiniões divergem. Ao ser indagada sobre a importância dos bustos da cidade e sobre a inauguração do mais recente, ouvimos o seguinte relato:

Eu acho que já passou essa fase, hoje em dia acabou-se.
O povo não tem mais esse tipo de curiosidade de saber das coisas.
Não, não fui nem olhar [a inauguração], não sei nem de que cor é [o busto].
Eu nunca ando [na praça] nem presto atenção.
Ele foi o chefe político daqui muito tempo, mas sobre esse povo eu não gosto nem de falar, porque a política em Umbuzeiro, pra mim... Não gosto.¹²⁴

Para Michael Pollak (1989, p. 9) esse tipo de atitude frente a uma memória instituída como global não é encarada como uma forma de esquecer o passado. O silêncio e a maneira como este espaço é ignorado por alguns indivíduos é, portanto, um recurso de resistência aos discursos oficiais. Isso ocorre porque “todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente”.

O aspecto bastante nítido neste relato oral de memória é que os bustos cravados nas praças da cidade congregam um discurso político e não são apenas objetos artísticos para decoração. São, acima de tudo, instrumentos de poder, monumentos criados intencionalmente para servir de símbolo mnemônico e legitimar determinada família de tradição política na cidade.

Outra depoente nos apresenta esse mesmo tipo de discurso:

¹²⁴ Entrevista com Mariza Rodrigues da Silva, concedida à autora em 14 de maio de 2014. A depoente é dona de casa e moradora da cidade. Encontra-se atualmente com 71 anos.

Não, eu não fui ver [a inauguração do busto] porque eu não quis ir ver. Lembro quem fez na época [a praça]. Alcides ainda era o prefeito do partido de Carlos Pessoa, inclusive ele fez e botou na praça o nome da primeira esposa dele, falecida. Quando vieram botar aquele busto de Carlos Pessoa ali em cima já não tinha mais nem graça, que a praça tinha sido feita, era a Praça Letícia Cabral.¹²⁵

Em suas palavras, além de partilhar da rejeição ao busto, nota-se a crítica quanto à destituição do nome inicial da praça. Esta foi construída na década de 1950, durante a gestão do prefeito Alcides Cabral de Melo, que a batizou com o nome de sua esposa, Letícia Cabral. Assim, nossa depoente não concorda que depois de tanto tempo seja mudado o nome inicial, destituindo-se uma memória em favor de outra.

Ao contrário do que se possa imaginar e do que demonstra o contexto visual da urbe, longe de ser uma memória uniforme, as memórias acerca dos *filhos ilustres* também se imbricam e se chocam. Mesmo diante de tão extenso processo de monumentalização da cidade, seus benfeitores não conseguiram se manter coesos na memória local, ou não poderiam. Pois notamos que a identificação com tal memória, de certo modo, se encontra encoberta sob o véu político. Na verdade, ao que indicam os relatos orais de memória colhidos nesta pesquisa, há uma maior identificação entre aqueles indivíduos que são partidários políticos dos Pessoa. Em contrapartida, percebemos a negação aos bustos com a consequente rejeição àqueles “lugares de memória” pelos cidadãos de oposição político-partidária.

Em vez da perspectiva da homogeneidade dessas memórias e das tentativas de permanência temporal, é necessário adentrar na seara das disputas, dos conflitos de memórias, dos esquecimentos e silêncios. É imperioso perceber tanto o processo de sacralização, quanto o de dessacralização desses benfeitores e os interesses a que se prestam. Bem como entender as investidas na elaboração de uma história local com a fabricação desses personagens, concebidos como “heróis”, tão caros ao imaginário político de determinadas épocas (CARVALHO, 1990).

Ainda no intuito de entender a forma como os indivíduos comuns e moradores da cidades lidam com a presença dos bustos, fomos à feira livre que ocorre aos sábados. Nestes dias de maior movimentação urbana, aqueles personagens ilustres fixados em praça pública ganham a companhia dos feirantes e cidadãos de modo geral. Ao redor dos bustos, os feirantes colocam suas barracas. Alguns vêm das cidades vizinhas e muitos mantêm a barraca no mesmo local há mais de dez anos, passando-a de geração em geração.

¹²⁵ Entrevista com Gladys Josefa Duarte da Silva, concedida à autora em 19 de março de 2014. A depoente é dona de casa e moradora da cidade. Encontra-se atualmente com 65 anos.

Quando indagados sobre aqueles personagens com os quais convivem em dias de feira, as dúvidas foram suscitadas e poucos foram os que conseguiram identificar o nome do personagem do busto. Contudo, é lugar comum entre a maioria dos feirantes a ideia de que são da família Pessoa, disso eles não têm dúvida. A confusão mais comum é entre João Pessoa e Antônio Pessoa. Embora não exista busto de Epitácio Pessoa na cidade, alguns chegam a afirmar que o busto de Antônio Pessoa é de Epitácio. Dos três monumentos, aquele que os indivíduos identificam com certeza é o de Carlos Pessoa Filho. Certamente pelo fato de ser um personagem contemporâneo a muitos destes nossos depoentes¹²⁶.

Em nenhuma fala tivemos notícia de algum ato de depredação, apenas o incidente de que alguns feirantes usavam o plinto do busto do Cel. Antônio Pessoa como ponto de apoio para amarrar as barracas, mas que já não o fazem mais, visto que prejudicavam a estrutura do busto, que estava se soltando da base. Em Umbuzeiro não há nenhum tipo de vigilância que proteja os objetos. Daí é possível sentar no pedestal, escalar ou tocar na peça, o que faz com que os frequentadores daqueles espaços possam estabelecer uma relação de proximidade. Na foto que segue é possível verificar o uso deste espaço como estacionamento para moto ou consumo de líquidos, tendo em vista o copo deixado no pedestal.

IMAGEM 61 - VISTA DO BUSTO DO CEL. ANTÔNIO PESSOA EM DIA DE FEIRA LIVRE



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2014.

¹²⁶ Estas informações foram obtidas a partir dos depoimentos colhidos no dia 08 de março de 2014. Conversamos com feirantes que possuem barracas ao redor dos bustos e com alguns cidadãos.

Em nossas conversas com os cidadãos ficamos sabendo que as vezes um homem passa em frente ao busto de João Pessoa e faz o sinal da cruz, talvez acreditando referir-se a um santo. Segundo informações, trata-se de um morador da cidade. Diante disso, constatamos que, para uns, os monumentos parecem não fazer diferença, são apenas um objeto na praça e nada mais. Para outros, parecem mesmo deter alguma relação de proximidade e de identidade com o personagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade aparece como um todo no qual nenhum desejo é desperdiçado e do qual você faz parte, e, uma vez que aqui se goza tudo o que não se goza em outros lugares, não resta nada além de residir nesse desejo e se satisfazer.
 [...]

[Há cidades] que continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos [...]
 Italo Calvino

Assim parece ser a cidade de Umbuzeiro. Ao longo dos anos ressignificou e atualizou a imagem de seus personagens renomados, nutrindo o desejo de ser (re)conhecida como o berço de *filhos ilustres*. Algo que lhe é caro e que justifica sua dignidade. Um desejo particular, familiar e interessado, mas que acabou sendo transferido para a sua materialidade urbana e a transformou numa cidade monumentalizada.

A memória dos Pessoa é bastante visível nos espaços públicos de Umbuzeiro e, mesmo sendo algo notório por todos, era até então carente de uma reflexão historiográfica. Portanto, foi esse o nosso objetivo: analisar o processo discursivo e memorialístico que a transformaram no *berço de filhos ilustres* por meio das falas de seus moradores, em grande medida reprodutoras das colunas dos jornais e imagens cristalizadas. Ao serem impregnados nos espaços públicos da cidade, estes personagens passaram para a posteridade. Não com o mesmo significado de outrora, mas transmutados por aqueles que com eles convivem na materialidade urbana.

Ao refletirmos sobre o processo de monumentalização dessa cidade, apreciamos toda a trajetória da construção dos espaços de memória, dos desejos de patrimonialização e da elaboração de sua identidade. Nessa perspectiva, reputamos dizer que a concepção de que Umbuzeiro é o berço dos *filhos ilustres* ofuscou as tensões e conflitos que giravam, e ainda giram, em torno dessa designação. E a simples aceitação do paradigma histórico da família Pessoa para Umbuzeiro turva a problematização do próprio processo histórico que a criou.

Ao interrogar e desconfiar dos “lugares de memória” (NORA, 1993) criados na cidade, representantes de um passado e de um personagem tido como benfeitor ou mesmo “herói”, que transmitia e ensinava valores, desvendamos que por trás dessa tradição havia a necessidade de conferir legitimidade à família de tradição política na cidade. Desta forma, a toponímia urbana e os espaços onde ancoram as lembranças dos filhos da terra revelam as várias dimensões dessa memória na construção da identidade e do patrimônio umbuzeirense. São eles o fio condutor para a fabricação dessa cidade que se consagra como um monumento aos seus filhos.

No caminho que trilhamos para percorrer a fabricação dessa cidade monumentalizada nos deparamos com temporalidades distintas. Nossa viagem foi iniciada com a construção desses lugares de memória, ainda na primeira metade do século XX e se prolongou até os dias atuais. Entre 1931 e 2006 percebe-se o período de auge na criação desses espaços em favor da memória dos Pessoa, que se transformou numa prática familiar politicamente conveniente e bem consolidada na cidade. Em razão destes personagens históricos que compõe a memória, identidade e patrimônio histórico da cidade, nossa pesquisa desenvolveu-se com base no eixo temático enviesado pela elaboração de uma monumentalização do urbano num meio tipicamente rural.

Os espaços de memória que compõem o corpo citadino revelam aspectos da cidade e a forma como os grupos sociais nela interferem. Neste percurso propomos a leitura de Umbuzeiro através de suas ruas, prédios públicos, praças e monumentos. Identificamos que a criação destes elementos formaram uma fisionomia urbana que foi mediada pela atuação política dos Pessoa. Historicamente, entendemos que estes espaços públicos, pela constância do diálogo memorialístico e do apelo aos seus habitantes, são a materialização discursiva e simbólica em prol de uma possível legitimação do poder político desta genealogia em seu berço natal. As homenagens aos benfeitores, distribuídas pela toponímia urbana, demonstram a gradual articulação espacial e temporal, na busca pela fixação de uma determinada memória matizada de intenções e fabricada ideologicamente.

Segundo Carvalho (1990, p. 10) os regimes políticos possuem a necessidade de expressar determinada narrativa por meio da arte, de modo que a construção de um imaginário é componente relevante para sua legitimação. De acordo com o autor, é nesse imaginário inscrito nos lugares de memória “que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro”. Assim, estudar e compreender essas nuances, nos permite adentrar em um emaranhado de subjetividades que compõem cada um destes objetos de memória, concebido com uma intenção, mas que abarca outras tantas, relacionando-o com a própria cidade: complexa, plural e multifacetada.

Para pensarmos a cidade de Umbuzeiro a partir da materialidade de seus lugares de memória, partimos da premissa de que ela é um espaço histórico que se configura através da ação dos sujeitos históricos em dados contextos e condições. Ao percorrer o processo que a torna uma cidade monumentalizada, intencionamos traçar as diversas matizes e especificidades de cada um destes lugares. Feito isso, nos foi possível entender as circunstâncias e os interesses da construção de cada um destes lugares de memória percebendo o que se escondia por trás de gestos que, num primeiro olhar, pareciam tão desinteressados. Descobrimo assim, as múltiplas

implicações de uma atitude que se apresentava e era traduzida como sendo apenas uma homenagem a um ente querido.

Por meio da problematização destes lugares de memórias, em consonância com os elementos discursivos e simbólicos que a eles foram agregados, nos foi possível pensar sobre a maneira como a figura dos *filhos ilustres* foi inserida no âmbito dos espaços da cidade e a forma como esta lida com os mesmos, coexistindo uma certa reciprocidade. Ou seja, há uma troca de interesses. Ao passo que a família Pessoa investiu na construção de espaços para evocar a memória de seus vultos importantes e sedimentar-se política e simbolicamente em seu berço, a cidade monumentalizada se acostou na imagem desses personagens buscando para si um lugar na história paraibana e brasileira, clamando por um certo reconhecimento.

Ao tomar para si a imagem de *berço dos filhos ilustres*, Umbuzeiro congregou memórias em torno da constituição de sua identidade. E assim, por meio de um discurso quase que imperceptível para os sujeitos que desde criança convivem com a existência simbólica desses personagens, problematizamos essa urbe tentando entender aquilo que lhe é tão evidente. Analisamos as práticas de comemoração com um discurso político propagado no tempo, que insiste em criar e atualizar a figura de homens tidos como benfeitores e fundadores de sua história. Explicitamos a forma como se consubstanciou enquanto tal, e de que maneira a memória daqueles personagens se tornou estruturante e foi capaz de organizar um sentido e dar uma identidade para esta cidade.

Evidenciamos nesta pesquisa que a existência dos espaços de memória em Umbuzeiro, foi resultado de interesses particulares e específicos, fazendo com que esta incorporasse para si a imagem de berço dos *filhos ilustres*. É com esse título que a cidade se tornou conhecida a nível estadual e mesmo nacional. É quase que automático fazer esse tipo de correlação entre ela e o nome de algum *filho ilustre* indivíduo que nasceu, viveu, administrou ou ao menos pisou em Umbuzeiro. É por isso que estes personagens ainda são mantidos em sua toponímia, em marcas insistentemente reconstruídas nos discursos e monumentos de seus habitantes. A memória destes filhos foi, e por enquanto ainda é, parte da identidade dessa cidade.

Os *filhos ilustres* de Umbuzeiro foram incessantemente reinventados e reinterpretados ao longo do tempo. Isso explica o interesse na constante (re)atualização da memória cidadina e na identidade gerada a partir destes personagens. Nesse sentido, elucidamos a reciprocidade de interesses entre a cidade e seus nomes importantes, fazendo com que a mesma use a imagem desses personagens para compor sua própria história e buscar notoriedade a partir de um passado considerado triunfal.

Podemos atestar que no processo de elaboração e sedimentação dessa identidade cidadina houve a importante e constante atuação discursiva. Iniciamos pela narrativa memorialista, que tem um peso relevante como guardiã da história local e construtora da imagem de Umbuzeiro como o berço desses *filhos ilustres*. Outros discursos também corroboraram na construção dessa identidade, a exemplo das fontes hemerográficas. Em diferentes temporalidades e contextos, jornais e revistas foram responsáveis por dar embasamento aos feitos de alguns filhos da terra e fazer a associação da cidade como sendo a “terra de ...”. A depender do momento, tinha-se sempre algum nome importante e assim Umbuzeiro tornou-se a terra de: Epitácio Pessoa, Antônio Pessoa, João Pessoa, Carlos Pessoa, Carlos Pessoa Filho ou Terezinha Pessoa.

Essa cidade monumentalizada foi evidenciada no percurso em que nossa pesquisa pôde abarcar. Contudo, seus “heróis” ou “benfeitores” não conseguem ancorar na memória cidadina uma identidade estanque. Nem sempre essa totalidade identitária e memorialística ocorre de forma global e pacífica. Muitas vezes ela escapa às estratégias de encaixe e controle político. Em meio a todos esses lugares de memória, revelamos que também existem as frechas, as resistências e os desvios. Ao contrário do que a cidade dá a ver, do que os relatos memorialistas consolidaram e do que alguns discursos pretendem, não há uma identidade umbuzeirense unívoca e homogeneizante.

Partimos do pressuposto de que as múltiplas temporalidades do espaço urbano e as distintas camadas de sentido atribuídas por seus habitantes abrem novas formas de leitura e apontam para a renovação da pesquisa histórica acerca das cidades (PESAVENTO, 2008). O discurso que baliza o tempo e a história de Umbuzeiro num passado unívoco que gira em torno de seus filhos renomados silencia outras temporalidades, outros sujeitos e, conseqüentemente, outras memórias.

Deixamos aqui nossa contribuição acerca de uma forma de leitura dessa cidade que não é a única. A partir destas reflexões muitas outras histórias poderão ser narradas, a exemplo do aprofundamento dos debates sobre a educação patrimonial, dos projetos urbanísticos da Prefeitura Municipal que descaracterizou algumas praças e dos discursos que apontam para a problemática da falta de identificação/interesse frente ao patrimônio arquitetônico citadino e seus objetos de memória: os bustos. Este aspecto foi percebido por nós nas falas de alguns moradores,

As casas, a cada dia que passa estão sendo desmanchadas, estão sendo modificadas e hoje a gente podia ter muito do centro da nossa cidade que é

muito bonito, padronizado. Mas hoje não, hoje a modernidade chegou, e o pessoal botando laje e cerâmica na frente, aí tá destruindo né?¹²⁷

E de indivíduos que trabalham na cidade:

Eu acredito que a população umbuzeirense deveria se preocupar em conservar o passado do município. Eu tenho uma visão, minha própria, que eu acho que Umbuzeiro é um centro de futuro. É uma cidade que se você explorar a cultura, você consegue trazer turismo pra cidade [...]. A parte histórica do município não tá sendo explorada de forma correta. Se fosse, Umbuzeiro seria outro.¹²⁸

Esse tipo de fala certamente lança novas perguntas ao tema da memória e patrimônio cidadão: por que a atual geração umbuzeirense abandonou os significados que os Pessoa dão para cidade? Isso seria decorrente da aparente falta de incentivo ou investimento cultural no sentido de informar e preservar o patrimônio cidadão? Qual esta relação entre o público e os passos da cidade? Qual a reapropriação que seus cidadãos fazem dos significados históricos espalhados pela urbe?

Estas releituras e os discursos defensores de uma educação patrimonial certamente nos oferecem pistas para compreender a Umbuzeiro que nasce no final do século XX. Para além de ser o *berço dos filhos ilustres* ou *terra dos Pessoa*, outras facetas também merecem ser pensadas.

Iniciamos nosso percurso com a chegada de Teodósio de Oliveira Ledo, desbravando esta região. Porém, o encerramos com a "invasão" de repórteres que veem a Umbuzeiro em busca de informações e registros da passagem de Epiácio Pessoa. Isso porque se aproxima seu aniversário natalício de 150 anos. E, como é de praxe nestes momentos de comemoração, voltam-se os olhos para o berço dos Pessoa.

A casa do Sítio Barros deixou de existir. Sua materialidade foi dissipada pelo tempo. Mesmo assim, os repórteres buscam no meio do mato algum resquício de sua existência e talvez algum eco do choro do menino que ali nasceu. A vegetação encobre todo o local, não se sabe ao certo o lugar exato. Apesar disso, o ambiente acaba sendo capturado pelas câmeras e ganha também sua patrimonialização. Com isso, cristalizam a imagem dos Pessoa.

¹²⁷ Entrevista com Alceu da Costa Lima, concedida à autora em 21 de setembro de 2013. O depoente foi funcionário de Ministério Público da Paraíba e trabalhou no processo de coleta dos nomes dos proprietários dos imóveis do centro histórico de Umbuzeiro. Encontra-se atualmente com 38 anos de idade.

¹²⁸ Entrevista com Gilvan Ramos da C. Júnior, concedida à autora em 10 de março de 2014. O depoente reside em João Pessoa e trabalha na Estação Experimental João Pessoa. Encontra-se atualmente com 47 anos idade.

Pelas ruas da cidade registram os lugares de memória que remetem a Epiácio Pessoa, buscando (re)significá-los para os objetivos da comemoração que está por vir. A qual, havia sido programada com antecedência de uma ano, pela “Comissão de Cultura e Memória” do Poder Judiciário Estadual¹²⁹. Palestras, discursos e a exibição de vídeos estão na pauta do evento. Sem nada entender, alguns curiosos perguntam do que se trata e continuam alheios a tudo isso. Contudo, não podemos esperar pelo evento. É chegada a hora de nossa partida.

Aqui nos despedimos convictos de que, com base em nossas leituras e nas fontes que tivemos acesso, traçamos uma história da Umbuzeiro monumentalizada e lançamos igualmente outras possibilidades. A partir das reflexões aqui apresentadas, novas leituras serão possíveis. Por ora, fica a dica para as futuras pesquisas.

¹²⁹ Sobre a reunião que discutiu a comemoração do sesquicentenário de Epiácio Pessoa, realizada pelo Tribunal de Justiça da Paraíba, veja-se: <http://memorialvirtual.tjpb.jus.br/noticiario/comissao-de-cultura-e-memoria-inicia-debate-sobre-a-programacao-dos-150-anos-de-epitacio-pessoa/> Acesso: 10 fev. 2015.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.
- AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. **Paraíba nomes do século** - João Pessoa. Série Histórica nº 37. João Pessoa: A União, 2000.
- AIRES, José Luciano de Queiroz. **Cenas de um espetáculo político**: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945). 2012. 394 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- _____. **Inventando Tradições, Construindo Memórias**: A “Revolução de 30” na Paraíba. 2006. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bessanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 155-202.
- _____. **Manual de História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Da História Detalhe à História Problema: O erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico. In: **Locus, Revista de História**. Juiz de Fora: Editora UFJF. v. 10, p.53-72, 2004.
- ALMEIDA, Adriana Mortara; VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Por que visitar museus. In: BITTENCOURT, Circe (Org). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 104-116.
- ANDRADE, Joel Carlos de Souza et al (Org.). **Cultura e Cidades**. Campina Grande: EDUFCEG, 2009.
- BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BARROS, José D’Assunção. **Cidade e História**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BOLLE, Willi. Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.) **Produzindo o passado** - Estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BITTENCOURT, Circe. As tradições nacionais e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime (org). **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988.
- BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **A cidade inventada: a Paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870 - 1920)**. 1993. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BRESCIANNI, Maria Stella. História e Historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcus Cézár de (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 237-238.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Irene. 68: a comemoração impossível. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1-12, out.1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v10n2/v10n2a01.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2014.

CARNIELLI, Flávio de Godoy. Os memorialistas do século XX e a memória das cidades. In: **Patrimônio cultural, identidad y ciudadanía**. LOBATO, Francisco Ollero (Coord.) Producciones Digitales Abya – Yala: Quito, 2010. p.35- 62.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2013a.

_____. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b.

_____. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Edições Francisco Alves, 1995, p. 17- 48.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

_____. **O patrimônio em questão**: antologia para um combate. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2011.

CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves; CORDEIRO JR., Raimundo Barroso. (Orgs.). **Cultura Histórica e Historiografia**: legados e contribuições do século 20. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: UPF, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral, comemorações e ética. In: **Projeto História. Ética e História oral**, São Paulo, nº 15, abr. 1997, p.157-164.

FILHO, Severino Cabral. Da Fotografia e da Lembrança de Velhos: A Cidade Revelada. In: **Revista Saeculum: revista de história da UFPB**, João Pessoa, n. 18, p. 47-55, 2008.

FOUCAULT, Michel. Espaço e Poder. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Cidades**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 139-146, 1994.

FREITAS, Marcus César de (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 237-238.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, J. Eduardo. **Umbuzeiro 100 anos: Nossa Terra, Nossa História, Nossa Gente**. Campina Grande: Gráfica Offset Marcone, 1995.

_____. **Umbuzeiro Fatos & Fotos**. Umbuzeiro: [s.n.], 2000.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. vol. XVI. Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [19--].

_____. vol. XX. Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [19--].

GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba republicana (1889-1945). In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da et al (Org.). **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999. p. 53-75.

_____. **Morte e Vida das Oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

KNAUSS, Paulo. **Imagens urbanas e poder simbólico: esculturas e monumentos públicos nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói**. 1998, 234 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

_____. **Por amor às cidades:** conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** Campinas-SP: Papirus, 1986.

LEITÃO, Lúcia (org.). **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer:** manual de procedimentos para intervenção em praças. Recife: A Secretaria, 2002.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba:** um estudo de caso de oligarquia de base familiar. Trad. André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LOWENTHAL David. Como conhecemos o passado. In: **Projeto História.** nº 17, Nov. 1998, p. 63-28.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bessanezi (Org.). **Fontes históricas.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-153.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral:** para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MELLO, Humberto. **João Pessoa, Perfil de um homem público.** João Pessoa: A União Cia Editora, 1978.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros:** USP, São Paulo, v.34, p. 9-24, 1992.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória.** São Paulo: Contexto, 2010.

MORAIS, Fernando. **Chatô:** o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NEVES, Lucilia de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. In: **História Oral.** Revista da Associação Brasileira de História Oral. Rio de Janeiro, v.3 n.3, p.109-116, junho de 2000.

NOLETO, Mauro Almeida. **Memória Jurisprudencial:** Ministro Epitacio Pessôa. Série memória jurisprudencial. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História:** revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, História e Patrimônio Histórico.** São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Revista de Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 2, n.4, p. 172-189, 1989.

_____. (org.). **Cidade: história e desafios** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007a.

_____. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

_____. História, memória e centralidade urbana. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, [S.l.] 05 jan 2007b. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/3212>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

_____. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. História, memória e centralidade urbana. In: **Revista Mosaico**. Goiás, v.1, n.1, p. 3-12, jan./jun., 2008. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/mosaico/article/view/225/179> Acesso: 27 mar. 2013.

_____. **O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

PESSOA FILHO, Carlos. **Epitácio da Silva Pessoa**. João Pessoa: A União, 1998.

PINSKY, Jaime (Org). **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTO, Antônio Rodrigues. **História da cidade de São Paulo através de suas ruas**. São Paulo: Carthago Editorial, 1996.

PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François (Dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 123-137.

RAJA GABAGLIA, Laurita Pessoa. A figura Humana de Epitácio Pessoa. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, volume 268, jul - set, 1965, pp. 65 - 142.

_____. **Epitacio Pessôa (1895-1942)**. São Paulo: José Olympio, 1951. 1 v.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década XX**. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIBEIRO, Genes Duarte. **Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa**. 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

RIEGL, Alois. **El culto moderno a los monumentos**. 3a. Ed. Trad. Ana Pérez López. Madrid: La balsa de la Medusa, 2005.

SALES NETO. **Luís Natal ou Câmara Cascudo**: de ator a autor da cidade do Natal. Campina Grande, EDUFPG, 2013.

SANTAELLA, Lucia; NOTH, Winfried. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

SCOCUGLIA, J. B. C. (Org.). **Cidade, cultura e urbanidade**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

SILVA, Josinaldo Gomes da. Cidade, Cultura e Fontes: um percurso pela historiografia do interior paraibano. In: ARANHA, Gervácio Batista; SILVA, Elton John da (Orgs.). **Epistemologia, historiografia & Linguagens**. Campina Grande: EDUFPG, 2013.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 13- 35.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. FERNANDES, Paula Rejane (Orgs.). **Cidades e Experiências Modernas**. Campina Grande: EDUFPG, 2010.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945 – 1965)**. 2002. 424 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

TARGINO, Itapuan Bôtto Targino. **Patrimônio Histórico da Paraíba – 2000/2002**. João Pessoa: Ideia, 2003.

TAVARES, João Lyra. **A Parahyba**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1909. v. 2. p. 739-747.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

UHLE, Ana Rita. **Monumentos celebrativos**: aproximações entre arte e história (São Paulo, 1925-1963). 2013. 284 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____; PRADO, Giliard da Silva. O historiador e o trabalho com os monumentos celebrativos. In: APOLINÁRIO, Juciene Ricarte; SOUZA, Antônio Clarindo B. de. (Orgs.). **Diálogos interdisciplinares entre fontes documentais e pesquisa histórica**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 179-197.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, n. 24, jun. 1993. p. 85,86.

VIEIRA JÚNIOR, Rivadávia Padilha. **Retratos do poder:** a imagem pictórica de Felipe de Habsburgo por Ticiano Vecellio e Antonio Moro (1548-1558). 2013. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

ZENAIDE, Hélio Nóbrega. **Paraíba nomes do século** - Epitácio Pessoa. Série Histórica nº 1. João Pessoa: A União, 2000.

FONTES

ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO (JOÃO PESSOA)

- Correio Oficial do Estado da Parahyba do Norte (1904) – Parahyba;
- O Jornal (1916) – Parahyba;
- A União (1930, 1931, 1933, 1938, 1939, 1951, 1968, 1970, 1978 e 2004) – João Pessoa;
- O Norte (1951, 1968, 1970 e 1978) – João Pessoa;
- Revista Era Nova (1921, 1923 e 1924) – Parahyba;
- Brasil Novo (1931) – Campina Grande.

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA PARAÍBA – ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)

- A Imprensa (1916, 1938, 1939 e 1941) – João Pessoa.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – BIBLIOTECA NACIONAL (RIO DE JANEIRO)

- Gazeta do Sertão (1890) – Campina Grande;
- Relatório do Ministério da Viação e Obras Públicas de 1922, apresentado ao Presidente da República Arthur da Silva Bernardes
- Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da República dos Estados Unidos do Brasil (1913 e 1924)
- A Rua (1924) – Rio de Janeiro;
- A Noite (1941 e 1946) – Rio de Janeiro;
- Revista Eu sei Tudo (1951) – Rio de Janeiro;
- Correio da Manhã (1963) – Rio de Janeiro.

ARQUIVO DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – DIOCESE DE CAMPINA GRANDE (UMBUZEIRO)

- Livro de Batizados Nº 02 (1865 e 1866)
- Umbuzeirense (1941) – Umbuzeiro;

BIBLIOTECA DE OBRAS RARAS ÁTILA DE ALMEIDA – UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (CAMPINA GRANDE)

- O Combate (1923) – Parahyba;
- Voz da Borborema (1938) – Campina Grande;
- Revista Vanguarda (1978) – Campina Grande.

FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO (JOÃO PESSOA)

- Diário do Estado (1916) – Parahyba;
- A Notícia (1916) – Parahyba;
- A União (1924, 1928 e 1930) – João Pessoa.

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)

- Processo nº 0109/2001/IPHAEP;
- Processo nº 0096/2002/IPHAEP;
- Processo nº 0046/2007/IPHAEP.

ARCHIVE INTERNET

- Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado em 1º de setembro de 1907, pelo Presidente Monsenhor Walfredo Leal;
- Exposição de motivos e ocorrências do quadriênio administrativo de 1916 – 1920 do Estado da Parahyba. Apresentada pelo Dr. Francisco Camillo de Hollanda ao Exmo. Dr. Solon de Lucena. 22 de Outubro de 1920;
- Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado em 1º de setembro de 1922, pelo Presidente Solon Barbosa de Lucena;
- Anuario Estatístico do Estado da Parahyba (1932).

ENTREVISTAS

- Entrevista concedida por José Eduardo Gomes, em 21 de setembro de 2013;
- Entrevista concedida por José Eduardo Gomes, em 30 de dezembro de 2013;
- Entrevista concedida por José Eduardo Gomes, em 08 de março de 2014;
- Entrevista concedida por Carlos Pessoa Neto, em 08 de fevereiro de 2014;

- Entrevista concedida por Sueli Bezerra Silva, em 23 de abril de 2014;
- Entrevista concedida por Alceu da Costa Lima, em 21 de setembro de 2013;
- Entrevista concedida por Maria Aparecida de A. Barbosa, em 21 de setembro de 2013;
- Entrevista concedida por José Uriel Travassos Sarinho, em 20 de abril de 2015;
- Entrevista concedida por Íris Travassos Sarinho, em 30 de janeiro de 2014;
- Entrevista concedida por Elaine Cristina de A. Silva, em 26 de fevereiro de 2014;
- Entrevista concedida por José Roberto B. Silva, em 26 de fevereiro de 2014;
- Entrevista concedida por Mariza Rodrigues da Silva, em 14 de maio de 2014;
- Entrevista concedida por Gladys Josefa Duarte da Silva, em 19 de março de 2014;
- Entrevista concedida por Gilvan Ramos da C. Júnior, em 10 de março de 2014;
- Entrevista concedida por Tereza Bezerra Silva, em 23 de abril de 2014.

OUTRAS FONTES

- Diário Oficial da União (1931);
- Revista Veja (1978 e 1993).

APÊNDICE A – Epitácio Pessoa

O primeiro nome a constar no rol dos filhos ilustres de Umbuzeiro é daquele que, certamente, foi o que galgou os mais altos degraus dos cargos público e políticos. Seu nome, Epiácio Lindolfo da Silva Pessoa. Filho caçula do Coronel José da Silva Pessoa e Henriqueta Barbosa de Lucena Pessoa. Nasceu em 23 de maio de 1865, no Sítio Barros, na “Fazenda Marcos de Crasto”, hoje denominada “Fazenda Prosperidade”, acerca de 6 (seis) quilômetros da sede da então povoação de Umbuzeiro¹³⁰.

Nesse ambiente, “influenciado por um clima salutar, partindo das montanhas que o cercavam, respirando o oxigênio puro do campo” aquela criança cresceu e se desenvolveu até se transformar na “figura máscula de um nordestino corajoso, impetuoso, de caráter inabalável e de inteligência exuberante” (GOMES, 1995, p. 118).

Contudo, a vida nem sempre lhe sorriu. Aos oito anos de idade, ficou órfão após perder a mãe e o pai, em menos de dois meses, ambos acometidos pela varíola, doença impiedosa que ceifou vidas naquela época. Diante tal infortúnio, os cinco filhos do casal foram levados para morar em Recife com familiares.

Era sobrinho do Barão de Lucena, homem influente que foi Presidente da Província de Pernambuco entre 1872 e 1875, e quem provavelmente o ajudou na educação juntamente com os irmãos. A partir de então o menino,

Lutou com dificuldades muito sérias para encaminhar-se na vida, avultando o fato sentimental de lhe faltarem o zelo e o carinho dos pais. Começou a arrostar desde então a existência sedentária e claustal do educandários. (PESSOA FILHO, 1998, p. 5)

Estudou no Ginásio Pernambucano de Recife, na condição de pensionista daquela província. Em seguida, entrou para a Faculdade de Direito do Recife. “Para se manter, assistia as aulas do ano que cursava e do ano seguinte, [...] e à noite, transmitia-as aos colegas, recebendo remuneração por aquele trabalho” (PESSOA FILHO, 1998, p. 6). Foi assim que formou-se Bacharel em Direito.

Era dotado de uma oratória sem igual e trabalhou como promotor nas comarcas do Ingá-PB, Bom Jardim e Cabo em Pernambuco. Desta última comarca demitiu-se em 1889 e seguiu

¹³⁰ Na maioria dos escritos que abordam a Fazenda onde Epiácio Pessoa nasceu, tomamos nota da denominação de “Fazenda Marcos de Castro”. Contudo, de acordo com Carlos Pessoa Filho, herdeiro da mesma, a denominação correta da fazenda é “Marcos de Crasto (diga-se Crasto e não Castro)” (PESSOA FILHO, 1998, p. 5), sendo esta a aceção adotada nesta pesquisa.

para o Rio de Janeiro instalando-se na casa do irmão, o tenente José Pessoa. Certamente Epitácio não pretendia seguir carreira nas cidades do interior nordestino. Assim, ao chegar no Rio, “entrou imediatamente em contato com três indivíduos poderosos que viriam a definir o curso de sua carreira política para o resto da vida” (LEWIN, 1993, p. 192). Estes homens eram respectivamente: Deodoro da Fonseca, José de Almeida Barreto e João José Soares Neiva. De acordo com Linda Lewin (1993, p. 3), foi por intermédio dos valorosos contatos com homens influentes, mediados por interesses políticos, que Epitácio Pessoa despontou numa intensa carreira política, “uma das mais notáveis de sua geração, a geração dos anos 1880”.

Esta brilhante carreira seria iniciada na Paraíba, quando em dezembro de 1889 foi trabalhar como chefe de gabinete de Venâncio Neiva, então Presidente da Paraíba. No ano seguinte, redigiria o documento que emanciparia seu torrão natal, Umbuzeiro. Seu posto como chefe de gabinete não duraria um ano e, “em setembro de 1890, foi eleito Deputado à Constituinte pelo Estado da Paraíba” (NOLETO, 2009, p.20). No ano seguinte, em 1891, foi nomeado “Lente Catedrático da Faculdade de Direito do Recife” (p. 26), instituição onde havia se formado.

No âmbito da vida particular, contraiu sua primeira núpcia com a senhorita Francisca, filha do Comendador mineiro Carlos Justiniano das Chagas. Contudo, Epitácio ficou viúvo quando sua esposa faleceu de parto. Nos idos de 1898 casou-se com Mary Manso Sayão, com quem teve três filhas.

Nos conta Lewin (1993, p. 4) que, “de 1898 a 1901, ocupou o importante cargo de ministro da Justiça, Cultura e Educação no governo do presidente Manuel Ferraz de Campos Sales, supervisionando a revisão do antigo código civil português, vigente no Brasil”. A elaboração do projeto do Código Civil brasileiro foi uma das grandes obras jurídicas de Epitácio Pessoa, cuja execução foi por ele confiada à Clóvis Beviláqua. Também contribuiu para a “reforma do ensino secundário e superior, com a elaboração do Código de Ensino, de 1900” (ZENAIDE, 2000, p. 20).

Seguindo a trajetória dos cargos que ocupou, avaliando o prestígio que conquistou ao longo do tempo, bem como, apreciando a bibliografia que atualmente se tem à seu respeito, é possível considerar que, enquanto político e jurista, Epitácio Pessoa transformou-se num relevante prócer, um dos homens mais influentes de seu tempo.

Nos idos de 1902 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, atividade que exerceu até 1912, quando se aposentou por conselho médico. Era notória a sua “competência no campo da jurisprudência”. Tornou-se “conselheiro fundamental no campo das disputas internacionais sobre fronteiras” (LEWIN, 1993, p. 4). Sobre esse tema deu muitos pareceres

que ajudaram o Brasil e por isso, foi requisitado para escrever o Código de Direito Internacional Público. Suas atuações jurídicas em âmbito internacional contribuíram para que seu nome também fosse conhecido fora do Brasil.

Após deixar o Supremo, elegeu-se senador pela Paraíba nos idos de 1912. Destarte, foi no Senado que “teve atuação destacada, ao mesmo tempo que consolidava a sua liderança sobre a política paraibana”¹³¹. Em janeiro de 1919, quando cessava a Primeira Guerra Mundial, Pessoa chefiou a delegação brasileira na Conferência de Paz, em Versalhes.

Naquele mesmo ano, o menino órfão nascido nos rincões do interior paraibano, na pequenina Umbuzeiro, chegaria à presidência do Brasil. E assim, cumpria a profecia de seu pai que, dias antes de falecer, comentou com um compadre dizendo o seguinte: “Você vê êsse [sic] menino, compadre? Pois olhe bem para êle [sic]: será um dia presidente da República” (PESSOA, Laurita, 1951, p. 27).

Destino ou não, o fato é que Pessoa conseguiu chegar no mais alto posto do poder executivo, assim como seu pai havia imaginado quando este ainda era criança. Acerca de sua personalidade e formação política, Lewin (1993, p. 4) aponta o seguinte:

As qualidades políticas de Eptácio também o tornavam altamente recomendado para a presidência. Bem apessoado e urbano como o sugerem suas fotografias oficiais, [...] possuía também maneiras elegantes e um refinamento cosmopolita apurados por suas viagens periódicas à Europa. Fora um aluno brilhante na Faculdade de Direito, possuindo uma inteligência aguda, um raciocínio sagaz e opiniões bem refletidas. Foram raras as ocasiões em que exibiu as explosões do temperamento irascível que se dizia ser um traço de sua família. Pelo contrário, a paciência era um dos seus maiores trunfos políticos. Eptácio foi um orador perfeito [...] e o raciocínio legalista de seus pareceres escritos transmitia o estilo de um magistrado. Em sua juventude abraçara o liberalismo e o ideal republicano. O poder de atração ideológica que essas doutrinas exerceram sobre ele parece ter decorrido do seu individualismo ardente, individualismo que também explica sua coragem para tomar decisões políticas impopulares.

Os que o puseram na presidência não podiam prever que ele viesse a ser tão fortemente independente como de fato foi.

De acordo com esta autora, Eptácio conseguia reunir várias qualidades, desde a boa aparência até a primorosa aptidão política. Certamente isso contribuiu para que vencesse as eleições contra Rui Barbosa, mesmo estando na Europa. Um episódio inusitado no país.

¹³¹ Alguns aspectos da vida de Eptácio Pessoa podem ser acessados na sua biografia que consta na Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/epitacio_pessoa Acesso: 27 jan. 2015.

IMAGEM 62 - EPITÁCIO PESSOA

Fonte: Acervo da autora. 2014.

Na narrativa de Eduardo Gomes (2000, p. 56), ele “foi o Presidente da República que mais trabalhou pela erradicação das longas estiagens no Nordeste e suas terríveis consequências, haja vista ser de Umbuzeiro, região afetadíssima pelo flagelo das secas”. Neste ponto há a personificação de um homem “quase herói”, sendo consagrado como uma espécie de “salvador” do Nordeste e a condição de ter nascido em Umbuzeiro parece ter influenciado suas ações, uma vez que, como um autêntico nordestino, teria presenciado e convivido na pele com tal problema.

Após deixar a presidência do Brasil, foi convidado a ocupar o cargo de Juiz da Corte Internacional de Justiça de Haia, sediada na Holanda. Esta seria sua última atuação jurídica, num posto de significativa projeção internacional onde atuou de 1923 até 1930 (NOLETO, 2009).

Destarte, mediante as atuações jurídicas em âmbito internacional e devido as frequentes viagens pela Europa, Pessoa se tornou uma figura de ampla notoriedade. Inclusive, visitou vários países e foi recebido com festas e banquetes por alguns governantes de Estado, a exemplo da França, Roma, Inglaterra e Portugal. Além destes, também os Estados Unidos lhe receberam. Não por coincidência, falava inglês, francês, italiano, alemão e holandês. Para Pessoa Filho (1998, p.22), “Epitácio Pessoa ganhou fama internacional como jurista e o fato de haver chegado a Presidência do seu país era secundário para a Europa”.

Contudo, esse homem de múltiplas facetas e cheio de virtudes era um ser humano e não possuía a imortalidade dos deuses. Assim, Epiácio Pessoa teve a saúde agravada pela doença de Parkinson e por problemas cardíacos que o levaram a óbito em 13 de fevereiro de 1942, em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro. Naquele ano completaria 77 anos de existência.

Este acontecimento “tocou” os umbuzeirenses no “íntimo de seus corações”. No trigésimo dia de seu falecimento, sua cidade natal promoveu uma “sessão especial efetuada no Grupo Escolar Cel. Antônio Pessoa”, bastante saturada de homenagens, discursos e palestras proferidas por “Dr. Ademar Vidal, falando também Fernando Pessoa [sobrinho do homenageado] e o Prefeito Joaquim Montenegro” (GOMES, 2000, p. 58).

Para esta ocasião foi confeccionado um livreto intitulado *Homenagem do Município de Umbuseiro ao egrégio brasileiro Dr. Epiácio da Silva Pessôa*, um compêndio sobre sua vida e obra. Este registro de “sua memória” se tornou acessível aos presentes naquela solenidade e para os umbuzeirenses, aquela plaqueta se tornava um “manual de bom exemplo” a ser seguido¹³².

Anos mais tarde, no ano em que ocorreu o centenário do nascimento de Epiácio Pessoa, foi sancionada a Lei Nº 4.606 de 30 de março de 1965, que dispunha sobre as comemorações que deveriam ser realizadas em todo o Brasil, no dia 23 de maio de 1965. Também, o Poder Executivo mandou imprimir o selo comemorativo do centenário de Epiácio Pessoa.

IMAGEM 63 - SELO COMEMORATIVO DO CENTENÁRIO DE EPITÁCIO PESSOA



Fonte: <http://www.shoppingdocelegador.com.br>. Acesso: 20 mar. 2014.

¹³² A referida plaqueta havia sido transcrita do texto publicado no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro em 14 de fevereiro de 1942.

Nesta comemoração a figura de Epitácio Pessoa foi lembrada no Congresso Nacional e no Poder Judiciário. Várias sessões extraordinárias compostas por preitos e discursos foram realizadas em sua memória¹³³. Em sessão extraordinária do Supremo Tribunal Federal os discursos trataram de fazer um inventário dos feitos do homenageado. Das palavras proferidas por Candido Motta Filho podemos extrair alguns aspectos do perfil de Epitácio:

Sua biografia, rica de aspectos humanos e pródiga de exemplos salutareos, confunde-se com a da própria primeira República, durante a qual soube realçá-la, de forma atuante e corajosa, nos mais elevados postos que ocupou nos poderes da União.

Seu retrato, pela sua postura, pelo seu olhar de homem convicto, pelos seus bigodes petulantes, pelo seu trajar sóbrio e correto, é de um exemplar magnífico de homem público do começo do século, que sabia, com apoio em suas certezas, captar, para seu país e para seu povo, os poderosos e renascidos argumentos da liberdade. [...]

Na distribuição do mecanismo do seu comportamento, nunca se deixou arrastar, nunca concordou em apenas ser, mas foi um voluntário, um construtor de suas atitudes, desde que soube revelar sua autêntica personalidade de homem público.¹³⁴

Do mesmo modo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, reuniu em sua revista bimestral as conferências produzidas sobre a figura de Epitácio Pessoa, resultado de um curso sobre as atividades do mesmo. Destas passagens podemos extrair alguns aspectos de seu perfil.

No tocante à “figura humana de Epitácio Pessoa”, ninguém melhor que sua filha, Laurita Pessoa Raja Gabaglia (1965), para traçar as principais características do homenageado. Segundo ela, para entender Epitácio, é necessário não perder de vista a sua origem nordestina. O Nordeste havia marcado sua personalidade e sem este, teria sido menos humano e menos brasileiro. Reunia em si os traços nordestinos, combinados com a boa aparência e urbanidade. À sua personalidade somava-se a energia e a coragem, destinadas à atividade pública.

Nas palavras de Laurita (1965, p. 73-74) o pai possuía uma figura “humana, definida e viril, ao mesmo tempo, sensível e delicada ao extremo”. Para ela, além das qualidades jurídicas e políticas, o pai fora “um grande afetivo para quem a vida do sentimento contou mais que a

¹³³ A Ata destas sessões podem ser visualizadas no sitio eletrônico do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaPastaMinistro&pagina=EpitacioPessoaDiscursos> Acesso: 27 jan. 2015.

¹³⁴ Conferir a Ata da Vigésima Quarta Sessão Plena Extraordinária do Supremo Tribunal Federal de 24 de maio de 1965. Centenário do Nascimento de Epitacio Pessoa. **Diário da Justiça**. Quarta-feira, 2 de junho de 1965. p. 1269. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/PastasMinistros/EpitacioPessoa/Discursos/Homenagem/1965_junho_2.pdf Acesso: 27 jan. 2015.

própria pujante, atividade intelectual”. Salientado o lado fraternal, afirma que “debaixo de sua combatividade havia um imenso fundo de doçura”. Não era um homem de guardar mágoas pois, “uma das suas características, como homem de sentimento, foi a capacidade de perdoar”.

Em síntese, Laurita (1965, p. 82) define o pai da seguinte maneira:

Epitácio foi um Homem, na mais genuína expressão da palavra. Um homem que se manteve muito próximo à terra pujante de seu berço, e, por isso mesmo, conservou originalidade, ímpeto e ardor. Um homem que prezou os bens da inteligência e do coração acima de quaisquer bens materiais, pelo que foi rico de humanismo e de vida interior.

Altivo e livre, não se curvou às sujeições e compromissos da ambição humana. Serviu nobremente a pátria durante mais de meio século. Foi cultor consumado do Direito no Brasil, na América e no Mundo. Sua vida foi um testemunho do Espírito e sua memória deixou um rastro luminoso nesta terra em que Matéria e Espírito – trevas e luz – parecem empenhados em luta decisiva.

Os relatos póstumos escritos sobre Epitácio Pessoa, em sua grande maioria, remetem à composição de uma imagem pautada na veneração, de modo que as qualidades que lhe são atribuídas extrapolam a sua própria condição de ser humano. Entretanto, ficou conhecido internacionalmente como um grande jurista e um dos homens que mais soube manejar a máquina política.

Por fim, cabe assinalar que no ano do centenário de seu nascimento, os restos mortais de Epitácio Pessoa e de sua esposa, D. Mary Sayão Pessoa, foram transportados do Rio de Janeiro para João Pessoa, na Paraíba. No andar térreo do Palácio da Justiça, encontra-se o Museu e cripta de Epitácio Pessoa. Ainda, a sede da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) é atualmente denominada de “Casa de Epitácio Pessoa”.

APÊNDICE B – Antônio Pessoa

Um segundo filho de Umbuzeiro, a se tornar importante na Paraíba e em seu torrão natal, foi Antônio da Silva Pessoa. Não por acaso, era irmão de Epitácio Pessoa e nasceu em Umbuzeiro, no dia 17 de março de 1863. Com a morte dos pais mudou-se com os irmãos para casa de parentes em Recife e lá prosseguiu seus estudos.

Anos depois retornou à Umbuzeiro para cuidar do latifúndio deixado por seus pais, dedicando-se à agricultura e à pecuária. Foi ele o filho escolhido para dar seguimento aos trabalhos na propriedade da família e, “desde a idade de onze anos até o final da década de 1890, portanto, ele criou gado e plantou cana-de-açúcar e algodão, procurando aumentar o patrimônio da família – como comprovam os livros de contabilidade que manteve meticulosamente” (LEWIN, 1993, p. 147). Tornou-se assim conhecido como o Coronel Antônio Pessoa.

IMAGEM 64 - ANTÔNIO PESSOA



Fonte: Acervo de família Pessoa.

Graças ao influente tio materno, o Barão de Lucena, em 1890 recebeu uma sinecura familiar sendo nomeado Inspetor aduaneiro na Alfândega Federal de Recife. Naquele mesmo ano, casou-se com Margarida da Assunção Santiago, com quem teve a numerosa prole de doze filhos. Destes, dez eram homens e se empenharam em manter o patrimônio familiar e o poder político em Umbuzeiro. Deram continuidade a uma prática política de tradição familiar que se estendeu por várias gerações e deixou marcas indeléveis nos espaços urbanos desta cidade.

O Cel. Antônio Pessoa ocupou vários cargos públicos em diversas Províncias. Ainda nos idos de 1890 foi nomeado a primeiro escriturário da Alfândega de Pernambuco. Em 1896, foi destinado a primeiro escriturário da Alfândega de Santos em São Paulo. Dois anos mais tarde, voltou a Pernambuco para ocupar o cargo de Conferente da Alfândega¹³⁵.

Contudo, em 1904 Antônio Pessoa foi eleito Presidente do então Concelho Municipal e tornou-se “Chefe Político, participando ativamente da política do Estado, sob a orientação do seu irmão e mentor Dr. Epitácio Pessoa” (GOMES, 2000, p. 107)¹³⁶. Este foi o primeiro momento em que Pessoa resolveu assumir os rumos da política em Umbuzeiro, para posteriormente atuar em âmbito estadual como Deputado pela Paraíba, entre 1908-1911. Nesse sentido, Lewin (1993, p. 247) considera que “a nomeação de Antônio colocou-o numa situação vantajosa para ascender à posição mais influente de deputado na Assembleia estadual”. Assim, os irmãos Epitácio e Antônio seriam parceiros políticos na formação de uma oligarquia de base familiar de grande alcance.

Dentre tantos cargos que exerceu, o que mais elevou o nome do Cel. Antônio Pessoa e o fez ganhar notoriedade no cenário político e social paraibano, foi o de Presidente da Paraíba. Na condição de 1º vice-presidente, chegou ao cargo por ocasião da renúncia de João Pereira de Castro Pinto, em 24 de julho de 1915. Seu governo marcou a culminância do domínio da máquina eleitoral controlada por Epitácio Pessoa e seus aliados políticos, denominada de epitacismo, que perdurou até meados de 1930.

A fim de compreendermos a conjuntura política da época, é necessário considerar que, no início do século XX, durante a fase da República Velha no Brasil, a Paraíba estava arraigada ao sistema oligárquico, mecanismo de dominação empregado pela elite política que visava se manter no comando político do país. Este sistema tinha suas bases no tripé da “política do café com leite” (atuava na esfera nacional com revezamento político entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais), da “política dos governadores” (operava em âmbito estadual mediante troca de favores e apoio mútuo entre os governadores e o presidente) e do “coronelismo” (reservado à esfera municipal).

Nessa estrutura de poder, nos interessa neste momento o coronelismo, caracterizado como um fenômeno político e social que intervinha nas decisões políticas municipais e que

¹³⁵ Sobre o perfil de Antônio Pessoa, veja-se o Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930) elaborado pela Fundação Getúlio Vargas em seu Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/6> Acesso: 10 nov. 2014.

¹³⁶ De acordo com o Dicionário Aurélio, o Concelho é uma “subdivisão do distrito administrativo composta de uma ou mais freguesias”. Disponível em: <http://www.dicionarioaurelio.com/concelho> Acesso: 27 jun. 2014.

tinha suas raízes na estrutura agrária e na tradição patriarcal brasileira. Segundo a historiadora Eliete Gurjão (1999, p. 55):

Nos municípios, sedes do poder local, a autoridade do “coronel” se afirmava na liderança efetiva por ele exercida como chefe político. Com a sua capacidade de angariar um bom contingente de eleitores, de “arrebanhar” votos e manter o eleitorado de “cabresto” ou “curral eleitoral”, o coronel garantia seu poder. Neste sentido, sua atuação é permanente e abrange múltiplas funções: jurídicas, policiais, financeiras e assistencialista, exercidas pretensamente como favores. Correspondem, na realidade, à penhora do voto, à submissão do eleitor, à sua fidelidade incondicional ao candidato do “coronel”. O prestígio deste último evolui na razão direta de sua capacidade de fazer favores (dar empregos, ceder terras, dar proteção policial, facilitar assistência médica-hospitalar, etc) e aplicar atos de violência sempre que julgar necessário. Assim o “coronel” garantia maioria eleitoral e posição privilegiada na hierarquia política como chefe municipal, estadual ou federal.

Neste cenário, a família Pessoa, dentre outras no estado paraibano, se destacava através do seu poder e influência no controle da política no Município de Umbuzeiro por monopolizar “o poder de empreguismo e os cargos burocráticos” (GURJÃO, 1994, p. 56) a nível local e até mesmo estadual. De acordo com a historiadora Eliete Gurjão (1994, p. 58,60) “o chefe político de maior prestígio na Primeira República foi, indubitavelmente, Epitácio Pessoa”, irmão do Cel. Antônio Pessoa, e sua coligação partidária, denominada de “epitacismo”, foi responsável pelo “apogeu da ordem oligárquica na Paraíba” e o ano de “1915 marca sua efetiva consolidação”.

Destarte, neste cenário político atravessado por jogos de poder, disputas, e interesses, a família Pessoa passa a ser percebida em âmbito estadual/nacional e conseqüentemente tal imagem reverbera para seu reduto em Umbuzeiro. É nesta circunstância que o coronel umbuzeirense surge na política paraibana, tendo como última e mais relevante atuação, o período de sua presidência na Paraíba.

Esta fase o consagrou nas páginas do Jornal do Sertão (23 jul. 1916, p. 1) da cidade de Patos, como sendo o “salvador das finanças” do Estado. Em avaliação feita pelo mesmo, o Cel. Antônio Pessoa foi parabenizado pela sua “brilhante, fecunda e operosa administração”. Afirmou que o presidente “cresce na admiração pública e no coração de todo parahybano bem intencionado”. Considerando que após transcorrido o período de apenas um ano, “o nosso Estado atravessa uma época de bem estar financeiro, com o funcionalismo escrupulosamente pago em dia, a justiça e a ordem pública mantida e inalterável”.

A matéria tece elogios e corrobora para a criação de uma imagem do coronel associada a uma espécie de “herói paraibano”, a qual mais tarde, após sua morte será desencavada

politicamente e simbolicamente mediante a construção de monumentos em seu favor. Proposital ou não, é fato que trata-se das astúcias e interesses políticos que não nos convém neste trabalho avaliar. Entretanto, compete-nos perceber o desfecho de sua aparição política.

Acometido por problemas de saúde o Cel. Antônio Pessoa pediu licença e se refugiou em sua fazenda na Barra de Natuba, no Município de Umbuzeiro. Lá recebeu constantes visitas de todas as partes da Paraíba. Uma destas foi feita pelo Sr. Odilon Maroja, chefe político e prefeito de Itabaiana em companhia com o Dr. João Américo de Carvalho e os coronéis Eugenio Ferreira e Eurico Uchôa (O JORNAL, 24 set. 1916, p. 1-2).

Aparentemente, a estadia e os ares de sua fazenda pareciam ter-lhe feito melhoras. Alguns jornais e visitantes chegaram a comentar que ele já tinha recobrado a saúde¹³⁷. Contudo, para surpresa de todos, o coronel veio a falecer na madrugada do dia 31 de outubro de 1916, numa morte repentina “determinada por uma syncope cardíaca” (A NOTÍCIA, 1 nov. 1916, p. 3).

Neste fatídico dia os jornais em toda a Paraíba se esforçaram para publicar notas de condolências à família e, com pesar, prestavam enaltecidas homenagens ao falecido, lembrando sobretudo o serviço prestado ao Estado. O Jornal A Imprensa (2 nov. 1916, p. 1) afirmava que “ninguém deixará de pôr em alto relevo a acção do inolvidável patricio quando foi de sua gestão na curul presidencial”. Para a redação do periódico, ele havia marcado a administração pública com suas ações e portanto,

[...] deixou vestígios inapagáveis de sua conducta de homem público normalizando a situação financeira do Estado, creando innumeras escolas, reprimindo energicamente abusos de funcionários relapsos e opondo barreiras intransponíveis áquelles que desejavam fruir indebitamente benefícios do Erario.

Após sua morte, Pessoa foi constantemente pintado nas páginas de jornal como um “herói”. Muitas são suas qualidades. Grandiosos foram os benefícios que trouxe ao seu Estado. Diante seu óbito a Paraíba se mostrava enlutada nestas reportagens jornalísticas. Condolências vinham de todos os cantos do Estado. Na sessão da Assembleia Legislativa do Estado, soaram os ecos de luto e foi feita uma homenagem em memória do falecido, por meio de discursos e acrescida de votos de pesar registrados na ata do dia 31 de outubro de 1916.

¹³⁷ A exemplo da matéria veiculada pelo Jornal do Recife, vinda do seu correspondente na Paraíba, que afirma o seguinte: “O illustre sr. coronel Antonio Pessôa, 1ª vice-presidente licenciado da Parahyba, está muito melhorado de saude. S. exc. Encontra-se na sua fazenda Natuba, no município de Umbuzeiro, de onde se transportará em setembro vindouro para sua residência, na villa do município referido”. (JORNAL DO RECIFE, 24 ago. 1916, p. 1).

Em seu discurso, o Sr. Neiva de Figueiredo assemelha Antônio Pessoa ao filósofo grego Plutarco, salientando que era “de uma estirpe que se elevava pelo trabalho e pelo merecimento, dotado de uma extraordinária energia e de uma força de vontade sem par, o grande extinto era um varão talhado nos moldes de Plutarcho”. Elogios não faltaram naquela ocasião, àquele que “prestara à sua terra valiosos serviços sobresahindo a todos a sua laboriosa e profícua administração de um anno na qual debellara a crise financeira e realizara benefícios aos quaes a posteridade fará justiça”. (A NOTÍCIA, 1 nov. 1916, p. 1)

Paulatinamente os discursos jornalísticos foram colaborando para a criação de uma imagem heroicizante do coronel. Nestes veículos também era anunciado o desfecho pretendido, ou seja, o não esquecimento de sua memória, a qual desejava-se ficar marcada nas páginas da História da Paraíba, conforme nos indica a notícia que se segue:

[...] o grande político que representou um brilhante papel na vida republicana da Parahyba, pelo muito que fez, que trabalhou, agiu, em nome das grandes ideias civilisadoras, se conservará na lembrança de seus contemporâneos numa perpetuidade cheia de affectos e ficará na memória da História que o conservará cheia de zelos e de reverencias. (O JORNAL, 5 nov. 1916, p. 2)

Observamos ainda que o Diário do Estado (1 nov. 1916, p. 1) reconhece que o falecido era um “notável político parahybano”. Afirma que, como pessoa, o “inolvidável extinto, considerado na sua vida particular, foi um modelo de virtudes privadas” e enquanto homem público, “deu sempre à sociedade em que viveu a amostra da sua austeridade de costumes”, pois “nunca houve quem apontasse um desvio dessa escoreita conduta”. Aqui nos parece que o jornal de oposição partidária “valfredista”, impelido pelas circunstâncias do momento, acaba noticiando sobre as qualidades administrativas do falecido presidente do Estado.

Perante esse contexto situacional e delicado, verificamos que ele foi associado a um “salvador” que veio para resolver os graves problemas que afetavam a Paraíba. Contudo, o Diário do Estado (1 nov. 1916, p. 1) noticia que “veio o coronel Antônio Pessoa, Deus lhe perdoe todo o mal que nos fez!”. Aqui o periódico lança uma fâisca de ressentimento político, mas ainda assim, reconhece que seu governo foi “laborioso e honesto”. Acresce ainda que o “gesto heroico de arcar contra os abusos de toda sorte, viessem donde viesse, foi uma nobre característica da acção do coronel Antônio Pessoa, dignificando a suas responsabilidades de

detentor do poder executivo”. Destarte, com a morte do coronel, assumiu o governo da Paraíba o Presidente da Assembleia Legislativa, Solon de Lucena¹³⁸.

No que tange aos projetos que o Cel. Antônio Pessoa executou em sua terra natal, segundo Gomes (1995, p.42), ele “pretendia fazer de Umbuzeiro uma das melhores cidades do Estado”, porém, faleceu antes de concretizar seu desejo. Na sua narrativa ele é caracterizado como um chefe político que intencionou fazer de Umbuzeiro uma cidade planejada, projetou seu crescimento e muito se empenhou em promover o desenvolvimento urbano.

Contudo, seja como idealizador de uma Umbuzeiro progressista, seja como aquele que a protegeu dos cangaceiros ou até mesmo como o presidente “salvador das finanças da Paraíba”, a figura de Antônio Pessoa, enquanto “filho ilustre” desta urbe, ganhou contornos definidos por Gomes. E este, na condição de escritor diletante, fabricou um livro de memórias que reforça um lugar cristalizado e oficializado para a cidade. Portanto, o desfecho da trajetória de vida do coronel Antônio Pessoa também ocorreu em Umbuzeiro, retornando eternamente ao seu berço natal, onde foi sepultado.

¹³⁸ Após o afastamento de Antônio Pessoa do governo em 24 de julho de 1916, por motivo de doença, assumiu em seu lugar o 2º vice-presidente Pedro Bandeira Cavalcanti. Este renunciou e deu espaço para que o Deputado Sólon Barbosa de Lucena, então Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, pudesse assumir o cargo.

APÊNDICE C – João Pessoa

O terceiro nome a compor o rol dos filhos ilustres de Umbuzeiro é o de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Filho de Cândido Clementino Cavalcanti de Albuquerque e Maria Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Nasceu em 24 de janeiro de 1878, na casa grande da Fazenda Prosperidade, na então Vila de Umbuzeiro. Pelo lado materno, era neto do coronel José da Silva Pessoa, um dos primeiros moradores daquelas terras. Assim, sua mãe era irmã de Epitácio e Antônio Pessoa, dos quais era sobrinho.

Em Umbuzeiro viveu sua infância e aprendeu as primeiras letras com o professor Salustiano Cavalcanti. Seu pai era funcionário público e devido às exigências de sua profissão viajou com a família por várias cidades da Paraíba, a exemplo de Guarabira e Cabaceiras. Sendo assim, o menino João também estudaria na Escola Municipal de Guarabira.

Aos doze anos de idade viajou para o Rio de Janeiro em companhia do tio Epitácio Pessoa, período em que pôde vivenciar de perto as transformações políticas que transcorriam no país naquele ano de 1889. De volta à Paraíba em 1894, João Pessoa ingressou no Lyceu Paraibano e se alistou no 27º Batalhão de Infantaria, dando início a uma trajetória de carreiras militares. No ano seguinte entrou para a Escola Militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro e anos depois foi incluído no 4º Batalhão de Artilharia de posição em Belém, de onde foi desligado em 1898 por incapacidade física (MELLO, 1978).

Sua vida foi marcada por constantes mudanças de endereço e depois das agruras passadas no Batalhão decidiu deixar as armas e buscar emprego em Recife. Desde então, os rumos da sua vida mudariam significativamente. Conseguiu emprego de amanuense na Faculdade de Direito de Recife, onde graduou-se Bacharel em Direito em dezembro de 1903. Nesta cidade permaneceu advogando e ensinando na Escola Normal Pinto Júnior (AGUIAR, 2000).

Ao que nos indicam as fontes, a vida de João Pessoa só viria a se estabilizar após o casamento em 1905, com Maria Luiza de Souza Leão Gonçalves. Uma moça de família influente em Recife, com quem teve quatro filhos¹³⁹. Assim, “um largo horizonte se abria para João Pessoa, na administração e na política de Pernambuco” (MELLO, 1978, p. 9). Contudo, das várias propostas ofertadas pelo sogro, aceitou tão somente o cargo de Delegado do Ensino, no distrito das Graças, em Recife.

¹³⁹ Maria Luiza era filha do magistrado e político brasileiro, Sigismundo Antônio Gonçalves, Governador do Estado de Pernambuco por duas vezes entre 1899 e 1900 e de 1904 a 1908.

IMAGEM 65 - JOÃO PESSOA

Fonte: Acervo de Eduardo Gomes.

Nasceu e cresceu no seio de uma família de políticos, atuou como advogado por alguns anos e ocupou diversos cargos ao longo de sua vida¹⁴⁰. Nos idos de 1909 foi tentar a vida no Rio de Janeiro e lá ocupou o cargo de auditor-geral da Marinha, Ministro da Junta de Justiça Militar e Ministro do Superior Tribunal Militar. Contudo, certamente a política foi o que souu mais forte no seu íntimo.

Atuou como Ministro até 1928, quando foi indicado por seu tio, Epiácio Pessoa, “o mentor da política estadual” (MELLO, 1978, p. 12), para ser o candidato do Partido Republicano da Paraíba¹⁴¹. Nesse sentido, Lewin (1993, p. 327) considera que “Epiácio deve ter concluído que, com João Pessoa no governo do estado, poderia reter um controle mais seguro sobre o escalão de liderança da oligarquia”. No contexto político do momento, era

¹⁴⁰ Em sua genealogia é possível verificar o viés político mesmo na sua influência. Pelo lado materno, encontramos seu bisavô, Henrique Pereira de Lucena, um dos chefes da Revolução Praieira de 1848 em Pernambuco. Também sua mãe era irmã de dois políticos de destaque: em âmbito nacional, Epiácio Pessoa (Presidente da República) e em âmbito estadual, Antônio Pessoa (Presidente do Estado da Paraíba). Do lado paterno, João Batista do Rego Cavalcanti de Albuquerque, seu bisavô, teve participação relevante na Revolução Pernambucana de 1817. Assim, completando este quadro, escolheu como esposa uma moça também proveniente de família política.

¹⁴¹ Ao indicar o nome de João Pessoa para o governo da Paraíba, Epiácio Pessoa justificou a escolha da seguinte forma: “Falo como paraibano, não como parente [...]. Não vejo candidato que para um bom governo possua melhores títulos do que ele. Afastado há muito tempo das lutas políticas na Paraíba; sem laços partidários nem incompatibilidades capazes de lhe tolher ou transviar os movimentos; amante de sua terra [...]; conhecido, relacionado, altamente conceituado nos meios políticos e sociais desta Capital, amigo pessoal do atual Presidente e Chefe Político do Estado, inteligente, probo, enérgico, quem é que reúne mais e melhores requisitos?” (MELLO, 1978, p.13).

considerado um candidato neutro. Foi eleito Presidente da Paraíba sem que houvesse a indicação de um candidato da oposição.

A partir de então, teve início a saga de sua trajetória política. Um percurso breve e marcante ao mesmo tempo. Os rumos que tomou e as decisões que proferiu durante seu governo, foram suficientes o bastante para provocar uma reviravolta na sua vida e assinalar significativamente os rumos da história paraibana. Tal contexto situacional está relacionado com uma série de eventos que transcorreram nos idos de 1928 a 1930, dentre os quais destaca-se o de 1929, quando negou apoio à candidatura situacionista de Júlio Prestes à Presidência do Brasil, enfrentando politicamente o então Presidente da República Washington Luís. O episódio ficou conhecido como o “Nego”, que ganhou posteriormente uma data no calendário cívico da Paraíba e acabou compondo a bandeira deste estado¹⁴².

Durante sua gestão na Paraíba, ficou conhecido como “um reformador com muitos objetivos para o seu estado natal”. Sua personalidade era caracterizada por ser um homem, “extremamente impaciente e dado às explosões de temperamento peculiares aos Pessoa” (LEWIN, 1993, p. 327), herdou da família o temperamento enérgico e impositivo. Queria empreender mudanças nas bases profundas do sistema político paraibano. Para tanto,

[...] denunciou as práticas ‘senhoriais’ associadas com o coronelismo: a estrutura exploradora da propriedade da terra, o roubo de rendas do estado pelas autoridades locais, e o exercício da violência privada como prerrogativa do poder político local – destacando em particular os cangaceiros e os coiteiros, muitas vezes políticos, que os protegiam.

Promoveu uma campanha contra o banditismo e uma série de reformas na estrutura político-administrativa do estado. No campo tributário, para contornar as dificuldades financeiras da Paraíba, instituiu impostos que taxavam o comércio entre os municípios do interior paraibano e o porto de Recife, até então isentos de impostos. A medida desagradou principalmente aos coronéis do interior do estado. Diante de discórdias políticas e econômicas envolvendo os coronéis do município de Princesa e o presidente do estado, eclodiu a chamada Revolta de Princesa em fevereiro de 1930.

A rebelião foi liderada pelo chefe político local, o coronel José Pereira de Lima, fazendeiro e comerciante de muito prestígio na região e também Deputado Estadual, membro

¹⁴² Sobre a conjuntura dos acontecimentos políticos que desembocaram no chamado “dia do Nego”, em 29 de julho de 1929, data em que o Presidente da Paraíba enviou um telegrama ao Catete avisando ao Presidente da República, Washington Luís, que não apoiaria a sua indicação para a sucessão presidencial, conferir: GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

do Partido Republicano da Paraíba. Chegou a declarar Princesa como território livre da Paraíba, contudo subordinada ao Governo Federal. As batalhas foram iniciadas e por meses seguidos seus homens mostraram resistência às tropas enviadas por João Pessoa.

Enquanto os ânimos em Princesa esquentavam, João Pessoa concorreu às eleições presidenciais do ano de 1930 como candidato à vice-presidente da República, na chapa de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal. Porém, o pleito lhe foi desfavorável e perdeu a eleição para a chapa governista, encabeçada por Júlio Prestes. A partir de então, sua história e atuação política iriam se misturar com os episódios que mudariam os rumos da política nacional.

Os acontecimentos e as tramas políticas ganharam um tons de intolerância e insatisfação. Tudo isso teve como estopim o assassinato de João Pessoa, na Confeitaria Glória, na cidade do Recife, em 26 de julho de 1930. O autor do crime foi o advogado João Duarte Dantas, seu inimigo político e aliado do coronel José Pereira, que tivera sua residência anteriormente invadida pela polícia do estado, a qual apreendeu documentos particulares e íntimos de seu relacionamento com Anayde Beiriz.

O jornal oficial do governo paraibano, “A União”, não publicou os tais documentos. Contudo, comentou o teor daquele acervo e instigou seus leitores a tomarem conhecimento dos mesmos. Neste sentido, é importante frisar que em sua pesquisa, Aguiar (2000, p. 119) salienta que, “tais correspondências tratam de assuntos políticos e, também, de graves irregularidades que implicavam o pai e um irmão de João Dantas, junto à Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – I.F.O.C.S.”.

Sem adentrar no mérito das variadas versões acerca deste impasse entre João Pessoa e João Dantas, visto que não é nosso intuito nesta pesquisa. Ocorre que, desta feita, João Dantas resolveu “lavar sua honra” e desferiu contra João Pessoa três tiros de revólver que lhe ceifaram a vida naquela tarde¹⁴³. Diante deste desfecho trágico, o movimento em Princesa perdeu o sentido e foi sufocado em seguida. Entretanto, este assassinato ganhou tom de tragédia política e serviu de impulso para o surgimento de uma nova conjuntura política nacional, que se inicia com a chamada Revolução de 30, seguida da deposição do presidente Washington Luís em 24 de outubro de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder.

¹⁴³ Nesta pesquisa, não adentramos nas entrelinhas dos acontecimentos políticos que aconteceram na Paraíba e ecoaram pelo Brasil e se relacionaram com o assassinato de João Pessoa. Nosso intuito é apenas situar o leitor dentro desse contexto de forma mais ampla, para que se possa conhecer um pouco sobre João Pessoa e poder avaliar os usos de sua imagem póstuma, sobretudo o monumento construído em sua cidade natal, Umbuzeiro.

Na Paraíba, a repercussão de sua morte causou uma grande comoção social¹⁴⁴. O seu corpo saiu em cortejo nas ruas de Recife e depois foi enviado à Paraíba num comboio fúnebre, onde foi velado por vários dias. Missas, lágrimas e flores retratavam o sofrimento dos paraibanos que estavam abalados. Sob um intenso pesar e grande indignação, choravam a morte do estimado e ilustre presidente. Os jornais estampavam diariamente a notícia do crime nefando. Notas de pesar vinham de todos os cantos do país e eram publicadas nestes veículos de comunicação.

Na narrativa de Eduardo Gomes (1995, p.122), em Umbuzeiro “a notícia do trágico homicídio” de João Pessoa “teve efeito de uma bomba jogada a esmo”. Nas ruas, “o povo indignado e inconformado” buscava “detalhes da lamentável ocorrência”. Em Umbuzeiro “terra que lhe serviu de berço, lia-se no semblante de cada um de seus conterrâneos o desespero, a tristeza e o sentimento de orfandade. Morreu o pai dos pobres: diziam uns. Desapareceu ‘uma das glórias da Paraíba’! Diziam outros”. Para o autor, o inacreditável parecia ter acontecido, pois:

Ninguém podia conceber a ideia de que um homem do quilate do Presidente João Pessoa, com as qualidades morais de um “gentleman”, com a integridade e capacidade administrativa de um Chefe de Estado, pudesse ser arrastado da vida de uma maneira assim tão violenta e muito brutal.

Naquela tarde de sábado, a aparente imortalidade do Presidente da Paraíba havia sido abalada. Na busca por maiores informações e na tentativa de prestar condolências aos familiares de João Pessoa em Umbuzeiro, “os amigos mais íntimos do então prefeito desta cidade”, Carlos Pessoa, que era “primo e amigo do Presidente assassinado” (GOMES, 1995, p. 123), se dirigiu até sua residência para prestar-lhe solidariedade.

Nas ruas ouviam-se os sinos da Igreja Matriz que “dobram a finados” e falavam sobre aquele momento de pesar que se espalhou por toda a cidade. A Prefeitura Municipal “decretou luto oficial por 8 dias”, as repartições públicas, escolas e o comércio, “cerram as suas portas e a bandeira do Estado da Paraíba é hasteada a meio-mastro, em sinal de luto. É uma **perda irreparável para Umbuzeiro! O seu filho** era governador do Estado” (GOMES, 1995, p. 123. Grifo nosso).

¹⁴⁴ Sobre as notícias do assassinato de João Pessoa na Confeitaria Glória em Recife, veja-se as publicações do Jornal Folha da Manhã. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/dossietexto2.htm> Acesso: 26 fev. 2014. Conferir também: A UNIÃO, 27, 28, 29 e 30 jul. 1930.

O corpo de João Pessoa foi conduzido para os cortejos na Paraíba, em seguida foi transportado de navio para o Rio de Janeiro, onde residia sua família e após novas cerimônias fúnebres, foi finalmente enterrado. Contudo, as dimensões simbólicas que sua morte gerou, acabou transformando-o em mártir da chamada Revolução de 30.

Numerosas homenagens foram feitas em sua terra natal, a exemplo da “Hora de Saudade”. Nesta solenidade a senhora Ivone Souto, filha do mestre Zé Souto, recitou “para uma numerosa plateia, o bonito soneto” de Palmyra Wanderley que após ganhar “a beleza da melodia, de autoria do compositor José de Souto Lima [mestre Zé Souto], enlevou todos os presentes”¹⁴⁵ (GOMES, 1995, p. 123). O soneto parece expressar a aura em que João Pessoa foi envolvido, a sua concepção como herói e mártir e a tentativa de imortalizá-lo.

HERÓI E MÁRTIR

A nação brasileira comovida
suplica aos céus um brado doloroso
Justiça, para o sangue generoso
do filho heróico que tombou sem vida...
Em luta desigual, luta renhida
contra a hora vil – o bando criminoso
o bravo João Pessoa valoroso,
sereno, combateu de frente erguida.

Porém se “VIVO NÃO TE VENCERAM”
os algozes cruéis te supliciam
ferindo a Pátria no seu coração.

Mas, o teu nome ficará na História
aureolado pelo sol da glória,
pois mesmo “MORTO NÃO TE VENCERÃO”.

Este não foi o único soneto a ser composto em memória de João Pessoa. Pois, em torno de seu personagem foi construída uma imagem de herói paraibano e em sua homenagem foram adotados diversos símbolos como a nova bandeira da Paraíba, hinos, feriados e monumentos instituídos para consagrar sua memória, como abordamos nesta pesquisa.

¹⁴⁵ A poetisa Palmyra Guimarães Wanderley nasceu em 6 de agosto de 1894, na Cidade do Natal – Rio Grande do Norte. Colaborou em diversos jornais e revistas e publicou livros e poemas, dentre os quais se encontra o soneto “Herói e Mártir”. Disponível em: <http://www.revistafides.com/ojs/index.php/br/article/view/365> Acesso: 4 set. 2014.

APÊNDICE D – Carlos Pessoa

O nome de Carlos Pessoa também é integrado ao elenco dos homens intitulados de “filhos ilustres” de Umbuzeiro. Filho do coronel Antônio Pessoa e sua esposa, Margarida de Assunção. Embora o casal tivesse residência em Umbuzeiro, o nascimento de Carlos ocorreu na capital pernambucana, em 1886. Era mais um filho deste casal que gerou uma numerosa prole, formada por dez homens e duas mulheres. Porém, Carlos Pessoa seria transformado no principal sucessor político do pai.

Teve uma boa educação de base. Continuou os estudos secundários em São Paulo e, aos vinte e um anos de idade, formou-se engenheiro agrônomo pela Escola Agrícola “Luiz de Queiroz” na cidade de Piracicaba, em novembro de 1915¹⁴⁶. Nesta cidade conheceu Marina Ferraz, com quem se casou e teve dois filhos: Carlos Pessoa Filho e Gilberto Pessoa.

IMAGEM 66 - CARLOS PESSOA



Fonte: Acervo da autora. 2014.

Com a morte inesperada do pai, o então Presidente da Paraíba coronel Antônio Pessoa, viu-se obrigado a assumir a chefia familiar. Em Umbuzeiro, assumiu efetivamente o lugar do pai, e mesmo muito jovem, já era prefeito municipal em 1916. A partir de então, na condição de herdeiro da tradição política da família Pessoa, seguiria os passos do pai, do tio Epitácio Pessoa e do primo João Pessoa, trilhando uma considerável carreira política.

¹⁴⁶ As informações acadêmicas de Carlos Pessoa foram obtidas através de seu diploma de formatura, consultado pela autora no acervo da família Pessoa.

Carlos Pessoa atuou como prefeito em Umbuzeiro por dois mandatos. Ficou conhecido pelas obras que denotavam progresso e modernidade, fazendo questão de demonstrar sua operosa gestão nas páginas dos jornais da época. É o que ocorre com a atividade municipal em âmbito educacional, onde “o ensino primário neste município tem se desenvolvido bastante ultimamente, graças ao zelo do prefeito dr. Carlos Pessôa” (A NOTÍCIA, 17 ago. 1916, p. 6).

Enquanto político, Carlos Pessoa foi adjetivado pela imprensa paraibana como um “operoso prefeito”. Por ocasião da comemoração escolar referente ao dia da criança, o jornal A União, divulgou que a “Prefeitura Municipal está realizando, presentemente, importantes trabalhos. Entre os mesmos, pelo seu vulto, destacam-se os reparos da Uzina Elétrica de Aroeiras [distrito de Umbuzeiro] e a construção de uma moderna praça” em Umbuzeiro, onde posteriormente foi colocado o busto de seu pai. Na reportagem consta ainda o reparo das estradas de rodagem do município e, segundo o correspondente do jornal, tais obras demonstravam “a operosidade e zelo da administração do prefeito Carlos Pessôa” (A UNIÃO, 1 nov. 1938, p. 5).

Deixando a gestão municipal, tornou-se Deputado Estadual da Paraíba, na 9ª Legislatura, de 1920 a 1923. Em seguida, continuou na Câmara dos Deputados, como Deputado Federal pelo pleito de 1924. Ao que sugere o jornal A União, Carlos Pessoa era querido de seus colegas parlamentares. Na sua despedida, na última sessão legislativa, recebeu destes uma demonstração de estima e apreço. Em Assembleia, o Deputado Generino Maciel proferiu sobre o amigo as seguintes palavras:

Herdeiro das tradições gloriosas da nossa história, herdeiro do caráter do seu venerando e saudoso pae, coronel Antonio Pessôa, jovem ainda, nessa idade em que se tem o coração cheio de fantasias o deputado Carlos Pessôa é já um espírito amadurecido no modo de conduzir as opiniões da casa, dentro nos preceitos da mais sã ethica politica. (A UNIÃO, 29 nov. 1924, p. 1)

Carlos Pessoa parece ter encarnado as qualidades do pai, trazendo para si a imagem do herdeiro direto do ex-presidente do estado, o coronel Antônio Pessoa. Era comumente comparado ao pai e trazia consigo a tradição política familiar que tentou manter até o fim de sua vida. Dentre os dez filhos homens do coronel, este parece ser o que mais se empenhou politicamente.

De acordo com as fontes hemerográficas, mesmo após assumir o cargo de Deputado Estadual Carlos Pessoa teria continuado liderando a política em Umbuzeiro e atuando diretamente na administração municipal. Em termos educacionais buscou, por exemplo, ampliar a rede de ensino, “visto ser desejo, ser proposito do deputado Carlos Pessôa, digno

chefe local e o inspirador directo dos progressos de Umbuzeiro, dar vulto possível ao serviço em apreço”. Nesta reportagem o periódico projetou a imagem de Umbuzeiro como um exemplo a ser seguido na Paraíba, considerando que o mesmo era, “sem nenhuma dúvida o *leader* dos municípios do Estado em assumptos de instrução primaria” (A UNIÃO, 19 out. 1924, p. 1).

Em toda sua trajetória política obteve o apoio essencial e decisivo do tio Epitácio Pessoa¹⁴⁷. Tornou-se um político expressivo e por isso teve seu nome cogitado pelo tio para concorrer à presidência da Paraíba em 1928. Contudo, foi impossibilitado de candidatar-se pois, tinha nascido em Pernambuco e a Constituição da Paraíba na época só permitia ao paraibano nato ocupar o seu governo. Nos conta Lewin (1993, p. 314) que naquela ocasião, Carlos “tentou persuadir seu tio Epitácio a conseguir que se fizesse uma revisão da Constituição estadual, de modo a que pudesse vir a ser o candidato a governador naquela ocasião”. Porém, seus esforços foram inúteis e continuou na Câmara dos Deputados até dezembro de 1929. Sendo assim, Epitácio indicou o nome de outro sobrinho, João Pessoa.

Nos anos de 1930 voltaria a assumir a gestão municipal de Umbuzeiro, buscando se fazer presente perante os umbuzeirenses, bem como, nas páginas dos jornais. Inclusive, costumava comemorar seu aniversário natalício com festas e homenagens públicas. É o que podemos verificar na seguinte reportagem:

O dia 31 de janeiro [...] foi movimentadissimo nesta Vila, em virtude de ser essa data, a do aniversário natalício do ilustre Dr. Carlos Pessoa, operoso Prefeito de Umbuzeiro. Grandes foram as homenagens que os umbuzeirenses prestaram, naquele dia, ao seu estimado chefe e amigo. Ao alvorecer do referido dia a Vila foi despertada com os estampidos duma salva de 21 tiros. A's 8 horas teve logar na Matriz desta localidade uma missa em ação de graças [...]. A's 12 horas os amigos e admiradores do distinto aniversariante ofereceram-lhe um banquete de 30 talheres, tomando parte no mesmo tudo quanto Umbuzeiro possui de elevado e representativo [...]. A's 16 horas toda elite Umbuzeirense se achava no Salão de honra do edificio da Prefeitura Municipal, onde poucos minutos depois era recebido sob calorosas palmas o Dr. Carlos Pessoa que se fez acompanhar de sua Exma. familia. Aí, o funcionalismo da Prefeitura num gesto de reconhecimento e gratidão fez a aposição do retrato do homenageado. (A IMPRENSA, 9 fev. 1938, p. 4)

É notório que Carlos Pessoa tenha se valido constantemente dos jornais, com o intuito de divulgar sua atuação política. Certamente, foi um dos prefeitos que mais propagandeou uma

¹⁴⁷ Em sua pesquisa, Linda Lewin aponta que Epitácio Pessoa atuou na indicação e orientação política de seus sobrinhos como forma de manter sua oligarquia de base familiar. De acordo com a autora, “entre 1916 e 1930, colocou cinco de seus sobrinhos na Assembleia e dois outros no Congresso Nacional e na governança do estado” (LEWIN, 1993, p.283). A grande maioria destes homens eram filhos de seu irmão Antônio Pessoa e isso também se explica pelo fato de Epitácio não ter tido nenhum filho homem.

imagem para Umbuzeiro, a qual foi pintada com as cores do progresso e do desenvolvimento educacional. Aproveitava momentos festivos para promover a inauguração das obras municipais, como é exemplo o que ocorreu na semana santa de 1938, onde o correspondente do jornal A Imprensa nos informa o seguinte:

Aproveitando o dia solene de Páscoa, o Prefeito do Município, o Dr. Carlos Pessoa inaugurou mais um melhoramento neste Município: uma serie de banheiros públicos com seus respectivos Walter-Closet, construídos em estilo moderníssimo e com todas as condições higiênicas. Acham-se instalados em um elegante prédio construído também agora, em uma das nossas belas praças. O novo melhoramento ao lado da construção do palanque onde está instalado o Receptor de Radio da Prefeitura; a ampliação do cemitério local; a construção de uma Cadeia; aformoseamento de uma praça; instalação de um poço tubular; [...] etc, sagra a administração do sr. Carlos Pessoa como uma das mais profícuas. (A IMPRENSA, 30 abr. 1938, p. 4)

Custeada, encomendada, ou não, ocorre que Carlos Pessoa soube utilizar como ninguém os veículos jornalísticos em favor de sua promoção política. Também seus irmãos se esforçaram para manter o poder político da família Pessoa. Contudo, nos idos de 1941 o “operoso prefeito de Umbuzeiro” deixou sua terra. Foi agraciado pelo presidente Getúlio Vargas com a nomeação para Tabelião de um Cartório no Rio de Janeiro. Em Umbuzeiro, a nomeação,

[...] por um lado encheu de alegria o pôvo [...] que viu nele, um premio aos grandes méritos do dr. Carlos, mas por outro cóbriu de tristeza esta gente que não se confórma ou não quer se confórmar, com a separação que certamente será breve, do seu grande amigo e bemfeitor.

Desde as primeiras noticias a respeito, o povo afluente a casa do dr. Carlos, misturando os parabéns com as lagrimas das saudades que já começam a nascer, nos corações dessa gente tão acostumada a viver com essa grande alma, esse coração tão devotado por tudo que pertence a Umbuzeiro e aos umbuzeirenses o dr. Carlos Pessôa. (A IMPRENSA, 17 mai. 1941, p. 3)

Nas palavras deste periódico, pretende-se evidenciar que os umbuzeirenses nutriam um grande apreço por seu conterrâneo e gestor municipal. Carlos Pessoa parecia ser muito querido em sua terra, e por isso, seus patrícios se entristeceram por sua partida. Contudo, não sabiam eles que esta seria a despedida final.

Destarte, Carlos Pessoa seguiu para Capital Federal e mesmo longe de sua Paraíba, como candidato pela União Democrática Nacional – UDN, foi eleito suplente do senador José Américo de Almeida, na eleição realizada em 19 de janeiro de 1947¹⁴⁸. Entretanto, assim como

¹⁴⁸ Estas informações foram obtidas no Diploma de Suplente de Senador, expedido pelo Tribunal Eleitoral do Estado da Paraíba em 28 de fevereiro de 1947. Fonte: Acervo da família Pessoa.

o pai, Carlos foi acometido por grave problema de saúde que ceifou sua vida abruptamente, aos 52 anos de idade. Assim, no dia 21 de fevereiro de 1949, os mesmo jornais que outrora usara para se promover politicamente, agora publicavam seu falecimento. Vejamos:

Em sua residência, à rua da Glória, número 32, 9º andar, faleceu, ontem, o Sr. Carlos Pessôa, tabelião do 24º Ofício de Notas desta Capital. Descendente de ilustre e prestigiosa família do Nordeste, era o extinto, filho do coronel Antônio da Silva Pessôa, que foi presidente do Estado da Paraíba, e sobrinho do finado Sr. Eptácio Pessôa, ex-presidente da República. (A NOITE, 21 fev. 1949, p. 2)

Aqui era encerrada a brilhante trajetória política de Carlos Pessoa. Todavia, ainda não era o fim da tradição política da família Pessoa, herdada de seu pai e tio. Pois, sob a orientação de sua esposa Marina Pessoa, seu filho Carlos Pessoa Filho se tornaria seu sucessor político em Umbuzeiro e na Paraíba. E mais uma vez, esta genealogia se mantinha firme politicamente, passando a tradição política de pai para filho e criando em sua terra natal um “lugar de memória” para cada um destes homens.

APÊNDICE E – Carlos Pessoa Filho

O primogênito de Carlos Pessoa e Marina Ferraz Pessoa, nasceu no Recife em 03 de outubro de 1922, embora a família morasse em Umbuzeiro. O menino recebeu o nome do pai tornando-se, Carlos Pessoa Filho. Carlinhos, como era conhecido, foi criado nas terras de seus avós, na Fazenda Prosperidade, onde, com algumas pequenas mudanças de endereço, viveu até seu último sopro de vida.

Desta cidade se afastou na ocasião em que foi estudar Agronomia no Rio Janeiro, na Escola Nacional de Agronomia - Universidade Rural. Durante este período, morou com a avó paterna, Dona Sinhá Pessoa e concluiu o curso em 1948¹⁴⁹. Assim, o chamado Dr. Carlinhos repetia a mesma trajetória do pai: Engenheiro Agrônomo e político. Por isso, “ao formar-se Engenheiro Agrônomo, recusa propostas de emprego para retornar a sua amada terra Umbuzeiro, com o objetivo de abraçar sua mais ardente paixão: Política”¹⁵⁰.

Desta forma, nos idos de 1950, o cenário político de Umbuzeiro ganhava um novo ator. Todavia, o princípio parecia o mesmo e o legado da tradição política da família Pessoa era repassado ao neto do coronel Antônio Pessoa, o filho de Carlos Pessoa. Assim, Dr. Carlinhos assumiu efetivamente esse lugar político em Umbuzeiro e na Paraíba, ocupando o lugar do pai e do avó e se esforçando por manter a sua tradição política familiar.

Para tanto, se indispôs com o tio Roberto Pessoa, filho mais novo do coronel Antônio Pessoa, que havia assumido os rumos políticos da família após a morte do irmão. Contudo, Pessoa Filho “inconformado à subordinação política ao tio, apoiado por sua mãe, dona Marina Ferraz Pessoa, lança-se também candidato a prefeito de Umbuzeiro, sendo eleito, gerando uma indisposição familiar”¹⁵¹. Com isso, Dr. Carlinhos assumiu a prefeitura de Umbuzeiro pela primeira vez, em 1951¹⁵².

A partir de então, iniciaria sua trajetória política, tomando por exemplo o próprio genitor, assumindo definitivamente o papel de sucessor e o lugar do pai na política paraibana. Nos idos de 1959 foi eleito prefeito de Umbuzeiro pela segunda vez. Tentando ser um “prefeito

¹⁴⁹ As informações acadêmicas foram obtidas através do Diploma de Engenheiro Agrônomo e do Currículo Vitae de Carlos Pessoa Filho. Fonte: Acervo da família Pessoa.

¹⁵⁰ Para entender um pouco sobre a imagem criada em torno de Pessoa Filho, sobretudo após sua morte, utilizamos como fonte de pesquisa a lembrança da missa de 30º dia de seu falecimento, distribuída em 06 de fevereiro de 2002. Fonte: Acervo da autora.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² Após a morte de Carlos Pessoa, uma tensão familiar foi gestada no seio dos descendentes da família Pessoa, ocorrendo a disputa pela sucessão da liderança política local. Ocorrendo assim uma divergência entre Pessoa de Umbuzeiro, contra Pessoa da Barra. Contudo, Marina Ferraz foi decisiva ao permanecer apoiando o filho, em favor do cunhado e assim, Pessoa Filho conseguiu a liderança política da família em Umbuzeiro e na Paraíba.

operoso” como o pai, realizou várias obras na cidade e mostrava-se sempre receptivo aqueles que lhe procuravam¹⁵³. É esta a imagem que se fez do Dr. Carlinhos após sua morte. A de um homem caridoso que ajudava a todos, como nos indica o seguinte texto:

Sua polidez, seu caráter irretocável, seu coração generoso, sua personalidade forte e brava em favor dos menos favorecidos e suas mãos sempre dispostas a oferecer algo de si a todos aqueles que lhe procurassem, outorgaram-lhe lideranças indiscutíveis por mais de 50 anos. Sua casa sempre foi o apoio àqueles que buscaram soluções para seus problemas, pois a semelhança de seu pai, assim foi criado e criou seus filhos e seus netos e seus lábios jamais proferiram um “NÃO” nem mesmo aos seus próprios inimigos em suas necessidades. Em amor e doação seu coração não será alcançado.¹⁵⁴

É desta forma que o Dr. Carlinhos se fez guardado na memória da cidade. Ainda hoje seus conterrâneos o recordam dessa maneira, como um homem bondoso. Assim, com o intuito de melhor avaliar esta imagem, recorreremos a outro tipo de memória, desta vez, uma memória obtida pela oralidade de alguém que conheceu Pessoa Filho. Para que, desta forma, nos seja possível fazer uma espécie de cotejamento entre “o depoimento oral e as fontes documentais escritas” como nos indica Montenegro (2010, p. 21).

Portanto, no que tange as características de homem humanitário e acessível àqueles que lhe recorriam, temos o seguinte relato oral:

Olhe, ele era assim: Dr. Carlos era um político diferente, um político diferente porque ele corria muito atrás das coisas pra Umbuzeiro. Dr. Carlos dormia pouco durante a noite, a não ser cuidar de Umbuzeiro, nesse tempo Natuba e Aroeiras...Era distrito daqui. [...]

Antes d’eu morar aqui em Umbuzeiro, eu conhecia outros políticos, mas até hoje eu não conheci um político igual a Dr. Carlos. Assim, igual em ação. Se tivesse uma pessoa doente, ele ia lá; se o carro não chegasse lá na porta, ele trazia o doente no braço e botava no carro dele, era assim que Dr. Carlos trabalhava. [...]

Pra servir ele não escolhia a quem, adversário, correligionário, fosse quem fosse que precisasse dele, ele tava ali pra servir. A casa dele era aberta de dia a noite, café da manhã, almoço e janta pra quem chegasse, a hora atrasada, podia ser três horas da tarde que almoçava.¹⁵⁵

Nas palavras de nossa depoente, Pessoa Filho é associado a imagem de um “pai para Umbuzeiro”, alguém que tentava a todo custo resolver os problemas dos conterrâneos. Outro

¹⁵³ Sobre a Administração Municipal de Carlos Pessoa Filho em Umbuzeiro, no período de 1951 a 1955 e de 1959 a 1963, ver Gomes (1995, p. 43).

¹⁵⁴ Esse texto consta na lembrança da missa de 30º dia do falecimento de Carlos Pessoa Filho, distribuída em 06 de fevereiro de 2002. Fonte: Acervo da autora.

¹⁵⁵ Entrevista com Tereza Bezerra Silva, concedida à autora em 23 de abril de 2014.

aspecto bastante singular desse assistencialismo, foi a permissão para que alguns agricultores pudessem trabalhar, usufruir e até mesmo morar nas terras da Fazenda prosperidade, considerando que esta propriedade territorial ocupava uma significativa parcela do território do município de Umbuzeiro.

Contudo, aos nossos olhos, tal prática se mostra como sendo uma sutil modalidade de política patriarcalista, baseada na troca de favores e nos enlaces de apadrinhamento. De modo que era comum o convite de algum membro da família Pessoa para ser padrinho de casamento ou de batismo. Na verdade, todo esse contexto formava uma estrutura que visava manter o controle político por meio da eterna dependência e gratidão. Uma gratidão que geralmente se estendia no seio das famílias mais carentes, as quais, como forma de agradecimento, depositavam nas urnas o apoio político àquela elite familiar.

Para além de sua atuação como chefe político de Umbuzeiro, Pessoa Filho também ocupou importantes cargos a nível estadual. Consta em seu Currículo Vitae o exercício do mandato de Deputado Estadual por cinco legislaturas. Algo bastante incomum e que nos revela o grande peso de sua influência e atuação política, não apenas em âmbito local/municipal, mas também a nível estadual.

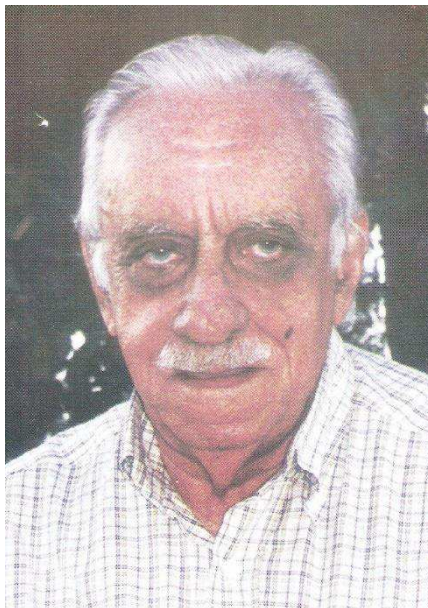
Também atuou em sua área de formação acadêmica, exercendo o cargo de Secretário da Agricultura do Estado da Paraíba, nos governos de Flávio Ribeiro Coutinho e Pedro Moreno Gondim. Em seguida, de Secretário da Indústria e Comércio da Paraíba, no governo de Tarcísio Burity. Desenvolveu importantes programas referentes a agricultura, avicultura e agropecuária na Paraíba. Projetou a construção do Parque de Exposições de Animais de Campina Grande, que foi batizado com seu nome. Igualmente, promoveu as primeiras exposições de animais pelas cidades de Cajazeiras, Patos, Itaporanga, Souza, Campina Grande e João Pessoa¹⁵⁶. Desta forma, tais empreendimentos nos são reveladores de que Pessoa Filho não só atuou no campo da política, mas também, exerceu significativa atuação como agrônomo.

Durante todo seu percurso político, Dr. Carlinhos, juntamente com sua mãe dona Marina Pessoa, mantiveram a todo custo o poderio político dos Pessoa em Umbuzeiro. Contudo, após a morte da matriarca e já cansado pela idade, chegou a declarar para a Revista Veja (16 jun. 1993, p.85) o seguinte: “Entreí nisso por pressão familiar, mas até hoje não me acostumei”. Retomando aqui a contenda familiar em que teve que assumir o lugar político do pai, em favor do tio Roberto Pessoa.

¹⁵⁶ No Currículo Vitae do Engenheiro Agrônomo Carlos Pessoa Filho, consta uma extensa lista de diversos projetos e empreendimentos executados por força de sua atuação como agrônomo. Fonte: Acervo da família Pessoa.

Ao contrário do pai e avô, Pessoa Filho viveu até os oitenta anos incompletos. Lançou na política a mulher, Terezinha Pessoa, eleita prefeita de Umbuzeiro e Deputada Estadual, e o filho, Carlos Pessoa Neto, como prefeito de Umbuzeiro por três mandatos. De acordo com a revista *Veja* (16 jun. 1993, p.85), o clã político dos Pessoa havia encolhido bastante. Inclusive, Pessoa Filho comentou que “o único que pode alterar esse quadro é seu neto Tiago”, que na ocasião contava com doze anos. Porém, duas décadas depois, em 2013, seu neto se tornava prefeito de Umbuzeiro.

IMAGEM 67 - CARLOS PESSOA FILHO



Fonte: Acervo da autora. 2014.

Contudo, a saga do Dr. Carlinhos foi encerrada no dia 06 de Janeiro de 2002. Quem nos conta é a senhora Tereza Bezerra, uma amiga da família que presenciou a triste fatalidade ocorrida em sua casa, nos relatando o seguinte:

Ia ter uma festa de formatura e ele era o paraninfo da festa, aí ele veio de João Pessoa, ligou pra aqui, [dizendo] que ia chegar umas três horas da tarde. Chegou na Fazenda, a empregada não tava nesse dia [...] aí eu disse a Dona Terezinha: não mande chamar a empregada não, venha jantar aqui em casa. Ele chegou em casa, três horas da tarde chegou de João Pessoa, botou um relógio de parede pra trabalhar, tomou banho, trocou de roupa, botou perfume, botou gravata e veio jantar aqui em casa, mais ou menos essa hora, [no momento da entrevista por volta das 17:30] quando ele chegou sentou ali [aponta o local] numa cadeira ali na frente e eu entrei pra cozinha pra somente esquentar a janta. Quando eu voltei, ele tava com a cabeça virada e já tava morrendo.

Infarto fulminante, não deu tempo pra nada. Levou pra Campina, mas não deu tempo pra nada. Foi..., morreu aqui em casa.¹⁵⁷

Na ocasião da despedida do grande vulto e “filho ilustre” de Umbuzeiro houve muita comoção e várias homenagens. De acordo com nossa depoente, havia “muita gente, foi uma morte muito triste, o pessoal demorou muito a esquecer disso. Era muito querido”. Envolvida em suas memórias, ela nos conta que no velório “tinha um senhor do sítio chorando muito, que falou assim: ô meu Deus, esse homem vai fazer tanta falta nessa região, por que Deus não me levou e num deixou ele? De tão bom que ele era, né?”.

Nos parece que Pessoa Filho incorporou uma imagem de “pai” para aqueles que desfrutavam de suas benesses ou eram dependentes de pequenos favores. Tal premissa se fez registrada em sua lembrança/convite de missa de 30º dia de falecimento, onde encontramos o seguinte:

Deixou uma procissão de órfãos, entre os mais humildes; o velhinho do Funrural, a viúva do camponês maltrapilho, o filho do pastoreio, enfim, a pobreza desgarrada das serras Umbuzeirenses, hoje mais desgarrada e esquecida, com a perda de seu pai.

E assim, pretendia-se eternizar a imagem do Dr. Carlinhos, como a de um “protetor dos pobres” e de “pai” para os umbuzeirenses. Chegava-se portanto ao fim de mais um período de supremacia política, de um herdeiro direto da tradição familiar dos Pessoa. Como dizia-se em Umbuzeiro, a “baraúna” havia perecido¹⁵⁸. Por sua vez, seus descendentes se esforçariam em tentar preservar sua memória e a memória política da família, criando-lhe um “lugar de memória” na praça da cidade que também tem o seu nome.

¹⁵⁷ Entrevista com Tereza Bezerra Silva, concedida à autora em 23 de abril de 2014.

¹⁵⁸ Em tempos de campanha eleitoral em Umbuzeiro, a força política de Pessoa Filho era comparada a da árvore “baraúna”, por esta possuir uma madeira extremamente dura e resistente. Anos mais tarde, quando da volta de Pessoa Neto ao poder municipal, o termo foi utilizado, dizendo-se nas ruas da cidade que a “baraúna floresceu”.

ANEXO

